

# **A POLÍTICA DE PORTUGAL PARA A IBERO-AMÉRICA**

**A partir de 1991**

**Nancy Elena Ferreira Gomes**

**Tese de Doutoramento em Relações Internacionais**

**Janeiro, 2014**



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção  
do grau de Doutor em Relações Internacionais, realizada sob a orientação  
científica do Professor Catedrático José Esteves Pereira e do  
Professor Catedrático Celestino del Arenal Moyua

*Aos meus pais, Alfredo e Maria Arlete e  
ao meu filho Manuel António*



Programa de Doutorado financiado  
pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)  
(de Setembro de 2009 a Agosto de 2013)



## **AGRADECIMENTOS**

Quero deixar a minha primeira palavra de agradecimento para a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), em particular para os Directores do Serviço de Educação e Bolsas, Dra. Margarida Abecasis e Dr. Manuel Carmelo Rosa, pelo apoio concedido e o acompanhamento dado durante estes quatro anos do curso de doutoramento.

Agradeço também aos Professores Doutores, Celestino del Arenal (Universidade Complutense de Madrid) e José Esteves Pereira (Universidade Nova de Lisboa), por terem aceite o convite para serem os meus orientadores científicos, pela disponibilidade dispensada, pelas sugestões, a revisão crítica do manuscrito e o rigor científico transmitido ao longo da elaboração da tese.

À Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), em particular, ao Departamento de Relações Internacionais, ao Observatório das Relações Internacionais (OBSERVARE), dirigidos pelo Professor Doutor Luís Moita, e ao Instituto de Apoio à Investigação & Desenvolvimento (IAI&D), dirigido pelo Professor Doutor Miguel Figueira de Faria. A todos agradeço o apoio às minhas iniciativas e os incentivos à investigação, nesta área das Relações Internacionais.

À Secretaria Geral Ibero-Americana, muito especialmente ao Director do Gabinete do Secretario-geral, Dr. Fernando García Casas, pela disponibilidade e atenção dispensados e as facilidades de acesso às várias fontes de informação às que tive de recorrer.

Ao Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, I. P.), em particular à Dra. Eduarda Silva, técnica responsável pela pasta Ibero-Americana, pela disponibilidade dispensada e pela gentileza de me ter fornecido as informações solicitadas. Agradeço também a todas as pessoas que entrevistei, pela disponibilidade e atenção concedidas.

Aos meus pais e ao meu filho, pelo imenso amor mútuo, e aos meus irmãos e melhores amigos, especialmente à Maria de Fátima, pelo carinho, a paciência, e o apoio constante e permanente.





# **A POLÍTICA DE PORTUGAL PARA A IBERO-AMÉRICA**

**A partir de 1991**

**NANCY ELENA FERREIRA GOMES**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Externa Portuguesa, Relações Luso-Espanholas, Lusofonia, Hispano-americanismo, Comunidade Ibero-Americana, Cooperação Sul-Sul.

**KEYWORDS:** Portuguese Foreign Policy, Spanish-Portuguese Relations, Lusophone, Hispanicism, Ibero-american Community, South-South Cooperation.

Para além do Brasil, os portugueses exploraram e estabeleceram-se noutros territórios mais a norte, e a ocidente, do continente americano, criando vínculos, nalguns casos duradouros, de diversa natureza. A relação entre Portugal e a Espanha condicionara a natureza desses vínculos, pressupondo, naturalmente, avanços e recuos nas fronteiras das suas respectivas colónias. Agentes externos influenciaram também a relação entre Portugal e a Espanha, ora aproximando-os ora separando-os. Com a independência do Brasil, o vínculo político entre a metrópole e a colónia rompe-se, contudo, a “relação fraterna” perdura através dos fluxos de bens e pessoas, de um lado ao outro do Atlântico. Não obstante o peso da diáspora portuguesa no Brasil, a “natureza extractiva” do vínculo económico que permanecera, não permitira um maior aprofundamento da relação entre portugueses e brasileiros, sujeita como estava às consequências da crescente integração dos dois países em espaços geoestratégicos diferentes: a Europa e a América do Sul. No século XX, em tempos da ditadura, não obstante a exclusividade do relacionamento com os EUA e o Brasil, o governo português manteve, e nalguns casos reforçou a sua presença diplomática em vários pontos no continente americano. No caso da Venezuela justificara-se pelo significativo número de portugueses que emigraram para aquele destino. Nos anos de 1970, no contexto da expansão da Internacional Socialista aos países da América Latina, os partidos socialistas, português e espanhol, desempenham um importante papel em prol do estabelecimento de um sistema democrático pluralista na região. Mais tarde,

com a entrada de Portugal nas Comunidades Europeias, os objectivos da política externa são redefinidos, contudo, as prioridades nas Américas continuam as mesmas. A partir de 1991, com a realização da I Cimeira em Guadalajara, passamos a falar, para além das relações bilaterais, e as que se processam no quadro UE – América Latina, de um âmbito regional ibero-americano da política externa de Portugal. No início, eram muitas as dúvidas quanto as vantagens estratégicas para Portugal, de participar naquele espaço. Contudo, a dinâmica de transformação ocorrida nos últimos anos tem favorecido a aproximação estratégica de Portugal aos países ibero-americanos com um interesse diferente àquele que tinha em Guadalajara. Actualmente, as diferentes chefias políticas atribuem a este espaço uma importância significativa. Não obstante a retórica do discurso, os meios disponíveis para a acção são claramente escassos. Não tendo sido clara a sua política, nem obedecendo a uma estratégia definida, o 'envolvimento progressivo' de Portugal nas questões ibero-americanas tem sido construído, sobretudo, através da prática. Isto parece-nos claro, particularmente, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento. Tendo em conta o histórico do relacionamento entre Portugal, a Espanha, e os diferentes países ibero-americanos, o balanço da participação portuguesa, e o potencial que pressupõe uma maior presença lusófona no espaço ibero-americano, consideramos oportuno, deixar aqui um contributo teórico, identificando algumas coordenadas, que poderão vir a servir como guia à hora de definir ou redefinir a política de Portugal para a Ibero-América.

The Portuguese explored and settled in other areas further north and also west of the American continent, outside Brazil. The relationship between Portugal and Spain will determine the nature of the established linkages with some countries assuming advances and retreats on the borders of their respective colonies. External agents also influenced the relationship between Portugal and Spain, sometimes approaching them, sometimes separating them. With the independence of Brazil, the political relationship between metropolis and colony breaks up. However the "fraternal relationship" lasted through flows of goods and people from one side to another of the Atlantic. Despite the weight of the Portuguese diaspora in Brazil, the "extractive" nature of the remained economic linkage had not allowed a further deepening of the relationship between the Portuguese and Brazilians, because it was subject to the consequences of the increasing integration of the two countries in different geostrategic arenas: Europe and South America. In the twentieth century, while dictatorship regime, despite the exclusivity of the relationship with the U.S. and Brazil, the Portuguese government had maintained and in some cases strengthened its diplomatic presence in several countries on the American continent. In the case of Venezuela it is justified by a significant number of Portuguese who emigrated to that destiny. In the context of the expansion of the Socialist International on Latin America in the 1970s, Portuguese and Spanish socialist parties played an important role in order to establish a pluralistic democratic system in the region. Later with the entry of Portugal in the European Communities, the foreign policy objectives were redefined, however, the priorities in the Americas remained the same. Since 1991, with the 1st Ibero-American Summit in Guadalajara, we can talk effectively about an ibero-american scope for the portuguese foreign policy, beyond bilateral relations and those that are processed in the context EU - Latin America. At the beginning, there were

many doubts about the benefits of participating in this space. However the dynamics of change that took place in recent years have favored the strategic approach of Portugal to Latin American countries with a different interest than the one it had in Guadalajara. Latin America has been highlighted in recent political speeches as foreign policy priority after the lusofonia, which also includes a Latin American country, Brazil. Despite the rhetoric of the speech, the means available for action are clearly scarce. The 'progressive involvement' of Portugal in Latin American affairs has been built mainly through practice. It seems clear to us, particularly, in the context of development cooperation. Having regard to the history of the relationship between Portugal, Spain, and the ibero-american countries, the balance of the Portuguese participation, and the potential that could mean a greater Lusophone presence in Ibero-America, we consider it opportune to leave here a theoretical contribution, identifying some coordinates, that might serve as a guide to define or redefine the policy of Portugal for Ibero-América.



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I. Portugal e a Espanha, evolução de um relacionamento: Das rivalidades históricas às parcerias na Europa, na Ibero-América e no Mundo .....</b>	<b>9</b>
I.1 Das “descobertas” e a delimitação dos territórios no continente americano à União Ibérica (1492-1640) .....	10
I.2 O fim da União Ibérica em tempos da Reforma. Portugal e a Espanha em lados opostos (1640-1763) .....	19
I.3 A perda das colónias. O Liberalismo e o fim da monarquia em Portugal (1810-1908) .....	22
I.4 Da Primeira República ao Pacto Ibérico entre ditaduras .....	26
I.5 Do “pacto de amizade” ao primeiro parceiro comercial, em democracia .....	32
<b>CAPÍTULO II. Portugal e a Ibero-América: Alguns aspectos do relacionamento histórico, até 1991 .....</b>	<b>47</b>
II.1 A União Ibérica (1580-1640): convergência e conflito de interesses nas Américas.....	48
II.2 O fim da União Ibérica e o reinício dos conflitos territoriais em território americano.....	53
II.3 A fuga da Corte para o Brasil e entretanto a independência das colónias americanas.....	59
II.4 Salazar e a teoria da “feição atlântica” em tempos de ditadura.....	67
II.5 A “revolução dos cravos”: a América Latina e as novas prioridades da política externa de Portugal.....	74

<b>CAPÍTULO III. Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os Estados ibero-americanos .....</b>	<b>83</b>
III.1 Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os países ibero-americanos: Análise panorâmica.....	84
III.2 Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os países ibero-americanos: Brasil, México, Venezuela, Argentina. ....	88
III.3 Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os países ibero-americanos: Uruguai, Chile, Colômbia, Peru.....	109
III.4 Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os países ibero-americanos: o caso de Cuba.....	119
III.5 Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os países ibero-americanos: Paraguai, Panamá, República Dominicana, Equador.....	122
<b>CAPÍTULO IV. A Europa e a América Latina: a reaproximação do Velho Continente à Região .....</b>	<b>127</b>
IV.1 A reaproximação política entre a Europa e a América Latina na década perdida dos anos de 1980 .....	130
IV. 2 O fim da Guerra Fria e as respostas aos novos desafios.....	134
IV. 3 Bilateralismo Vs. multilateralismo ou parcerias <i>à la carte</i> .....	140
IV.4 A dinâmica institucional das cimeiras.....	155
IV.5 Portugal e as relações euro–latino-americanas.....	161
<b>CAPÍTULO V. Guadalajara, uma proposta espanhola para a Ibero-América – incluindo uma parte do mundo lusófono.....</b>	<b>169</b>
V.1 Um projecto espanhol para a Ibero-América? .....	170
V.2 A dinâmica constitutiva das Cimeiras Ibero-Americanas .....	175
V.3 Estrutura, membros e funcionamento da Secretaria Geral Ibero-Americana...	181

V.4 Balanço e desafios da Comunidade Ibero-Americana.....	190
<b>CAPÍTULO VI. Portugal e o projecto de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações.....</b>	<b>201</b>
VI.1 A dimensão lusófona do projecto .....	202
VI.2. A participação de Portugal na organização das Cimeiras Ibero-Americanas...	213
VI.3 O lugar da Comunidade Ibero-Americana nas prioridades da política externa portuguesa .....	219
VI.4 Balanço dos vinte e dois anos da participação portuguesa no projecto ibero-americano .....	224
VI. 5 Coordenadas para a política externa portuguesa, no âmbito ibero-americano.....	229
<b>CAPÍTULO VII. A Cooperação Ibero-Americana. Iniciativas, programas e projectos:</b>	
<b>A participação de Portugal.....</b>	<b>239</b>
VII.1 Portugal e os Consensos Internacionais.....	240
VII.2 A Política de Cooperação Portuguesa.....	243
VII.3 Actores e Instrumentos da Cooperação Portuguesa.....	248
VII.4 Portugal e a Cooperação Ibero-Americana.....	252
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>269</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>277</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS .....</b>	<b>295</b>
<b>APÊNDICE A: Modelo de Entrevista enviada por correio electrónico às entidades portuguesas envolvidas nos programas, projectos e iniciativas ibero-americanas.....</b>	<b>i</b>
<b>APÊNDICE B: Lista dos responsáveis em Portugal que participam nos programas, iniciativas e projectos adstritos da Cooperação Ibero-americana.....</b>	<b>ii</b>





## LISTA DE ABREVIATURAS

- ACP / Grupo de países de África, Caraíbas e do Pacífico.
- ADAI / Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos.
- AICEP / Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.
- ALADI / Associação Latino-Americana de Integração.
- ALC / América Latina e Caraíbas.
- ALBA / Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América.
- ALCA / Área de Livre Comércio das Américas.
- APD / Ajuda Pública ao Desenvolvimento.
- CAF / Banco de Desenvolvimento da América Latina.
- CE / Comunidades Europeias.
- BID / Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- BIRD / Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.
- BM / Banco Mundial.
- CAN / Comunidade Andina.
- CE / Comunidades Europeias.
- CEE / Comunidade Económica Europeia.
- CEPAL / Comissão Económica para a América Latina.
- CERLALC / Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe.
- CIDEU / Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano.
- CLAD / Centro Latino-Americano da Administração para o Desenvolvimento.
- COMJIB / Conferencia de Ministros da Justiça dos países ibero-americanos.
- CPLP / Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- CYTED / Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.
- EUROLAT / Assembleia Parlamentar Euro–Latino-Americana.
- FAO / Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.
- FCT / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

FMI / Fundo Monetário Internacional.

IBERCENA / Programa de Desenvolvimento e de Apoio à construção do espaço cénico ibero-americano.

IBERGOP / Programa Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas.

IBERMEDIA / Programa de incentivo à co-produção de filmes de ficção e documentários ibero-americanos.

IBERMUSEOS / Rede Ibero-Americana de Museus.

IBERQUALITAS / Programa Ibero-Americano pela Qualidade.

ICA / Instituto do Cinema e Audiovisual.

IILA / Instituto Ítalo Latino Americano.

INE / Instituto Nacional de Estatísticas.

MERCOSUL / Mercado Comum do Sul.

MNE / Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

OCDE / Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico.

OEA / Organização dos Estados Americanos.

OEI / Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e Cultura.

OECD / Organização dos Estados do Caribe Oriental.

OIM / Organização Internacional para as Migrações.

OIJ / Organização Ibero-Americana da Juventude.

OISS / Organização Ibero-Americana da Segurança Social.

OIT / Organização Internacional do Trabalho.

OMC / Organização Mundial do Comércio.

ONU / Organização das Nações Unidas.

OTAN / Organização do Tratado do Atlântico Norte.

OPS / Organização Pan-Americana da Saúde.

PAC / Política Agrícola Comum.

PAIGC / Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

PALOP / Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

PARLATINO / Parlamento Latino-Americano.

PCP / Partido Comunista Português.

PICBIP / Programa Ibero-Americano de Cooperação em Matéria de Bibliotecas Públicas.

PMA / Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas.

PNUD / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNUMA / programa das Nações Unidas para p Meio Ambiente.

PS / Partido Socialista

PSOE / Partido Socialista do Operariado Espanhol.

RADI / Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos.

RILVI / Repertório Integrado de Livros à Venda na Ibero-América.

SECIB / Secretaria Geral de Cooperação Ibero-Americana.

SEGIB / Secretaria Geral Ibero-Americana.

SELA / Sistema Económico Latino-Americano.

SICA / Sistema de Integração Centro-Americana.

TEIB / Televisão Educativa Ibero-Americana.

TIAR / Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

TLCUEM / Tratado de Livre Comércio da União Europeia e do México.

UE / União Europeia.

UNASUL / União das Nações Sul-Americanas.

UNICEF / Fundo das Nações Unidas para a Infância.

UNODC / Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.



## INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação trata o tema da participação de Portugal num espaço de cooperação e concertação política inter-regional concreto que se define como sendo ibero-americano. Trata-se de um espaço com alguns sinais próprios de identidade, baseado em determinados valores, e dotado com uma certa ordem institucional que cria vínculos, interdependências e interesses comuns de natureza política, económica, social e cultural.<sup>1</sup>

Para as nossas pesquisas partimos do objectivo geral de explorar o lugar que ocupa a Ibero-América nas prioridades da política externa portuguesa, as perspectivas do projecto da Comunidade Ibero-Americana de Nações e o papel de Portugal nesse espaço de cooperação e concertação política.

Ambicionamos, ao mesmo tempo, que o nosso esforço de investigação e os seus resultados mereçam um especial interesse por parte dos portugueses, num momento em que verificamos profundas transformações no cenário mundial e assistimos a um reposicionamento dos principais actores internacionais. É neste cenário de mudanças que em Portugal está aberto o debate sobre o modelo de inserção internacional a seguir e o seu papel no mundo. O sentido de “cais”, de que nos falara Agostinho da Silva<sup>2</sup> é um elemento que reincide na discussão destes temas ao longo do trabalho.

Entre Portugal e alguns países ibero-americanos, reconhecemos efectivamente a existência de vínculos e ou afinidades, muitos deles históricos, uns mais recentes,

---

<sup>1</sup> ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones com América Latina*, p. 15. Este espaço reúne vinte e dois países de língua castelhana e portuguesa, e está circunscrito aos continentes, europeu e americano. Quando falamos de sinais de identidade referimo-nos não só aos produtos da cultura (técnicas, organizações, etc.) mas a cultura em si própria, ou seja ao conjunto de processos que ao longo do tempo constituem as redes de relações entre as pessoas e as coisas e ao fazê-lo dão a ambas, significado. A cultura pode também ser concebida como um sistema de representações. Cf. MOREIRA, Carlos Diogo, *Identidade e Diferença. Os desafios do pluralismo cultural*, p. 70.

<sup>2</sup> Citado por RODRIGUES, Jorge Nascimento e Tessaleno Devezas (2009), *Portugal. O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*, p. 458. Veja-se GOMES, Nancy (2013), “Portugal and Latin America beyond historical and cultural ties” em *Megatrend Review*. UDC 327 (469:8). Original scientific paper. No.1. Belgrado, pp. 227-244.

políticos e económicos, que se foram criando nos vários contextos, bilateral, da relação UE - América Latina, e também do espaço ibero-americano. Verificamos contudo, olhando para a relação actual entre Portugal e o Brasil, que a existência de certos vínculos não é *per se* condição suficiente para a formação de verdadeiras parcerias.<sup>3</sup>

Em Guadalajara, México, aquando a realização da I Cimeira Ibero-Americana, os portugueses mostraram pouco interesse pela iniciativa espanhola. Vinte e dois anos mais tarde, Portugal continua a participar ao mais alto nível nas cimeiras, e são várias as instituições portuguesas que participam nos vários programas e projectos ibero-americanos. Podemos falar do envolvimento progressivo de Portugal em todo este processo? Em que se traduz efectivamente a quota-parte da participação portuguesa no projecto de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações? Quais são os principais actores portugueses envolvidos? Face ao investimento, que benefício acrescenta ou pode vir a acrescentar este tipo de projecto aos portugueses?

Observamos, sobretudo nos últimos anos, um maior interesse de Portugal pela região ou por alguns Estados da região, nomeadamente para as potencialidades dos seus mercados. Os factores que têm beneficiado a aproximação de Portugal a estes países serão meramente conjunturais, determinando a formulação e prática da política exterior de Portugal para a região? Ou pelo contrário, resultam da prática e das interacções que se estabelecem entre as partes, num quadro restrito, porque ibero-americano?

Em Portugal existem lacunas ao nível da sistematização das informações, análise e reflexão, em relação às acções e decisões de Portugal como actor ibero-americano, isto é, no âmbito do compromisso assumido, quer através do investimento (político, económico, etc.), quer através das consequências que se derivam da sua participação efectiva nesse espaço de cooperação.

---

<sup>3</sup> Referimo-nos aqui ao conceito mais amplo de “parceria” que utiliza o professor brasileiro Amado Luiz Cervo, e que inclui para além da sua dimensão económica e social, outros aspectos da interpenetração entre nações, como o agregado étnico, a influência cultural e a moldagem de instituições. CERVO, Amado Luiz, *A Parceria Inconclusa*, p. 9.

Para a investigação, para além da documentação original, recorreremos à leitura e análise da bibliografia especializada disponível sobre o tema, nacional e estrangeira. Perante os impedimentos colocados ao acesso dos documentos solicitados (correspondência diplomática desde 1991, relativa aos vários momentos das cimeiras), ainda por desclassificar, recorreremos à realização de entrevistas aos principais responsáveis da pasta ibero-americana no Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente, o coordenador nacional ibero-americano, o responsável da cooperação portuguesa, o representante português na SEGIB (director de Planificação), na sua sede em Madrid, e o responsável pelo programa CYTED (FCT), em Portugal.

Entrevistamos também personalidades que ocuparam cargos de chefia política em Portugal, nomeadamente, um ex-presidente, e dois ex-ministros dos Negócios Estrangeiros. As entrevistas incluíram o pessoal que trabalha actualmente na SEGIB, na sua sede em Madrid, nomeadamente, o director de gabinete do secretário-geral, o assessor em políticas públicas e fortalecimento institucional da SEGIB, e o subdirector do departamento de administração da SEGIB.

Várias entrevistas informais a diplomatas, académicos e investigadores portugueses, espanhóis, e de vários países da Ibero-América, constam também entre as técnicas utilizadas para a recolha de informação, assim como as reflexões que resultaram dos eventos nacionais (conferencias, mesas-redondas, colóquios, congressos, etc.) e internacionais sobre o tema, nos quais participamos. Para o tema mais específico sobre a Cooperação Ibero-Americana, adicionalmente, instrumentalizamos um inquérito, enviado via *e-mail* às várias entidades envolvidas, nos vários programas e projectos ibero-americanos.

A ideia de comunidade ou consciência do comum, de espaço de cooperação e concertação política inter-regional, com alguns sinais próprios de identidade, sugeriu-nos para a análise, num primeiro momento, que seguíssemos a perspectiva

construtivista<sup>4</sup>. Assim, deste modo, consideramos na nossa agenda de trabalho, do ponto de vista metodológico, em primeiro lugar, o objectivo de avaliar as relações causais entre a dinâmica das práticas e interacções (a partir da dinâmica das cimeiras e do acervo ibero-americano que daí resulta) e os objectivos individuais e colectivos definidos pelas partes, no âmbito ibero-americano (para além do acervo e que se deduzem sobretudo a partir das escolhas feitas e as suas consequências).

Para compreender melhor a política de Portugal no âmbito ibero-americano será fundamental pois determinar quais têm sido as principais razões e ou motivações, condicionantes, e os resultados obtidos, sobretudo no campo político e diplomático, mas também económico. Não serão considerados exaustivamente aspectos, não menos importantes, como o impacto dos movimentos migratórios, e os de índole cultural-educativa.

Tentamos ainda aproximar-nos ao nosso objecto de estudo desde uma perspectiva transnacionalista, privilegiando as relações de interdependência, e considerando na nossa análise, para além das relações de cooperação, elementos de *soft power* próprios dos agentes, e dos espaços que se criam.<sup>5</sup> Os espaços multilaterais privilegiados onde se processam as relações entre Portugal e os vários Estados Ibero-americanos, como são o espaço inter-regional UE-América Latina e Caraíbas e àquele que se define a partir das Cimeiras Ibero-Americanas passam, deste modo, a ser também objectos de uma pormenorizada análise.

---

<sup>4</sup> Veja-se WENDT, Alexander (1999), *Social theory of international politics*. Normas, regras, instituições sociais, identidades, ideologias e padrões de cooperação e conflito condicionam o comportamento dos actores sociais e políticos na esfera internacional. Os construtivistas atribuem um papel determinante às questões identitárias dos indivíduos e dos grupos de indivíduos pois as identidades condicionam os interesses e acções. Os interesses resultam da aquisição da identidade (através da aprendizagem). A política internacional é também um fenómeno social, uma construção ideacional não estando predeterminada. Cf. RUGGIE, John Gerard (1998), "What Makes the World Hang Together? Neo-Utitarianism and the Social Constructivist Challenge".

<sup>5</sup> Sobre o significado do *soft power* associado aos EUA, veja-se NYE, Joseph S. (2011), "El futuro del Poder Estadounidense".



O trabalho compreende sete capítulos de desenvolvimentos. Assumindo o princípio de que a história é um processo de contínua descoberta<sup>6</sup>, os Capítulos I e II, referem-se aos antecedentes históricos da relação entre, por uma lado, Portugal e a Espanha (I), e pelo outro, Portugal e a Ibero-América (II), ajudando-nos a identificar e compreender melhor a natureza dos vínculos que se criam, assim como a evolução da relação entre Estados que partilham um passado comum.

Na análise da evolução da relação entre Portugal e a Espanha, procuramos explicar as principais causas das divergências e convergências entre estes dois países na Europa e nas Américas, e sobre as fronteiras que efectivamente os separam.<sup>7</sup> Portugal e a Espanha estiveram durante muitos anos de costas voltadas. Que tipo de agentes e interesses internos, e de natureza externa (outros países ou grupos de países) têm condicionado as possibilidades de relacionamento entre os vizinhos peninsulares, e destes, em relação ao resto do mundo?

A Espanha é actualmente o primeiro parceiro comercial de Portugal. Ambos países pertencem naturalmente aos mesmos espaços económicos, políticos, geoestratégicos, incluindo a Ibero-América. Os vínculos actuais pressupõem um novo tipo de aliança ou um novo ciclo da política externa portuguesa ao lado da Espanha?

Alguns aspectos do relacionamento histórico entre Portugal e os países ibero-americanos são abordados e analisados no Capítulo II. Para além do Brasil, os portugueses estabeleceram-se noutros pontos da região, mais a norte, e também a ocidente. Os sinais de presença portuguesa perduram na paisagem urbanística e arquitectónica “sacramental” da Colónia, no Uruguai. Para além de partilharem um passado histórico comum, que outro tipo de afinidades existe entre Portugal e estes países?

---

<sup>6</sup> ARAUJO, Renata Malcher, (Coord.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: América do Sul*, p. 21. “A evidência de que precisamos descobrir o Brasil (como dizia o poeta Carlos Drummond de Andrade) não é por certo uma evocação, nem uma ironia, relativa ao episódio do descobrimento histórico. É antes a assunção desassombrada de que o processo da contínua descoberta é, em si, a própria história e que é preciso que ela se faça”.

<sup>7</sup> Não falamos obviamente das fronteiras terrestres, estabelecidas em 1297, e citadas como as mais antigas da Europa continental.

No Capítulo III fazemos uma análise da relação entre Portugal e os países ibero-americanos no âmbito bilateral, pondo à prova a consistência dos vínculos e das afinidades existentes. Para isso, consideramos alguns indicadores das duas partes, nos vários âmbitos, político (por exemplo, as visitas ao mais alto nível, e acordos alcançados entre as partes), económico (comércio e investimento mútuo), dos fluxos mais recentes da emigração / imigração, e no cultural, a política de promoção da Língua, e sobre os acordos bilaterais vigentes.

Embora se adopte uma avaliação temática, a mesma comporta uma análise temporal, a partir de 1990, e até os nossos dias, coincidindo com os vinte e dois anos do exercício político-diplomático das cimeiras ibero-americanas. Procuramos assim verificar se houve ou não alterações significativas no relacionamento entre estes países que nos permitam confirmar ou não as premissas mais construtivistas de um dos modelos teóricos utilizados.

Para além do bilateral, o Capítulo IV desenvolve o tema das relações entre Portugal e os países ibero-americanos que se processam através do quadro multilateral mais amplo UE – América Latina. Com a entrada de Portugal às Comunidades Europeias, e em relação à América Latina, de uma maneira geral, podemos falar de uma nova fase da política externa portuguesa para a região? Perante as potencialidades de uma parceria estratégica efectiva, entre a Europa e alguns países, como o Brasil, ou blocos de países como o MERCOSUL, que papel tem desempenhado ou pode vir a desempenhar um país como Portugal?

No Capítulo V, analisamos o projecto de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações. Em primeiro lugar, procuramos conhecer os antecedentes, e os seus princípios inspiradores, para depois, à luz da dinâmica constitutiva das cimeiras, desde Guadalajara e até o Panamá, compreender melhor o funcionamento das instituições, nomeadamente da Secretaria Geral, e sobre o papel do secretário-geral ibero-americano. No final é feito um balanço dos vinte e dois anos de cimeiras e algumas reflexões sobre o futuro do ibero-americano à luz dos novos cenários internacionais, latino-americano, e europeu.

Num momento em que em Portugal se debate, como já dissemos, a estratégia de inserção internacional a seguir e o seu papel no mundo, no Capítulo VI ousamos identificar várias coordenadas para uma política ibero-americana. No mesmo capítulo abordamos também questões como a dimensão lusa do projecto, as potencialidades de uma colaboração entre a SEGIB e a CPLP, a participação de Portugal na organização das cimeiras, e o lugar da Ibero-América nas prioridades de política externa portuguesa. No final é feito um balanço da participação portuguesa no projecto ibero-americano, desde Guadalajara.

Para terminar, no Capítulo VII, tendo em conta que a cooperação constitui um dos principais pilares da Comunidade, analisamos uma realidade mais concreta, sobre o actual estado da “parceria para o desenvolvimento” entre Portugal e os países ibero-americanos. Procuramos sobretudo, identificar as debilidades, virtudes e potencialidades das relações de cooperação que se estabelecem entre as partes que participam nos diferentes projectos, iniciativas e programas ibero-americanos.



## **CAPÍTULO I. Portugal e a Espanha, evolução de um relacionamento: Das rivalidades históricas às parcerias na Europa, na Ibero-América e no Mundo.**

Portugal e a Espanha estiveram em diferentes conjunturas “de costas voltadas”, consequência e reflexo, entre outras razões, nas palavras do historiador português Pedro Soares Martínez, de uma individualidade nacional portuguesa nascida, alimentada e consolidada através de uma fundamental negação do espanhol<sup>8</sup>. “Da Espanha nem bom vento nem bom casamento” é uma expressão comum que, contrariando os números actuais do comércio e das transacções de todo tipo, ainda ecoa nalguns sectores da sociedade portuguesa mas que presumivelmente passará à história, uma referência mais sobre os tempos passados da relação peninsular.

No plano das políticas externas observamos que, seguindo as pistas teóricas de K. J. Holsti<sup>9</sup>, as orientações e desempenhos dos dois países distinguem-se na mesma medida em que divergem os interesses, e por fim as opções de inserção internacional de cada um, apesar de observarmos também um certo paralelismo, quanto ao papel que a península (como um todo) desempenha, muitas vezes, como actor internacional. Certamente junto aos agentes e interesses internos, outros tantos de natureza externa condicionam as possibilidades de relacionamento entre Portugal e a Espanha, e naturalmente destes países, em relação ao resto do mundo.

Qualquer tentativa ou clara pretensão hegemónica por parte da grande vizinha Espanha, em relação ao pequeno Estado português<sup>10</sup> – e não foram poucas – gerou naturalmente enormes desconfianças por parte deste último, em relação ao primeiro. Da mesma forma que a Espanha tentou combater sempre – numa lógica mais preventiva que defensiva – o possível contágio de uma situação de caos ou forte

---

<sup>8</sup> Cf. JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), *España y Portugal en transición*, p. 172.

<sup>9</sup> Segundo o autor norte-americano, a noção geral de política externa inclui as orientações, desempenhos e objectivos (centrais, de médio e longo alcance) de um estado. Cf. HOLSTI, K. J. (1995), *International Politics – A Framework for Analysis*, 399 p.

<sup>10</sup> “O pequeno Estado se define por factores estruturais mensuráveis (geografia, população, cultura, carácter nacional), e outros factores conjunturais também perceptíveis (matrizes políticas, componentes económicas, o aparato da força)”. Cf. ALMEIDA, Políbio Valente (1999), *Do Poder do Pequeno Estado*, p. 14.

instabilidade política, ambas associadas a adopção por parte de Portugal, de algum modelo que lhe fosse política e ideologicamente contrário.

A transição para a “democracia moderna”, a partir de mediados de 1970, e consequente entrada conjunta nas Comunidades Europeias, a participação também conjunta no quadro da OTAN, e o **projecto ibero-americano**, entre outros compromissos e ou parcerias internacionais concretas e mais recentes, passaram a definir interesses comuns, uma agenda comum, e uma coincidência de prioridades de política externa, por parte destes dois países, facilitando efectivamente uma aproximação que se segue até os dias de hoje.

### **I.1 Das “descobertas” e a delimitação dos territórios no continente americano à União Ibérica (1492-1640).**

Alguns historiadores portugueses defendem que muito antes da chegada colombina às Antilhas, em 1492, já vários navegadores a mando da corte lusitana tinham chegado às costas americanas, e que o próprio Cristóvão Colombo teria tido conhecimento de algumas destas viagens. A ‘suposição’ de que haveria terras a Ocidente e os sólidos conhecimentos náuticos levaram os portugueses a conseguir uma verdadeira proeza geoestratégica frente aos castelhanos: o desvio do meridiano de Tordesilhas (1494) para 370 léguas a Ocidente de Cabo Verde, o que lhes valeu aos primeiros, uma massa imensa de terra firme no continente americano, o Brasil.<sup>11</sup>

Independentemente de terem sido, portugueses ou espanhóis, os primeiros a chegar ao Novo Mundo<sup>12</sup>, os reinos de Portugal e a Espanha – as duas grandes potências marítimas do século XV – tornaram-se efectivamente os ‘senhores do

---

<sup>11</sup> Cf. RODRIGUES, Jorge, et al. (2009), *Portugal. O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*, p. 126.

<sup>12</sup> A noção de Novo Mundo que aqui é utilizada vai no sentido de terra novamente descoberta ou novamente conhecida. “Foi uma novidade o Encontro da América, uma novidade casual, foi surpreendente em mil sentidos, e pelo tanto, foi uma impressão de novidade. O primeiro que lhe deu o nome de Novo Mundo foi Américo Vespúcio, quem foi o primeiro a utilizar a palavra *Mundus Novus* (...)”. USLAR PIETRI, Arturo, “Existe la América Latina? Una Reflexión en dos tiempos”, em MALAVÉ MATA, Héctor (Coord.) (1992), *Perfiles de América Latina*, pp. 17-18.

mundo' muito à custa das viagens que conduziram às "descobertas" e a expansão em território americano.<sup>13</sup>

### **As principais motivações e a legitimidade da expansão.**

A expansão ultramarina portuguesa e espanhola que resultam das viagens marítimas devem ser entendidas, num primeiro momento, como vinculadas à ideia de cumprimento de um mandato por parte da Igreja de Roma, representada pelo Papa, no sentido de integrar sucessivamente na comunidade cristã de estados, os povos e territórios nela não incorporados.<sup>14</sup> Encontramos aqui possivelmente a fonte principal de 'legitimidade' da expansão.

Mas o que começara por ser um imperativo moral e religioso rapidamente cede passo aos interesses próprios, políticos e, principalmente, económicos, de portugueses e espanhóis. Espanha fora movida mais pelas ambições políticas da monarquia, sublinha o historiador Demetrio Boersner<sup>15</sup>, enquanto as motivações de Portugal eram sobretudo mercantis, relacionadas com o comércio e transporte das especiarias do Oriente, facilitadas através das 'inovações' em áreas cruciais (técnicas, instrumentos e mapas de navegação). Motivações de um espírito português, que na novela pastoril *Lusitania transformada* de 1607, já Derrão Alvares do Oriente 'sintetizara' como sendo ele também, acentuadamente mercantilista.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> No apogeu manuelino todo o comércio que provinha de além-mar (especiarias e açúcar, metais preciosos, o pau-brasil, os escravos e os produtos de tinturaria) representava 68% de todas as receitas reais. Ou seja, a corte e toda a estrutura administrativa pública dependia principalmente da expansão.

<sup>14</sup> Cf. MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, p. 113.

<sup>15</sup> Cf. BOERSNER, Demetrio (1996). *Relaciones Internacionales de América Latina*, p. 28.

<sup>16</sup> A novela *Lusitania transformada* encontra-se disponível [Em linha] no sítio da Biblioteca Nacional. Ainda sobre o espírito mercantilista do português, Gilberto Freyre lembrar-nos-ia que há séculos que em Portugal o mercantilismo burguês e semita, por um lado, e, por outro lado, a escravidão moura sucedida pela negra haviam transformado o antigo povo de reis lavradores no mais comercializado e menos rural da Europa. Cf. FREYRE, Gilberto (1957), *Casa-Grande & Senzala*, p.35.

## **Sobre a natureza dos vínculos estabelecidos entre as metrópoles e as suas respectivas colônias.**

As duas potências ibéricas estabeleceram com as suas colônias americanas vínculos de natureza diferente. No âmbito colonial da Espanha – um estado mais do tipo absolutista e centralizador – , as actividades económicas eram desempenhadas sobretudo por funcionários públicos que deviam prestar contas exclusivamente ao rei. Pouco se podia fazer nas colônias sem autorização da metrópole. Os vínculos essenciais entre a Espanha e cada uma das suas províncias coloniais eram sobretudo de tipo ‘vertical’, constrangido, como consequência, o intercâmbio ‘horizontal’ entre uma colônia e a outra. Com isto, conclui Boersner, foram lançadas as bases para o futuro fraccionamento político da Hispano-América, porque ao mesmo tempo que a Espanha impõe um idioma, uma fé e uma consciência subjectiva comuns à totalidade da sua esfera colonial, cria estruturas e padrões de conduta económica favoráveis à divisão entre as províncias, mais tarde países soberanos e independentes.<sup>17</sup>

Portugal chega ao território americano ‘organizado e unido’ do ponto de vista político, jurídico e identitário, para além de estar estreitamente vinculado à Igreja Católica, e aplica no Brasil métodos de colonização considerados como sendo mais ‘flexíveis’ em comparação com os da Espanha, ou seja, métodos tendentes a dar maior poder de decisão aos próprios habitantes da colônia, assim como a incentivar o estabelecimento de ‘vínculos horizontais’, entre uma província e a outra, sem a referência obrigatória à metrópole ultramarina.

A «ausência completa de um sistema regular e complicado de administração», e a «liberdade de acção» características do começo da vida brasileira, são assinaladas por Leroy-Beaulieu, como uma das vantagens da colonização portuguesa da América tropical, nos dois primeiros séculos, favorecendo – muito com a ajuda do trabalho religioso realizado pelos jesuítas<sup>18</sup> – a “união” mais que a “dispersão” dos esforços na colonização e o futuro desenvolvimento do território. No mesmo sentido, Ruediger

---

<sup>17</sup> Cf. BOERSNER, Demetrio (1996), *Relaciones Internacionales de América Latina*, p. 28.

<sup>18</sup> Cf. FAFE, José Fernandes (2010), *A Colonização Portuguesa e a Emergência do Brasil*, pp. 50-53.



Bilden escreve também que, no Brasil, a colonização portuguesa (de iniciativa particular e privada, muito mais que a acção oficial, promoveu a mistura de raças, a agricultura latifundiária e a escravidão, tornando possível sobre tais alicerces, a fundação e o desenvolvimento da grande e estável colónia agrícola nos trópicos. Isto para além de ter alargado grandemente para o oeste o território, o que teria sido impossível à acção oficial cerceada por compromissos políticos internacionais.<sup>19</sup>

### **Das interacções úteis à União de facto.**

Não obstante as diferenças entre Portugal e a Espanha e a forma como estabeleceram os respectivos vínculos com as suas colónias, não foi necessário esperar pela união das coroas para que um conjunto de interacções úteis se estabelecesse entre castelhanos e portugueses, na península e além-mar:

É o caso da função estratégica do arquipélago dos Açores para a navegação atlântica de regresso da Nova Espanha e da Terra Firme em direcção à Sevilha; e é também o caso do triângulo formado em torno do Estreito de Gibraltar, pelas cidades portuárias da Andaluzia, pelos presídios portugueses e pelos presídios castelhanos, nomeadamente nas negociações permanentes sobre o resgate dos cativos e os projectos de alargamento da presença cristã no Magrebe. A manutenção de Ceuta na esfera de influência castelhana depois de 1640, quando todo o resto do império português se congrega em torno de João IV, diz-nos Jean-Frédéric Schaub, “é um sinal claro da intensidade das relações encetadas com os castelhanos, dos dois lados do estreito”<sup>20</sup>.

No meio das interacções úteis entre Portugal e a Espanha, cabe aqui referir que – pela importância que ganha o tráfico transatlântico – a partir de 1518, passou a ser autorizado o envio directo de escravos de África para a América espanhola, tendo-se

---

<sup>19</sup> Ambos citados por Gilberto Freyre (1957), *Casa-Grande&Senzala*, p. 30.

<sup>20</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric (2001), *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, p. 33.

tornado os arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, os entrepostos onde os navios portugueses, e também os espanhóis, iam abastecer-se.<sup>21</sup>

O processo histórico que culminou na união dinástica de 1580, principia a 4 de Agosto de 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, no decorrer da qual o rei português D. Sebastião, bem como um grande numero de nobres portugueses morreram. O jovem monarca desaparecia sem deixar descendência.

Depois da campanha diplomática, ideológica e militar conduzida pelos conselheiros e pelos partidários de Filipe II de Espanha (neto do monarca português D. Manuel), o processo de aquisição da coroa portuguesa pelo rei Habsburgo é sancionado por uma assembleia de estados (as Cortes), que se reuniram em Tomar, no mês de Abril de 1581. Espanha passava a ter, sem dúvida alguma, as melhores condições geoestratégicas e económicas de sempre, com a tutela do império português e o controlo da sua poderosa armada, e com a prata vinda das Américas. Mas a união de Portugal, Castela e Aragão começara por ser um sonho português.

### **O sonho de D. Manuel I.**

A perspectiva de uma união de todas as coroas da península por meio de alianças matrimoniais pela via da sucessão era um sonho que o próprio D. Manuel tinha.<sup>22</sup> Com efeito, o monarca português tinha concedido ao reino, nas cortes de 1499, os chamados *Artigos de Lisboa*, prevendo que na pessoa do seu filho, herdeiro também dos reis católicos, se poderia realizar a tripla união das coroas de Portugal, Castela e Aragão, projecto que a morte de D. Miguel deixou sem sentido.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Cf. CALDEIRA, Arlindo Manuel (2013), *Escravos e Traficantes ni Império Português*, p. 30

<sup>22</sup> Note-se que D. João II (governo: 1481-1495), a quem D. Manuel I sucedera já ambicionara herdar os tronos de Castela e Aragão através da promessa de casamento do seu filho legítimo, o príncipe Afonso de Portugal, com a infanta Isabel de Aragão e Castela.

<sup>23</sup> D. Miguel da Paz (1498-1500), filho do primeiro casamento do rei D. Manuel I com a infanta Isabel de Aragão, então princesa das Astúrias e presumível herdeira das coroas de Castela e Aragão.

Os ditos *Artigos* foram incorporados formalmente em 1579, na oferta negocial que os embaixadores de Filipe II (de Espanha) apresentaram tanto ao cardeal D. Henrique como às Cortes de Almeirim e, quase de *verbo ad verbum*, foram incorporadas no texto de graças e mercês das Cortes de Tomar. Nesse sentido, Fernando Bouza Alvarez afirma que, “a base negociada sobre a qual se procurará definir o futuro do Portugal dos Filipes não foram senão as mesmas mercês que um rei português, D. Manuel, tinha concedido ao seu reino nas cortes lisboetas de 1499”<sup>24</sup>.

### **O Acordo de Tomar e as condições impostas à União.**

O rei Filipe I (de Portugal) parecia saber que para manter a coesão de um reino tão extenso e disperso ao longo de vários continentes, para além de promover os casamentos reais, teria de preservar a autonomia de cada um dos reinos e impérios integrados, particularmente a autonomia de Lisboa. Assim, o “Pacto de Tomar” previa a conservação de todas as instituições jurisdicionais portuguesas no seio da monarquia hispânica, isto é, o novo rei prometia não suprimir nenhuma função ou ofício do aparelho monárquico português no qual sucedia, e garantia aos seus súbditos a exclusividade total das futuras nomeações.<sup>25</sup>

A Igreja portuguesa, pela sua parte, também recebia suficientes garantias de autonomia. Só Portugal, entre todas as coroas associadas à monarquia, continuou a dispor de um encarregado de negócios junto da Santa Sé, privilégio do qual, por exemplo, Aragão não beneficiara.

---

<sup>24</sup> ÁLVAREZ, Fernando Bouza (1998), *Cartas para Duas Infantes Meninas: Portugal na correspondência de D. Filipe para as suas filhas, 1581-1583*, pp. 26, 27.

<sup>25</sup> Soares Martínez sintetiza os vinte e cinco capítulos, sobre o governo de Portugal, em sete princípios e normas constitucionais: 1) Respeito dos foros, liberdades, privilégios, usos e costumes do reino; 2) Dependência da legislação para Portugal e seus senhorios da celebração de Cortes reunidas em território português; 3) Reserva para portugueses do provimento em todos os cargos públicos, com excepção das funções de vice-rei ou governador, em que poderiam ser providos parentes próximos do rei – filhos, irmãos e sobrinhos; 4) Conservação da moeda portuguesa própria; 5) Reserva para portugueses de todos os cargos eclesiásticos, das ordens militares e do comércio do Ultramar; 6) Estabelecimento de um Conselho de Portugal, constituído por portugueses, a manter junto do rei sempre que não se encontrasse em território português; 7) Conservação de guarnições portuguesas nas praças e fortalezas do reino. Cf. MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, pp. 152, 153.

## **O proveito da União na Europa e na América.**

Com a União das coroas portuguesa e espanhola inicia-se um processo de interpenetração das diferentes sociedades da península ibérica, pela circulação e comunhão cultural através da Língua, da religião, da miscigenação, e da complementaridade dos circuitos económicos. Estes últimos, favorecidos naturalmente pelas migrações. Entretanto os rendimentos da coroa, sobretudo derivados do “ciclo da prata americana”, mantinham Portugal solvente.

## A intercompreensão das Línguas e o Ensino.

Jean-Frédéric Schaub refere que em Lisboa, verifica-se uma presença cada vez mais difundida do Castelhana como língua literária e de comunicação escrita a medida que o século XVI avança, através da troca cultural, principalmente.

“São muitos os naturais do reino de Portugal cuja Língua materna era o Português e que redigem alguns dos seus livros em Castelhana. Para o confirmarmos, basta avaliar o lugar ocupado pelos textos em Castelhana no Cancioneiro Geral de Resende. Não é raro, de facto, que nas peças de Gil Vicente, certas personagens se expressem em Castelhana. O extraordinário êxito de Camões em Castela, no século XVII comprova que a circulação das Línguas e das culturas era intensa de um e do outro lado da fronteira luso-castelhana”<sup>26</sup>.

É também por todos nós conhecida a importância dos ensinamentos e a influência das obras escritas de ‘professores ibéricos’, como o castelhano Francisco Suárez<sup>27</sup> (da escola transnacionalista) e o navarrino Martin de Azpilcueta, nas universidades portuguesas. Em Portugal, nomeadamente na Universidade de Coimbra, os ideais humanistas ganharam raízes.

---

<sup>26</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric (2001), *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, p. 17.

<sup>27</sup> Francisco Suárez (1548-1617) foi solicitado pela Universidade de Coimbra em tempos de Filipe I (de Portugal). Doutorou-se pela Universidade de Évora. Morre em Lisboa em 1617.

### No plano da Defesa.

Na península, alguns indícios permitem avançar que a permanência duradoura de soldados castelhanos e dependentes da jurisdição castelhana foi julgada positiva pelos actores portugueses. As tropas castelhanas estabelecidas em território europeu da coroa de Portugal dependiam integralmente da jurisdição e das finanças de Castela.

A dupla função destes presídios ou seja defender Portugal e defender-se dos portugueses mobilizados contra Espanha / Castela era assegurada pelo erário castelhano. O que quer dizer que as cidades portuárias e as frotas portuguesas, vítimas crónicas de ataques de corsários vindos do Mediterrâneo (os argelinos) ou do Norte (ingleses e holandeses) usufruíam de uma protecção que não pesava nas finanças de Portugal. Esta presença era tanto mais preciosa no início do reinado português de Filipe I (de Portugal) porquanto o desastre de Alcácer-Quibir tinha desorganizado profundamente o sistema militar do reino.<sup>28</sup>

### Migrações.

É intensa a emigração de portugueses em direcção à Castela, muitos fugindo da Inquisição, outros motivados pelo apelo de alguns sectores mais disponíveis da economia castelhana. Sabe-se que desde finais do século XVI, o comércio de retalho e o comércio ambulante são actividades exercidas por numerosos portugueses em toda a Coroa de Castela.

“ (...) Sevilha tinha fama de ser uma cidade meio portuguesa, não sendo Diego de Velásquez o único rebento português da cidade do Guadalquivir (...) Sevilha é ao mesmo tempo o refugio dos conversos ou supostos conversos que fogem às visitas inquisitoriais do Algarve e o lugar a partir do qual comerciantes e aventureiros portugueses melhor podiam inserir-se nos tráficos marítimos do Atlântico castelhano

---

<sup>28</sup> Cf. SCHAUB, Jean-Frédéric (2001), *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, p. 33.

(...) A presença portuguesa em Castela, atestada desde a idade média, atinge sem dúvida o seu apogeu durante o período da união”<sup>29</sup>.

### Miscigenação.

A profunda interacção que se estabelece entre as coroas a partir das actividades marítimas afecta não só os militares mas também os mercadores. Se é verdade que na Idade Média os casamentos entre castelhanos e portugueses respeitavam a alta aristocracia, e se fosse caso disso, a determinados grupos entre as populações fronteiriças, em particular no norte de Portugal, na época dos Habsburgo, o seu número aumentou e puderam alargar-se a famílias bem mais modestas. A intercompreensão da Língua e a partilha da mesma religião católica facilitaram sem dúvida as interacções sociais de todo tipo entre portugueses e espanhóis.

“Trata-se aqui de uma historia complexa de cujos contornos só agora começamos a apercebermo-nos. Se a época dos três Filipes constitui para Portugal um breve século espanhol, não resta qualquer dúvida de que este período foi também para Castela um tempo português. A despeito da imagem difundida retrospectivamente pelos arqueólogos da nacionalidade, a fluidez das relações sociais, políticas e amorosas entre os naturais das duas coroas era bem real. Mas também não há dúvidas de que a comunhão sincera ou necessária num catolicismo partilhado constituía um laço social e uma linguagem comum, no contexto de uma Europa dilacerada pela oposição entre fiéis à Roma e protestantes”.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric (2001), *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, p. 49. Em relação ao pintor espanhol Diego Velásquez, Thomaz Cabreira destaca que, “ (...) outras das características que nos apontam a sua ascendência portuguesa, tem a ver com alguns traços do seu carácter que também se reflecte na sua pintura, como sejam: a de uma melancolia ativa cúmplice duma ironia latente, ensimesmada; o ter pintado pouco e sem pressa; ser senhor de uma paciência pouco subserviente mas de uma curiosidade sem limites por tudo o que é diferente. Velásquez é o grande desterrado em terras de Espanha”. Thomaz Cabreira, citado por NABAIS, João-Maria (2007), “A Arte do Retrato n’As Meninas de Velásquez”, pp. 363-389.

<sup>30</sup> Jean-Frédéric Schaub, falando ainda da miscigenação entre portugueses e espanhóis, destaca o caso açoriano: “Pode facilmente imaginar-se que a duração média da presença de castelhanos no arquipélago tenha sido ainda mais prolongada do que na península. Relatórios dirigidos ao Conselho de Guerra atestam a multiplicação de casamentos entre soldados castelhanos e mulheres portuguesas em São Miguel, na Terceira e no Faial”. Cf. SCHAUB, Jean-Frédéric (2001), op. cit., p. 37.

No Novo Mundo, a união das coroas portuguesa e espanhola facilitou o avanço da linha de Tordesilhas porque era permitido o deslocamento dos súbditos para além das fronteiras das suas respectivas colónias. Assim, os portugueses exploraram e estabeleceram-se noutros territórios mais a norte e também a ocidente do continente americano, fora do Brasil.

## **I.2 O fim da União Ibérica em tempos da Reforma. Portugal e Espanha em lados opostos (1640-1763).**

Os capítulos das Cortes de Tomar foram geralmente observados durante a dinastia filipina. A independência de Portugal não poderia oferecer dúvidas nem no plano jurídico nem no plano de facto, pelo menos, segundo aponta Soares Martínez, até o governo do conde-duque de Olivares<sup>31</sup> – a quem se atribui o desígnio de uma anexação pura e simples de Portugal, e que pelas suas atitudes menos respeitadoras da individualidade portuguesa, muito terá contribuído para a Restauração de 1640.

Com efeito, para além de certos “desrespeitos”, como o restabelecimento das alfândegas terrestres (portos secos), em 1592; as “inovações” atribuídas ao conde-duque de Olivares – com a cumplicidade de não poucos portugueses<sup>32</sup> – do tipo político, institucional e fiscal, nomeadamente a criação do Conselho da Índia – visando a administração centralizada de tudo o que dissesse respeito às possessões ultramarinas portuguesas – , foram consideradas como ofensas às prerrogativas das autoridades portuguesas e claras violações ao “Acordo de Tomar”.

---

<sup>31</sup> Gaspar de Guzmán y Pimentel Ribera Velasco e Tovar, conde-duque de Olivares, foi primeiro-ministro de Espanha por vinte anos, desde a subida ao trono de Filipe IV, em 1621.

<sup>32</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric (2001), *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, p. 41. “Os panfletos que circulavam na época da restauração sublinhavam o papel dos cúmplices portugueses do opressor castelhano. Desta forma, deixaram-nos o testemunho da importância da contribuição portuguesa para o desenvolvimento da política do Conde de Olivares”.

## A conjuntura europeia e os custos da guerra.

O Portugal dos Habsburgo também não escapou à conjuntura europeia da primeira metade do século XVII, marcada pela generalização dos conflitos militares que se sucederam um pouco por todo o continente, entre 1618 e 1648, e pela pressão fiscal, a sua consequência imediata. A guerra afecta Portugal de várias formas.

Efectivamente, com a União, Portugal deixou de ter uma política externa própria, isto é, a acção diplomática representativa dos interesses portugueses passou a ser exercida em nome de reis que ao mesmo tempo eram reis da Espanha, e cujos interesses nem sempre se mostraram compatíveis.<sup>33</sup> Como consequência, a solidariedade estratégica da coroa portuguesa relativamente ao resto da monarquia hispânica converteu o seu império asiático, africano e americano em ‘alvo de eleição’ para as potências marítimas adversárias de Espanha, a Inglaterra e as Províncias Unidas, e em menor escala, a França. Nesse sentido, seguindo Jorge Nascimento e Tessaleno Devezas, “para os portugueses, o período filipino significou sobretudo o ataque sistemático dos holandeses ao império, no quadro da secundarização do Oriente português na estratégia espanhola”.<sup>34</sup>

Por outro lado, as ambições de dominação espanhola em relação ao Norte, pela sua tentativa desesperada de recuperar a sua intacta influência no Flandres, colocam a economia continental portuguesa em situação difícil, na medida em que o comércio em direcção ao Mar do Norte – fundamentalmente do sal da metrópole – constitui um elemento essencial do seu sistema de troca.<sup>35</sup>

Finalmente, a partir das primeiras formulações do projecto de União das Armas, ou seja, de solidariedade defensiva entre as diferentes coroas da monarquia

---

<sup>33</sup> Cf. MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, pp. 153, 154.

<sup>34</sup> RODRIGUES, Jorge Nascimento e Tessaleno Devezas (2009), *Portugal. O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*, p. 361.

<sup>35</sup> Acresce a esta lista o facto de que após a morte de Filipe I (de Portugal) em 1598, o ‘ciclo da prata’, que já vinha numa fase descendente desde o pico em 1595, caiu a pique a partir de 1630, perdendo Sevilha peso nos eixos transnacionais, já a partir de 1620. O que afectou seriamente Lisboa, que amoejava na Casa da Moeda muito desse tráfico intenso da prata das Américas, que como *commodity money* tinha substituído a prata alemã desde os anos de 1530.



hispânica, a exigência de recrutamentos de tropas em terras portuguesas exerce uma pressão crescente sobre o reino e provoca um claro descontentamento, sobretudo, das camadas populares.

### **A entrada em cena da Inglaterra e o fim da União Ibérica.**

Ao fim de várias intervenções armadas esporádicas que se traduziram em vinte e um anos de guerra contra a Espanha, Portugal celebra um tratado com a Inglaterra, em 23 de Junho de 1661.<sup>36</sup> Em troca de vantajosas condições concedidas aos ingleses, Portugal obtinha o apoio externo que, como afirma Soares Martínez, “presumivelmente decidiu a guerra da Restauração”.<sup>37</sup> O desejo de separação que a Restauração manifesta é satisfeita com o fim da União Ibérica.

A opção britânica pode-se explicar pela importância para Portugal das vias marítimas relativamente às quais, os ingleses poderiam assegurar um melhor apoio. Esta opção implicava, entre outros sacrifícios, o abandono em favor da Inglaterra, das posições fundamentais obtidas no Oriente mas que Portugal – forçado a acatar o novo regime ‘grociano’ do *mare liberum*<sup>38</sup> –, não tinha muitas possibilidades de conservar. Os privilégios e benefícios do comércio das Índias Orientais estavam, de qualquer modo, perdidos para os portugueses. A organização mundial assente no tratado de Tordesilhas entretanto desaparecera.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> Em 1661, ficou acordado o casamento de Carlos II de Inglaterra com D. Catarina de Bragança, entregando-se aos ingleses Tânger e Bombaim.

<sup>37</sup> MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, p. 200.

<sup>38</sup> A Companhia Holandesa das Índias consulta Hugo Grócio após a captura, em 1603, de uma nave portuguesa “Santa Catarina” que viajava de Macau para Goa com um botim de grande valor. “O alto mar propriamente infinito é uma coisa comum a todos e não susceptível de ocupação”. O *Mare Liberum* de Grócio suscitou réplicas, e toda uma série de escritos polémicos. Entre estas, as mais conhecidas devem-se ao português Serafim de Freytas (1570-1633) que ensinou em Valladolid, e ao jurista inglês John Selden (1584-1654), autor do *Mare clausum* (relativo aos mares que rodeiam as ilhas britânicas). Freytas admite, igual que Grócio, que o mar é coisa comum mas considera a possibilidade de uma quase-posseção, equivalente a um direito preferencial e de controlo em determinadas zonas para determinados estados. Freitas defende o direito dos portugueses a penetrar nas Índias Orientais com o fim de difundir a fé cristã, por delegação do Papa. Cf. TRUYOL Y SERRA, António (1995), *História de la Filosofía del Derecho y del Estado*. Livro 2, p. 206.

<sup>39</sup> Cf. MARTINEZ, Pedro Soares (2010), op. cit., p. 208.

## **Portugal e Espanha, em lados opostos.**

Em 1668 (ano que marca o fim da Guerra de Restauração entre Portugal e a Espanha), o triunfo dos estados protestantes na Europa parecia mais o menos consolidado. A comunidade dos povos cristãos fora profundamente dividida pela Reforma. O poder de Roma achava-se necessariamente diminuído. Era forçoso entender que a República Cristã, em cujos quadros, os impérios de Portugal e a Espanha se formaram e desenvolveram, tinha ruído.

Ao mesmo tempo que observamos a emergência de novos poderes, assistimos à deterioração das relações entre Portugal e a Espanha e ao reaparecimento das fronteiras.

Com efeito, a partir de 1704, Portugal entra novamente numa guerra contra a Espanha. Portugal aliado da Inglaterra, e a Espanha do lado da França, em lados opostos: a Guerra da Sucessão Espanhola (1665 e 1715) e mais tarde, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), ambas originadas principalmente pela rivalidade colonial e económica anglo-francesa, mas também sustentadas pelas rivalidades luso-espanholas ao longo das fronteiras físicas, culturais e mentais, de que Schaub nos falara<sup>40</sup>. Estes conflitos tiveram naturalmente reflexos de avanços e recuos também, e principalmente, nas fronteiras nas colónias americanas.

### **I.3 A perda das colónias. O Liberalismo e o fim da monarquia em Portugal (1810-1908).**

Às guerras na Europa seguiram anos de ‘bom entendimento’ luso-espanhol que permitiram a Portugal, podemos dizer, uma relativa independência face a Inglaterra. A

---

<sup>40</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1649)*, p. 98. “A guerra de desgaste, mal financiada e mal preparada, que a Coroa de Castela impõe a Portugal cristaliza oposições que não estavam verdadeiramente constituídas. Esta guerra, que durou cerca de trinta anos, foi capaz de desfazer sociedades fronteiriças cuja capacidade de troca havia talvez aumentado durante o período da união. Aniquilou o espaço social de transacção entre as sociedades portuguesa e castelhana. Engendrou uma fronteira física, cultural e mental que ainda custa a apagar”.

partir de 1789, acontece a Revolução Francesa e com esta, a influência de novas ideias que serão promotoras da transição, mais tarde, para um primeiro e curto Liberalismo, tanto em Portugal como na Espanha.

**Napoleão Bonaparte empurra Portugal para fora da península. Inglaterra entra novamente em cena.**

Em 1801, tem lugar a Guerra das Laranjas como sequência, por um lado, da recusa portuguesa em aliar-se à França contra a Inglaterra (aliado tradicional de Portugal) e, por outro, de um acordo entre a França e a Espanha prevendo a partilha do território luso. Napoleão Bonaparte e os espanhóis pretendem que o príncipe regente de Portugal abra os portos aos navios espanhóis e franceses, não o conseguindo, invadem o seu território, na península. As hostilidades terminam com a perda de Olivença<sup>41</sup>, por parte do reino de Portugal.

Mais tarde, em 1807, um novo capítulo da guerra europeia abre-se com os acordos secretos de Tilsit<sup>42</sup>, entre a França, a Rússia e a Prússia. Em 22 de Outubro é iminente a invasão das tropas francesas na península ibérica, incluindo a Espanha, e desata-se a Guerra Peninsular – desta vez, Portugal<sup>43</sup> junto com o seu vizinho espanhol – contra as invasões de Napoleão Bonaparte (1807-1814), contando com o apoio da Inglaterra. O desenvolvimento do conflito armado obriga o rei da Espanha, Fernando VII, a abdicar. Entretanto Portugal celebra com o seu aliado inglês uma convenção secreta prevendo a transferência da Corte para o Brasil, a ocupação da Madeira por tropas inglesas, e a celebração de um novo tratado de comércio.

---

<sup>41</sup> A ‘questão de Olivença’ mantém-se ainda hoje em aberto.

<sup>42</sup> Os Tratados de Tilsit foram celebrados pela França de Napoleão I com a Rússia (secreto, 7 de Julho de 1807) e com a Prússia (público, 9 de Julho de 1807), na localidade de Tilsit, hoje Sovetsk, e estabeleciam entre outros aspectos, o fim das dinastias dos Bourbon em Espanha e dos Bragança em Portugal.

<sup>43</sup> Portugal, em 1807, é uma importante potência naval de segunda fila. É uma potência que controlava ainda 10% do comércio atlântico, que obtinha do Brasil grande parte da sua força económica, que era capaz de armar uma substancial Frota de treze navios de linha, que podia mobilizar um exército de primeira linha, que controlava as técnicas militares mais evolucionadas do seu tempo, e que produzia, sem ajuda externa, os mais complexos sistemas de armas. Cf. TELO, António José e Hipólito De La Torre Gómez (2003), *Portugal y España en los sistemas internacionales contemporâneos*, pp. 24, 25.

Estando já no Brasil, o príncipe D. João, por carta régia de 28 de Janeiro de 1808, determinou a livre admissão nos portos brasileiros de todos os géneros transportados em navios portugueses ou de nações em paz com Portugal, e declarou igualmente a liberdade de exportação das mercadorias brasileiras. “ (...) O novo regime apenas beneficiava a Inglaterra, pois só esta se encontrava em condições de aproveitar a abertura dos portos brasileiros aos navios e géneros estrangeiros”<sup>44</sup>. Em 1810, Portugal e a Inglaterra assinam vários acordos, entre os quais podemos destacar, o Tratado de Comércio e Navegação, através do qual a Inglaterra passa a poder gerir directamente, isto é sem intermediários, o seu comércio com a colónia portuguesa.

“Ausente no Brasil; comprometido com o engrandecimento da antiga colónia a expensas da pátria europeia; tendo criado, quando ainda regente, em 1815, um Reino Unido não previsto nas antigas leis e costumes portugueses que ele, no entanto, jurara guardar, D. João VI abriu uma fissura na sua legitimidade, que forneceu justificação para o exército reclamar, em 1820, a reposição do contrato primitivo entre o soberano e os seus súbditos, alegadamente violado pela situação que vivia o país”<sup>45</sup>.

### **A independência do Brasil e o enfraquecimento da monarquia em Portugal.**

A independência do Brasil em 1822, e a consequente perda de parte do seu império gerou um descontentamento geral entre os portugueses da metrópole. A adopção de uma carta constitucional, em 1826, por parte da monarquia portuguesa, com Pedro IV, adiará no meio das lutas entre liberais e absolutistas, o declínio da coroa.

---

<sup>44</sup> Na base do tratado de 1810, a Inglaterra, com dificuldades sérias para escoar a sua produção, em consequência da guerra e do bloqueio continental, tudo passou a exportar para o Brasil. Parece que até patins para gelo. E as matas brasileiras do litoral foram devastadas para alimentar as indústrias do mobiliário da Inglaterra. Cf. MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, pp. 373, 375.

<sup>45</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2010), *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, p. 23.

À euforia colonial juntara-se, anos mais tarde, a exaltação patriótica após o ultimato britânico de 1890<sup>46</sup>, contra as pretensões de expansão portuguesas no território africano, agravando ainda mais a situação de instabilidade política e social que vivia Portugal.

Em 1908, ocorre o regicídio ou assassinato do rei português D. Carlos. O projecto político, atribuído a João Franco<sup>47</sup> – que visara integrar a vida partidária provinciana e urbana em conflito –, no quadro de uma monarquia agonizante, junto ficara liquidado. É então, em 1910, quando se inicia a Revolução Republicana em Lisboa.

### **Liberalismo e Iberismo.**

Na Europa mediterrânica, a Revolução Liberal – que se prolonga graças às invasões napoleónicas – é associada à independência política, à construção dos estados-nação e à promoção do económico e cultural.<sup>48</sup> No seio da elite intelectual portuguesa, particularmente, o pessimismo provocado pela situação de caos político, económico e social, que se vive no país leva a alguns dos seus membros a promover e defender a ideia de uma “federação ibérica”, em torno dos ideais liberais. Entre outros, Latino Coelho, Antero de Quental, Pinheiro Chagas e Oliveira Martins, foram expoentes ilustres desta forma de federalismo.

---

<sup>46</sup> Como resposta ao ‘plano colonial’ português em território africano ou “mapa cor-de-rosa”, as autoridades inglesas enviam um telegrama ao governo português, a 11 de Janeiro de 1890, exigindo a retirada imediata das forças militares portuguesas mobilizadas nos territórios entre Angola e Moçambique (hoje Zimbabwe e Malawi). Para uma melhor análise e compreensão do tema sobre a relação política externa / política interna nesse momento decisivo da história contemporânea de Portugal, veja-se TEIXEIRA, Nuno Severiano (1998), “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês”.

<sup>47</sup> João Franco (1855-1929) assume o poder em 19 de maio de 1906, ficando com a pasta do Reino.

<sup>48</sup> Sobre a influência das ideias de civilização e liberdade das Revoluções Americana e Francesa sobre a Revolução Liberal em Portugal, através do pensamento de Almeida Garret, veja-se PEREIRA, José Esteves (1999), “Portugal na Balança da Europa - Um roteiro de mareante”. Ainda, sobre o tema “Liberalismo e Iberismo”, o professor português Justino Magalhães faz uma aproximação teórica muito interessante, em MAGALHÃES, Justino (s.d.), “Nacionalismos e Iberismo na Formação dos Sistemas de Ensino Peninsulares”.

A ideia / objectivo geopolítico central, comum aos vários ‘autores iberistas’ parecia ser o de quebrar os laços de dependência da Inglaterra – promovidos sobretudo pela dinastia dos Braganças, desde 1640 – incluindo inclusive, seguindo Jorge Nascimento Rodrigues e Tessaleno Devezas, “uma ambição mais vasta de coligar todos os países que falam português e castelhano numa espécie de internacionalismo latino”. A criação desta nova potência europeia – a República Federal da Ibéria, como chegou a chamar-lhe Sebastião de Magalhães Lima – serviria, entre outras coisas, para “terminar com os insultos e arremetidas de Inglaterra à Africa portuguesa”. Nada disto passou do papel e do debate ideológico.<sup>49</sup>

Como alternativa à União Ibérica, surge também o projecto de «aliança-peninsular» proposto pelo pensador alentejano António Sardinha, através da sua obra “A Aliança Peninsular - Antecedentes e Possibilidades”, de 1924, dedicada «À memória daqueles soldados espanhóis que, regando com seu sangue anónimo as penhas de Marrocos, souberam dar vida num século sem esperança a toda a grandeza histórica da Península»<sup>50</sup>. Presente no autor, a ideia de que «Portugal, ligado à Espanha pela mesma finalidade exterior, recupera novamente, o senso adormecido da sua antiga vocação mundial», ganhará expansão, em certos círculos literários espanhóis e portugueses.<sup>51</sup>

#### **I.4 Da Primeira República ao Pacto Ibérico entre ditaduras.**

Ao proclamar-se a República em Portugal, a revolução junto a crescente crispação entre o novo poder republicano e a Igreja Católica provocaram no exterior, a imagem de um Portugal submerso na anarquia e num verdadeiro caos político-social. Isto gerou naturalmente o perigo de contágio revolucionário ao outro lado da fronteira. César Oliveira afirma que, “O monarca espanhol tentou entusiasmar a

---

<sup>49</sup> Cf. RODRIGUES, Jorge Nascimento e Tessaleno Devezas (2009), *Portugal. O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*, pp. 420, 421.

<sup>50</sup> António Sardinha, citado por CABRITA, Maria da Conceição V. Serra Pontes (2010), “Aliança-Peninsular”.

<sup>51</sup> Cf. CABRITA, Maria da Conceição V. Serra Pontes (2010), op. cit.

Inglaterra a apoiar uma intervenção espanhola sobre a jovem República portuguesa para por termo às ameaças que sentia serem induzidas desde Lisboa”<sup>52</sup>.

Os argumentos por parte da Espanha não pesam o suficiente na decisão da Inglaterra de reconhecer a República portuguesa em 11 de Setembro de 1911, precipitando a partir daí, naturalmente, outros actos formais de reconhecimento por parte de uma série de potências europeias, incluindo a mesma Espanha.

### **Os primeiros anos da República portuguesa e entretanto a I Guerra Mundial.**

Nos seus primeiros anos, a República portuguesa parece esforçar-se, sobretudo, na diversificação das suas relações exteriores – condicionadas como estavam por uma forte dependência financeira e económica da Grã-Bretanha – com países como o Brasil e os EUA.

Numa conjuntura marcada pela I Guerra Mundial (1914-1918), a jovem República ainda com um império a salvaguardar é obrigada a participar na guerra junto à aliada Inglaterra. Ao vizinho peninsular, por outro lado, resultava-lhe mais útil e profícuo um entendimento entre os dois estados sob pena de sucumbir perante a cobiça das grandes potências. Em relação a Grande Guerra, Espanha – perdido o seu império – decide permanecer neutral.

Não obstante a melhoria nas relações entre os dois países ibéricos, a Espanha parece não abandonar as suas pretensões hegemónicas em relação ao seu vizinho na península. Nesse sentido César Oliveira afirma que, “aquando o fim da I Grande Guerra, no seio da Sociedade de Nações, a Espanha ainda tenta encontrar apoio para intervir em Portugal”<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações luso-Espanholas*, p. 20.

<sup>53</sup> Idem, p. 31.

## **O Pacto Ibérico entre ditaduras.**

As consequências da I Guerra Mundial foram desastrosas para a Europa, não tanto para a Espanha, que vira crescer espectacularmente as suas exportações. Para Portugal, o pós-guerra foi simultaneamente próspero e apocalíptico.

A taxa de crescimento anual do PIB português, estimada para a década de 1920, por exemplo, é a maior entre 1890 e 1950: um 3,83% contra 1,29%, entre 1900 e 1910, 0,29% entre 1910 e 1920, e 1,84% entre 1930 e 1940. Indústrias como a das conservas de peixe cresceram com a guerra, e grandes firmas portuguesas do século XX, como a Companhia União Fabril, consolidaram-se. Mas houve também grandes dificuldades, em parte devido à ruptura dos equilíbrios financeiros. O Estado português saiu da guerra arruinado, mas os governos não hesitaram em sobrecarrega-lo com as suas clientelas. As receitas do Estado diminuíram, a moeda desvalorizara-se e o défice público e a dívida pública aumentaram sobremaneira. Ao desequilíbrio orçamental juntou-se o da balança de pagamentos, atingida pela quebra da reexportação colonial e das remessas dos emigrantes. A inflação abalara a sociedade.<sup>54</sup>

A instabilidade político-social que se vivia favoreceu naturalmente a emergência de regímenes de ditadura militar em Portugal e na Espanha. Os ideais liberais perdem terreno no meio das inúmeras demandas políticas, económicas e sociais que lhes colocam os vários sectores das suas respectivas sociedades.

Em Portugal, começa um sistema ditatorial com a subida ao poder, em 1915, do general Pimenta de Castro. Os anos de 1917 e 1918 são de perseguição aos republicanos. A revolta militar de 28 de Maio de 1926, dirigida por Gomes da Costa, coloca António de Oliveira Salazar à frente do Ministério das Finanças. A partir desta data, Portugal e a Espanha começam a estreitar cada vez mais os seus laços.

Em 1927 iniciaram-se as conversações que conduziram a assinatura do Primeiro Acordo Internacional sobre o Douro. O êxito deste acordo favoreceu a emergência de

---

<sup>54</sup> Cf. RAMOS, Rui (2009), (Coord.) *História de Portugal*, pp. 614, 615.



um ‘esforço comum’ no sentido de a Espanha e Portugal começarem a tratar muitos dos aspectos emergentes das suas relações bilaterais. Podemos destacar entre outras, a Conferencia Económica Luso-Espanhola, de Maio de 1928, onde foram abordados temas relevantes como o das comunicações por caminho-de-ferro e das novas estradas transfronteiriças, o tema das redes telegráficas e telefónicas, e o tema dos problemas suscitados pelo comércio bilateral de uma série de produtos. Os limites dos respectivos territórios e a definição exacta do traçado das fronteiras terrestres também foram objecto de negociação e de um acordo, finalmente traduzido no Tratado de Conciliação e Arbitragem, de 1928.

### **O apoio de Salazar ao regime de Franco.**

Em Abril de 1931 – ao mesmo tempo que em Portugal era construído o Estado Novo – , em Espanha era implantada a II República. Isto pressupunha uma clara ruptura política entre os dois governos que iria complicar, mais uma vez, a relação bilateral.

Em 1932, depois de ter ocupado o cargo de ministro interino de colónias dois anos antes, Salazar é eleito presidente do Conselho. As preocupações sobre o futuro do regime Salazarista, tendo em conta a evolução política (que conduziria a uma guerra civil) da Espanha – marcada pelas fortes rivalidades existentes entre as facções da Esquerda e da Direita – , levam o governo de Lisboa a tomar a decisão, em finais de 1935, de avançar simultaneamente com o rearmamento do exército e de intervir nos assuntos internos espanhóis, apoiando aos conspiradores militares da Direita contra a República. A Guerra Civil de Espanha passa a ser vista como a principal ameaça externa para Portugal. Neste sentido, António José Telo afirma que “O Estado Novo eleva a um primeiro plano a necessidade de garantir a segurança e continuidade do regime e

decide correr os riscos que isso implica, especialmente os riscos de apoiar ao franquismo quando (por outro lado) é iminente a guerra na Europa”<sup>55</sup>.

É certo e seguro o apoio político, económico e logístico português, e são perfeitamente conhecidas as facilidades concedidas em Portugal para o recrutamento de voluntários para a Legião Estrangeira. Não é menos verdadeira a afirmação, segundo refere César Oliveira, de que foi no plano diplomático que Oliveira Salazar desencadeou acções e tomou iniciativas que asseguraram à sublevação liderada por Franco, a dimensão internacional que não tinha quando ela se iniciara.<sup>56</sup>

Em 1 de Abril de 1939 acaba a Guerra Civil e inicia-se um período de trinta e oito anos de ditadura na Espanha, com o General Francisco Franco no poder. O apoio do Estado Novo à causa protagonizada pelo general Franco aproximou os dois estados. Com efeito, as relações económicas de Portugal com a Espanha viriam a conhecer um quadro novo tutelado pelo Tratado de Amizade e Não Agressão ou Pacto Ibérico, de Maio de 1939.<sup>57</sup> Para Juan Carlos Jiménez, a ideia da “aliança peninsular” foi essencial para transformar as relações hispano-portuguesas já que a imposição dos autoritarismos franquista e salazarista fizeram desse pacto, o fundamento conceptual das suas respectivas políticas de vizinhança.<sup>58</sup>

### **Apesar da ‘aliança peninsular’, opções de inserção internacional diferentes.**

Salazar fazia assentar toda a política externa portuguesa na consolidação e no reforço da ‘aliança luso-britânica’ – pedra angular da defesa da política colonial portuguesa – , e na vocação atlântica de Portugal, recusando-se ao mesmo tempo, a

---

<sup>55</sup> TELO, António José e Hipólito De La Torre Gómez (2003), *Portugal y España en los sistemas internacionales contemporáneos*, p. 128.

<sup>56</sup> Cf. OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações luso-Espanholas*, p. 41. Neste ponto, convém lembrar que os republicanos espanhóis não só contavam com o auxílio soviético mas também com o apoio e a simpatia de todos os heróis românticos do mundo retratados, de maneira ímpar, por Ernest Hemingway, no seu grande romance “Por quem dobram as campanas” (1940).

<sup>57</sup> A Inglaterra não se oporia a esta aliança, desde que fossem salvaguardados os compromissos existentes, de parte de Portugal. Veja-se VICENTE, António Pedro (2003), *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações Peninsulares no século XX*, pp. 229-232.

<sup>58</sup> Cf. JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), *España y Portugal en transición*, p. 174.

um maior envolvimento nas questões e problemas no quadro do continente europeu. A Espanha de Franco orientava a sua política exterior para a amizade com os regimes totalitários vigentes na Alemanha e na Itália (de quem também tinha obtido apoio durante a Guerra Civil); para a afirmação do ideário da Hispanidade<sup>59</sup> na América Latina; e não escondia o desejo de expandir a sua presença no Norte de África, nem o propósito de solucionar a seu favor, a questão de Gibraltar.<sup>60</sup>

Em 29 de Julho de 1940, Portugal e a Espanha assinam o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol. O protocolo comprometia os dois estados no sentido de iniciarem um processo de consultas mútuas sempre «que se prevejam ou ocorram factos que pela sua natureza possam comprometer a inviolabilidade dos seus respectivos territórios metropolitanos ou constituir perigo para a segurança ou independência de uma ou outra das partes». Este novo instrumento diplomático entre os dois países era para Portugal, assim como o tratado de Março de 1939, uma garantia contra a aproximação hispano-alemã, e era a sua vez para a Espanha, uma salvaguarda contra eventuais consequências da ‘aliança luso-britânica’.<sup>61</sup>

Quando iniciou a II Guerra Mundial, Portugal e a Espanha, ‘instavelmente neutrais’ no conflito, encontravam-se inseridos internacionalmente, mais uma vez, em lados opostos.

### **Portugal, pivô de ligações aéreas e marítimas entre a Europa e o resto do mundo.**

Cabe aqui referir que, na conjuntura da II Guerra Mundial, a neutralidade de Portugal no conflito junto com a mais-valia que constitui a sua localização geográfica

---

<sup>59</sup> Conceito associado à uma visão nostálgica da Espanha imperial e que visa legitimar projectos políticos centralistas e autoritários. Sobre este tema, recomenda-se a leitura do texto de JUAN-NAVARRO, Santiago, “Una sola Fé en una sola Lengua: La hispanidad como coartada ideológica en el pensamiento reaccionário español”, pp. 392-399.

<sup>60</sup> OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações luso-Espanholas*, p. 55.

<sup>61</sup> Idem, p. 66.

no extremo mais ocidental do Velho Continente transformou o território luso no mais importante centro de ligação entre o continente europeu e as Américas.

Com efeito, as carreiras marítimas e as linhas de navegação aérea passaram a ter Lisboa como o seu centro operacional mais importante. Portugal transformou-se assim, sobretudo depois da ocupação da Bélgica, Holanda e França (no início do verão de 1940) pelos exércitos do Hitler, no ‘local de esperança’ para milhares de refugiados de todos os cantos da Europa, num ponto de passagem quase obrigatório de militares, civis e mercadorias diversas que transitavam da América do Norte, da América Latina e de África para a Europa e para o Mediterrâneo.<sup>62</sup>

### **I.5 Do “pacto de amizade” ao primeiro parceiro comercial, em democracia.**

Em Fevereiro de 1942, Franco e Salazar reúnem-se em Sevilha. Para Salazar era evidente que a Inglaterra não estava derrotada e tentara convencer Franco de que a germanização da Europa implicava a satelitização de Portugal e Espanha, e eventualmente, a perda de influência dos estados peninsulares na África e na América Latina. Segundo César Oliveira, este encontro marcaria o fim do período das desconfianças entre os dois governos.<sup>63</sup>

### **O fim da II Guerra Mundial e o isolamento internacional da Espanha.**

Finda a II Guerra Mundial, Portugal e a Espanha – que se tinham mantido, desde uma posição de neutralidade, afastados do conflito que destruiu uma boa parte da Europa – vão defrontar outro tipo de problemas, o isolamento internacional imposto pela comunidade internacional à Espanha, através da Resolução nº 39 da

---

<sup>62</sup> OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações luso-Espanholas*, p.79. Um dos maiores filmes da história do cinema americano “Casablanca” (1942) retrata bem a cidade de Lisboa como o “destino da esperança”, no meio do cenário de guerra.

<sup>63</sup> OLIVEIRA, César (1995), op. cit., p. 67.

Assembleia Geral das Nações Unidas (Dezembro de 1946).<sup>64</sup> Efectivamente, a excepção do Núncio Apostólico e as embaixadas de **Portugal, Argentina e República Dominicana**, os restantes países e organizações retiraram todos os seus representantes diplomáticos do país ibérico.

Parece-nos evidente que numa conjuntura de pós guerra agravada pela situação de isolamento internacional, Espanha precisara de Portugal como introdutório do relacionamento que se queria com os vencedores, principalmente com a Grã-Bretanha e os EUA. Para o Governo português, como refere Juan Carlos Jiménez, a assunção de uma concepção realista do interesse nacional – no quadro de uma clara confrontação bipolar contra o expansionismo soviético – impõe uma nova visão de conteúdo político mas sobretudo de índole defensivo-militar: o conceito da península como “unidade estratégica”. “Franco era uma solução política má, mas em caso de confrontação seria sempre um aliado que assegurasse uma península ibérica anti comunista e em ordem”<sup>65</sup>.

### **A Guerra-fria. A percepção de uma ameaça comum e a divergência de interesses dos países da península em relação à Europa democrática.**

Em 20 de Setembro de 1948, as autoridades portuguesas e espanholas decidem a prorrogação do Pacto Ibérico de 1939. Tudo parecia indicar a ausência de sombras no panorama do relacionamento luso-espanhol. Contudo, durante o primeiro semestre de 1949, surgem algumas divergências. Em 4 de Abril de 1949, Portugal participa como membro fundador, na Aliança do Tratado do Atlântico Norte, passando a deter uma clara supremacia no plano das relações externas (com a garantia da “defesa colectiva” em caso de agressão, que a OTAN lhe concedia), na península. Este facto fora visto pelos espanhóis, num primeiro momento, como sendo incompatível com o Tratado de Amizade e Não Agressão.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> A Resolução 39/1946 encontra-se disponível [Em linha] no sítio da ONU.

<sup>65</sup> JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), *España y Portugal en transición*, p. 189.

<sup>66</sup> Veja-se VICENTE, António Pedro (2003), *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações Peninsulares no século XX*, pp. 235-251.

No plano internacional, num contexto de Guerra Fria, os aliados ocidentais reconhecem a importância estratégica de toda a península, incluindo a Espanha, e passam a favorecer as duas ditaduras peninsulares nas respectivas estratégias de contenção do expansionismo soviético. Com a admissão da Espanha na ONU, juntamente com Portugal, em 1955, podemos dizer que culmina definitivamente o período de isolamento internacional da Espanha de Franco.

A evolução dos acontecimentos internacionais conduzirá – ainda no quadro do confronto bipolar entre as superpotências – a um período marcado pela “coexistência pacífica” reduzindo claramente a primazia da ‘segurança internacional’ como motor das relações externas das duas ditaduras. O conceito essencial que tinha articulado a relação peninsular até os anos de 1960, isto é, o da península como “unidade estratégica indivisível” começara a perder sentido. Os contactos entre os líderes dos dois países ibéricos passam a ser a partir de então, cada vez mais escassos.<sup>67</sup>

Como consequência, a intensidade nas relações luso-espanholas diminui, ficando cada vez mais claro que à aproximação política entre os ditadores peninsulares, Salazar e Franco, não correspondera o aprofundamento dos vínculos económicos entre os dois países. Nesse sentido César Oliveira afirma que,

“Salazar não queria abordar certas problemáticas com Franco. Os receios ante o potencial económico-comercial da Espanha, largamente superior à capacidade portuguesa, os eventuais perigos de um regresso à agressividade expansionista da hispanidade imperial, propostas a seguir ao termo da Guerra Civil, pela *Falange*, o temor de ficar amarrado a compromissos que limitariam as possibilidades de relacionamento externo de Portugal e a preocupação de defender os territórios coloniais de penetração de capitais e interesse espanhóis eram, entre outras, razões da resistência portuguesa às propostas de intensificação das relações económicas com a Espanha”<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> A última reunião registada entre Franco e Salazar foi em Mérida, em 14 e 15 de Maio de 1963.

<sup>68</sup> OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações luso-Espanholas*, p.126.

Para Salazar, Portugal era um país periférico do ponto de vista político e económico na península e na Europa. Daí a resistência do líder ditador português, ao contrário dos espanhóis, a uma aproximação às Comunidades Europeias. Uma alternativa melhor parecia ser a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, siglas em inglês), sem dúvidas um esquema de cooperação muito mais flexível e compatível com a permanência de um Portugal colonial, e ainda de regime autoritário. Assim, em 30 de Dezembro de 1959, é assinado em Lisboa o instrumento diplomático que torna Portugal membro da EFTA.<sup>69</sup> No mesmo ano, Portugal igual que a Espanha, pouco tempo antes, tornara-se também membro do FMI e do BIRD.

### **A ‘questão colonial’ e o isolamento político internacional de Portugal.**

A partir de 1955-56, todas ou quase todas as iniciativas portuguesas do domínio da política externa ou das grandes opções do relacionamento económico externo têm a ‘questão colonial’ como pano de fundo. Mas as guerras africanas pressupunham contrariar um valor que se tinha tornado essencial para a sociedade internacional ao configurar-se como princípio do Direito Internacional. Assim, progressivamente, o Estado Novo vai perdendo legitimidade internacional.

A Espanha, pelo contrário, pareceu ter-se apercebido da mudança, iniciando a liberalização do regime, a abertura ao “internacionalismo”, e a aproximação ao “terceiro-mundismo”. Livre da questão colonial, conseguiu resolver o seu residual problema africano sem perder as praças do Norte de África (Ceuta, Melilla), e logo no início da década de 1960, foi eleita membro do Conselho de Segurança com os votos indispensáveis dos neutralistas.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> A EFTA é uma organização europeia fundada a 4 de Janeiro de 1960, na cidade de Estocolmo, Suécia, pelo Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, países que não tinham aderido à Comunidade Económica Europeia (CEE). A Finlândia foi admitida em 1961, a Islândia em 1970 e o Liechtenstein em 1991. Hoje, a EFTA é apenas constituída por quatro países: Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia.

<sup>70</sup> Cf. MOREIRA, Adriano (2000), “Reencontro Peninsular: Predomínio dos Factores Exógenos”, p. 11.

Contrariando a tendência de um claro isolamento político, do ponto de vista internacional, Salazar receberá a visita de vários líderes que, desde 1956 manifestaram-lhe um certo apoio, do **Brasil**, Paquistão, Indonésia, Etiópia, Marrocos, EUA, Nepal, Tailândia, e também do **Peru**. Salazar ensaia uma diversificação do seu relacionamento externo que passava também pela nova política económica externa portuguesa que obteria algum sucesso formal e institucional com a reunião da EFTA em Lisboa, em Maio de 1960.<sup>71</sup>

A partir de 1961, Portugal embarca na Guerra Colonial. O conflito armado, que se prolongou por treze anos, começou em Angola. No obstante, todos os esforços realizados por Salazar para o reverter, o processo crescente de isolamento internacional acelera. Na ONU, os ataques às teses portuguesas de que os territórios africanos sob o seu domínio não eram colónias mas “províncias ultramarinas”, sucedem-se com repetidas moções em várias instâncias; as relações com os EUA – agora com John Kennedy na liderança – desenvolvem-se, numa viragem sem precedentes, com contenciosos e atritos a um ritmo de que poucos suspeitariam, pressionando os norte-americanos no sentido de o governo de Lisboa modificar substancialmente a sua política africana.<sup>72</sup> Ao longo de todo o ano de 1961, em sucessivas votações na Assembleia Geral, no Conselho de Segurança, e em outras comissões especializadas da ONU, Portugal é amplamente criticado e condenado.

“Desde a reunião do Conselho de Segurança da ONU de Março de 1961, os EUA resolveram apoiar ostensivamente o grupo afro-asiático.

Vêm assim fazendo em África uma política paralela à da Rússia. Mas esta política, que no fundo, enfraquece as resistências da Europa e lhe retira os pontos de apoio estratégicos e económicos, revela-se inconciliável com o Tratado do Atlântico Norte. Esta contradição essencial da política americana é grave, porque as contradições no pensamento são possíveis, mas são impossíveis na acção (...)”<sup>73</sup>.

---

<sup>71</sup> Cf. OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas*, p.161.

<sup>72</sup> Veja-se ANTUNES, José Freire (1991), *Kennedy e Salazar*, pp. 304-320.

<sup>73</sup> Salazar, citado por TRABULO, António (2004), *O Diário de Salazar*, p. 213.



## **Portugal e a Espanha de ‘costas voltadas’.**

As eleições presidenciais em Portugal realizadas em 1958, foram vistas desde Espanha, afirma Juan Carlos Jiménez, como “a primeira expressão de um novo perigo português consistente na potencial capacidade de contágio subversivo que as fases de liberdade política vigiada que concedia o salazarismo podiam supor para a Espanha”<sup>74</sup>.

As desconfianças espanholas estariam associadas principalmente com as actividades opositoras do General Humberto Delgado. Em Janeiro de 1960, na Venezuela, fora constituído o Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRTL), juntando elementos do Movimento Nacional Independente (MNI), presidido pelo General Delgado, e da União dos Combatentes Ibéricos, e com Henrique Galvão como dirigente designado pela parte portuguesa. Tratava-se do primeiro e único frente de oposição conjunta, formado por exilados de ambos países, com decidida vocação republicana, federalista e iberista.

Por outro lado, no quadro da ONU, manifestam-se claramente as divergências profundas entre portugueses e espanhóis quanto à política africana. A política espanhola, contrária à portuguesa, defendia as posições anti colonialistas e reconhecia os organismos da ONU como idóneos para dirimir questões como a de Gibraltar. “Salazar dissera a Franco Nogueira (ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal) que Portugal não podia confiar demasiado nos espanhóis; pensava certamente, na questão colonial (...)”<sup>75</sup>.

## **Com Marcelo Caetano no poder, as relações entre Portugal e a Espanha melhoram.**

Salazar morre em Julho de 1970. Desde os anos de 1960, a subordinação do factor ‘segurança’ perante as novas demandas económicas, comerciais, culturais, ideológicas ou tecnológicas, iniciou uma alteração profunda dos processos de inserção

---

<sup>74</sup> JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), *España y Portugal en transición*, p. 193.

<sup>75</sup> OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações luso-Espanholas*, p.166.

que levou à península a se integrar estruturalmente na Europa ocidental. Portugal e a Espanha tinham configurado um quadro de relações internacionais caracterizado pela vinculação estratégico-defensiva com a OTAN e os EUA, e pela inserção estrutural económica, social, cultural, e ideológica, no quadro da integração europeia. Em relação à Portugal – mesmo não sendo parte das Comunidades Europeias – este espaço de integração era desde a assinatura do Tratado de Roma, a sua principal referência económica e financeira.<sup>76</sup>

No plano interno, a evolução da economia portuguesa, depois de 1968, não deixou de exprimir – apesar da questão colonial – certo crescimento económico, um aumento dos investimentos estrangeiros, o reforço da capacidade produtiva do sector industrial, e uma tendência para a criação de excedentes na balança de pagamentos com o exterior, que foram gerados, sobretudo, pelos aumentos verificados nas remessas dos emigrantes portugueses na Europa, e pelas receitas do turismo. Com efeito, nos anos de 1960, e mercê do grande *boom* da expansão económica europeia, a emigração portuguesa que tradicionalmente se orientava predominantemente depois da II Guerra Mundial para a América do Sul (Brasil, Venezuela, Argentina), conheceu uma inflexão muito profunda, com o início de um fluxo de emigração para uma Europa carente de mão-de-obra não qualificada e em acelerada expansão económica.<sup>77</sup>

Na mesma década de 1960, Portugal deixa de ser uma sociedade rural para passar a ser – sem antes ter conhecido a fase industrial – uma sociedade “pós-industrial”. A transição é acompanhada por um enérgico desenvolvimento urbano e pelo crescimento de uma classe media empregada na área dos serviços. Como refere António José Telo, “criam-se as condições que permitem o funcionamento de uma

---

<sup>76</sup> Convém lembrar, seguindo a Juan Carlos Jiménez, que o «europeísmo histórico» não foi nunca um ideal partilhado por todas as correntes ideológicas em Portugal: “Para certas correntes ideológicas apegadas à reacção e ao conservadorismo, Europa era o problema que impedia uma verdadeira regeneração, que era aquela assente naquilo que estes sectores consideravam a verdadeira alma dos povos ibéricos e a verdadeira substância da sua consciência nacional, a sua essência católica e a sua profundidade criadora expressada através da missão civilizadora americana ou africana”. Cf. JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), *España y Portugal en transición*, p. 152.

<sup>77</sup> Cf. OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações luso-Espanholas*, p.187.

democracia estável e o faz a um ritmo extraordinariamente rápido sob o impulso da expansão europeia de pós guerra”<sup>78</sup>.

Com Marcelo Caetano na presidência do Conselho de Ministros, a partir de Setembro de 1968, e Laureano López Rodó, como ministro do Plano de Desenvolvimento, mais tarde ministro de Assuntos Exteriores, as relações entre Portugal e a Espanha, tanto no plano político como no pessoal e profissional, passam a ser, para além de cordiais, relativamente assíduas permitindo um novo impulso ao relacionamento luso-espanhol.

Em 1970, é assinado o Terceiro Protocolo Adicional ao Tratado de 1939, através do qual é ampliado o sistema de consultas entre os dois países, assim como o âmbito das matérias susceptíveis de consulta, confinadas até então, à área da defesa. Neste acordo pela primeira vez fazia-se referência à necessidade de criar condições para uma cooperação económica e política entre os vizinhos peninsulares.<sup>79</sup>

Marcelo Caetano, segundo refere Juan Carlos Jiménez, estava consciente de que as relações com a Espanha eram especialmente importantes para Portugal podendo conduzir o seu país no sentido da abertura económica e da transformação tecnocrática necessárias.

“Espanha desempenhava pelo tanto, um papel importante na necessária abertura económica portuguesa como economia de «enganche» através da qual paliar certos riscos derivados da inserção internacional da economia portuguesa na zona de integração europeia. Por isso um dos objectivos essenciais da sua presidência foi renovar os acordos com a Espanha: a renovação do Tratado de Amizade através de um protocolo que previa aspectos tão concretos como o estabelecimento de consultas políticas entre os MNE duas vezes por ano, além de assentar os princípios básicos para

---

<sup>78</sup> TELO, António José e Hipólito De La Torre Gómez (2003), *Portugal y España en los sistemas internacionales contemporâneos*, p. 143.

<sup>79</sup> Cf. OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações luso-Espanholas*, p.191.

um aumento da cooperação em quatro áreas preferenciais, económica, comércio, ciência e tecnologia e pesca”<sup>80</sup>.

### **O fim do regime de ditadura em Portugal e a aproximação de Portugal à Europa, junto da Espanha.**

No final da década de 1960 havia na Europa uma clara viragem à esquerda favorável à independência dos povos africanos. A impossibilidade de uma outra solução para as guerras coloniais cristalizou qualquer possibilidade de evolução do regime de ditadura salazarista sem uma profunda ruptura política, reforçou os sectores mais conservadores dos apoiantes ao Estado Novo, e não permitiu aprofundar a abertura exterior evidenciada nos primeiros anos da governação marcelista.<sup>81</sup>

De igual forma, a retórica ideológica começou a evoluir quando a Europa passou de ser uma referência histórica utópica a constituir uma realidade política e económica cada vez mais integrada. O processo de construção europeia gerou umas forças de atracção que resultaram impossíveis de evitar pelos autoritarismos peninsulares. Assim, em Portugal dos anos de 1970, refere Juan Carlos Jiménez, uma parte importante da elite económica começou a considerar que a aposta africana era contrária aos seus interesses básicos – já claramente centrados na Europa –, pelo que tendem a aceitar o câmbio de regime como condição necessária para uma nova relação com os países europeus.<sup>82</sup>

O Partido Comunista Português (PCP) foi o primeiro a reivindicar uma solução independentista para as colónias atraindo à sua órbita todos os sectores, civis e militares, que começaram a desligar-se do mito imperial<sup>83</sup>, e que aceitaram a tese de

---

<sup>80</sup> JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), *España y Portugal en transición*, p. 201, 202.

<sup>81</sup> Cf. OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas*, p.178.

<sup>82</sup> Cf. JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), op. cit., p. 41

<sup>83</sup> Juan Carlos Jiménez refere que o ideal imperial não era em absoluto um mito salazarista mas sim uma componente substantiva do nacionalismo português daí que desde finais do século XIX mobilizara não só as elites dirigentes, económica e políticas de todas as vertentes ideológicas, mas também a amplíssimas camadas da sociedade portuguesa, ao associar-se ao tópico de que essa projecção imperial

que o problema da guerra só podia ser solucionado através do reconhecimento da independência das colónias. O PCP apresenta-se assim como uma alternativa radical à ditadura enquanto a oposição democrática, mais moderada, seguia imersa na defesa do princípio de “autodeterminação” para os territórios africanos.

É importante salientar que os ‘governos comunitários’ (das Comunidades Europeias), muito especialmente o governo alemão, actuaram como factores de moderação dos processos de transição política tanto em Portugal como na Espanha. Desta opção moderadora e preventiva frente a um possível predomínio comunista resultaram amplamente beneficiados os dois partidos socialistas peninsulares. Estes últimos, não só conseguiriam o apoio externo essencial para a sua consolidação interna mas também acabariam por se converter nos centros de gravitação dos novos sistemas políticos criados, o que lhes assegurou uma preeminência eleitoral prolongada sobre a base de uma forte europeização das suas próprias estratégias políticas.<sup>84</sup>

Junto aos partidos socialistas, a Igreja Católica também desempenhara um papel decisivo como motor de mobilização social anti comunista que supôs um travão de extraordinária importância para o processo de radicalização que experimentou, sobretudo a revolução lusa. Tanto na Espanha como em Portugal a Igreja contribuiu efectivamente, de forma eficaz, para o sucesso final dos processos de transição da península.

### **A transição política de Portugal para a democracia e as repercussões sobre o processo de transição espanhol.**

A transição portuguesa teve grande impacto no regime espanhol, enfrentando sua crise mais importante, isto é, a inevitável morte do General Franco. A oposição

---

constituía além mais uma garantia de independência frente a Espanha. Cf. JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), *España y Portugal en transición*, p. 95.

<sup>84</sup> Idem, p. 158.

antifranquista saudou o 25 de Abril de 1974 como uma janela à democracia que também poderia abrir-se na Espanha.

Para o governo espanhol, o aceleração do processo revolucionário português constituía naturalmente uma ameaça. Com efeito, as fronteiras ‘porosas’ facilitaram os contactos e as conspirações de um e do outro lado, não obstante, a guerra estava fora das opções possíveis tanto para Espanha, sem meios necessários, como para Portugal, que vivia uma situação de forte instabilidade interna e com o problema colonial ainda em mãos. Nem sequer os assaltos às missões diplomáticas espanholas em Portugal, por parte das forças da ultra-esquerda, em 27 de Setembro de 1975, provocaram uma resposta que fosse para além do moderado.

### **Guarda e o fim das tensões luso-espanholas.**

As tensões entre os dois países acabaram por ser desanuviadas mais tarde, com o encontro, em Fevereiro de 1976, dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois estados, Melo Antunes e José Maria de Areilza, em Guarda, Portugal. Nesse sentido, César Oliveira refere que,

“O espírito da Guarda mais não foi do que o esforço luso-espanhol para ultrapassar as tensões e a carga de potenciais conflitos entre os dois Estados, na segurança de que em Espanha parecia ser irreversível o caminho para a democracia e de que em Portugal as tentações esquerdistas e radicais estavam duradouramente afastadas”<sup>85</sup>.

Efectivamente, em 29 de Setembro de 1976, o primeiro-ministro espanhol, Adolfo Suárez visita Portugal, já em plena normalidade constitucional e sendo Mário Soares o chefe do I Governo Constitucional. Durante a visita daquele governante espanhol deram-se os primeiros passos para a revisão do Tratado de Amizade de Março de 1939.

---

<sup>85</sup> OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas*, p.211.

A renovação do acordo bilateral deveria basear-se numa cooperação ampliada que aumentasse a vinculação económica, comercial, industrial e tecnológica e que estabelecesse, além de mais, uma concertação peninsular regular com a realização de encontros periódicos entre os ministros de Assuntos Exteriores, que devia se estender para uma acção comum na **Ibero-América**, introduzindo um novo enfoque pragmático e de participação em projectos concretos de desenvolvimento.

Em 22 de Novembro de 1977, em plena vigência da Constituição de 1976, e em pleno processo de normalização democrática, foi assinado em Madrid, um Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e a Espanha que veio substituir o Pacto Peninsular. O novo tratado rubricou o conceito da política de vizinhança, baseado na não ingerência nos assuntos internos da outra parte, na inviolabilidade das fronteiras comuns e na integridade territorial. Definiu cinco áreas de cooperação preferencial: económica, cultura, cooperação científica e tecnológica, comissão de limite e cooperação militar.

Em Maio de 1978, o rei D. Juan Carlos de Bourbon, que crescera e vivera em Portugal, juntamente com o seu pai, o conde de Barcelona, procederia à ratificação de um novo Tratado de Amizade e Cooperação Luso-Espanhola, assinado em Guimarães, durante a sua primeira visita oficial a Portugal.

### **A entrada conjunta nas Comunidades Europeias.**

As negociações para a adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias desenvolver-se-iam entre 1977 e 12 de Junho de 1985. Apesar dos receios perante a Espanha, a inserção internacional de Portugal não podia ser mais a da defesa e separação frente ao vizinho peninsular. César Oliveira refere nesse sentido que,

“Da parte portuguesa houve sempre – a partir do encontro Areilza / Melo Antunes na Guarda – o receio, culturalmente enraizado, das potenciais ameaças de um grande país e de uma grande economia perante um pequeno país que, como Portugal, tinha uma

economia fragilizada (...) Todavia, apesar dos receios referidos e de um sentimento antiespanhol generalizado na maioria da população portuguesa, a verdade é que foi na conjuntura criada pelo processo de negociação da adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias que se começou a criar um «clima» de distensão progressiva nas relações entre os dois estados”<sup>86</sup>.

A melhoria no relacionamento luso-espanhol evidenciar-se-á através das várias parcerias que se vão criando. No político-ideológico, por exemplo, constatamos no âmbito da Aliança Democrática de 1979, que entretanto fora criada, a existência de duas parcerias políticas: uma, no quadro da Internacional Socialista, englobando o Partido Socialista português (PS) e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE); outra, entre a Aliança Democrática (AD) e a União de Centro Democrático (UCD) espanhola, liderada por Adolfo Suárez. Ainda, em 1983, tiveram início as Cimeiras Luso-Espanhola, como expressão do bom relacionamento político, que continua até os dias de hoje.

No âmbito da defesa, a entrada definitiva da Espanha na OTAN, em Maio de 1982, num quadro de discussão pública com grandes polémicas e a afirmação de acentuadas divergências, e a necessidade de solucionar problemas emergentes do combate às acções terroristas e ao tráfico internacional de drogas, obrigaram também à intensificação de reuniões bilaterais entre ministros do Interior e da Defesa, para além dos contactos regulares no quadro das reuniões da Aliança Atlântica.

Fora do âmbito político e diplomático, a aproximação entre os dois estados peninsulares tem dependido muito mais das iniciativas privadas, no âmbito cultural, do turismo, empresarial e no âmbito universitário.

No âmbito das relações económicas, e no contexto do processo negocial iniciado por Portugal e pela Espanha em 1976, e que levaria ambos países a assinatura do Tratado de Adesão em Junho de 1985, colocaram-se desde o início alguns

---

<sup>86</sup> OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações Luso-Espanhola*, p.213.



problemas<sup>87</sup>, que resultavam do facto de Portugal pertencer a EFTA e a Espanha não, que entretanto foram resolvidos. Em 1 de Março de 1980, o Acordo de Comércio Bilateral Luso-Espanhol entra em vigor, visando o incremento das trocas comerciais entre os dois estados ibéricos.

Podemos dizer que as relações económicas luso-espanholas aceleraram a partir de 1980, seja em virtude do Acordo EFTA-Espanha, seja por pressão das próprias negociações para a adesão dos dois estados à CEE. O comércio bilateral, que nos tempos da ditadura tinha relativamente pouca importância ganha um grande dinamismo. Efectivamente, em 1984, Portugal era já o sexto maior cliente das exportações espanholas. Hoje, Espanha constitui, sem lugar a dúvidas, o principal sócio comercial de Portugal em termos de importações mas também das suas exportações. Quanto aos investimentos, dos 15,2%, que em 1981 representaram, os investimentos espanhóis passam a ocupar, o primeiro lugar, no total do conjunto dos investimentos estrangeiros em Portugal, nos nossos dias.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> A questão das pescas foi um dos *dossiers* mais difíceis de tratar no âmbito das negociações para a plena adesão às Comunidades Europeias: em Dezembro de 1983, o então ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, assinaria um Acordo Luso-Espanhol para as pescas que procurou corrigir certos desequilíbrios, favoráveis a Espanha.

<sup>88</sup> Sobre o tema da relação entre Portugal e a Espanha nos primórdios do século XXI, veja-se SARDICA, José Miguel (2013), *Ibéria*, pp. 325-342.



## **CAPÍTULO II. Portugal e a Ibero-América: Alguns aspectos do relacionamento histórico, até 1991.**

As potencialidades da nova terra de Vera Cruz, do seu povo, do seu clima, da abundancia e variedade de frutas, da beleza da vegetação, foram testemunhadas por Pêro Vaz de Caminha através da ‘Carta’ dirigida ao monarca português D. Manuel, aquando a “descoberta” do Brasil.<sup>89</sup> Mas as ligações de Portugal com o continente americano não foram unicamente com a terra de pau-brasil<sup>90</sup>, situada mais a sul. Efectivamente, os portugueses exploraram e estabeleceram-se noutros territórios mais a norte, e também a ocidente do mesmo continente, criando vínculos, em alguns casos duradouros, de diversa natureza.

Certamente que antes das independências, o mundo ibero-americano era muito mais fluido e muito mais poroso, desprovido como estava das questões fracturantes de identidade nacional que se colocariam mais tarde. Daí que ainda hoje, se discuta, por exemplo, se foram os espanhóis ou os portugueses, os primeiros a chegarem ao Rio da Prata, e a estabelecerem-se naquelas paragens. A maravilha arquitectónica que constitui a primeira cidade fortificada do Uruguai, Colónia do Sacramento, também a Sul; e as histórias, representações e mitos à volta do estado venezuelano de Portuguesa, mais a norte; são dois testemunhos – mas não são os únicos – da passagem, o estabelecimento e a influência dos portugueses na região, antes das independências, para além do Brasil. A relação entre Portugal e a Espanha condicionara a natureza desses mesmos vínculos.

---

<sup>89</sup> Cf. AZEVEDO, Ana Maria e Maria Paula Caetano N. Águas (2000), *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil*, p. 14.

<sup>90</sup> Quando chegaram ao Brasil, os portugueses se depararam com uma árvore de madeira muito resistente, de cor avermelhada como a cor da brasa, muito parecida com o pau-brasil que tinham encontrado na Ásia, e que era muito utilizada pela indústria tintureira. Até 1532, quando a cana-de-açúcar começa a ser cultivada com excelentes resultados, o pau-brasil constituiria a principal riqueza explorada pelos portugueses em terras americanas.

*Nada o muy poco sé de mis mayores  
portugueses, los Borges: vaga gente  
que prosigue en mi carne, oscuramente,  
sus hábitos, rigores y temores (...)*<sup>91</sup>.

## **II.1 A União Ibérica (1580-1640): convergência e conflito de interesses nas Américas.**

Desde a primeira viagem de Colombo em 1492, colocou-se entre Portugal e a Espanha, o problema da delimitação dos espaços marítimos e terrestres que entretanto foram “descobertos”, ocupados e colonizados. A história evidenciará avanços e recuos nas fronteiras, particularmente entre o Brasil e o território das Províncias Unidas do Rio da Prata. Não obstante, quando as duas coroas se uniram em 1580, a rivalidade territorial<sup>92</sup> entre as duas grandes potências colonizadoras foi ‘interrompida’ pela convergência de interesses, entre portugueses e espanhóis.

Efectivamente houve o avanço da linha de Tordesilhas (de 1492) porque era permitido o deslocamento dos súbditos, para além das fronteiras das suas respectivas colónias. Nesse sentido, Jean-Frédéric Schaub refere que,

“As frentes pioneiras do norte da Amazónia e do Rio da Prata, ao sul, são teatros de tensões que resultam precisamente da convergência de interesses e da concorrência

---

<sup>91</sup> Excerto do poema “Los Borges” (1960), de Jorge Luis Borges.

<sup>92</sup> Gomes, Nancy (1998), “América Latina e Caraíbas: principais zonas de tensão”, pp. 64, 65. “As linhas teóricas de demarcação fronteiriça, pouco precisas, definidas pela maioria dos tratados, suscitaram na prática da colonização, divergências que ainda hoje se mantêm entre os estados que sucedem aos dois grandes impérios, português e espanhol. O Peru e o Equador – países que protagonizaram o último conflito armado interestadual que se produziu na região – resolveram as suas controvérsias fronteiriças entre 1998 e 1999. Antes, em 1990, o Chile e a Argentina já tinham solucionado todas as suas controvérsias territoriais, com a excepção da demarcação de 50 km de uma faixa glacial ao sul da Patagónia. A tendência é, pois, para que as tensões e as controvérsias territoriais e fronteiriças sejam resolvidas por meios pacíficos e negociados ou recorrendo aos procedimentos jurisdicionais próprios do Direito Internacional. No obstante ficam alguns contenciosos / assuntos por serem resolvidos, como as reivindicações da Argentina sobre as ilhas Malvinas / Falklands, nas mãos do Reino Unido desde 1833, e motivo de guerra entre os dois países em 1982; as reclamações por parte da Venezuela de 150.000 km<sup>2</sup> (2/3 do actual território) da Guiana, disputa submetida a um processo de mediação da ONU desde 1989; as reivindicações por parte da Nicarágua de 50.000 km de plataforma marítima, na posse de Colômbia há 80 anos; e a demanda secular de uma saída ao mar por parte da Bolívia, ao Chile”.

entre as coroas de Portugal e de Castela. Convergência e concorrência não se excluíam mutuamente na imensa agregação colonial nascida da união dinástica”<sup>93</sup>.

Os portugueses foram motivados a passarem para o outro lado da fronteira brasileira, principalmente por questões relacionadas com a extracção mineira, produção e comércio de bens agrícolas, e tráfico de escravos. Para isso contribuiu em muito, o **‘ciclo da prata’ das colónias espanholas**.<sup>94</sup>

Com efeito, a riqueza e prosperidade que resultaram da exploração das minas de Potosí (no actual território boliviano)<sup>95</sup>, e das minas de Zacatecas e Guanajuato, no México, beneficiaram largamente à burguesia mercantil portuguesa, assim como as redes financeiras de cristãos novos, oriundos da metrópole. Não estranha por isso, observa o historiador português Pedro Cardim, que existam registos de súbditos portugueses que se deslocavam e instalavam por toda a região, antes da independência daqueles territórios. Encontramos por exemplo dezenas de registos de baptismos de lusos descendentes estabelecidos, ao longo do século XVII, na cidade do México, e uma quantidade significativa de portugueses que viviam na cidade de Buenos Aires, na segunda metade do mesmo século.<sup>96</sup>

### **O tráfico transatlântico de escravos e o protagonismo dos mercadores portugueses.**

Os mercadores portugueses, com a garantia do ‘exclusivo do abastecimento’ que lhes proporcionavam os *asientos* que arrendavam ao Estado espanhol, conseguiram o protagonismo no abastecimento de mão-de-obra – destinada

---

<sup>93</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric (2001), *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, p. 35.

<sup>94</sup> A mediados do século XVII a prata abarcaria mais de 99% das exportações de minérios provenientes da América hispânica. Earl Hamilton (1934), *American Treasure and the Price Revolution in Spain*, citado por GALEANO, Eduardo (1990), *Las venas abiertas de América Latina*, p. 33.

<sup>95</sup> Em 1573, Potosí tinha 120.000 habitantes. Segundo o censo de 1650, a cidade andina ganhara mais 40.000, passando para 160.000 habitantes. Era uma das maiores e mais ricas cidades do mundo, dez vezes mais habitada do que Boston, num tempo em que Nova Iorque nem sequer existia com esse nome. Cf. GALEANO, Eduardo (1990), op. cit., p. 30.

<sup>96</sup> Intervenção do historiador português Pedro Cardim, no Seminário Histórico-Diplomático “1811-2011: Revisitar a História e Perspectivar o Futuro. As Independências Latino-Americanas”, realizado no MUDE, em Lisboa, em 7/10/2011.

principalmente aos trabalhos domésticos e agrícolas – à América espanhola, vinda de África. O historiador português Arlindo Manuel Caldeira refere nesse sentido que, “no início do século XVII, a população de muitas das cidades das «índias espanholas» (como Lima ou Cidade do México) já era entre 30% e 50% de origem africana”<sup>97</sup>.

A cidade de Cartagena das Índias (Colômbia) era um dos mais animados centros económicos das Américas. Uma das principais actividades, ou mesmo a principal, lembra-nos Caldeira, era o tráfico de escravos. “Nesse tráfico, eram os grandes comerciantes portugueses que dominavam, sobretudo, a partir de 1580, quando os Habsburgo estabeleceram com eles, chorudos contractos monopolistas, abrindo transitoriamente mão do regime de administração directa pela coroa”<sup>98</sup>. Os «assentistas» lusos instalaram os seus representantes oficiais em Cartagena, continua Caldeira, montando paralelamente toda uma rede comercial que assegurava a reexportação de mão-de-obra cativa, abastecendo grande parte do Caribe e do interior do continente (vice-reinado do Peru e de Nova Espanha) e permitindo negócios compensadores a muitos portugueses.<sup>99</sup>

A cidade caribenha tornou-se assim no principal entreposto escravagista das Índias Ocidentais. Em cálculos por alto, estima-se que, entre 1595 e 1640, os «assentistas» portugueses tinham importado, através de Cartagena, «150.000 peças legais» (fora o contrabando). Uma parte desses escravos era retida na cidade e seus arredores mas a maioria era reexportada para outros pontos das Américas. Um dos principais destinos era a cidade de Lima, capital do vice-reinado do Peru, considerada a “Cartagena do Pacífico”. As minas de prata, que animavam por si só a economia da região, consumiam grande quantidade de trabalhadores escravos. Mas Lima funcionava também como plataforma de distribuição de mão-de-obra servil para toda a região peruana e ainda para o Equador e para o Chile.<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> CALDEIRA, Arlindo Manuel (2013), *Escravos e Traficantes no Império Português*, p. 30.

<sup>98</sup> Idem, pp. 198, 199.

<sup>99</sup> Ibidem.

<sup>100</sup> Ibidem.

## O peso estratégico do Brasil na União Ibérica.

A partir do ano de 1600 – sobretudo pela escassez que resulta do abandono dos campos durante os trinta anos de guerra que se vive na Europa –, a produção de bens agrícolas adquire grande importância. As plantações tornaram-se assim um factor relevante de produção, e o motor da economia ibero-americana. Neste contexto, a viabilidade económica da **exploração do açúcar** do nordeste brasileiro – mercadoria bastante rara na Europa – era posta à prova.

Efectivamente, depois das ilhas da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde, foi no Brasil, que se encontraram as melhores condições para o cultivo da cana-de-açúcar. Graças às condições de temperatura e humidade favoráveis, multiplicaram-se, sobretudo no nordeste, nas regiões de Baía, Pernambuco e de Olinda, essas unidades agro-industriais que eram os «engenhos de açúcar», bases do primeiro estágio do desenvolvimento económico brasileiro.<sup>101</sup>

Por outro lado, a costa sul-americana constituía uma escala para os navios que regressavam da Índia, mas também para aqueles que tinham como destino o Oceano Índico. Acrescente-se ainda que, para as Índias de Castela, o Brasil funcionava como uma importante barreira defensiva, especialmente para as riquezas extraídas das minas de Potosí.<sup>102</sup>

A defesa do território da América portuguesa tornara-se assim uma prioridade na estratégia dos reis Habsburgo, porquanto dela dependia, em muito, a conservação dos impérios ibéricos. A tradução institucional desta tomada de consciência deve procurar-se na efémera criação de um Conselho da Índia<sup>103</sup>, de 1604 a 1614, e em particular, pela criação da Junta de Pernambuco, em 1630. Ambas instituições, segundo nos diz Guida Marques – consideradas desde o início, pelos portugueses

---

<sup>101</sup> Cf. MARTÍNEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, p. 214.

<sup>102</sup> Cf. MARQUES, Guida (2002), “O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal”, p. 18.

<sup>103</sup> Órgão de administração e consulta sobre tudo o que dissesse respeito às possessões ultramarinas portuguesas.

como sendo onerosas e perfeitamente dispensáveis – formavam parte do esforço dos Habsburgo para também controlar o conjunto da fazenda portuguesa.<sup>104</sup>

A expansão para norte, com a conquista do território do Maranhão, a partir de Pernambuco, inscrevem-se neste contexto, em que o Brasil se tornara cada vez mais importante para a Coroa, assim como para os interesses locais. O sucesso do plano dever-se-á à aliança entre esses mesmos interesses. Como refere Marques, “à prosperidade das grandes plantações de açúcar do nordeste, juntou-se a importância estratégica daquela região, cobrindo a entrada de uma importante rede fluvial ligada ao rio Amazonas, abrindo por essa via uma porta de acesso às Índias de Castela”<sup>105</sup>.

### **Inimigos da Espanha, inimigos de Portugal.**

O sentimento de degradação da situação na União Ibérica assenta, a partir dos anos de 1620, sobre os efeitos devastadores para Portugal do empenhamento da monarquia hispânica numa guerra sem tréguas, contra as Províncias Unidas, a Inglaterra, e mais tarde, a França. O reino lusitano é duplamente afectado pelas depredações holandesas e inglesas, nas Índias Orientais e Ocidentais.

No continente americano, a partir de 1624, os holandeses desembarcam na colónia portuguesa chegando, inclusive, a instalar-se em vários pontos da costa, e ocupando Salvador da Baía, por um ano. Graças aos esforços conjuntos de portugueses e espanhóis, mais precisamente de “uma armada luso-espanhola de sessenta naus”, como refere Schaub, os invasores foram expulsos daquele território.<sup>106</sup> Mas as pretensões holandesas não ficariam por aqui.

---

<sup>104</sup> Cf. MARQUES, Guida (2002), “O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal”, p. 9.

<sup>105</sup> Idem, p. 22.

<sup>106</sup> Schaub destaca ainda a intensidade do trabalho em comum realizado pela nobreza e a magistratura portuguesa com os oficiais castelhanos dos presídios, antes dos sucessivos revesses sofridos perante os invasores, a partir de 1631. Cf. SCHAUB, Jean-Frédéric (2001), *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, p. 35.



Em 1630, uma expedição militar holandesa tomou a cidade (dos engenhos) de Olinda e Recife<sup>107</sup>; chegando, inclusive, a estabelecer um governo, e retomando, naturalmente, o comércio do açúcar – proibido pela Espanha durante a guerra – entre as Províncias Unidas, e a região nordestina do Brasil. Em 1637, o conde Maurício de Nassau<sup>108</sup> – designado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais – foi nomeado governador-geral do Brasil holandês, com o intuito de consolidar o seu domínio naquelas terras. Este episódio acabaria vinte e quatro anos mais tarde, quando os holandeses são expulsos pelos portugueses, desta vez, com o apoio dos ingleses.

## **II.2 O fim da União Ibérica e o reinício dos conflitos territoriais em território americano.**

Finda a Guerra da Restauração, duas grandes tarefas nacionais se impunham imediatamente aos portugueses. Evitar ou conter uma nova investida militar espanhola, e prosseguir na colonização do Brasil.

### **Depois do ‘ciclo da prata’ das colônias espanholas, as riquezas do Brasil.**

O poder de Portugal no sistema internacional entre 1640 e 1807 basear-se-á, em grande medida, no Brasil, e no monopólio da rota que unia o grande império americano a Lisboa.

“As exportações totais de Portugal à Europa (sobretudo à Inglaterra) alcançavam um valor médio de 49 milhões de cruzados entre 1796 e 1807. Destes mais da metade eram produtos do Brasil entre 45 e 75%, segundo os anos (...). Essencialmente Portugal

---

<sup>107</sup> Olinda e Recife eram cidades que tinham uma enorme importância para os portugueses pois a capitania de Pernambuco constituía no Brasil, a maior concentração de população oriunda da metrópole e Olinda era considerada a capital açucareira. Cf. ALMEIDA, Palmira Morais Rocha de (2008), *Poetas Brasileiros do período colonial*, p. 11.

<sup>108</sup> Atribui-se ao conde Maurício de Nassau, o mérito de ter sido o grande responsável pela urbanização desta região do nordeste brasileiro.

funcionava como uma enorme plataforma giratória entre Brasil e a Europa, sobretudo a Europa do Mar do Norte (a Inglaterra e os estados alemães). Lisboa e o Porto eram os principais eslabões desta cadeia. Era um fluxo significativo que representava umas das principais fontes de abastecimento de Europa em produtos tropicais, ouro e pedras preciosas”<sup>109</sup>.

Com efeito, depois do “ciclo da prata” das colónias espanholas – que duraria até 1660 – a colónia americana passara a ser a principal fonte de receitas para a coroa portuguesa. João IV chamar-lha-ia a “vaca leiteira”. Primeiro, como vimos, através da produção açucareira. Mais tarde, a partir de 1693 – quando a concorrência das Antilhas já lançara em crise, o comércio português do açúcar – , iniciam-se os achados de jazigos de **ouro**<sup>110</sup>, e de **diamantes**. Posteriormente, com o cultivo de **tabaco** – a que os portugueses chamavam de «erva-santa».

“Entre 1706 e 1750, Lisboa recebe num só ano 25 toneladas de ouro do Brasil. Isso rendeu em impostos régios (os quintos) algo como 3 milhões de cruzados (€ 240 milhões) em 1720, o que deu para equilibrar o Tesouro real e desenvolver obras públicas majestosas (...). A partir de 1729 juntar-se-ia a corrida aos diamantes, encontrados em Cerro do Frio, na zona aurífera (...)”<sup>111</sup>.

Convém aqui apontar também a importância que ganha o **comércio de escravos** para os portugueses, particularmente para aquelas comunidades que residiam no Brasil, e que participavam, directa ou indirectamente, no tráfico negreiro, num contexto económico, onde as principais actividades eram essencialmente de natureza extractiva.<sup>112</sup>

---

<sup>109</sup> TELO, António José e Hipólito de la Torre (2003), *Portugal y España en los sistemas internacionales contemporâneos*, p.20.

<sup>110</sup> RODRIGUES, Jorge Nascimento e Tessaleno Devezas (2009), *Portugal. O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*, pp.385, 386. “ (...) Os exploradores encontraram na região do Rio das Velhas o famoso «ouro preto» aluvial (...). Estavam achadas as Minas Gerais entre 1693 e 1695, que abririam o segundo ciclo deste metal na história económica portuguesa, depois do quatrocentista em torno do ouro da Guiné”.

<sup>111</sup> Idem, pp. 391,392.

<sup>112</sup> Calcula-se que entre 1701 e 1830 tenham sido enviados para o Brasil mais de 95% de todos os escravos trazidos de África em navios sob bandeira portuguesa. Cf. CALDEIRA, Arlindo Manuel (2013), *Escravos e Traficantes ni Império Português*, p. 244.

Fora do Brasil, alguns portugueses que se tinham estabelecido nas diferentes colónias hispano-americanas – a maioria cristãos novos – foram alvo de perseguição política (com fundamentos claramente comerciais), e religiosa (através da Inquisição). Muitas redes comerciais entre mercadores de Lima e Cartagena foram exterminadas. Mas o grande número e a influência que detinham, efectivamente, algumas famílias de portugueses, impediram que fossem adoptadas medidas radicais contra os ‘estrangeiros’, havendo, não obstante, uma clara diminuição na emigração portuguesa, para aqueles destinos.<sup>113</sup>

Neste contexto, também é fácil imaginar o enorme o impacto que a emigração em meio século, de um aproximado de 800.000 portugueses – numa população total que não deveria ultrapassar em muito os 2 milhões de habitantes – terá na metrópole, assim como as respectivas remessas.<sup>114</sup>

### **Os conflitos nas fronteiras das colónias americanas.**

Finda a União Ibérica, as divergências entre Portugal e a Espanha reaparecem. O quadro geral mostra-nos dois impérios coloniais rivais, Portugal e a Espanha, em luta pelos territórios americanos que correspondem hoje ao Uruguai, norte do Paraguai e a Argentina. Um motivo fundamental era a questão do controlo sobre o sistema fluvial Prata-Paraná-Paraguai, de grande importância, tanto no económico, como no militar. O livre acesso ao sistema fluvial mencionado significaria a possibilidade de penetrar desde o Atlântico, até o coração da América do Sul, e os seus enormes recursos.

---

<sup>113</sup> Konetzke, citado por NAVARRETE, Maria Cristina (2009), *Judeos conversos en el mundo colonial neogranadino siglos XVI y XVII*, p. 24.

<sup>114</sup> Cf. RODRIGUES, Jorge Nascimento e Tessaleno Devezas (2009), *Portugal. O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*, p. 386. Ainda sobre o tema da emigração portuguesa para o Brasil, durante os séculos XVII e XVIII, veja-se SERRÃO, Joel, [et al.] (1976), *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*, pp. 57-88.

### A fundação de Colónia do Sacramento.

A Restauração tinha posto fim, naturalmente, ao bom entendimento e às trocas comerciais que se tinham estabelecido entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Em 1680, os 'bandeirantes'<sup>115</sup> do sul do Brasil avançaram decididos a ocupar as terras férteis da região fronteiriça. No mesmo ano, os colonos brasileiros fundam a Nova Colonia de Sacramento, no Rio da Prata, frente a Buenos Aires.<sup>116</sup>

Após vários confrontos entre portugueses e espanhóis pela posse definitiva do seu território, o Tratado provisional de Lisboa, de 7 de Maio de 1681, reconhece a soberania dos primeiros sobre a Colónia, passando a estabelecerem ali um próspero comércio de couros, baseado na produção pecuária. Anos mais tarde, em 1705, alvo de sucessivos ataques por parte dos espanhóis, a cidade teve de ser abandonada pelos ocupantes lusos.

### As guerras na Europa e os tratados que marcam os avanços e recuos das fronteiras nas colónias americanas.

A partir de 1704, ao fim de trinta anos de paz, Portugal envolve-se na Guerra de Sucessão de Espanha, aliado aos ingleses, austríacos e holandeses, contra os espanhóis e franceses, tendo em vista alcançar posições estratégicas mais favoráveis na Europa, fixar as fronteiras meridionais do Brasil, na margem esquerda do Rio da Prata, e libertar as regiões brasileiras do norte, das pressões francesas.

Pelo **Tratado de Utreque**, de 11 de Abril de 1713, que põe fim à guerra, a França desistiu das suas pretensões na Amazónia, tendo sido reconhecido a Portugal o

---

<sup>115</sup> As 'bandeiras' eram expedições feitas por particulares à procura de riqueza e escravos. Os 'bandeirantes' provinham na sua maioria do território que actualmente corresponde ao estado de São Paulo, e tinham como destino o interior do nordeste brasileiro.

<sup>116</sup> Cf. BOERSNER, Demetrio (1996). *Relaciones Internacionales de América Latina*, p. 32.

domínio sobre as duas margens do Rio Amazonas. Dois anos mais tarde, em 6 de Fevereiro de 1715, a Espanha devolve Colônia do Sacramento à Portugal.<sup>117</sup>

Em 1750, Portugal e a Espanha celebram um novo tratado, em **Madrid**. Depois de avanços e recuos na fronteira, pelos colonos pertencentes a ambos os reinos, este tratado parecia oferecer as bases para uma solução realmente aceitável. Rejeitando os princípios de delimitação, através do uso de linhas rectas artificiais (Tratado de Tordesilhas), estabelece o critério do *utis possidetis*, isto é, da ocupação efectiva como base parcial para a delimitação. A fronteira entre a Banda Oriental (hoje Uruguai) e o território brasileiro de Rio Grande do Sul estabeleceram-se segundo esse critério.

Pelo Tratado de Madrid, Portugal reconhecia a soberania espanhola nas Filipinas. A sua vez, a Espanha reconhecia a soberania portuguesa no Maranhão, Amazonas e Mato Grosso. As fronteiras meridionais do Brasil foram fixadas, através da devolução à Espanha da Colónia do Sacramento, e pela entrega à Portugal da região a leste do Rio Uruguai<sup>118</sup>. A Espanha cedia aos portugueses sete das mais importantes Reduções Jesuíticas do Paraguai.<sup>119</sup>

A ocupação das Reduções, contudo, fora obstaculizada pela rebelião dos jesuítas e indígenas sob a sua tutela, que resistiam à invasão das suas terras.<sup>120</sup> A Guerra Guarani empreendida por estes, contra os colonos espanhóis e portugueses, impossibilitaram a execução do acordo. Onze anos mais tarde, em 1761, o Tratado de Madrid fora anulado.

---

<sup>117</sup> Cf. MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, pp. 223, 224.

<sup>118</sup> Idem, p. 253.

<sup>119</sup> O território ocupado pelas reduções jesuíticas do Paraguai era visto como o “Reino de Deus sobre a Terra” pelos colonos brasileiros, segundo nos relata Demétrio Boersner. Cf. BOERSNER, Demetrio (1996), *Relaciones Internacionales de América Latina*, p. 33.

<sup>120</sup> A rebelião conduziu à expulsão dos jesuítas do Reino de Portugal e seus domínios, em 1759.

*(...) Que mais queres de nós? Não nos obrigues  
A resistir-te em campo aberto. Póde  
Custar-te muito sangue o dar hum passo.  
Não queiras ver se cortão nossas frexas.  
Vê que o nome dos Reis não nos assusta.  
O teu está muito longe; e nós os Índios  
Não temos outro Rei mais do que os Padres (...)*<sup>121</sup>.

Na Europa, uma nova guerra colocara Portugal e a Espanha, uma vez mais, em lados opostos. Sacramento é novamente conquistada pelos espanhóis e anexada, junto com a Ilha de Santa Catarina ao seu império. À Guerra dos Sete Anos seguiu-se um período, podemos dizer, de ‘bom entendimento’ luso-espanhol.

Efectivamente, com os **Tratados de Santo Ildefonso** (1777) e de **El Pardo** (1778), há espaço para as negociações ‘pacíficas’ entre portugueses e espanhóis mas as condições eram bem piores para os primeiros. A fim de recuperar a ilha de Santa Catarina e todo o Rio Grande do Sul, Portugal teve de ceder definitivamente Colónia do Sacramento, e ainda, as ilhas africanas de Fernando Pó (actual Bioko) e Ano Bom<sup>122</sup>, no Golfo da Guiné, formando parte da actual Guiné Equatorial.

Anos mais tarde, depois do episódio curto da Guerra das Laranjas, em 1801, entre a Espanha (aliada de Napoleão) e Portugal (vinculado a Inglaterra), os dois países subscrevem o **Tratado de Paz de Badajoz**. Apesar das penosas sanções impostas à Portugal – como fora a perda de Olivença, no território peninsular, a favor dos espanhóis – , este documento reconhece a soberania portuguesa sobre alguns troços do território, que entretanto foram incorporados durante a guerra, pelos colonos brasileiros, na região que hoje se configura como o Rio Grande do Sul.<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup> Excerto do Canto II do poema “O Uruguay”, do jesuíta José Basílio da Gama. Citado por ALMEIDA, Palmira M. R. (2008), em *Poetas Brasileiros do período colonial*, p.119.

<sup>122</sup> Cf. MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, pp. 284, 285.

<sup>123</sup> Cf. BOERSNER, Demetrio (1996), *Relaciones Internacionales de América Latina*, p. 34.

### **II.3 A fuga da Corte para o Brasil e entretanto a independência das colônias americanas.**

Em Outubro de 1807, pelo Tratado de Fontainebleau, a Espanha – ocupada pelos franceses – e a França partilharam Portugal em zonas de ocupação. Em Novembro desse mesmo ano, o general francês Junot atravessava a fronteira portuguesa.

Pressionada pelos seus aliados, considerada por muitos como “manobra de sobrevivência”, a Corte abandona Portugal rumo ao Brasil, deixando o território peninsular à gestão inglesa. A saída envolveu 15.000 pessoas. O regente terá aceitado as condições impostas pelos ingleses em relação ao Brasil, como eram, o direito a um porto franco na ilha de Santa Catarina, e a redução a 15% dos direitos alfandegários sobre as mercadorias inglesas (menos que as próprias importações vindas de Portugal). Concedia-se em compensação, o estatuto de «nação favorecida» a Portugal nas alfândegas inglesas.<sup>124</sup>

#### **O plano de D. Carlota.**

Quando a Corte portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, ainda a Espanha, onde reinava Carlos IV, pai da princesa D. Carlota Joaquina – portuguesa pelo seu casamento com o príncipe D. João – mantinha-se aliada a França e por isso hostil a Portugal. Tropas espanholas ocupavam terras metropolitanas portuguesas. Em retaliação, as tropas portuguesas avançaram sobre a Guiana Francesa tendo em vista, a partir daí, a ocupação de alguns territórios espanhóis da América. Entretanto, a abdicação de Carlos IV e de seu filho, Fernando VII, o internamento de ambos em França, e a revolta dos espanhóis contra a ocupação napoleónica, teriam deixado de aconselhar tal empreendimento. Portugueses e espanhóis combatiam agora juntos na Europa, contra as tropas francesas.

---

<sup>124</sup> Cf. RODRIGUES, Jorge Nascimento e Tessaleno Devezas (2009), *Portugal. O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas.*, p. 407.

E neste contexto, que a princesa Carlota Joaquina procura reivindicar para si a representação do poder político da coroa espanhola no continente americano, e para tal oferece o seu auxílio ao lado realista, contra os rebeldes de Buenos Aires. “Tal atitude poderia trazer vantagens para Portugal, e também alguns riscos. Pelo envolvimento dos portugueses nas questões espanholas, e pela hipótese de uma nova união das duas coroas num mesmo príncipe”<sup>125</sup>.

“Recorriam a sua autoridade (D. Carlota) e ao seu poder os espanhóis que, concentrados na Banda Oriental, ou seja, na região do Uruguai, daí hostilizavam àqueles rebeldes. D. Carlota desde o Rio de Janeiro orientava-os e subsidiava-os, tendo chegado a entregar as suas melhores jóias aos chefes contra-revolucionários para financiar a defesa de Montevideu.”<sup>126</sup>

O governo do Rio de Janeiro, não obstante as pretensões de D. Carlota, ostentava uma atitude de neutralidade formal face à guerra civil que assolava os territórios vizinhos. Mas, por fim, sentindo o próprio território brasileiro ameaçado pela investida da população armada de Buenos Aires na Banda Oriental, o príncipe D. João determinou que as tropas do Rio Grande do Sul avançassem, dando apoio a Montevideu.

O armistício, mais tarde, entre Buenos Aires e Montevideu, negociado pela Inglaterra, imporá a retirada das tropas portuguesas da Banda Oriental, e com a sua retirada, em 1812, o plano de D. Carlota Joaquina, no sentido de restabelecer a monarquia espanhola em Buenos Aires, fracassara.<sup>127</sup>

Entretanto, na mesma região do Rio da Prata, José Artigas<sup>128</sup>, militar da causa rebelde, junto com os seus ‘gaúchos’ começara a instigar as populações à rebeldia contra as autoridades portuguesas, dentro dos mesmos limites da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Artigas – relata-nos Soares Martínez – concedera,

---

<sup>125</sup> Cf. MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, p. 384.

<sup>126</sup> Idem, p. 386.

<sup>127</sup> Idem, p. 388.

<sup>128</sup> Herói nacional do Uruguai.



inclusive, cartas de corso a capitães piratas – norte-americanos, na sua maioria – que, arvorando o estandarte daquele caudilho, apressavam navios portugueses, depois levados para Baltimore, Boston, e outros portos dos Estados Unidos. Os representantes de Portugal em Washington foram forçados a protestar repetidamente contra essas cumplicidades norte-americanas.<sup>129</sup>

Portugal tentaria evitar, mais uma vez, o alastramento ao Brasil da ‘anarquia’ instalada nas colônias espanholas da América. Em 1816, as tropas brasileiras penetraram na Banda Oriental (Uruguai) para reprimir as forças rebeldes de Artigas, assegurando-se em especial da posse dos portos – Montevideu e Maldonado -, mas não esquecendo a velha Colônia do Sacramento. A missão foi confiada a um corpo expedicionário de 5.000 soldados, idos de Lisboa. A Província Oriental ou Cisplatina (Uruguai) fora ocupada pelos portugueses e anexada mais tarde, em 1821, ao reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

### **A independência das colônias americanas, incluindo o Brasil.**

O processo que conduziu à independência do grosso das colônias latino-americanas iniciou-se em 1780, no Haiti<sup>130</sup>, graças a influência que a propaganda revolucionária francesa tivera num ambiente de forte contestação ao poder hegemónico das metrópoles europeias. Aos poucos, e aproveitando-se da conjuntura de guerra que se vivia no Velho Continente, a revolta contra o domínio francês, espanhol e português, contagiou os colonos um pouco por toda a região. O apoio dos ingleses foi fundamental junto dos crioulos ricos, “convencidos de que a independência política das colônias havia de acresce-los em riqueza, honras formais e cargos rendosos”<sup>131</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*, p. 388.

<sup>130</sup> Primeiro, com o levantamento de Santiago Ogé. Depois de uma etapa moderada dominada por Toussaint Louverture, a revolução haitiana adquiriu a sua máxima dimensão sob a chefia de Jean-Jacques Dessalines, já no começo do século XIX.

<sup>131</sup> MARTINEZ, Pedro Soares (2010), op. cit., p. 379.

Neste contexto, existia no Brasil colonial, uma corrente favorável à independência política das colónias espanholas. Entre outros, José Inácio de Abreu e Lima<sup>132</sup>, chegara inclusive a lutar, ao lado do grande líder venezuelano, Simón Bolívar, pela libertação das Américas. Na pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no último Ministério nomeado no Brasil por Dom Juan VI, Silvestre Pinheiro Ferreira manifestará igualmente a sua vontade pelo reconhecimento da soberania dos novos estados hispano-americanos, conseguindo que o seu governo fosse o primeiro do mundo a fazê-lo, e que a sua actuação fosse paradigmática, seguida pelos EUA e pelas potências europeias.<sup>133</sup> Em Julho e Agosto de 1821, Portugal reconhecia as independências da **Argentina** e do **Chile**, respectivamente.

Os portugueses da metrópole – sob uma forte influência britânica – , por sua vez, sentiam-se em condição subalterna em relação ao Brasil, situação agravada ainda pela constante canalização de recursos para a colónia. Estes problemas e o mal-estar que daí resultara estiveram no centro dos agravos e conflitos que irão conduzir à Revolução Liberal portuguesa de 1820.

E em 7 Setembro de 1822, o regente Pedro aceita dar o “grito de Ypiranga” e proclamar a independência do Brasil, perante as pretensões liberais das Cortes portuguesas de despojar o Brasil da sua condição autónoma, para o submeter novamente perante o governo da metrópole. Pedro reconhecia a inevitabilidade da independência e abandona a causa do seu pai, aceitando o título de emperador do Brasil que lhe ofereciam os patriotas.<sup>134</sup> Portugal reconheceu a independência do Brasil, em 1825, com assinatura do Tratado de Paz e Aliança, de 29 de Agosto, assinado pelos dois países com a mediação da Inglaterra.<sup>135</sup> Um ano mais tarde, em 1826, será criada a primeira Legação de Portugal, no território do Rio de Janeiro.

---

<sup>132</sup> O nome de José Inácio de Abreu e Lima (nascido no Brasil, em 1794) aparece inscrito no monumento “La Nación a sus Próceres” localizado numa das principais avenidas de Caracas.

<sup>133</sup> Veja-se ALEIXO, José Carlos Brandi, “O processo de independência do Brasil e suas relações com os países vizinhos”.

<sup>134</sup> Cf. BETHENCOURT, Francisco e Kirth Chaudhuri (Direcção) (1998), *História da Expansão Portuguesa*, pp. 10-45.

<sup>135</sup> Para uma análise do Tratado de Paz e Aliança, de 1825, recomenda-se a leitura de CASTRO, Zília Osório (2006), “A «Varanda da Europa» e o «Cais do Lado de Lá», em *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*”, pp.23-48.

O processo de independência suscitou naturalmente importantes querelas entre os Novos Estados “reaparecendo as antigas diferenças entre os impérios, espanhol e português, sobre os seus limites respectivos na América do Sul”.<sup>136</sup> A ocupação e anexação da Província Cisplatina por parte do Brasil, por exemplo, não foram bem aceite pelos argentinos. Depois das lutas entre patriotas argentinos, patriotas uruguaio e forças imperiais brasileiras, graças a mediação britânica, foi promovida a independência do Uruguai, tendo sido subscrito o respectivo convénio, em 1828. O mediador britânico Lord Ponsonby expressara naquela ocasião: “colocamos algodão entre dois cristais”<sup>137</sup>.

### **Novos estados, novas parcerias.**

Os novos estados latino-americanos, incluindo o Brasil<sup>138</sup>, definiram estratégias de relacionamento mais próximas, primeiro com os ingleses, a grande potência marítima e comercial do mundo, e a partir de finais do século XIX, com os EUA. Quaisquer pretensões de reconquista, por parte de Portugal e a Espanha, ficaram afastadas do “sistema interamericano”, que entretanto fora criado.<sup>139</sup>

No caso específico do Brasil, podemos dizer que as relações com a ex-metrópole portuguesa, logo após a separação, eram fraternas. “A lírica de Camões e as orações do Padre Vieira estavam na base da partilha da mesma Língua, na forma de governo e na fé cristã ou católica”, refere o diplomata brasileiro Paulo Feres<sup>140</sup>.

---

<sup>136</sup> Para o tema sobre o impasse nas negociações diplomáticas de 1826, para a delimitação das fronteiras entre a Grande Colômbia e o Brasil, veja-se TORO JIMÉNEZ, Fermín (2008), *História Diplomática de Venezuela, 1810-1830*, pp. 379, 380.

<sup>137</sup> Delgado de Carvalho, citado por BOERSNER, Demetrio (1996), *Relaciones Internacionales de América Latina*, p. 67.

<sup>138</sup> Para uma melhor compreensão do carácter cultural, e do ponto de vista civilizacional, dos “novos povos latino-americanos”, particularmente do Brasil, e as suas implicações em termos de relacionamento externo, recomenda-se amplamente a leitura de RIBEIRO, Darcy (1992), *Las Americas y La Civilización*, pp. 187-364.

<sup>139</sup> Veja-se ATKINS, G. Pope (1989), *Encyclopedia of the Inter-American System*, pp. 531. CONNELL-SMITH, Gordon, *El Sistema Interamericano*, pp. 444.

<sup>140</sup> Intervenção do diplomata brasileiro Paulo Feres, durante a Terceira Sessão de Trabalhos do Grupo de Estudos sobre as Relações Portugal-Brasil, dedicada ao tema “As Relações Bilaterais entre Portugal e Brasil – a dimensão económica”, realizada no IDN, Lisboa, em 15-09-2011.

As relações fraternas junto a ambição de conseguirem melhoras, do ponto de vista económico, levaram muitos portugueses a emigrar para a ex-colónia, sobretudo, a partir de 1850, e até mediados do século XX. A existência de verdadeiras redes sociais, de todo o tipo, estabelecidas pelos imigrantes portugueses no Brasil facilitara certamente este processo. A sua vez, o desenvolvimento de uma política activa de procura de mão-de-obra estrangeira naquele destino, auxiliou ao avolumar do fluxo de pessoas, oriundas de outros continentes.<sup>141</sup>

Não obstante o peso da diáspora portuguesa no Brasil, a “natureza extractiva” do vínculo económico que permanecera, após a separação política definitiva entre a colónia e a metrópole, não permitira um maior aprofundamento de uma relação sujeita às consequências da crescente integração dos dois países, em espaços políticos diferentes: a Europa e a América do Sul.<sup>142</sup>

Para além do Brasil, outros foram os destinos procurados pelos portugueses nas Américas. No Mar das Caraíbas, por exemplo, os sinais da presença portuguesa estão registados nos primeiros relatórios consulares, datados de 1861.<sup>143</sup> Ainda no

---

<sup>141</sup> Cf. PIRES, Rui Pena (Coord) (2010), *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*, p. 30.

<sup>142</sup> Para um melhor conhecimento do tema sobre o relacionamento entre Portugal e o Brasil, através dos tratados bilaterais, a partir de 1825, veja-se CASTRO, Zília Osório [et al.] (eds.) (2006). “Tratados do Atlântico Sul. Portugal - Brasil, 1825-2000”.

<sup>143</sup> Portugal mantém com Cuba relações ao nível consular desde inícios do século. XIX. Destaca-se a passagem pelo Consulado de Portugal em Havana, do escritor Eça de Queiroz (entre os anos de 1872 e 1874). “Documentos de arquivos e publicações periódicas da época, reflectem, as impressões do escritor sobre a sociedade cubana do seu tempo, em particular, a sua mágoa silenciosa em relação àquela sociedade escravagista em decomposição, cujas contradições e acontecimentos em nada lhe foram alheios”. Cf. SPENGLER, Eusébio Leal (2000), “Eça em Havana”. Ainda em relação às Caraíbas, as relações diplomáticas entre Portugal e a República Dominicana remontam-se ao ano de 1883, data da assinatura de um Tratado de Comercio e Convenção Consular, entre os dois países. Nem as relações comerciais nem o movimento migratório foram o suficientemente densos como para haver registos exactos do seu número, contudo a presença portuguesa é real, quer através de alguns poucos portugueses que se estabeleceram naquelas paragens, quer através do comércio do vinho português, comercializado ao que parece por intermédio dos espanhóis, desde 1888. Uma comunicação assinada pelo primeiro cônsul ou representante de Portugal na República Dominicana, o Sr. Sully DuBreil, datada de 12 Julho de 1880 e dirigida ao director dos Consulados e Negócios Comerciais de Portugal, faz referência a um nacional português, Manuel Basílio Teixeira de Cunha, quem «viveu em Puerto Plata e há dois anos passou-se para Nova Iorque, onde faleceu». Ainda, encontra-se no Arquivo do MNE, uma cópia do decreto, com data de 3 de Agosto de 1882, através do qual o presidente Fernando de Meriño designa o Barão Emanuel de Almeda, ministro plenipotenciário da República, em Portugal. Igualmente, a Gazeta oficial nº 555, de 21 de Março de 1883, faz menção a um Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação, assinado em Agosto de 1882, entre estes dois países. Cf. SANEUX, Sully (2010), *La República Dominicana através de los Informes Consulares a Portugal: 1879-1930*, pp. 16, 22.

século das independências latino-americanas, Portugal estabelecerá contactos diplomáticos com outros países da região. Prova disso, é a criação de uma Legação em Buenos Aires e outra em Montevideu (com jurisdição sobre o Paraguai), em 1883 e até 1892, e a criação uma Legação de segunda classe, no México, em 1885.

### **A União Ibero-Americana e o projecto hispânico.**

Entretanto, em 1885 é fundada na Espanha, a União Ibero-Americana, com o objectivo de “estreitar as relações sociais, económicas, artísticas e políticas da Espanha, Portugal e as nações americanas”.<sup>144</sup> Era necessário vencer o ‘rival pan-americanismo’ ou ‘projecto imperialista dos EUA’<sup>145</sup>. A base teórico-filosófica que sustentava as iniciativas públicas e privadas dos espanhóis nesse sentido fora definida através do conceito de “raça espanhola”, distinta da “raça saxónica”.<sup>146</sup>

Com efeito, a perda de Cuba, Puerto Rico, ilhas Guam e Filipinas – após a derrota espanhola na guerra com os EUA, em 1898 – , fora um duro e definitivo golpe político e para a balança comercial da Espanha. Era necessário manter a presença espanhola nas antigas colónias e recuperar uma certa influência no continente. O ‘ódio dos latino-americanos aos EUA’ – que entretanto resultara do exercício do seu domínio hegemónico, em todo o “hemisfério ocidental”<sup>147</sup> – , favorecera de certa forma a reaproximação entre a antiga metrópole e as suas ex-colónias.

O governo espanhol, e especialmente os interesses privados no país, promoveram actividades diversas e outorgaram subvenções a uma serie de instituições entre as que se destaca a União Ibero-Americana, um dos mais importantes e prestigiosos órgãos de expressão do ‘sentimento hispano-americano’.

---

<sup>144</sup> Veja-se MARTÍN DE VEGA, Maria Rosa [et al.] (1985), *El hispanoamericanismo, 1880 – 1930*, pp. 149-164.

<sup>145</sup> Para o tema sobre o Sistema Interamericano e as suas instituições, consultar ATKINS, G. Pope (1989), *Latin America in the International Political System*, pp. 232-236.

<sup>146</sup> Veja-se PEREIRA CASTAÑARES, Juan Carlos (1992), *España e Iberoamérica: un siglo de relaciones (1836-1936)*.

<sup>147</sup> Para um conhecimento mais amplo do tema sobre a ‘política expansionista’ dos EUA, veja-se JONES, Maldwyn A. (1983), *História de Estados Unidos 1607-1992*, pp. 363-396.

Fundada em 25 de Janeiro de 1885, esta instituição foi declarada “de fomento e utilidade pública” em 18 Julho 1890, por ocasião da comemoração do IV centenário da “descoberta” da América.

Pelos seus estatutos, a União pretendia ser “uma associação internacional que tem por objecto estreitar as relações de afecto sociais, económicas, artísticas e políticas entre Espanha Portugal e as nações americanas procurando que exista a mais cordial inteligência entre estes povos irmãos”.<sup>148</sup> Aspirava-se a ‘união’ dos interesses da “raça ibero-americana”, como se de uma missão de paz, aventura e prosperidade se tratasse, uma ideia regeneradora para Espanha e para aquelas terras longínquas, “uma aspiração nacional superior a todo interesse partidista”, segundo o presidente da junta directiva para a criação da União, Mariano Cancio Villaamil.<sup>149</sup>

Desde os seus inícios, a União Ibero-Americana determinou quatro pontos de interesse, chefiados pelo objectivo de fomentar os laços comerciais, sob a ideia de que a Ibero-América era o “mercado natural” da Espanha. Perseguia-se a “união económica” sem esquecer a “união intelectual”, advogando inclusive uma autêntica “solidariedade intelectual”, através da extensão e intensificação do ensino, intercâmbio de ideias científicas e de métodos educativos e a assinatura de tratados de propriedade literária.

A associação realizou conferências<sup>150</sup>, publicou monografias e livros sobre o tema, e conseguiu obter conquistas praticas na área do Direito, entre as quais, a obtenção de regras uniformes de Direito Internacional Privado, no domínio da arbitragem, sobre a guerra, e uma legislação completa sobre emigração. Para lograr estas pretensões, a União contou com uma organização muito bem estruturada. Estabeleceu um centro nacional em Madrid e outros correspondentes nos diferentes estados onde se estabeleceu. Estes centros correspondentes dependiam directamente

---

<sup>148</sup> Cf. MARTÍN DE VEGA, Maria Rosa [et al.] (1985), *El hispanoamericanismo, 1880 – 1930*, p. 163.

<sup>149</sup> Ibidem.

<sup>150</sup> A estas conferências, em 1921, chegara a intervir o intelectual português, António Sardinha. Cf. CABRITA, Maria da Conceição V. Serra Pontes (2010), “Aliança-Peninsular”.

de Madrid. Em 1903, o número ascendia a 230, entre delegações e centros correspondentes.

#### **II.4 Salazar e a teoria da “feição atlântica”, em tempos de ditadura.**

Já no século XX, e durante a Primeira República (1910-1926), os contactos diplomáticos de Portugal com os países ibero-americanos prosseguem vocacionados mais para questões administrativas do que propriamente políticas. Em 1911, uma nova Legação é criada em Buenos Aires (com jurisdição sobre Chile, Uruguai e Paraguai). Entre 1913 e 1919, Portugal manterá uma Legação no Panamá (com jurisdição sobre Costa Rica, Colômbia e Venezuela), e em 1914, a Legação de Portugal no Rio de Janeiro é elevada à categoria de Embaixada.<sup>151</sup>

Após a Revolução de 28 de Maio de 1926, que pôs fim à I República Portuguesa (1910-1926), estabelecem-se e ou renovam-se os contactos diplomáticos com países como o Chile e a Venezuela (com jurisdição sobre a Colômbia, Panamá, Costa Rica e Guatemala), onde foram criadas Legações, entre 1926 e 1929. Nos anos seguintes, são criadas novas Legações no Uruguai (1930), e no Chile (1931).

A partir de 1932, e por mais de quarenta anos, Portugal vive num regime autoritário, chamado Estado Novo, conduzido por António de Oliveira Salazar e continuado por Marcelo Caetano, que isolou o país política e economicamente, mantendo, não obstante, a suas colónias em África.

A política externa do governo de Salazar valeu-se da teoria da “feição atlântica” para justificar a gestão do relacionamento transatlântico, onde a base aérea das Lajes, nas ilhas dos Açores, constituía um importante activo.<sup>152</sup> Durante muito tempo, a

---

<sup>151</sup> MNE, Instituto Diplomático, Relações Diplomáticas de A a Z.

<sup>152</sup> Cf. RODRIGUES, Jorge Nascimento e Tessaleno Devezas (2009), *Portugal. O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*, p. 493

relação entre Portugal e as Américas limitou-se quase exclusivamente, a norte com os EUA, e a sul com o Brasil.

### **O dinamismo (?) das relações entre Portugal e o Brasil.**

“Quanto ao Brasil, as ligações com Portugal tinham mais a ver com a «retórica da saudade» do que com intercâmbios políticos ou económicos significativos. Nos dois casos, a forte emigração portuguesa no Brasil servia de canal informal de comunicação para um relacionamento, afinal de contas pouco expressivo. Na verdade, o hemisfério americano – e mais ainda a sua vertente hispânica – não fazia parte das prioridades portuguesas em matéria de política externa”<sup>153</sup>.

A relação entre portugueses e brasileiros ganhará um certo dinamismo durante o período de governo do brasileiro Juscelino Kubitschek (1956-1961), chegando-se inclusive a falar de um verdadeiro auge dos contactos entre personalidades públicas e instituições governamentais e não-governamentais dos dois países, e da influência da colónia dos imigrantes portugueses no Brasil. Para além dos factores culturais e históricos – que transcendem inclusive o próprio contexto da Guerra-fria.

Williams Gonçalves observa ainda, do lado brasileiro, um certo realismo à hora de definir a estratégia brasileira. “O Brasil (...) procurou utilizar sua vinculação à aliança ocidental como instrumento para promover acelerado desenvolvimento industrial e evitar qualquer alteração do *statu quo* nas margens do Atlântico Sul que pudesse favorecer os interesses estratégicos soviéticos”<sup>154</sup>.

Todos estes elementos, considerados na relação entre Portugal e o Brasil desde os seus primórdios, ajudam-nos a entender o porque da lealdade do Brasil com a nação lusitana durante os dez anos em que o governo ditatorial português teve recusada a sua admissão na ONU. A relação de proximidade entre Portugal e o Brasil

---

<sup>153</sup> VALLADÃO, Alfredo G.A. (1999), “Portugal e as Américas”.

<sup>154</sup> GONÇALVES, Williams da Silva (2003), *O Realismo da Fraternidade Brasil – Portugal*, p. 242.



foi ainda reforçada com o Tratado de Amizade e Consulta, promulgado no Brasil em 1955. A existência de uma verdadeira “Comunidade Luso Brasileira” como referia o texto, condicionara naturalmente a política do Brasil, em relação ao tema da descolonização, como se verificou cinco anos depois, em 1960, quando manteve uma posição contrária à independência da Argélia.<sup>155</sup>

A partir de 1961, com Jânio Quadro na presidência, o Brasil muda de estratégia, e passa a desenvolver aquela que foi clamada de “política externa independente” que defendia a ampliação da autonomia do Brasil no plano internacional. Esta nova orientação sugeria que o Brasil agisse com isenção ideológica, buscando a luta contra o subdesenvolvimento, a cooperação com as outras nações americanas, os pontos em comum com os países africanos, e o apoio à ONU.<sup>156</sup>

#### **A presença diplomática portuguesa na Ibero-América, para além do Brasil. O caso dos imigrantes na Venezuela.**

Não obstante a exclusividade do seu relacionamento com os EUA e o Brasil, o governo português manteve, e nalguns casos reforçou a sua presença diplomática em vários pontos no continente americano. No México, o Decreto-Lei 17.846, de 7 Janeiro 1930, publicita o restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e este país, interrompidas há anos. Em Novembro de 1942, o Consulado português no México passa para Legação, e cria-se uma Legação em Lima. Em 1944 e 1946, novas Legações são criadas em Caracas e Havana, respectivamente.

Nas décadas seguintes de 1950 e 1960, várias Legações portuguesas na Ibero-América são elevadas à categoria de Embaixadas, na Argentina, Chile, Cuba, México, Venezuela, Uruguai, Colômbia e Peru.<sup>157</sup> No caso da Venezuela justificara-se,

---

<sup>155</sup> Cf. COSTA, Darc (2009), *Fundamento para o Estudo da Estratégia Nacional*, p. 371.

<sup>156</sup> Em 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer oficialmente a independência de Angola.

<sup>157</sup> MNE, Instituto Diplomático, Relações Diplomáticas de A a Z.

sobretudo, pelo número de portugueses que tinham emigrado para a “pequena Veneza”<sup>158</sup> a procura de melhores condições de vida.

Com efeito, entre 1960 e 1970, a emigração portuguesa, especialmente a que provinha do Arquipélago da Madeira (Ilhas da Madeira e do Porto Santo) e de algumas zonas do norte do Portugal continental (Aveiro, Porto), privilegiara na América do Sul, para além do Brasil, a Venezuela. As políticas de imigração seguidas desde 1936 naquele país facilitaram a entrada de trabalhadores provenientes especialmente da Europa, com o fim de atender a procura nos sectores da agricultura e da construção, com mão-de-obra especializada e com experiencia em estas áreas. Segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas, entre 1940 e 1969, viviam na Venezuela cerca de 21.731 portugueses.<sup>159</sup> Razões económicas, mas também de natureza política devem ser consideradas na análise do fluxo migratório de portugueses para este país.

A dimensão internacional da luta contra o regime da ditadura salazarista será efectivamente reforçada pela «guerra das embaixadas» logo a seguir às eleições de 1958, quando Humberto Delgado pede asilo na embaixada do Brasil, assim como Henrique Galvão na embaixada da Argentina, e vários outros elementos da oposição democrática portuguesa, na embaixada da Venezuela. Influenciados pelo embaixador brasileiro Álvaro Lins, muito chegado aos meios da oposição à Salazar, os diplomatas de países com processos de democratização recentes, como o caso da Venezuela<sup>160</sup>, enfrentam o governo de Lisboa, que se recusa a reconhecer o asilo concedido e a garantir a evacuação em segurança dos refugiados. Mas o golpe decisivo seria dado pelo célebre «caso do Santa Maria».

A 22 de Janeiro de 1960, o capitão Galvão, à frente de um comando de vinte e três homens, doze portugueses e onze espanhóis, apodera-se em pleno mar das Caraíbas, frente às costas venezuelanas, do mais importante navio transatlântico

---

<sup>158</sup> Foi assim que a chamara Américo Vespúcio, quando alcançando às margens da costa caribenha, e olhando para os “palafitos” construídos pelos índios sobre as águas, lembrara-se da Veneza.

<sup>159</sup> Cf. GOMES, Nancy (2009), “Os portugueses na Venezuela”, pp. 83-92.

<sup>160</sup> Na Venezuela, o período democrático inicia-se em 1958, após o derribamento da ditadura militar de Marcos Pérez Jimenez.

pertencente à Companhia Colonial Portuguesa, o "Santa Maria"<sup>161</sup>. A apreensão do navio foi considerada um dos mais expressivos ataques políticos, organizado pelo Directório Revolucionário Ibérico de Libertação / DRTL (Pepe Velo, Henrique Galvão e outros), sendo a Caracas de então o local de abrigo de muitos exilados políticos oriundos da Espanha e Portugal, durante os períodos das respectivas ditaduras.

### **O papel de Cuba nos processos que conduziram às independências das colónias portuguesas em África, ainda em tempos de ditadura.**

Em finais dos anos de 1970, em Portugal, a esquerda experimentou uma forte radicalização com a excepção do Partido Socialista (PS), consciente como estava, de que a sua sobrevivência dependia mais de 'ser' e 'parecer' o defensor da moderação política.

"A dependência evidente do PCP em relação à Moscovo convertia a Península num cenário mais do confronto este/oeste (...) Ainda mais, porque Portugal além de ser uma peça europeia e mediterrânica do tabuleiro geoestratégico mundial, também era uma peça africana do mesmo. A Revolução dos Cravos não foi só um golpe de estado destinado a cambiar o regime político vigente em Portugal metropolitano, foi também, e sobretudo, uma aposta pela descolonização das colónias africanas e um convite indirecto à URSS para que estendesse a sua influência pelos novos países de recente independência se o processo seguisse sob a primazia política do partido comunista e dos militares revolucionários"<sup>162</sup>.

Os EUA e a Internacional Socialista intervêm no processo revolucionário português apoiando claramente o PS e orientando-o no sentido da moderação necessária. Por outro lado, a OTAN marcava os limites geoestratégicos e os objectivos à escolha da alternativa de inserção internacional de Portugal. Como consequência, as pretensões hegemónicas do PCP nesta parte da península ibérica são eliminadas. O

---

<sup>161</sup> ROSAS, Fernando, O Estado Novo (1926-1974), em MATTOSO, José (1994), *História de Portugal*, p. 532.

<sup>162</sup> JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), *España y Portugal en transición*, pp. 141, 144.

mesmo não ocorre em África, onde a presença expansiva da antiga URSS incidiu plenamente no andamento da transição lusa.<sup>163</sup>

Com efeito, a ex-URSS jogou de forma exitosa a carta de apoio aos movimentos de libertação nacional em Asia e África, o que lhe garantiu um visível predomínio nessas zonas, muito especialmente em Angola, onde contou com a colaboração de perto de 20.000 mercenários cubanos.<sup>164</sup> Piero Gleijeses alarga este número para mais 10.000.<sup>165</sup>

“ (...) Em Angola, três movimentos de libertação lutavam pelo poder e o país entrou numa guerra civil. Enquanto os dirigentes dos EUA e os funcionários da CIA planejavam uma operação encoberta importante para esse território, na primavera de 1975, intentavam prever que outra potencia estrangeira – africana, europeia, chinesa ou soviética – pudera levar a cabo algo parecido. Cuba não foi mencionada (...) O secretário de estado H. Kissinger escreveu nas suas memórias: «A intervenção das forças de combate cubanas foi uma surpresa total»”<sup>166</sup>.

O papel que desempenhara Cuba em África remontara-se a princípios dos anos de 1960. Efectivamente, durante os primeiros quinze anos da Revolução Cubana – tendo sido Cuba expulsa do “sistema interamericano” após a crise dos mísseis de 1962 – , a projecção (ajuda) exterior de Havana, ainda que modesta, fora dirigida quase exclusivamente à África e ao Vietname do Norte. Em África, alguns moçambicanos, zimbabwenses, eritreios, alguns sul-africanos, namibianos e cabo-verdianos recebiam treino militar em Cuba. No Congo, a coluna cubana armou e treinou centenas de rebeldes angolanos, ainda na década de 1960. Cuba chegou inclusive a ajudar material e tecnicamente à Frelimo enviando material de guerra e treinando a alguns quadros

---

<sup>163</sup> JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), *España y Portugal en transición*, p. 147.

<sup>164</sup> Idem, p. 148. Ainda sobre este assunto, e segundo Fafe, hoje já ninguém defende que os cubanos foram apenas os executores dos conceitos geopolíticos e militares da URSS para Angola, pois sabe-se que a decisão e o comando estratégico pertenceram a Cuba. Cf. FAFE, José Fernandes (2008), *Fidel*, p.77.

<sup>165</sup> Entre 1961 e 1974 menos de 2.000 cubanos tinham ido a Africa, entre Outubro de 1975 e Abril de 1976, 30.000 entraram em Angola. Cf. GLEJESES, Piero (2004), *Misiones en Conflicto*, p. 19.

<sup>166</sup> H. Kissinger, citado por GLEJESES, Piero, (2004), op. cit., p. 18.

militares.<sup>167</sup> Mas a única presença militar cubana verdadeiramente importante estivera na Guiné Bissau.

“Foi a viagem do Che Guevara à Africa, em Dezembro de 1964, que forjou o vínculo entre o PAIGC e Havana. O Ché chegou a reunir-se com Amílcar Cabral em 12 Janeiro 1965. A mediados de Maio, o *Uvero* (o maior barco da marinha mercante cubana) levou alimentos, armas e medicamento ao PAIGC, em Conakry, cumprindo a promessa do Ché à Amílcar Cabral”<sup>168</sup>.

Instrutores militares e médicos cubanos<sup>169</sup> uniram-se aos rebeldes na Guiné Bissau em 1966, e permaneceram ali até finais da guerra em 1974. Esta foi a intervenção cubana mais longa em Africa até o envio de efectivos para Angola, em Novembro de 1975, e foi a que melhores resultados obteve. Como declarou o diário de Bissau *No Pintcha*, “A ajuda cubana foi decisiva”. Em 14 de Novembro 1972, a AG/ONU reconheceu o PAIGC como único representante legítimo do povo da Guiné Bissau e Cabo Verde, por noventa e oito votos a favor, seis contra e oito abstenções. Os votos negativos foram de **Portugal**, EUA, Inglaterra, **Espanha**, Africa do Sul e o **Brasil**. Nesse mesmo ano, Portugal corta relações diplomáticas com Cuba.

“Em Maio de 1973, os rebeldes – que já eram cerca de 8.000 e controlavam quase 2/3 partes do país e a metade da população lançaram no sul a operação Amílcar Cabral. Nela participaram quarenta e um cubanos responsáveis da artilheria, incluídos os mísseis, com grande sucesso. Em 24 Setembro de 1973, a Assembleia Nacional Popular proclamou o estado independente da Guiné Bissau”<sup>170</sup>.

Depois de 25 de Abril de 1974, aterravam em Havana, com frequência, delegações do Ministério das Forças Armadas portuguesas. Havia uma grande curiosidade por Cuba.<sup>171</sup> A sua vez, o governo e o partido cubano manifestaram grande

---

<sup>167</sup> GLEIJESES, Piero (2004), *Misiones en Conflicto*, p. 142.

<sup>168</sup> Idem, p. 293.

<sup>169</sup> No total, mais de quarenta médicos cubanos, a maioria militares, serviram na Guiné Bissau e em Boké.

<sup>170</sup> GLEIJESES, Piero (2004), op. cit., pp. 329, 330.

<sup>171</sup> Cf. FONTES, Carlos, “Cuba-Portugal”, em *Lusotopia*. “Entre 1974 e 1977, muitos foram os militares portugueses que se encontraram em Cuba com Fidel Castro, para afinarem as estratégias a seguir em

interesse pela Revolução Portuguesa. Em Novembro desse mesmo ano, eram reestabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países.

“À recepção na Embaixada por ocasião do dia nacional (25 de Abril), chegaram do governo cubano, Fidel castro, Raúl Castro, Rafael Rodriguez, Raúl Roa Garcia, José Fernández... raríssima, se não única, a comparência de tantos dirigentes cubanos numa recepção diplomática”<sup>172</sup>.

## **II.5 A “revolução dos cravos”: a América Latina e as novas prioridades da política externa de Portugal.**

A alternativa radical à ditadura salazarista que representava o PCP alertou à Europa democrática e aos EUA. Animado pela insistência alemã, o governo norte-americano decidiu estabelecer contactos e apoios para influenciar o processo revolucionário no sentido de moderação. Primeiro através do general Spínola e mais tarde, através do PS, e do Mário Soares em particular; e de colaboração com a Internacional Socialista, especialmente com o Partido Social Democrata alemão, para conseguir dirigir a transição para um modelo de democracia pluralista que terminou com as pretensões hegemónicas do PCP, a única opção possível segundo eles para que Portugal não caísse sob a órbita da URSS.

---

Angola e em Portugal. Otelo Saraiva de Carvalho (chefe do COPCON), entre 21 e 30 de Julho de 1975, teve honras oficiais, sendo um dos oradores das comemorações oficiais do 26 de Julho, data que assinala o assalto ao Quartel Moncada e o início da revolta contra a ditadura de Fulgêncio Baptista. Rosa Coutinho (quem fora alto comissário português em Angola), em meados de Agosto de 1975, encontra-se em Havana com Fidel. Em 1977 foi a vez do General Costa Gomes (ex- Presidente da República) se encontrar com o ditador cubano. Assinale-se o facto de em Maio de 2001, Cuba ter condecorado Vasco Gonçalves (antigo primeiro-ministro) com a Ordem "Playa Girón", pelo apoio que lhe deu em 1974/1975”.

<sup>172</sup> Mas a evolução política em Portugal, de transição para uma “democracia moderna” acompanhada por um enérgico desenvolvimento urbano e pelo crescimento da classe média reduziu consideravelmente o interesse e o entusiasmo de ambos os lados. “Em Novembro de 1975, Portugal não foi convidado para o Congresso do Partido cubano. Foram-no só os representantes dos «países amigos». Portugal já fora um país mimado pelas autoridades cubanas, mas agora não entrava sequer na categoria dos «países amigos» (...)”. Em 22 de Abril de 1976, uma bomba na embaixada de Cuba em Lisboa provocaria a morte de dois funcionários diplomáticos cubanos, funcionários do Ministério do Interior de Cuba. “Em 6 de Junho de 1976, no 25º aniversário do Ministério do Interior, Fidel discursou. Um dos temas foi o atentado de Cuba em Lisboa. Aí acusou o governo português de não ser completamente alheio ao acto terrorista. Embora não tivesse participado nele, contribuiu «com as suas contradições e debilidades, para que tivesse sido possível». Cf. FAFE, José Fernandes (2008), *Fidel*, p. 23.

## **A expansão da Internacional Socialista na América Latina.**

No Congresso de Novembro de 1976, na Suíça, Willy Brandt (prémio Nobel da Paz, 1971) foi eleito presidente da Internacional Socialista. Desde o primeiro momento, Brandt exige e assume o compromisso de expandir a actuação da organização para fora do seu tradicional *habitat* no norte da Europa.<sup>173</sup> A esta vontade de expansão da internacional política juntara-se uma conjuntura internacional de ‘distensão’ entre as superpotências, francamente favorável para a Europa.

Por outro lado, a descolonização dos países afro-asiáticos, a ascensão e fortalecimento do Movimento dos Países Não Alinhados e de outras organizações como o Grupo dos 77 e a OPEP – numa conjuntura de grave crise energética – punha em evidência a necessidade do diálogo entre o Norte e o Sul. Nesse sentido, a escolha de Willy Brandt para chefiar a Comissão Independente sobre os Problemas do Desenvolvimento Internacional ou “Comissão Norte-Sul”, em 1977, reveste-se de grande simbolismo.

A Internacional Socialista expande-se primeiramente na península ibérica, como resultado dos câmbios de regimes em Portugal e Espanha, em 1974 e 1976, respectivamente. Há o que alguns analistas denominam de “mediterraneização” de um movimento político com ‘vocação universal’. A expansão, nos anos de 1970, aos países menos desenvolvidos da América Latina pode ser visto como mais um passo nesse sentido.

Há que destacar, seguindo a Cavalcanti, que as novas relações da Internacional Socialista com a América Latina não obedecem só a necessidade de expansão do movimento político europeu mas também à uma vontade de aproximação, por parte da América Latina. Cavalcanti refere ainda que, a melhor demonstração dessa vontade manifeste-se na “Reunião de Dirigentes Políticos da Europa e América em prol da Solidariedade Democrática Internacional”, realizada em Caracas, de 23 a 25 de Maio de 1976. Neste encontro estiveram presentes os líderes europeus Willy Brandt, Mário

---

<sup>173</sup> Veja-se CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa (1979), “A Internacional Socialista vai à América Latina”.

Soares e Bruno Kreisky, e foram adoptadas várias resoluções, entre as quais podemos destacar, a Resolução Nº 13, através da qual se reconhece o importante papel dos partidos socialistas de Portugal e Espanha em prol do desaparecimento das respectivas ditaduras, e do estabelecimento de um sistema democrático pluralista nos seus respectivos países. “Esta resolução é uma ilustração da importância de Portugal e Espanha para as relações estabelecidas entre as forças políticas na América Latina e a Internacional Socialista”<sup>174</sup>.

### **A figura internacional de Mário Soares.**

Não deve parecer uma mera coincidência, refere Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, o facto de que o PS português e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) tenham sido forças fundamentais no estabelecimento de contactos entre a Internacional Socialista e as forças políticas na América Latina, interessadas na social-democracia ou o socialismo democrático. Como também não é coincidência que **Mário Soares** e Felipe González tenham sido importantes pontas de lança nas campanhas latino-americanas desta internacional política. As velhas relações culturais que provem desde os tempos coloniais tem por certo o seu peso, começando pela identidade linguística.<sup>175</sup>

“Em Paris, conheci o Willy Brandt, quem me convidou para penetrar na América Latina, onde os socialistas ainda não tinham conseguido entrar. Brandt propôs-me então entrar na direcção da revista *Nueva Sociedad*. Pagavam-me as viagens e a estadia que fossem necessárias para àquele continente. Entre 1968 e 1974, viajei para vários países: Chile, Argentina. Fui eu, quem convenceu Raul Alfonsín, e (os governos) do Uruguai, Peru, Equador, Colômbia, República Dominicana, a entrarem na Internacional Socialista”<sup>176</sup>.

---

<sup>174</sup> CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa, “La Internacional Socialista y América Latina”, p. 27.

<sup>175</sup> Ibidem.

<sup>176</sup> Mário Soares (Primeiro-ministro de Portugal entre 1976-1978 e 1983-1985, Presidente da República Portuguesa, de 1986 a 1996), em entrevista concedida a autora, nos dias 4 e 9/2/2011, na sede da Fundação Mário Soares, em Lisboa, devidamente arquivada.



Mário Soares chefia a primeira delegação da Internacional a ser enviada à América Latina, de 15 a 25 de Março de 1978. Celestino del Arenal o acompanhara nesta viagem, como Secretario da Missão, representando o PSOE. Os destinos visitados incluíam o México, a República Dominicana<sup>177</sup>, Jamaica, Costa Rica e Venezuela. Durante as visitas, a delegação estabeleceu contacto com vários partidos políticos afins e não à Internacional Socialista, do México, Chile, Peru, República Dominicana, Porto Rico, Jamaica, Costa Rica, El Salvador, Paraguai, Nicarágua, Guatemala, Venezuela, Argentina, Paraguai, Panamá, Brasil e Aruba. Nas palavras do próprio Mário Soares, “através destes contactos procuramos obter informações sobre o complexo sistema político da América Latina e afirmar a solidariedade da Internacional Socialista em relação aos partidos progressistas desta área”<sup>178</sup>.

#### “A Declaração de Lisboa a favor da democracia na América Latina”

Na lista dos esforços da Internacional Socialista para enfrentar os problemas da América Latina e alargar a sua influência a nível mundial, merece destaque, a “Conferencia sobre Processos de Democratização na Península Ibérica e na América Latina”, realizada em Lisboa, de 29 de Setembro a 2 de Outubro de 1978, patrocinada pela Internacional Socialista, e organizada pelo PS português. Nela participaram líderes políticos de vários países da Europa, África e América Latina, incluindo algumas personalidades mundiais bem conhecidas como Willy Brandt e Bernt Wilmar Carlsson, e líderes de partidos socialistas nacionais como Mário Soares, Felipe Gonzalez e Bettino Craxi. Da América Latina, estiveram presentes, entre outros líderes, Brizola do Brasil, Rodrigues do Chile, Pena Gomes da República Dominicana, o poeta Cardenal da Nicarágua, e Odube, ex presidente de Costa Rica.<sup>179</sup>

---

<sup>177</sup> Mário Soares, contrariando as indicações do governo dominicano, participa numa caravana da delegação da Internacional Socialista e do PRD pelos bairros de Santo Domingo.

<sup>178</sup> Veja-se FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, “Relatório Relativo à Deslocação de uma Delegação da Internacional Socialista à América Latina, de 15 a 25 de Março de 1978”, p.27.

<sup>179</sup> Cf. *Diário de Lisboa*, de 29 de Setembro de 1978, p. 6; e 2 Outubro de 1978, p. 2.

“A Declaração de Lisboa a favor da democracia na América Latina” que resultou deste encontro, exprime claramente o apoio dos representantes do socialismo democrático europeu ao povo latino-americano «na sua luta para estabelecer regimes de liberdade, justiça social e democracia» e ressalta, entre outros aspectos, a importância de consolidar as instituições na península ibérica, pelos laços tradicionais que unem estes países às suas ex-colónias.<sup>180</sup>

O papel desempenhado pelo Comité Directivo da Internacional Socialista na América Latina traduziu-se, por exemplo, em acções destinadas a facilitar o processo de transição democrática na República Dominicana, nomeadamente com o apoio à campanha eleitoral do candidato do Partido Revolucionário Dominicano, e o envio de observadores, nas eleições de 1978; envio de observadores, nas eleições de Guatemala, nesse mesmo ano; o apoio decidido ao Frente Sandinista na guerra civil de Nicarágua; e a tentativa de mediar o conflito salvadorenho; factos, de uma relevância histórica para a região, que explicam o interesse demonstrado por muitas das forças políticas, afiliadas ou não à Internacional política, a assistir e participar nos vários encontros realizados.

Quanto às principais motivações que levaram à expansão da Internacional Socialista na América Latina, Cavalcanti refere ainda, a existência de muitos interesses económicos, para além dos ideais políticos da “liberdade e os direitos humanos”. “Tal significa melhores oportunidades para a expansão das economias da Europa Ocidental e maiores garantias para os seus investimentos”<sup>181</sup>. Boersner acrescenta, “movida (a social democracia europeia) pelo interesse regional de Europa Ocidental e os interesses nacionais dos seus países integrantes – interesse em ganhar influencia na América Latina, África e Ásia, tendo em vista a obtenção de mercados e acesso à matéria-prima, sobretudo energéticas”<sup>182</sup>.

---

<sup>180</sup> Cf. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa (1979), “A Internacional Socialista vai à América Latina”, pp. 106-108.

<sup>181</sup> Idem, p. 105.

<sup>182</sup> BOERSNER, Demetrio (1996). *Relaciones Internacionales de América Latina*, p. 250.

A actuação da Internacional Socialista gerou naturalmente conflitos com a política dos EUA para América Latina. O choque de interesses será inevitável, sobretudo na região da América Central, claramente sob a influência política, social e económica das empresas transnacionais norte-americanas.

Quando Mário Soares entra no governo pela primeira vez, como ministro dos Negócios Estrangeiros, defende a necessidade de mudar radicalmente a política externa portuguesa, até então virada para os EUA e o Brasil: “Era necessário olhar para o resto da América Latina, com algumas excepções, o Chile de Pinochet, e a Cuba de Fidel Castro”. Mário Soares tinha viajado clandestinamente para Cuba – durante um mês – e não gostara daquilo que tinha visto do novo regime. Naquela altura já considerara o Fidel “um dinossauro político”. Era necessário também olhar para a Espanha. “Portugal estava de costas para o seu vizinho. A Inglaterra teve grande influencia nesse sentido pois nunca olhou com bons olhos uma Espanha forte no continente”<sup>183</sup>.

O que se verifica, não obstante o novo regime político ter manifestado a vontade de alterar a direcção da política externa, e os objectivos terem sido efectivamente redefinidos, é que o Brasil continuará a estar em primeiro lugar nas prioridades portuguesas para a América Latina. A primeira visita oficial de Mário Soares será à América portuguesa. Na altura, estava no poder o ditador militar Ernesto Geisel.

“Numa troca de palavras ambos concordamos em que apesar das diferenças – Geisel era visto como um «ditador» e eu como um «comunista» –, as relações entre Portugal e o Brasil transcendia-nos”. Geisel respondeu «sim, é assim». Para mim, qualquer regime que estivesse em Portugal manteria sempre boas relações com o Brasil”<sup>184</sup>.

---

<sup>183</sup> Mário Soares (primeiro-ministro de Portugal entre 1976-1978 e 1983-1985, presidente da República Portuguesa, de 1986 a 1996), em entrevista concedida a autora, em 4 e 9/02/2011, na sede da Fundação Mário Soares, em Lisboa, devidamente arquivada.

<sup>184</sup> Ibidem.

Efectivamente, com o fim da ditadura no país ibérico, e a resolução da questão colonial, as relações entre Portugal e o Brasil, não obstante os diferentes regimes políticos, são atenuadas. Reconfiguram-se os vínculos entre Portugal, Brasil e África, enquanto a emergência dos novos actores africanos alterava o âmbito da Comunidade Lusófona, e conferia às relações luso-brasileiras uma importância acrescida. “Doravante, assumem uma dimensão multilateral que incorpora o espaço da lusofonia aos interesses bilaterais”<sup>185</sup>.

### **A entrada nas Comunidades Europeias e a redefinição da Política Externa Portuguesa para a região.**

Com a entrada de Portugal no quadro europeu, em 1985, os objectivos da sua política externa são redefinidos. Os distintos governos portugueses passam a manifestar um pouco mais de interesse perante as questões latino-americanas.

Com efeito, a participação europeia no processo de paz na América Central, nos anos de 1980; a institucionalização das Cimeiras UE – Grupo do Rio e **Ibero-Americanas** (que incluem Portugal, Espanha e o Principado de Andorra, do lado europeu); as reuniões conjuntas no quadro da Assembleia Geral da ONU, e o desenvolvimento de relações privilegiadas, económicas e políticas, da UE com o MERCOSUL, criaram, em pouco mais de uma década, uma intensa rede de intercâmbios e de interesses comuns. Portugal, tendo em consideração a sua condição de país ibérico, a sua ligação histórica com a maior potência regional da América do Sul, o Brasil, e o peso da segunda comunidade portuguesa na América Latina, na Venezuela, não devia obviamente ficar fora deste processo.

A sua vez, na América Latina, o retorno à democracia nos diferentes países, sobretudo ao sul da região, possibilitou importantes avanços na área da concertação

---

<sup>185</sup> Cf. CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida (2008), “Do lirismo ao pragmatismo: A dimensão multilateral das relações Luso-Brasileiras (1974 – 1976) ”.

política e cooperação regional e impulsionou a região no sentido de diversificar as suas relações com a Europa, a Ásia e a África.<sup>186</sup>

Não obstante as sensibilidades portuguesas geradas pela dinâmica da aproximação da Europa à América Latina, só se verificaram algumas alterações significativas no relacionamento entre Portugal e os países da região, a partir de mediados da década de 1990, sobretudo do ponto de vista económico, e em relação ao Brasil.

---

<sup>186</sup> Por volta de 1990, diz-nos Amado Luiz Cervo, os países da América Latina irão a adoptar o paradigma neoliberal de relações internacionais, sem uniformidade na intensidade e nos ritmos das reformas internas requeridas pela nova forma de inserção internacional que pressupunha. A modernização foi concebida pelos dirigentes como abertura do mercado de bens e de valores e privatização das empresas públicas, mas os países avançaram por esta via com certo descompasso: Chile e Argentina são exemplos de adaptações rápidas e radicais, Venezuela e Brasil exemplos de hesitações políticas e tropeços operacionais, enquanto o México se afastava da América do Sul e encaminhava com senso prático sua vinculação ao bloco da América do Norte, o Nafta. Cf. CERVO, Amado Luiz (2001), *Relações Internacionais da América Latina. Velhos e Novos Paradigmas*, p. 279.



### **CAPÍTULO III. Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os Estados ibero-americanos.**

Muitos dos vínculos e das afinidades, entre Portugal e os distintos países ibero-americanos foram processados através da história, desde o primeiro momento do Encontro entre os Dois Mundos. Alguns desses vínculos foram continuados através dos fluxos de pessoas, de bens e capitais, ou pela emergência dos interesses de certos sectores, públicos e privados; outros renovam-se nos quadros respectivos das várias organizações internacionais das quais estes mesmos Estados formam parte.

Efectivamente, sendo membro da UE e ao mesmo tempo da **Comunidade Ibero-Americana**, e mais recentemente, observador na Aliança do Pacífico<sup>187</sup>, as relações bilaterais que se estabelecem – muitas vezes perante as insuficiências do multilateralismo – diversificam a relação de Portugal, em termos dos interesses e compromissos que geram esses mesmos vínculos, um pouco por toda a região.

“Para Portugal até há dez anos atrás ou quinze, a América Latina era só o Brasil. Não que não tivéssemos relações históricas com outros países como por exemplo, o Uruguai, muitíssimo relevantes (...). A nossa relação com a América Latina cingia-se à nossa relação com o Brasil. Mas nós começamos a forjar as nossas relações bilaterais com (outros) países da América Latina, com os países do MERCOSUL, com a Venezuela, com o próprio México; e por tanto há aqui uma complementaridade entre as nossas relações bilaterais e este espaço multilateral”<sup>188</sup>.

Se olharmos para as relações bilaterais entre Portugal e os distintos países ibero-americanos, na actualidade, é inevitável destacarmos as virtudes e os constrangimentos que sofre, por exemplo, a relação deste país com a sua ex-colónia, Brasil; assim como os sinais da presença histórica e cultural portuguesa, ainda

---

<sup>187</sup> A Aliança do Pacífico, constituída em 2012, é integrada pelo Chile, o Peru, a Colômbia e o México. Trata-se efectivamente do mais recente esquema de cooperação latino-americano, e distingue-se dos outros, sobretudo, por estar mais centrado na questão prática da expansão dos mercados dos países membros para a região de Asia-Pacífico, que propriamente no objectivo da concertação política regional.

<sup>188</sup> Rui Vinhas (Coordenador nacional da Ibero-Americana em Portugal, de 2011 a 2012), em entrevista concedida a autora, em 20/1/2012, na sede do MNE, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

presentes, no Uruguai; e de aqueles vínculos culturais, sociais e económicos, forjados através das diásporas, com a Venezuela e a Argentina, e do capital privado, através das empresas, no México. Merece-nos atenção igualmente – tendo em conta, o papel desempenhado por Cuba nos processos de independência das ex-colónias portuguesas em África – , as relações boas e cordiais, do ponto de vista político, que existem hoje entre Portugal e esta ilha do Caribe.

Neste capítulo, para a análise das relações bilaterais iremos considerar alguns indicadores das duas partes, nos vários âmbitos, político (visitas ao mais alto nível, e sobre os acordos alcançados pelas partes), económico (comércio e investimento mútuo), dos fluxos mais recentes da emigração / imigração, e no cultural, sobre os acordos bilaterais vigentes. Embora se adopte uma avaliação temática, a mesma comporta uma análise temporal, a partir de 1990, e até os nossos dias; ou seja, coincidindo com os últimos vinte e dois anos da experiencia multilateral das cimeiras ibero-americanas. Uma leitura cruzada dos dados obtidos permitir-nos-á agrupar os países, consoante o peso e ou a força dos vínculos estabelecidos.

### **III.1 Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os países ibero-americanos: Análise panorâmica.**

**No âmbito político**, as relações entre Portugal e os distintos países do espaço ibero-americano têm sido de uma maneira geral, boas, amigáveis e cordiais. O interesse político aunado aos interesses de outro tipo, como sejam, económicos e comerciais, manifesta-se de certa forma, pelo número de missões diplomáticas permanentes (embaixadas, consulados e postos honorários), assim como pelo dinamismo dos fluxos de pessoas, bens e capitais, de uma à outra parte do mundo, e vice-versa.

Assim, num primeiro momento da análise, parece-nos sintomático que as missões diplomáticas permanente (embaixadas / consulados) portuguesas na Ibero-América permaneçam em **nove** dos dezanove estados que conformam a região: Brasil,



Venezuela, Argentina, Uruguai, México, Chile, Colômbia, Peru, e Cuba. A sua vez são **treze** os países da região que mantêm missões diplomáticas permanentes ou representantes residentes em Portugal: Brasil, Venezuela, Chile, Argentina, Uruguai, Cuba, México, Peru, Paraguai, Panamá, Republica Dominicana, e Equador<sup>189</sup> (quadro 1).

**No âmbito económico e comercial**, as relações entre Portugal e alguns países ibero-americanos, nos últimos anos, e no contexto da crise que atravessa o país ibérico, dinamizaram-se claramente graças à política de internacionalização das empresas e ao impulso dado pelo governo português às exportações para fora da zona euro (gráfico 1), para destinos como o Brasil, México, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e o Panamá (tabela 1). No alvo da *Diplomacia Económica* portuguesa encontramos, assim, vários países da região. As relações parecem facilitadas pela proximidade da Língua, hábitos e costumes similares, e nalguns casos pela comunhão de certos valores e tradições jurídicas.

Entre 2010/2011, no seu esforço de internacionalização / promoção da actividade exportadora, o governo português decidiu integrar a AICEP (Resultado da fusão, em 2007, entre a Agência Portuguesa para o Investimento – API e do Instituto do Comércio Externo de Portugal - ICEP), com o MNE, criando assim uma vasta rede através das delegações AICEP, junto das embaixadas de **cinco** países da região, em Santiago de Chile, São Paulo, Rio de Janeiro, Caracas, Bogotá, e Cidade do México (quadro 1).

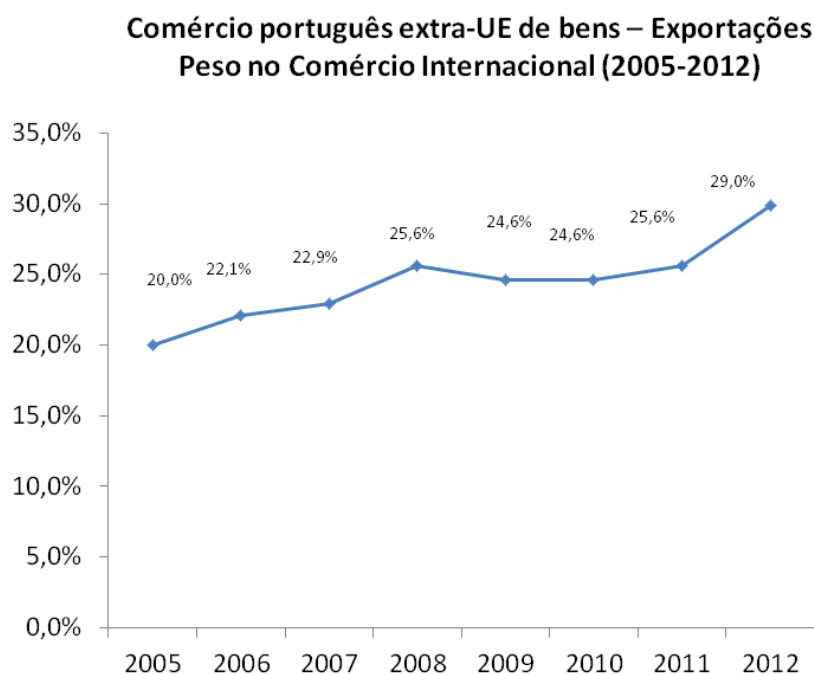
Em 2008, foi criada também a Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. – SOFID, como entidade especializada em financiar projectos de iniciativa privada de médio e longo prazo em países com elevado potencial, nomeadamente países da CPLP, África do Sul, Norte de África e Ibero-América. A SOFID actua como um banco *corporate* sob a supervisão do

---

<sup>189</sup> Está previsto o encerramento da Embaixada (começou a funcionar em 2012) e do Consulado este ano. Razões: falta de reciprocidade por parte de Portugal, e contenção em gastos por parte do governo equatoriano.

Banco de Portugal, e os seus principais accionistas são: o Estado (60 %) e os quatro principais bancos portugueses (BES, BPI, CGD e Millennium BCP).

Gráfico 1. Comércio português extra-europeu. (2005-2012).



Fonte: AICEP.

Em relação ao evidente interesse crescente de Portugal pela região, Paulo Portas (ainda com a pasta dos Negócios Estrangeiros) afirmou recentemente que,

“As razões para multiplicar as relações com a América Latina são de dois tipos, 1- Razões económicas: para Portugal é importante na actual conjuntura, diversificar as suas exportações; 2- A Língua: o factor que nos une (...), duas Línguas que vão vencer na globalização, com um valor cultural e económico enorme”<sup>190</sup>.

<sup>190</sup> Intervenção de Paulo Portas (actualmente vice-primeiro-ministro de Portugal) na Conferência “Portugal e América latina: uma Parceria estratégica para o S XXI”, organizada pela AIP e a Casa da América Latina, realizada em Lisboa, em 27/1/2012.

Tabela 1. Comércio português extra-europeu (2012, 2013).

Percentagem do total das exportações extra-UE de Portugal (Janeiro-Julho)			Percentagem do total das importações extra-UE de Portugal (Janeiro-Julho)		
	2012	2013		2012	2013
Brasil	4,4	5,0	Brasil	9,4	5,4
México	1,6	1,5	Colômbia	2,0	1,2
Venezuela	2,4	1,2	México	1,3	0,4
Argentina	0,4	0,7	Venezuela	0,9	0,0
Chile	0,7	0,6	Argentina	0,7	0,6
Colômbia	0,3	0,2	Uruguai	0,4	0,4
Uruguai	0,1	0,1	Paraguai	0,4	0,4
Paraguai	0,1	0,1	Chile	0,2	0,2
América	26,5	26	América	23,4	16,5

Fonte: INE

Efectivamente, para além das razões económicas que constantemente aparecem no discurso, e agora parecem legitimar definitivamente a prática de uma *diplomacia económica*, destinada aos países da região; **no âmbito cultural**, a promoção da Língua – objectivo permanente da política externa portuguesa – revaloriza-se num contexto, em que se evidencia uma clara tendência para um aumento do interesse, sobretudo no âmbito dos negócios internacionais, pela Língua de Camões. Nesse sentido, Irma González, leitora de Português na Argentina afirmou que,

“A criação do MERCOSUL levou a um crescimento exponencial do ensino da língua portuguesa na América Latina, especialmente na Argentina, no Uruguai e no Paraguai mas também na Venezuela, que aderiu ao bloco comercial em 2012 (...). O fenómeno parece assentar na ideia de que, quanto maior for o conhecimento da língua portuguesa, mais facilmente podem ser criadas oportunidades de negócio com os países lusófonos”<sup>191</sup>.

<sup>191</sup> GONZÁLEZ, Irma, “Ensino da Língua Portuguesa cresce na Argentina e no Uruguai”.

Não obstante os fins, se olharmos ao mesmo tempo, para os meios disponíveis, parece-nos sintomático o facto de que só exista **um** Centro Cultural Português<sup>192</sup> na região, precisamente em **Brasília** (aberto em 1995), e **três** Centros de Língua Portuguesa, em **Buenos Aires** (inaugurado em 1999), na **Cidade do México** (inaugurados em 2002), e em **Caracas** (inaugurado em 2005) (quadro 1).

### **III.2 Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os países ibero-americanos: Brasil, Venezuela, México, Argentina.**

O Brasil, a Venezuela, e a Argentina, pode-se dizer, são os países com os quais Portugal mantém, ainda hoje, vínculos especiais. Um relacionamento histórico, que inclui entre os seus principais agentes, as diásporas, e os interesses de alguns sectores, privados e públicos. A emergência dos vínculos de natureza económica e comercial, criados entre Portugal e o México, leva-nos a incluir também este país da América do Norte, no primeiro grupo.

#### **Portugal e o Brasil.**

Singular mas inconclusa, assim define a «parceria Portugal – Brasil», o professor brasileiro Amado Luiz Cervo, porque condicionada por uma multiplicidade de factores, como são, o legado histórico, uma Língua comum, o cruzamento demográfico, as aproximações e as diferenças culturais, a formação histórica nacional, a imagem do outro, bem como as opções estratégicas externas – muitas vezes divergentes – de ambos os países.<sup>193</sup>

---

<sup>192</sup> Os centros culturais portugueses no estrangeiro são unidades dotadas de autonomia administrativa, que atuam sob a dependência funcional do chefe de missão diplomática ou a ele equiparado e de forma unificada com os demais serviços periféricos externos do MNE existentes na respectiva área geográfica e regem-se por diploma próprio

<sup>193</sup> CERVO, Amado Luiz, *A Parceria Inconclusa*, pp. 20-29.

Quadro 1. Presença institucional portuguesa na Ibero-América.

PAÍSES	REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS PORTUGUESAS NA IBERO- AMÉRICA	REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS IBERO-AMERICANAS EM PORTUGAL	DELEGAÇÕES AICEP	PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA
	Embaixada e Secção Consular em Brasília, cinco Consulados, dois Consulados Gerais, dois Vice – Consulados, trinta postos honorários em diferentes pontos do país.	Embaixada e Consulado Geral em Lisboa, dois Consulados Gerais, três postos honorários em vários pontos do país.	São Paulo, Rio de Janeiro.	Centro Cultural em Brasília.
	Embaixada e Consulado Geral em Caracas, um Consulado Geral, dez postos honorários em diferentes pontos do país.	Embaixada e Consulado em Lisboa, dois Consulados em distintos pontos do país.	Caracas	Centro de Língua Portuguesa em Caracas.
	Embaixada e Secção Consular em Cidade do México.	Embaixada e Secção Consular em Lisboa.	Cidade do México.	Centro de Língua Portuguesa em Cidade do México.
	Embaixada e Secção Consular em Buenos Aires, três postos honorários em diferentes pontos do país.	Embaixada e Secção Consular em Lisboa.		Centro de Língua Portuguesa, em Buenos Aires.
	Embaixada e Secção Consular em Montevidéu, um posto honorário.	Embaixada e Secção Consular em Lisboa.		
	Embaixada e Secção Consular em Santiago.	Embaixada e secção consular em Lisboa, um posto honorário.	Santiago de Chile.	
	Embaixada e Secção Consular em Bogotá.	Embaixada e Secção Consular em Lisboa.	Bogotá	
	Embaixada e Secção Consular em Lima.	Embaixada e Secção Consular em Lisboa.		
	Embaixada e Secção Consular em Havana.	Embaixada e Secção Consular em Lisboa.		
		Embaixada e Secção Consular em Lisboa		
		Embaixada e Secção Consular em Lisboa		
		Embaixada e Secção Consular em Lisboa		
		Embaixada e Secção Consular em Lisboa		

A relação entre Portugal e o Brasil torna-se complexa, efectivamente, na medida em que é potencializada pelas suas próprias virtudes (história, proximidade cultural, hábitos e costumes), e ao mesmo tempo é inibida no seu aprofundamento pelos constrangimentos que constantemente lhe colocam os vários agentes sociais, sobretudo políticos e económicos, e os seus interesses, intervindo no plano interno, assim como no externo.

No domínio político, uma análise das linhas programáticas, desde 1991, até hoje, evidencia uma vontade transversal aos vários governos portugueses em privilegiar as relações com o Brasil<sup>194</sup>. Isto manifesta-se sobretudo, pelas visitas oficiais recíprocas e regulares, independentemente dos partidos no poder.

Em 1991, o primeiro-ministro Cavaco Silva fez a sua segunda visita oficial ao Brasil, ficando marcada pela assinatura do Acordo Geral de Cooperação. Cinco anos mais tarde, em 1996, será a vez de António Guterres “conquistar aos brasileiros”.<sup>195</sup> Em 1997, a visita do presidente Jorge Sampaio ao Brasil será contextualizada no quadro da *diplomacia económica*, iniciada por Guterres.

Em 2000, visitas recíprocas sucedem-se, por um lado, do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, e pelo outro, de Sampaio, festejando os 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil. Mais tarde, em 2004, decorreram três visitas dos líderes políticos portugueses ao Brasil, e a partir daí seguem-se as visitas oficiais quase ininterrompidamente. Actualmente, desde que assumiu a liderança política do grande país luso-americano, a presidente Dilma Rousseff já visitou oficialmente Portugal, em duas ocasiões. A sua vez, estando Pedro Passos Coelho à frente do governo, o primeiro-ministro português já visitou oficialmente o Brasil, também duas vezes.

Ainda no âmbito político, a Cimeira Luso-Brasileira, que se realiza desde 1991, constitui a expressão mais clara do bom relacionamento político que se desenvolve

---

<sup>194</sup> Cf. FONSECA, Carmen Sofia (2010), “Intenções versus desempenho: o Brasil na política externa portuguesa (1976-2007)”, p. 53.

<sup>195</sup> Idem, p. 55.

entre os dois países. Na última XI Cimeira, realizada em Lisboa, em Junho de 2012, vários acordos foram assinados, em áreas de importância fundamental como, a cooperação académica, ciência, tecnologia e inovação, energia, promoção da língua portuguesa.<sup>196</sup>

Num âmbito mais amplo, a institucionalização da CPLP, em 1996, conseguir-se-á graças a articulação possível das vontades autónomas, no sentido de criar uma comunidade integrada por países de língua portuguesa dos vários continentes, trabalhando mais no sentido de reafirmar a presença lusófona no mundo.

Contudo, e apesar das afinidades, como refere Cervo, as opções estratégicas de política externa dos dois países, muitas vezes diferem, afastando mais que aproximando essas mesmas vontades, decisões e acções políticas individuais, em diferentes âmbitos multilaterais e na procura de soluções aos problemas comuns. Portugal ao lado dos seus parceiros europeus colocar-se-á, por exemplo, numa posição contrária ao Brasil, nos casos da questão nuclear do Irão, e das negociações da pasta agrícola no quadro institucional da OMC.

No âmbito económico e comercial, a relação bilateral entre Portugal e o Brasil processa-se através de instrumentos e incentivos jurídicos próprios, actualmente em vigor, tais como o Acordo sobre Cooperação Económica e Industrial, de Abril de 1981 (entrou em vigor em Junho de 1982), e a Convenção destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, de Abril de 2001 (entrou em vigor em Outubro de 2001).

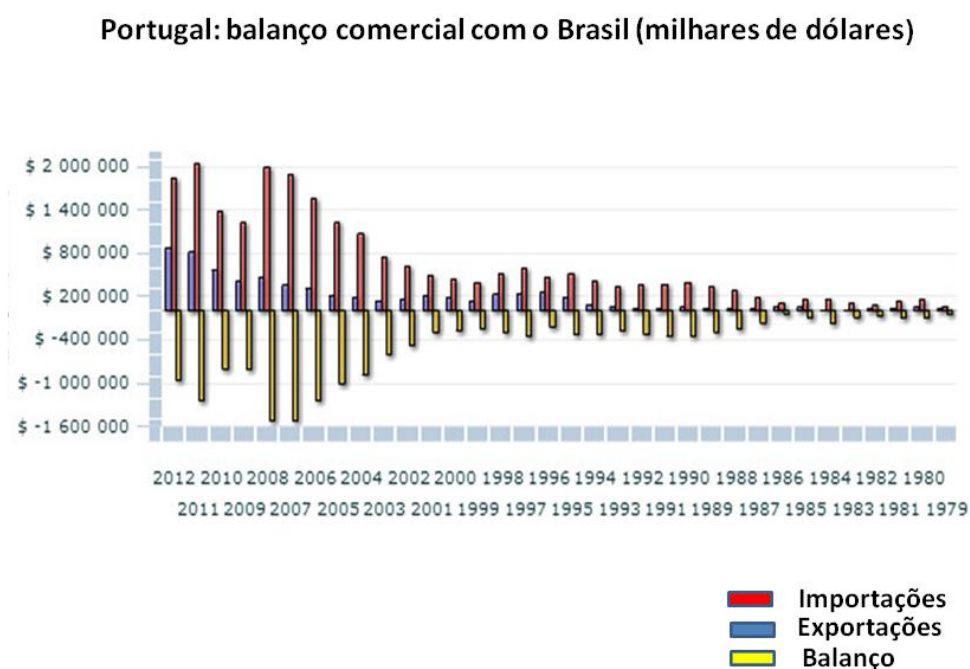
Uma análise rápida aos fluxos de intercâmbio permite-nos concluir que o comércio entre Portugal e o Brasil aumentou significativamente a partir de 1996, para depois abrandar um pouco a partir de 2005 (gráfico 2). Hoje, o Brasil recebe aproximadamente 40% dos produtos que Portugal exporta à América Latina. Do Brasil, chegam mais do 50% do total das importações portuguesas que provêm da região.

---

<sup>196</sup> A Declaração conjunta da XI Cimeira, encontra-se disponível [Em linha] no sítio do Governo da República de Portugal.

Sobre as causas deste dinamismo, Cervo esclarece-nos que, “a elevação do padrão de qualidade das relações entre Portugal e o Brasil devem ser procuradas no avanço do processo de modernização económica de ambos países”<sup>197</sup>.

Gráfico 2. Comércio Portugal-Brasil (1979-2012).



Fonte: CEPAL

Do lado português e apesar do aumento das exportações para o Brasil, estas representam ainda hoje, menos de 2% do total das exportações portuguesas para o mundo (gráfico 3). Por outro lado, a pauta de exportação continua a ser marcada principalmente pelo azeite, o bacalhau e o vinho, produtos sobre os quais recaem elevadas taxas de importação. Nesse sentido, Rui Vinhas afirma que,

“ (...) Apesar do crescimento das relações económicas entre Portugal e o Brasil, do ponto de vista comercial, ainda o relacionamento é muito insignificante porque há produtos portugueses que não conseguem entrar porque as pautas aduaneira

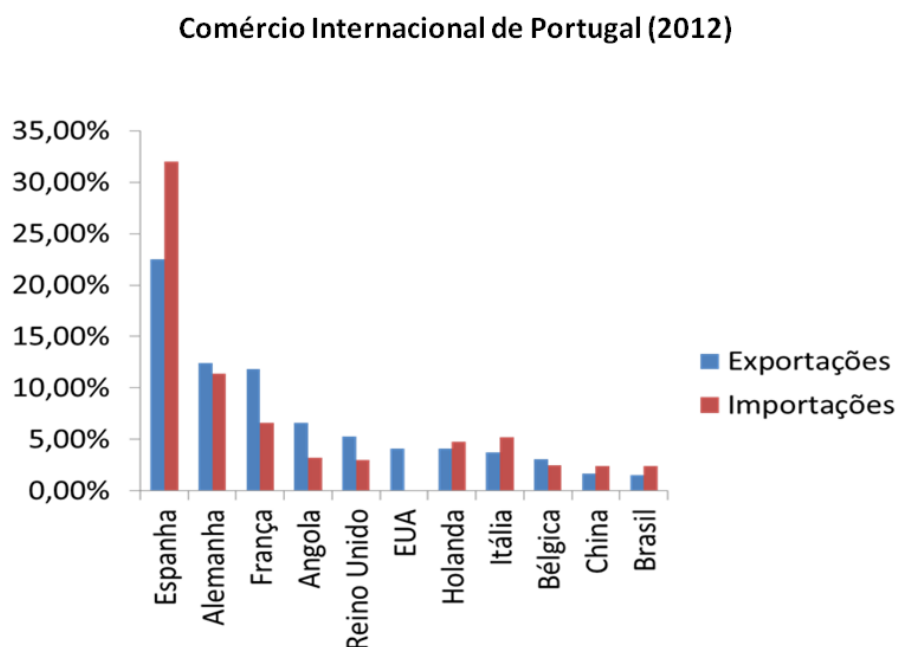
<sup>197</sup> CERVO, Amado Luiz, *A Parceria Inconclusa*, p. 27. Ainda, para uma análise sobre os novos desenvolvimentos das relações económicas entre Portugal e o Brasil, desde o começo dos anos 2000, em particular a partir de 2005, veja-se SILVA, Joaquim Ramos (2012). “Laços económicos com o Brasil: um imperativo estratégico para Portugal”, pp. 02-20.



brasileiras ou argentinas nalguns produtos, são impossíveis. Por exemplo, apesar de ser apreciado pelo consumidor brasileiro, nós não conseguimos exportar vinho para o Brasil porque o vinho paga imensas taxas alfandegárias e entra no mercado brasileiro a um preço altíssimo, não é competitivo, e isto acontece com a maior parte dos produtos”<sup>198</sup>.

Portugal importa do Brasil, principalmente, petróleo e derivados, açúcar de cana, produtos de ferro e aço, soja e café.

Gráfico 3. Comércio Internacional de Portugal (2012).



Fonte: AICEP

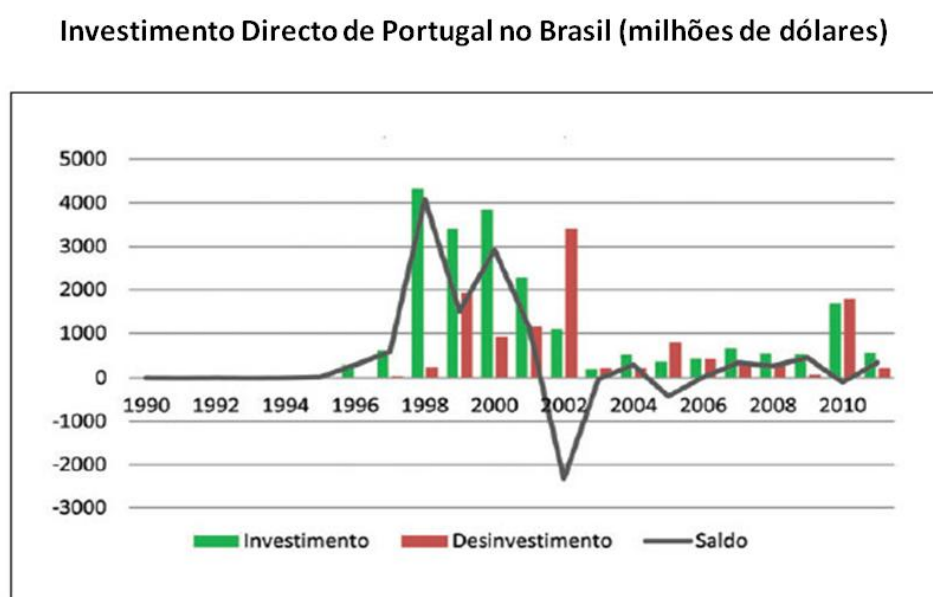
No plano dos investimentos, entre 1996 e 2002, Portugal investiu €14 biliões no Brasil, através de 350 empresas, responsáveis por 100.000 postos de trabalho “e pela nova imagem do Portugal moderno”.<sup>199</sup> Paulo Feres refere que, em 1998, perante a investida do investimento português, nomeadamente no sector dos serviços

<sup>198</sup> Rui Vinhas (Coordenador nacional da Ibero-Americana em Portugal, de 2011 a 2012), em entrevista concedida a autora, em 20/1/2012, na sede do MNE, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

<sup>199</sup> Pedro Pinto, citado por CERVO, Amado Luiz (2012), *A Parceria Inconclusa*, p. 100.

(telecomunicações), o ex-presidente Brasileiro Fernando Henrique Cardozo chegara inclusive a falar de um novo Tratado de Tordesilhas.<sup>200</sup> A partir de 2002, observamos um declínio nos investimentos portugueses no Brasil, que se acentua no ano seguinte, casualmente quando a Espanha é eleita como destino prioritário (gráfico 4).

Gráfico 4. Investimento directo português no Brasil (1990-2010).



Fonte: Banco de Portugal

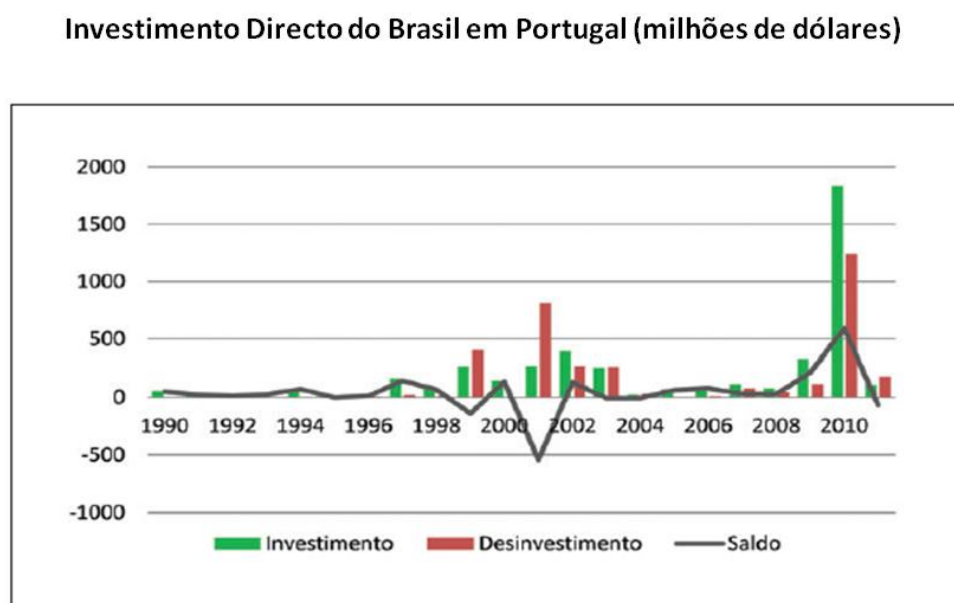
Dados mais recentes indicam que entre 2011 e 2012, o investimento português no Brasil passou de €368 milhões a €410 milhões, ou seja, houve um aumento de aproximadamente 11.4%. Brasil passa assim a ocupar o 21º lugar, no ranking dos investimentos portugueses no exterior. Destacam-se os investimentos da Galp, na área do petróleo; e mais recentemente, a participação da Mota-Engil em um projecto rodoviário brasileiro, no valor de €165 milhões; além de outras obras não identificados no montante de €20 milhões.<sup>201</sup>

<sup>200</sup> Paulo Feres (Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil, em Portugal). Comunicação apresentada durante a Terceira Sessão de Trabalhos do Grupo de Estudos sobre as Relações Portugal-Brasil, dedicada ao tema “As Relações Bilaterais entre Portugal e Brasil – a dimensão económica”, realizada no IDN, Lisboa, em 15/9/2011.

<sup>201</sup> Veja-se SILVA, Joaquim Ramos (2012). “Laços económicos com o Brasil: um imperativo estratégico para Portugal” pp. 02-20.

Em relação ao investimento brasileiro em Portugal, observamos uma tendência positiva nos últimos seis anos (gráfico 5). O Brasil investiu €96 milhões em Portugal em 2012, um aumento de aproximadamente 32%, em relação a 2011. Portugal se posiciona assim no 20º lugar no ranking dos investimentos brasileiros no exterior.

Gráfico 5. Investimento directo brasileiro em Portugal (1990-2010).



Fonte: Banco de Portugal

Em Portugal existem hoje mais de cem empresas brasileiras (Embraer, Odebrech, Banco Itaú, Banco do Brasil, O Boticario, Marcopolo, Bradesco, AMIL, TV Globo, etc.). Entre estas, destaca-se a empresa brasileira de Aeronáutica Embraer, que com duas fábricas na região do Alentejo, já criou uns 3.500 postos de trabalho. Um grande investimento brasileiro foi feito também em 2008, com a aquisição de CIMPOR – Cimentos de Portugal. Quanto as principais motivações para virem e se estabelecerem em Portugal, os empresários brasileiros assinalam, principalmente, as afinidades culturais, e a possibilidade de alcançar outros mercados europeus.<sup>202</sup>

<sup>202</sup> Cf. CERVO, Amado Luiz, *A Parceria Inconclusa*, pp. 111, 112.

Outro aspecto relevante a considerar, e que lhe confere inconfundível especificidade à relação é a vertente humana, do contacto que se estabelece pela mobilidade (de pessoas, empresários, académicos, etc.), entre portugueses e brasileiros. Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2011, residiam em Portugal 111.445 brasileiros, menos 7.918 que em 2010, mais 4.484 que em 2008. A sua vez, o Observatório da Emigração refere que em 2012, o *stock* relativo ao número de portugueses que tinham emigrado para o Brasil era de 612.203, tornando-se este o sexto destino mundial preferido pelos emigrantes lusos e o primeiro destino ibero-americano.<sup>203</sup> Em termos de remessas, segundo o Observatório da Emigração, em 2012, proveniente do Brasil, chegaram a Portugal em remessas, um aproximado de €10, 733 milhões. No mesmo ano, proveniente de Portugal, com destino para o Brasil, as remessas alcançaram um valor aproximado de €225,6 milhões.<sup>204</sup>

Várias instituições e instrumentos jurídicos traduzem também a especificidade socio-histórica e cultural da relação hoje. Encontramos, entre outros, a Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, de 1971, o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 1986, o Acordo Ortográfico, de 1991, o Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, de Junho de 2006 (entrou em vigor em Novembro de 2008), o Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas, de Setembro de 2003 (entrou em vigor em Dezembro de 2007), o Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais, de Setembro de 2003 (entrou em vigor em Outubro de 2003), e o Acordo de Segurança Social, de Fevereiro de 2009 (entrou em vigor em Maio de 2013).

Em Abril de 2000, durante as comemorações dos 500 anos da “descoberta” do Brasil, foi assinado o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, que permitiu definir – integrando num único documento – o enquadramento geral das relações bilaterais. Assim são revistos, actualizados e revogados nove acordos anteriores, entre os quais, o Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais de 1951, o

---

<sup>203</sup> Dados apresentados pela professora portuguesa Isabel Costa Leite, a partir da análise feita dos dados disponibilizados pelo SEF e o Observatório da Emigração, no 7º Congresso do Ceisal, realizado no Porto, em Junho de 2013.

<sup>204</sup> Observatório da Emigração, “Brasil”.

Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns de 1960, o Acordo para a abolição do pagamento da taxa de residência pelos nacionais de cada um dos países residentes no território do outro, de 1979, o Acordo Quadro de Cooperação de 1991, e o Acordo relativo à Isenção de Vistos de 1996.

Finalmente, a iniciativa conjunta que permitiu lançar o “Ano de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal” (7 de Setembro 2012 a 10 de Junho 2013) contribuiu claramente para uma nova dinâmica na relação entre estes dois países, através de programas culturais, de investimentos e de parcerias empresariais permitindo identificar oportunidades de negócio antes desconhecidas.<sup>205</sup>

### **Portugal e a Venezuela.**

A seguir ao Brasil (com aproximadamente 700.000 pessoas), a Venezuela é o segundo país da América Latina com maior número de portugueses, calculando-se que sejam cerca de 500.000. Dessa população 75% são naturais da Região Autónoma da Madeira – número considerável tendo em atenção o somatório de habitantes residentes na ilha que é de aproximadamente 267.785 pessoas (censo 2011) – havendo ainda alguns contingentes oriundos do Porto, Coimbra e Aveiro.<sup>206</sup>

A Constituição Bolivariana da Venezuela, aprovada em 15 de Dezembro de 1999 reconheceu, entre outras prerrogativas, a dupla nacionalidade aos estrangeiros com mais de uma década no país. Consequentemente, e segundo informações do Consulado Geral de Portugal em Caracas, nos últimos anos aumentou significativamente a afluência de cidadãos nascidos em Portugal – que entretanto tinham renunciado à nacionalidade portuguesa – e de luso descendentes, para adquirirem a nacionalidade portuguesa. Em 2012, tendo em conta a situação de crise que vive Portugal, segundo o Observatório de Emigração, o *stock* relativo ao número de portugueses que tinham emigrado para a Venezuela era de 165.498, tornando-se

---

<sup>205</sup> Cf. LEITE, Isabel Costa, “A crise ibérica e o recurso à América Latina”, p. 13.

<sup>206</sup> Cf. GOMES, Nancy (2009), “Os portugueses na Venezuela”, pp. 83-92.

este país o nono destino mundial preferido pelos emigrantes lusos, e o segundo destino ibero-americano. Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2011 residiam 1.999 venezuelanos em Portugal.<sup>207</sup>

“Não há estatística sobre regressos (à terra), vinca Brazão de Castro, secretário do governo regional (da Madeira) que tutela a emigração: abundam luso-descendentes com dupla nacionalidade e portugueses com residência dupla que se movem sem registo. Há, como repara o historiador Alberto Vieira, uma evidência (...). A Venezuela sente-se nas caixas dos supermercados, nas lojas dos centros comerciais, nos corredores da Universidade da Madeira, nas noites da discoteca Copacabana... Não só no vozear afectado, também na música que esvoaça de repente, nos produtos arrumados nas prateleiras, nos salgados expostos nos cafés mais insuspeitos. A *arepa*, a mais popular expressão culinária venezuelana, infiltrou-se no quotidiano da região. Manuel Bonito nunca importou tanta *harina* Pan”<sup>208</sup>.

Entre os impactos dos fluxos migratórios, um dos mais importantes é sem dúvida as poupanças que são enviadas para os destinos de procedência dos que emigram. Para Portugal, as remessas têm constituído efectivamente uma importante fonte de rendimento das famílias e de dinamização da economia, e têm contribuído para equilibrar a balança de pagamentos nacional. Note-se que na América Latina, Venezuela e o Brasil sobressaem como os principais países de onde procedem as remessas.<sup>209</sup>

Do ponto de vista político, as relações entre Portugal e a Venezuela – não obstante as diferentes opções estratégias externas adoptadas pelos respectivos governos, sobretudo a partir de finais da década de 1990 – têm sido, de uma maneira geral, tradicionalmente boas, cordiais e amigáveis, e isto reflecte-se sobretudo nas numerosas visitas oficiais dos ministros das Relações Exteriores e dos presidentes da

---

<sup>207</sup> Dados apresentados pela professora portuguesa Isabel Costa Leite, a partir da análise feita dos dados disponibilizados pelo SEF e o Observatório da Emigração, no VII Congresso do Ceisal, realizado no Porto, em Junho de 2013.

<sup>208</sup> PEREIRA, Ana Cristina, “Depois da emigração, o regresso”.

<sup>209</sup> Cf. Observatório da Emigração, “Venezuela”. Calcula-se que em 2012, as remessas enviadas para Portugal tenham sido de aproximadamente €12,098 milhões. No mesmo ano, a Venezuela recebeu €1,42 milhões, em remessas procedentes de Portugal.

República de ambos países<sup>210</sup>, assim como na diversidade de instrumentos jurídicos assinados que visam regular este mesmo relacionamento.

Do ponto de vista comercial, e segundo dados disponibilizados pela AICEP, a balança comercial entre os dois países tem revelado um comportamento muito irregular. Os valores das exportações portuguesas para a Venezuela, que até 2007, podiam ser considerados como pouco significativos, registaram a partir desse ano, uma evolução muito favorável e hoje a tendência continua a ser bastante positiva. Assim, entre 2007 e 2008, as exportações aumentaram 213%, verificando-se a mesma tendência em 2009, com uma taxa de crescimento de 142%, relativamente ao ano anterior. Em 2011, as exportações fixaram-se em aproximadamente €152,8 milhões, quando em 2007 não ultrapassaram €16,3 milhões.<sup>211</sup>

No que concerne às importações portuguesas com origem na Venezuela, assistimos a uma grande inconstância no respectivo fluxo, que está relacionada com as flutuações na aquisição de petróleo, principal produto importado. O valor das importações passou de aproximadamente, €10,9 milhões, em 2005, para cerca de €211,3 milhões, em 2006, sendo que no ano seguinte se registou uma forte descida, fixando-se em €12,1 milhões, para voltar de novo a atingir valores da ordem de € 140,5 milhões, em 2008. Em 2011, as importações andaram a volta dos €14,1 milhões<sup>212</sup> (gráfico 6).

Ainda no âmbito económico e comercial, podemos dizer que as relações entre Portugal e a Venezuela foram facilitadas pelos compromissos assumidos nos últimos anos. A década de 1990 foi, particularmente, um período frutífero em acordos bilaterais. Assim encontramos, o Acordo sobre a Promoção e Protecção Mútua de

---

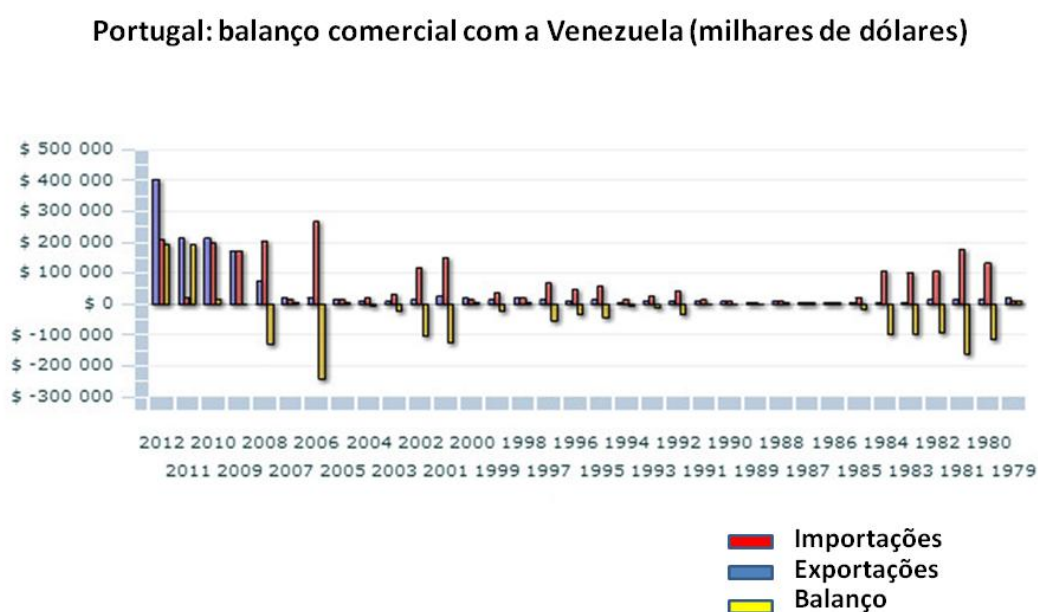
<sup>210</sup> Cabe aqui referir que Portugal formou parte do Grupo de Amigos da Venezuela (junto ao Brasil, Espanha, EUA, Chile, México), com o beneplácito de Hugo Chávez (1954-2013), que visara encontrar uma saída constitucional e negociada à crise política e económica que vivia a Venezuela, como consequência da greve geral de Dezembro de 2002. No que diz respeito às visitas das chefias políticas, há o registo de que só em 2008, o então primeiro-ministro português José Sócrates havia reunido com o presidente venezuelano quatro vezes, e que Portugal tinha sido o país da UE mais visitado pelo governante venezuelano.

<sup>211</sup> AICEP, “Relações económicas Portugal – Venezuela”, *Mercados Informação Global*.

<sup>212</sup> *Ibidem*.

Investimentos, de Abril de 1995 (entrou em vigor em Maio de 1995), o Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação no domínio do Turismo, de Fevereiro de 1995 (entrou em vigor em Junho de 1996), o Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Cooperação Económica e Energética, de Fevereiro de 1995 (entrou em vigor em Junho de 1996), o Acordo Quadro de Cooperação, de Fevereiro de 1995 (entrou em vigor em Junho de 1996), para além da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, de Dezembro de 1997 (entrou em vigor em Janeiro de 1998).

Gráfico 6. Comércio Portugal-Venezuela (1979-2012).



Fonte: CEPAL

No século XXI, os acordos prosseguem. Em Maio de 2008, foi assinado um Acordo Marco Complementar Económico e Energético entre a República Bolivariana de Venezuela e a República Portuguesa; e em 2012, o executivo agora liderado por Pedro Passos Coelho decide retomar e aprofundar a relação que o governo anterior iniciou, com a assinatura de catorze novos acordos de cooperação.



“O governo tem essa prioridade da América Latina muito bem clara e definida, o Ministro Paulo Portas tem e vai se empenhar bastante nesse relacionamento, mesmo com a Venezuela, a linha do governo é de pragmatismo e de continuar o relacionamento que vinha de atrás do governo socialista”<sup>213</sup>.

No total, existem actualmente cinquenta e dois acordos, entre Portugal e a Venezuela. Estes acordos visam essencialmente as áreas da construção (de vivendas e auto-estradas), ciência e tecnologia, energia e farmacêutica, tecnologias de comunicação aplicadas ao ensino. Em relação a este último domínio, cabe destacar um projecto em andamento que envolve o consórcio português YOUTSU - formado pela JP Sá Couto e Prológica – e que consiste na inauguração de cinco linhas de montagem das peças e partes dos computadores fornecidas pelo consórcio português, que presta assistência técnica a esta operação. Segundo declarações do vice-ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Serviços Postais, Manuel Fernández, a nova fábrica terá capacidade para produzir 1.800.000 “Canaimitas” por ano - designação atribuída aos “Magalhães” na Venezuela.<sup>214</sup>

Na área cultural, encontramos entre os dois países alguns instrumentos jurídicos vigentes como o Convénio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República da Venezuela e o Governo da República Portuguesa, de 1976, o Convénio Básico de Intercambio Cultural entre o Governo da República da Venezuela e o Governo da República Portuguesa, de 1978, e o Acordo Quadro de Cooperação entre a República da Venezuela e a República Portuguesa, assinado em Caracas em 17 de Junho de 1994. Este último prevê, para além do reforço da cooperação política e económica, mais e melhor cooperação nas áreas da Língua, cultura e ciência e a criação de instituições culturais.

Ainda no âmbito cultural, o ensino da língua portuguesa na Venezuela tem vindo a alargar-se, devido sobretudo à intensidade das relações com o seu vizinho brasileiro. Na Venezuela, o Português foi incluído como disciplina opcional no currículo

---

<sup>213</sup> Rui Vinhas (Coordenador nacional da Ibero-Americana em Portugal, de 2011 a 2012), em entrevista concedida a autora, em 20/1/2012, na sede do MNE, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

<sup>214</sup> AICEP, “Inauguração da segunda fase da Indústria Canaima”. 25/10/2012.

oficial para o ensino secundário, que até 2008, incluía apenas o Inglês e o Francês. Contudo as escolas e / ou associações / clubes que ensinam Português são poucos, pouco acessíveis, e estão concentradas, na sua maioria, em Caracas. Podemos destacar entre estas, a Universidade Central da Venezuela, a Universidade Bolivariana, o Centro Português de Caracas e a Fundação Cultural Luso-Venezuelana Camões. Quanto ao Ensino Superior, o ensino formal do Português deve-se ao Protocolo de Cooperação entre o Instituto Camões e a Universidade Central da Venezuela, de 23 de Setembro de 2002. Note-se que nesta Universidade, o Brasil mantém actualmente cinco leitorados na Escola de Idiomas Modernos, enquanto Portugal mantém apenas um.<sup>215</sup>

### **Portugal e o México.**

Segundo dados avançados pelo Consulado português, calcula-se que perto de 400 portugueses vivam actualmente no México, a grande maioria na Cidade do México.<sup>216</sup> À sua vez, em Portugal, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2011, estavam registados 311 mexicanos com permanência regular. Assim, o peso das comunidades, portuguesa e mexicana, nos respectivos países de acolhimento é relativamente pequeno.

Na actualidade, as relações entre Portugal e o México desenvolvem-se mais por conta dos interesses económicos e comerciais dos dois países, e em particular, das empresas exportadoras e dos investimentos privados.

Em Junho de 2013, Paulo Portas (então ministro dos Negócios Estrangeiros), actual vice-primeiro-ministro de Portugal, visitou o México, dando cumprimento aos acordos alcançados entre o presidente mexicano Enrique Peña Nieto e o primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, na reunião que tiveram no Chile, no quadro da I Cimeira UE-CELAC / VII Cimeira UE-ALC, realizadas em Santiago, em Janeiro do mesmo ano. Na oportunidade foi adoptada uma Declaração Conjunta que expressara a

---

<sup>215</sup> Cf. GOMES, Nancy (2009), “Os portugueses na Venezuela”, pp. 83-92.

<sup>216</sup> GALLO, José Miguel, “Portugal pode aumentar negócios com o México”, p. 16.

vontade e interesse de ambos governos no sentido do “relançamento” da cooperação sobretudo económica e comercial, nos sectores das tecnologias de educação, governo electrónico, energia e infra-estruturas, entre outros.<sup>217</sup>

Efectivamente, o México é hoje um dos parceiros comerciais ibero-americanos mais importantes para Portugal, quase ao nível do Brasil, e o quarto parceiro comercial de Portugal fora da UE. As relações económicas e comerciais entre estes dois países cingem-se por um conjunto de instrumentos bilaterais, em vigor, entre os quais se destacam o Convénio para Evitar a Dupla Tributação e Impedir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (entrou em vigor em Janeiro de 2001), e o Acordo para a Promoção e Protecção Recíproca dos Investimentos (entrou em vigor em Setembro de 2000).

As relações políticas, económicas e comerciais, entre os dois países parecem facilitadas pela proximidade cultural (Língua e certos hábitos e costumes) e a comunhão de certos valores e tradições jurídicas, assim como, por uma visão de consenso, em relação a temas da agenda internacional, de interesse comum. Nesse sentido e por ocasião da sua primeira visita oficial àquele país, no dia 17 de Outubro de 2013, o primeiro-ministro Passos Coelho discursou, “Portugal e o México têm realmente um mundo de grandes oportunidades para explorar. Os nossos povos partilham valores muito parecidos. Os nossos governos têm-se mostrado muito próximos quando abordam questões no mundo multicultural”<sup>218</sup>. Na oportunidade, e com o objectivo de “reforçar” as relações bilaterais, foram assinados acordos bilaterais pelos governos dos dois países, em áreas como, a energia, e as tecnologias aplicadas à educação.

Desde a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio entre a UE e o México (TLCUEM), em 1 Julho de 2000, o intercâmbio comercial entre Portugal e o México registou efectivamente um importante aumento de 339.6% (uma média anual de

---

<sup>217</sup> A Declaração Conjunta “Portugal-México” encontra-se disponível [Em linha] no sítio do Governo do México.

<sup>218</sup> Cf. Jornal *Público*. Economia. “Visita ao México terminou nesta quinta-feira”. 17/10/2013.

13.1%), passando de \$139.9 milhões, em 1999, para \$852 milhões, em 2011 (gráfico 7). O TLCUEM abriu novas oportunidades de exportação com vantagens aduaneiras para o México, em relação aos principais provedores de Portugal para sectores como: produtos plásticos, tecidos especiais, maquinas e aparelhos electrónicos, e peças de automóveis, entre outros.<sup>219</sup>

No plano dos investimentos, o investimento mexicano em Portugal, no período 2000-2011 (Agosto), foi de \$5 milhões. Como receptor de investimento mexicano, Portugal passou da 42ª posição, em 2008, para a 25ª, em 2012.<sup>220</sup> Destacam-se os investimentos do Grupo Bimbo, Carso-Telmex e Vitro.

De Janeiro de 1999 a Junho de 2012, o investimento português directo acumulado no México foi de aproximadamente \$60.6 milhões. Não obstante, verificamos um decréscimo a partir de 2008, na ordem dos 36%.<sup>221</sup> A razão parece ter a ver com o Plano de Infra-estrutura mexicano 2007-2012, que provocara uma corrida à entrada de capitais estrangeiros em projectos de infra-estrutura de estradas, ferrovias e portuária, tornando muito mais competitivo, este sector para os negócios. Assim, como investidor no México, Portugal desceu da 20ª posição, em 2008, para a 29ª, em 2012. Destaca-se a importância do projecto de construção e manutenção da Auto-estrada Perote-Xalapa executado pelo Grupo Ascendi (Mota-Engil / Banco Espírito Santo), entre os anos 2007 e 2010, assim como o projecto do Banco Espírito Santo Investimento (BESI), com um gabinete de representação no México, desde Novembro de 2010.<sup>222</sup>

---

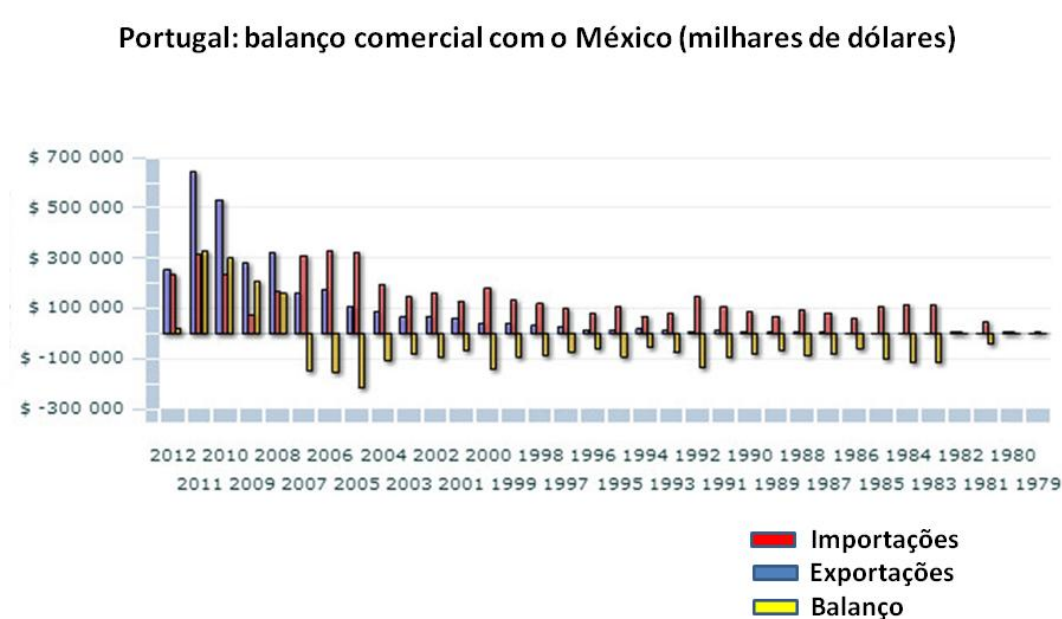
<sup>219</sup> O México conta actualmente com uma rede de doze Acordos Comerciais, entre os quais o NAFTA e a Aliança para o Pacífico, que lhe permitem acesso preferencial aos mercados de quarenta e quatro países que incluem as maiores economias do mundo, como os Estados Unidos, Canadá, os vinte e oito países da UE e o Japão. O México posiciona-se assim como porta de entrada a um mercado que representa mais de 60% do PIB mundial, com mais de 1.000 milhões de consumidores potenciais. Informação disponível [Em linha] no sítio da Embaixada do México em Portugal.

<sup>220</sup> GALLO, José Miguel, "Portugal pode aumentar negócios com o México", p. 16.

<sup>221</sup> Ibidem.

<sup>222</sup> Informação disponível [Em linha] no sítio da Embaixada do México em Portugal. Recentemente, a empresa portuguesa Mota-Engil ganhou, junto com mais duas empresas, a concessão para a construção, operação, conservação e manutenção de uma estrada portajada com 14,5 Km na Cidade do México. A obra tem um prazo de vinte e sete anos e envolve um investimento total de cerca de €347 milhões. Projectos em matéria de energias renováveis, médio ambiente e serviços, actualmente em desenvolvimento, também têm aberto espaço para esta mesma empresa. Falamos nomeadamente de

Gráfico 7. Comércio Portugal-México (1979-2012).



Fonte: CEPAL

Segundo José Miguel Gallo, Conselheiro Confederação Internacional dos Empresários Portugueses (CIEP) para a Internacionalização da Economia Portuguesa – México, o México oferece a Portugal grandes oportunidades de negócio, sobretudo nos sectores, automóvel e turismo. Em relação a este último,

“ (...). O turismo de portugueses no México, sobretudo em Cancun e na Riviera Maia, tem crescido nos últimos anos, principalmente nas férias de verão, no Natal e na Páscoa. É comum estar num hotel ou num centro comercial em Cancun, Cozumel ou Playa del Carmen e ouvir famílias portuguesas. O mesmo não sucede ao contrário, isto é, ver turismo mexicano em Portugal”<sup>223</sup>.

Efectivamente, Portugal não consta no itinerário turístico da maioria das famílias mexicanas que viajam ao exterior (não existem voos directos entre Portugal e o México). No sentido de reforçar a cooperação no Turismo, seria interessante que

---

um contrato recente para a recolha de resíduos na cidade de Los Cabos, no valor de €65 milhões, celebrado pela Mota-Engil e o governo mexicano.

<sup>223</sup> GALLO, José Miguel, “Portugal pode aumentar negócios com o México”, p. 16.

fosse aplicado o Acordo, que neste domínio foi assinado e ratificado pelos dois países, em Abril de 1997, e que prevê entre outros pontos, “conceder reciprocamente todas as facilidades para intensificar e estruturar o movimento turístico das pessoas simplificando e eliminando, quando for procedente, vistos e documentos; e promover e facilitar dentro do possível os investimentos de portugueses e mexicanos nos respectivos sectores turísticos”.<sup>224</sup>

### **Portugal e a Argentina.**

As relações políticas entre Portugal e a Argentina têm sido boas e cordiais e os vínculos históricos forjados pelas vagas de emigrantes portugueses que chegaram a este destino da América do Sul, em diferentes épocas, facilitam naturalmente a proximidade cultural que hoje existe.

“Muito poucas pessoas no Rio da Prata sabem até que ponto é de origem portuguesa. O português pertence ao pouco claro princípio de tudo, à conquista, à introdução do gado bovino, ao primeiro comércio destas costas atlânticas..., a influência artística, a contribuição na formação do carácter e a decisiva participação na actividade comercial foram aceites e integradas no dia-a-dia das nossas repúblicas. Por isso uma enorme quantidade de apelidos, palavras, modos, usos e costumes, cujas origens procuramos complicadamente, tem uma única e só explicação: é um legado português”<sup>225</sup>.

Efectivamente, desde o final do século XIX até hoje, mesmo sendo em menor medida, a presença da comunidade portuguesa na Argentina adquiriu uma dimensão significativa. O número mais recente a que temos acesso, em 2012, o *stock* relativo ao número de portugueses que tinham emigrado para a Argentina era de 8.190, mais

---

<sup>224</sup> Decreto nº 18/97. Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México (6/11/1996). Disponível [Em linha] para consulta.

<sup>225</sup> Virginia Carreño, citada por MAILHE, Alejandra e Emir Reitano (Compiladores) (2008), “Pensar Portugal: Reflexiones sobre el legado histórico y cultural del mundo luso en Sudamérica”, p. 9.

3.369 que em 2008 (4.821)<sup>226</sup>. Na Secção Consular da Embaixada de Portugal em Buenos Aires, estão registados mais de 17.000 cidadãos portugueses. Em Portugal, a sua vez, e segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2011 residiam 487 argentinos.<sup>227</sup>

“Outro dado é que durante os séculos XVII, XVIII e XIX houve grandes fluxos de imigração portuguesa para a Argentina e até a década de 1970 continuaram a chegar portugueses. Hoje em dia continuam a chegar jovens que com o seu trabalho e entusiasmo contribuem igualmente com o fortalecimento das relações bilaterais”<sup>228</sup>.

No âmbito económico e comercial, as relações entre Portugal e a Argentina são residuais, não obstante, a delegação da AICEP junto da Embaixada em Buenos Aires tem insistido no seu grande potencial. Nos últimos anos, a soma das exportações e importações situou-se à volta dos \$200 milhões, com um resultado comercial que conseguiu equilibrar-se. Segundo dados da AICEP, Portugal ocupou em 2012, o 75º lugar no ranking dos principais clientes da Argentina, com um 0,1% de participação no comércio externo daquele país. Como fornecedor, Portugal para o mesmo ano, ocupou o 50º lugar, detendo uma quota de participação de 0,1%.<sup>229</sup> No que diz respeito à composição das vendas, a Argentina sobressai como fornecedor de produtos agro-industriais, que explicam os cerca de 80% de suas exportações, isto é, farinhas, óleo de soja, frutas, feijão e grão-de-bico secos, peixe, couros e vinhos. Por sua parte Portugal coloca no mercado argentino principalmente manufacturas de cortiça, e alguns bens de capital, moldes e peças de automóvel.

Quanto aos investimentos, o pouco que os portugueses investem na Argentina concentra-se nos sectores da produção de minerais não metálicos, fabrico de máquinas e equipamentos, indústria automóvel, sector vitivinícola (adegas e

---

<sup>226</sup> Dados apresentados pela professora portuguesa Isabel Costa Leite, a partir da análise feita dos dados disponibilizados pelo SEF e o Observatório da Emigração, no 7º Congresso do Ceisal, realizado no Porto, em Junho de 2013.

<sup>227</sup> Mensagem do embaixador de Portugal em Argentina. Disponível [Em linha] no sítio da Embaixada de Portugal em Buenos Aires.

<sup>228</sup> BORGES, Henrique Silveira, “El Embajador de Portugal en la Argentina dialogó con Región Diplomática”.

<sup>229</sup> Cf. AICEP. *Portugal Global*. “Argentina – Síntese País e Relacionamento Bilateral”.

manufaturas de cortiça), e nos serviços de entretenimento, e informática. Encontramos hoje empresas portuguesas instaladas na Argentina como, a Finca Flichman, e o Grupo Pestana. Sectores como o olivícola, o das energias renováveis, o vitivinícola e as manufaturas (peças de automóveis), e do turismo, já foram identificados, também, como sectores com grande potencial, para o reforço da cooperação bilateral. As quotas dos investimentos argentinos em Portugal têm sido, e continuam a ser, francamente reduzidas.

Dos instrumentos jurídicos que visam regular a relação entre os dois países, verificamos que, com excepção do Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca dos Investimentos, de Agosto de 1995 (entrou em vigor em Maio de 1996), a maior parte dos acordos entre Portugal e a Argentina ainda não entraram em vigor, como são os casos do Acordo de Cooperação Científica e Técnica de Outubro, de 1981, o Acordo sobre Transporte Aéreo de Agosto, de 2008, o Acordo sobre Segurança Social, assinado em Abril de 2009, e o Acordo de Cooperação Turística, assinado em Agosto de 2012.<sup>230</sup>

Voltando ao tema cultural, o ensino da língua portuguesa na Argentina tem vindo a alargar-se, sobretudo devido à intensidade das relações com o seu vizinho brasileiro, mas também, à crescente visibilidade dos países de língua portuguesa no mundo. Neste país, onde também é noticiada a existência de escolas de ensino dual, o Congresso aprovou, em 2008, uma lei que prevê o ensino do Português, no básico e secundário, como oferta educativa opcional. “Desde 1999 que, na Argentina, na sequência de um protocolo assinado com o Instituto de Enseñanza Superior en Lenguas Vivas Juan Ramon Fernandez, de Buenos Aires, existe nesta instituição um Centro de Língua Portuguesa do Camões, IP, que funciona como centro de recursos para alunos e professores”<sup>231</sup>.

---

<sup>230</sup> AICEP, “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”.

<sup>231</sup> Cf. Camões IP. Encarte Camões, “Ensino da Língua Portuguesa cresce na Argentina e no Uruguai”.



### **III.3 Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os países ibero-americanos: Uruguai, Chile, Colômbia, Peru.**

No segundo grupo, incluímos em primeiro lugar o Uruguai, país onde a presença portuguesa, ainda hoje se sente, sobretudo, através da Língua, e de aquilo que resta da paisagem arquitectónica e urbanística construída pelos portugueses durante a sua passagem. O Chile, a Colômbia e o Peru, estão na lista dos mercados com grande potencialidade para as exportações portuguesas. Efectivamente, e sobretudo, a Língua, e certas tradições jurídicas têm facilitado a aproximação destes países, mais recentemente.

#### **Portugal e o Uruguai.**

“O Uruguai é um país muito mais vinculado com Portugal do que eu próprio sabia até chegar aqui a Lisboa”<sup>232</sup>, disse recentemente, o actual embaixador do Uruguai em Portugal, José Ignacio Korzeniak. “Quanto à presença de portugueses no Uruguai, basta consultar uma lista telefónica. Metade dos apelidos no Uruguai é de origem portuguesa”<sup>233</sup>.

Com efeito, a presença de portugueses em Montevideo remonta ao período exploratório, de povoamento e de sangrentas lutas entre os rivais ibéricos que dariam lugar à temporária República Cisplatina, presença que seria reforçada com a vaga imigratória do século XX, e que só terminaria verdadeiramente na década de 1970. Actualmente, o peso da comunidade portuguesa em Montevideo é relativamente pequeno. A embaixada tem inscritos 1.500 portugueses uruguaios, com fortes laços a

---

<sup>232</sup> Intervenção de José Ignacio Korzeniak, embaixador do Uruguai em Portugal, no Seminário Histórico-Diplomático sobre Portugal e os países Ibero-Americanos “1811-2011 Revistar a História e Perspectivar o Futuro”, organizado pela Casa da América Latina e o Instituto de Estudos Diplomáticos, e realizado no Auditório do MUDE, em Lisboa, em 7/10/2012.

<sup>233</sup> CASTRO, Joaquim Magalhães (2010), *No Mundo das Maravilhas*, p. 68.

Portugal.<sup>234</sup> A sua vez, e segundo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2010, estavam registados 126 uruguaiois com permanência regular em Portugal.

Para os uruguaiois, Colónia de Sacramento, cidade fundada pelo português Dom Manuel Lobo em 1680, é a jóia da coroa do turismo nacional, principal destino cultural, classificado como Património da Humanidade desde 1995<sup>235</sup>, com as suas casas e museus que relatam a história da presença e das lutas de portugueses e espanhóis na província Cisplatina de então, e onde se destaca o Museu Português.<sup>236</sup>

“Hoje em Colónia não existe propriamente uma comunidade luso-descendente, antes uma «sensação de pertença a Portugal» da parte dos seus habitantes, que é muito forte. A maioria dos portugueses abandonou a cidade após a definitiva ocupação espanhola, e a imigração portuguesa posterior data do início do século XX e radicar-se-ia sobretudo em Montevideo”.<sup>237</sup>

A embaixadora de Portugal no Uruguai, Luísa de Bastos de Almeida “compara o actual estado das relações bilaterais entre Portugal e o Uruguai a um «casamento sem paixão». Ou seja: nada se passa. Do trabalho já efectuado, constava a assinatura de um acordo cultural e de educação, mas pouco se tinha feito para o implementar». Socorrendo-se da experiência que acumulara no Instituto Camões, Luísa meteu mãos à obra. Começou por solicitar uma leitora de Português, que é a que se mantém ainda hoje em funções”<sup>238</sup>.

Nas escolas das áreas de fronteira com o Brasil, onde a maioria da população fala uma forma de “portunhol” é garantido o ensino bilingue Português / Espanhol, desde 2003 (Programa de Inmersión Dual Español-Portugués)<sup>239</sup>. E mais recentemente,

---

<sup>234</sup> CASTRO, Joaquim Magalhães (2010), *No Mundo das Maravilhas*, p. 72.

<sup>235</sup> É de salientar a acção desenvolvida pela Fundação Calouste Gulbenkian, essencial para o sucesso do projecto de reconstrução e elevação do bairro histórico à Património da Humanidade

<sup>236</sup> Cf. CASTRO, Joaquim Magalhães (2010), op cit., pp. 48, 49.

<sup>237</sup> Idem, p. 27.

<sup>238</sup> Idem, p. 69.

<sup>239</sup> Sobre este tema, veja-se ELHORDOY, Laura (2012), *La Configuración de la Cultura Escolar en Escuelas de Frontera: La Presencia del Portugués del Uruguay. Debilidad o Fortaleza?*. Veja-se também CONTI COSTA, Laura (s.d.), *La Importancia del Portugués en la Cultura Escolar*.

a língua portuguesa tornou-se matéria obrigatória no ensino primário uruguaio (Ley General de Educación Nº 18437, de Dezembro de 2008).

Raquel Carinhas refere ainda que, «os uruguaio sentem que a intercompreensão entre ambas as Línguas não é suficiente quando se trata de situações e de relações formais ou semiformais dos âmbitos político, empresarial ou educacional». Segundo a leitora do Camões, IP, em Montevideo,

« (...) nos últimos dois anos, com o crescimento das relações bilaterais em comércio e empreendedorismo com a África lusófona e com o aumento de empresas de capitais portugueses no Uruguai, muitos uruguaio têm-se dirigido à Embaixada de Portugal em Montevideo, solicitando informação sobre cursos de Português da variante europeia»<sup>240</sup>.

É importante sublinhar que no secundário, segundo dados da Administración Nacional de Educación Pública (ANEP), o Português é actualmente ensinado em cinquenta e sete escolas, mais treze do que em 2012. Ainda no mesmo nível, mas como oferta extracurricular, o Português é a Língua estrangeira mais procurada pelos estudantes do secundário. Das Línguas ensinadas pelos Centros de Línguas Estrangeiras – Alemão, Francês, Italiano e Português –, o Português é estudado por 54% dos alunos inscritos. Em 2010, havia 3.794 alunos a estudarem Português. Em 2012, este número aumentou para 4.473, havendo oitenta e oito professores de Português (Língua estrangeira) a darem aulas nestes centros educativos.<sup>241</sup>

No âmbito político, podemos dizer que a relação entre Portugal e o Uruguai foi relançada a partir de 2006, primeiro com a visita do presidente português Aníbal Cavaco Silva ao Uruguai, por ocasião da XVI Cimeira Ibero-Americana (2006), e depois, em 2007, estando os dois países nas respectivas presidências da UE e do MERCOSUL. Em Setembro do mesmo ano, o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, realizou uma visita oficial a Portugal, sendo esta a primeira visita de um chefe de Estado uruguaio a

---

<sup>240</sup> Cf. CARINHAS, Raquel. “Ensino da Língua Portuguesa cresce na Argentina e no Uruguai”.

<sup>241</sup> Ibidem.

Portugal em duas décadas. Para além da UE e do MERCOSUL, foram discutidos assuntos de defesa nacional (assinatura de acordos mútuos), foi estabelecido um acordo na área da saúde, e outro na área económica.

«A negociação de duas fragatas portuguesas que o governo uruguaio pretendia adquirir é assunto já resolvido. Uma delas foi vendida e a outra doada, o que implica uma futura cooperação entre as duas Marinhas. Portugal pode tirar partido da presença de capacetes azuis uruguaio nas Nações Unidas e das investigações de ciência e tecnologia em curso na Antártida, colocando um cientista português na base que o Uruguai tem nesse continente (...). A camara de comércio foi reanimada. Outra área de cooperação a explorar é a da saúde. Há imensos médicos no Uruguai e o serviço de saúde é gratuito, como em Cuba». Luísa lembra que «actualmente trabalham no INEM catorze médicos uruguaio (...). Portugal tem também contribuído para a modernização do Estado uruguaio, nomeadamente na área da Justiça e da cooperação penitenciária. O uso de pulseiras electrónicas é um programa que está a ter sucesso no Uruguai. Exportamos para o Uruguai o conceito de Empresa na Hora e o sistema da Via Verde»<sup>242</sup>.

A maior parte dos acordos vinculativos que regulam a relação bilateral, foram assinados a partir do final da década de 1990. Assim encontramos, o Acordo sobre a Promoção e a Protecção Mútua de Investimentos, de Dezembro de 1997 (entrou em vigor em Novembro de 1999), o Acordo no domínio do Turismo, de Novembro de 1998 (entrou em vigor em Março de 2001), Acordo sobre Cooperação Económica, de Agosto de 2008 (entrou em vigor em Agosto de 2009), e finalmente, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o Rendimento, de Abril de 2011 (entrou em vigor em Setembro de 2012).

---

<sup>242</sup> Luísa de Bastos de Almeida, citada por CASTRO, Joaquim Magalhães (2010), *No Mundo das Maravilhas*, pp. 70, 71.

## **Portugal e o Chile.**

O peso da comunidade portuguesa no Chile, assim como o da comunidade chilena em Portugal, não é um dado significativo quando olhamos para a relação entre os dois países. Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2011 residiam em Portugal 218 chilenos.<sup>243</sup> A sua vez estima-se que no Chile residam aproximadamente 166 portugueses.

No âmbito político e diplomático, e depois de um interregno (1973-1989, correspondente ao período da ditadura de Augusto Pinochet), as relações entre Portugal e o Chile normalizaram-se, tendo o presidente português naquela altura, Mário Soares, assistido a cerimónia de transmissão do mando presidencial, em Março de 1990. Soares voltou ao Chile para uma visita oficial, em 1993, retribuindo a visita feita pelo então presidente chileno Patricio Aylwin, um ano antes. A partir de então podemos dizer que as relações políticas entre os dois países são boas e cordiais, prova disso é o diálogo político permanente e fluído que mantem autoridades portuguesas e chilenas, e a coincidência de posições e de estratégias, e dos interesses que daí resultam, nos âmbito bilateral e multilateral.<sup>244</sup>

No âmbito económico e comercial, as relações entre Portugal e o Chile são bem mais modestas. Em 2010, as exportações chilenas a Portugal ascenderam a um total de \$70 milhões. A sua vez, o total das exportações portuguesas ao Chile, para o mesmo ano, ascendeu a \$65 milhões. Desse total, aproximadamente um 40% é constituído por madeira e cortiça (80% das rolhas não chilenas dos vinhos chilenos são portuguesas).

A presença portuguesa na economia chilena resume-se hoje a cerca de quinze empresas, das quais se destaca a Vulcano, Corticeira Amorim, Mota-Engil, Efacec, Alvarinho, TAP e Pousadas de Portugal. Já no mercado português a presença do Chile é sobretudo notada através dos hipermercados, onde se encontra facilmente o vinho,

---

<sup>243</sup> Dados apresentados pela professora portuguesa Isabel Costa Leite, a partir da análise feita dos dados disponibilizados pelo SEF e o Observatório da Emigração, no 7º Congresso do Ceisal, realizado no Porto, em Junho de 2013.

<sup>244</sup> Informação disponível [Em linha] no sítio da Embaixada do Chile em Portugal.

carne, marisco e fruta, em particular, amoras e kiwis frescos, já que o Chile é o terceiro maior exportador a nível mundial desse tipo de produtos.

Não obstante a complementaridade que se verifica entre as duas economias, as exportações de Portugal para o Chile constituem só 0,2% do total do seu comércio externo e 0,6% do total do comércio extracomunitário. As quotas dos investimentos também são francamente reduzidas. Surge daí a necessidade, por parte de Portugal, de aprofundar a sua presença económica em áreas estratégicas para o desenvolvimento. Nesse sentido, um dos sectores que se revela com grande potencial para o investimento estrangeiro no Chile (com o deserto mais seco do mundo, o Atacama), e em particular para o investimento português, é certamente o das energias renováveis.<sup>245</sup>

Em relação aos instrumentos jurídicos que regulam as relações bilaterais entre estes dois países, nas áreas económica, comercial e cultural, verificamos que a grande maioria destes foram assinados só a partir de finais dos anos de 1990. Assim encontramos, o Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos, de Dezembro de 1997 (entrou em vigor em Fevereiro de 1998), a Convenção sobre Segurança Social de Dezembro de 1999 (entrou em vigor em Novembro de 2001), a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o Rendimento, de Abril de 2006 (entrou em vigor em Agosto de 2008), o Acordo de Cooperação nas áreas de Educação, Ciência e Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desporto e Comunicação Social, de Março de 2007 (entrou em vigor em Junho de 2009), e o Memorandum de Entendimento em Temas Energéticos entre ambos países, assinado em Dezembro de 2009, durante a visita oficial logo da Cimeira Ibero-Americana de Estoril.

---

<sup>245</sup> O governo chileno decidiu recentemente investir \$26 milhões, entre 2013 e 2021, para financiar pesquisas em centros de desenvolvimento para energia solar e marítima. Cf. ALARCÓN, José Luis, “Chile procura diversificar fontes de energia”.

## Portugal e a Colômbia.

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2011 residiam em Portugal 759 colombianos, mais 168 que em 2008 (591). A sua vez, segundo o Observatório da Emigração, em 2008, o *stock* relativo ao número de portugueses que tinham emigrado para a Colômbia era de 234.<sup>246</sup>

Não obstante o peso reduzido das comunidades, lusa e colombiana, nos respectivos países de acolhimento, no âmbito económico e comercial, a relação bilateral tem vindo a ganhar um certo dinamismo. Em 2012, as exportações portuguesas de bens para a Colômbia cresceram 50%, em relação a 2011, para um total de €28 milhões, enquanto as importações subiram 14,3% para um total de €281,8 milhões, com um saldo negativo para Portugal de €253,6 milhões.<sup>247</sup> Assim, no ano passado, a Colômbia ocupava o 64º lugar enquanto cliente, e o 29º lugar enquanto fornecedor de Portugal. As exportações colombianas para Portugal são sobretudo de carvão. Do total exportado, o segmento "não mineiro" representou 3,1% das vendas colombianas. Portugal exporta para Colômbia sobretudo máquinas e aparelhos, e metais comuns.

As melhoras na relação traduzem-se também no claro dinamismo dos investimentos. Com efeito, o investimento directo português na Colômbia alcançou perto de \$19 milhões, entre 2000 e 2012. Entre as empresas que chegaram às terras colombianas, encontramos a Jerónimo Martins (rede de supermercados), o grupo Pestana Hotels&Resorts, a Prebuild (no sector da construção), e a Mota-Engil, com o primeiro contrato de infra-estrutura rodoviárias neste país. Junto aos investimentos, em 2012, quase 5.000 turistas portugueses visitaram a Colômbia, um aumento de 20,2%, em relação a 2011. Em Portugal, os colombianos para já estão a apostar nos transportes e na gestão aeroportuária.

---

<sup>246</sup> Dados apresentados pela professora portuguesa Isabel Costa Leite, a partir da análise feita dos dados disponibilizados pelo SEF e o Observatório da Emigração, no 7º Congresso do Ceisal, realizado no Porto, em Junho de 2013.

<sup>247</sup> Cf. *Correio da Manhã*, "Exportações portuguesas para Colômbia caem 23,7%". 14/2/2013.

Em 16 de Abril de 2013, por ocasião da visita do Presidente da Colômbia Juan Manuel Santos a Portugal, o presidente português, Aníbal Cavaco Silva falara sobre o momento “único” na história das relações entre os dois países, que “conhecem o melhor período de sempre, a nível político, económico, científico e cultural”<sup>248</sup>. As razões do dinamismo a que assistimos nos últimos anos estão relacionadas certamente aos avanços significativos em termos de desenvolvimento económico, democratização e pacificação do território, por parte da Colômbia, e a necessidade de exportar mais e ter acesso a outros mercados extracomunitários (como por exemplo, Estados Unidos, Canadá e Argentina), por parte de Portugal.

Com efeito, depois do México e do Chile, a Colômbia iniciou em Julho de 2013, o processo de adesão à OCDE, o “clube dos países ricos”, contando com a ‘confiança’ e o voto favorável de Portugal. Abre-se um novo espaço para o consenso necessário em torno de matérias comuns. Assim mesmo a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio UE - Colômbia, em 1 de Agosto de 2013 poderá proporcionar maiores vantagens, em matéria comercial, para ambos os lados.<sup>249</sup>

Para Portugal, o estatuto de observador na Aliança do Pacífico, recentemente obtido – também contando com o apoio da Colômbia - é encarado como uma oportunidade de estender as relações deste país com a parte da América Latina, virada para àquele oceano. Do lado colombiano, as empresas que começam a implantar-se noutros espaços (internacionalização), como a África, olham para a experiência e o conhecimento dos portugueses naquele continente como uma mais-valia a ser aproveitada. Nesse sentido, o embaixador da Colômbia em Portugal, Germán Santamaría Barragán referiu que,

“Há dois anos não havia praticamente um euro investido entre Portugal e a Colômbia. Hoje são mais de 1.000 milhões. O próximo passo, e já estamos a trabalhar nele, será utilizar Portugal como porta de entrada em África”<sup>250</sup>.

---

<sup>248</sup> Cf. *Expresso XL*, "Presidente colombiano: Valorizamos os portugueses". 16/4/2013.

<sup>249</sup> Ibidem.

<sup>250</sup> Cf. *Jornal i*, "Colômbia quer usar Portugal como porta de entrada em África". 7/11/2012.



Entre os instrumentos jurídicos mais recentes que regulam a relação, podemos destacar, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, de Abril de 2012 (ainda não entrou em vigor).

### **Portugal e o Peru.**

A antiguidade dos laços humanos pelo contacto entre portugueses e peruanos leva-nos a acreditar que perto de 1 milhão de luso-descendentes, directos e indirectos, o equivalente a um 3,5% do total da população do Peru, vivam plenamente integrados ao longo do território peruano. Os números recentes relativos ao fluxo migratório entre os dois países são bem mais modestos. Segundo o Observatório da Emigração, em 2010, o *stock* relativo ao número de portugueses que tinham emigrado para o Peru era de 263, e estima-se que actualmente vivam perto de 300 cidadãos com nacionalidade portuguesa, naquele país andino. A sua vez, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2011 residiam em Portugal, 277 peruanos.<sup>251</sup>

No âmbito político, as relações entre Portugal e o Peru têm sido boas e cordiais. Em 2011, o Peru e o Brasil foram os países da região que foram visitados, no primeiro périplo do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros (actualmente vice-primeiro-ministro), Paulo Portas, quando assumiu funções. Em Novembro de 2012, o Presidente do Peru, Ollanta Humala, realizou uma visita oficial a Portugal, a convite do homólogo português, Aníbal Cavaco Silva. A sua vez, o presidente português visitou Lima, em Abril de 2013.

“Congratulo-me pelo facto de esta minha visita ao Peru ser a primeira de um chefe de Estado de um país da UE desde a formalização desse importante passo de cooperação intercontinental (Tratado de Livre Comércio UE - Peru). Portugal sempre apoiou, no quadro da UE, a negociação e a aprovação deste Acordo, por acreditar

---

<sup>251</sup> Dados apresentados pela professora portuguesa Isabel Costa Leite, a partir da análise feita dos dados disponibilizados pelo SEF e o Observatório da Emigração, no VII Congresso do Ceisal, realizado no Porto, em Junho de 2013.

nos benefícios mútuos que ele pode trazer ao comércio e ao investimento. E refiro-me aqui, em particular, ao investimento em áreas estratégicas, às parcerias empresariais e ao comércio entre os nossos dois países, que sabemos estarem muito aquém do seu potencial, que é indiscutivelmente elevado”<sup>252</sup>.

De acordo com os dados do INE (2010), podemos concluir que o Peru tem um peso pouco significativo na estrutura do comércio internacional português, com maior acuidade na sua posição enquanto cliente que, nos últimos cinco anos, tem variado entre a 91ª e a 96ª. Mas dentro do peso reduzido deste mercado, os fluxos registam evoluções muito positivas. Na América Central e do Sul, o Peru foi em 2009, o 12º cliente de Portugal (nono cliente em 2008) com uma quota de 0,8% das exportações para a região, tendo subido para a oitava posição em 2010 (até Setembro), com uma quota de 1,2%. Dados do INE verificam que o número de empresas portuguesas exportadoras para o Peru tem vindo a aumentar tendo passado de setenta e um, em 2005, para noventa e um, no último ano. O número de empresas portuguesas que efectuaram importações do Peru, em 2005, foi de oitenta e oito tendo ascendido a noventa e três, em 2010.

As importações portuguesas ao Peru concentraram-se (85%) sobretudo, em 2009, a três grupos de produtos - produtos agrícolas (49,5%), metais comuns (20,2%) e produtos químicos (15,1%). Os sectores identificados como estratégicos para Portugal e que visam desenvolver as relações entre duas economias ao que parece, complementares, são o sector das infra-estruturas e obras públicas, dos transportes, da energia e das telecomunicações, entre outras. Destacam-se também o domínio da saúde e a área farmacêutica.

Com efeito, à margem da XXII Cimeira Ibero-americana, realizada em Cádiz, foi assinado um protocolo entre os dois países, que visa facilitar a exportação de produtos farmacêuticos portugueses. Segundo dados do INE, só no segmento dos medicamentos, em doses ou acondicionados para venda a retalho, a indústria

---

<sup>252</sup> Discurso do Presidente, Aníbal Cavaco Silva, na Sessão de Encerramento de um Seminário Económico, que teve lugar no Hotel Swissotel, Lima, Peru, em 19/4/2013. Disponível [Em linha] no sítio da Presidência da República Portuguesa.

portuguesa exportou para o Peru um valor total de €662 mil, entre Janeiro e Agosto de 2012. Isto representa um crescimento do volume de negócios na ordem dos €110 mil, se comparado com o mesmo período de 2011. Ao longo de todo o ano de 2011, Portugal exportou para o Peru um total de €1.011 milhões em medicamentos, em doses ou acondicionados para venda a retalho. Mais €300 mil que no ano anterior (€690 mil), ou seja, um crescimento de 46,1%.<sup>253</sup>

Tendo em vista dinamizar o comércio e os investimentos entre os dois países, e na ocasião da visita do presidente peruano a Portugal, em Novembro de 2012, foi assinada uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o Rendimento (ainda não entrou em vigor).

### **III. 4 Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os países ibero-americanos: o caso de Cuba.**

Nos últimos vinte anos, centenas de cubanos tem emigrado para Portugal. Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2011, havia 795 cubanos com permanência regular no país ibérico.

As relações entre Portugal e Cuba entre 1975 e 1991 foram particularmente tensas. Podemos maginar a repercussão que tivera sobre o processo de transição política, a influência cubana sobre vários dos protagonistas da revolução portuguesa. Hoje não obstante certos constrangimentos que marcaram a relação pessoal de alguns dos seus líderes, e as diferentes opções estratégicas externas adoptadas pelos governos dos dois países, podemos dizer que as relações políticas entre Portugal e Cuba são boas e cordiais.

“Na ocasião de uma das Cimeira Ibero-Americanas, o presidente venezuelano que naquela altura era o Dr. Rafael Caldera, referiu que a Cuba do Fidel Castro não era uma democracia, e por isso, devia sair da Comunidade. Fidel Castro respondeu atacando a

---

<sup>253</sup> Cf. *Diário de Notícias*, “Portugal envia mais remédios para o Peru”. 18/11/2012.

Venezuela e a Portugal, «o governo cubano ajudou tanto a Portugal durante a revolução...». Eu respondi: «Cuba ajudou mas foi ao PCP a tentar sovieterizar Portugal, coisa que nós impedimos». A partir daí as relações pessoais entre nós os dois, congelaram. «Até àquela data recebia sempre charutos cubanos, depois nunca mais recebi... ainda bem porque deixei de fumar»<sup>254</sup>

Têm contribuído para isso, por parte de Portugal – envolvendo sobretudo alguns sectores da sociedade civil – , os acordos da Câmara Municipal de Vila Real de San António com os Serviços Médicos Cubanos (uns 400 portugueses, com problemas de visão, já foram tratados em Cuba), a ONG OIKOS (com uma delegação em Cuba), a Assembleia da República através do Grupo Parlamentário de Amizade com Cuba, entre outros.

Em Cuba um certo reconhecimento da presença portuguesa, que se traduz em pequenos gestos simbólicos como fora a inauguração, em 2005, de um mural de azulejos dedicado ao célebre romancista português Eça de Queirós, quem fora cônsul de Portugal em Cuba, entre 1872 y 1874. O restauro e reabertura das portas de aquele que fora outrora, o café «La Columnata Egipciana», local que frequentara o escritor e onde escrevera muitos das suas mensagens de protesto e a favor dos oprimidos e explorados, advogando pela extinção do comércio dos ‘trabalhadores chineses’ ou *coolies*, desde Macau. “ (...) de maneira a que esse recinto possa perpetuar o nobilíssimo propósito de lhe render homenagem e para lembrar que são ainda perceptíveis as marcas deixadas em terra cubana”.<sup>255</sup> Podemos assinalar também a visita, em 2011, a Portugal, de uma delegação de Baracoa para celebrar as “Jornadas Luso-Cubanas”, como sendo parte de um amplo projecto de intercâmbio cultural entre esta histórica vila cubana (a primeira a tocar Cristóvão Colombo em 1492) e a ilha de Porto Santo (Madeira).<sup>256</sup>

---

<sup>254</sup> Mário Soares (Primeiro-ministro de Portugal entre 1976-1978 e 1983-1985, Presidente da República Portuguesa, de 1986 a 1996), em entrevista concedida a autora, em 4 e 9/02/2011, na sede da Fundação Mário Soares, em Lisboa, devidamente arquivada.

<sup>255</sup> SPENGLER, Eusébio Leal (2000), “Eça em Havana”.

<sup>256</sup> Para alguns autores foi na ilha do Arquipélago da Madeira, Porto Santo, em que se inspirou Colombo para lhe atribuir o nome a baía.

As visitas ministeriais entre os dois países não são frequentes. O último membro do Governo português que esteve em Cuba foi o secretário de Estado João Gomes Cravinho, em 2009. Naquela ocasião – num novo contexto de relações da União Europeia com Cuba, que incluía a retoma da cooperação para o desenvolvimento entre a UE e a ilha, depois de uma interrupção de cinco anos –, ambos governos assinaram, em Havana, uma declaração para retomar a cooperação bilateral nos sectores económico e científico-técnico, com ênfase no turismo, biotecnologia, indústria farmacêutica e energias renováveis.

No âmbito das respectivas políticas externas, e apesar das opções estratégicas distintas adoptadas pelos dois estados, Portugal (no contexto mais amplo das cimeiras ibero-americanas) tem vindo a apoiar reiteradamente a Cuba contra el bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos à ilha há mais de meio século. A sua vez, Cuba junto ao resto dos países ibero-americanos apoiou a candidatura de Portugal a membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, para o biénio 2011-2012.

Segundo a AICEP (2010), em 2009, Cuba era o 75º cliente de Portugal, com uma quota de 0,04%, e o 74º fornecedor, tendo representado também, 0,04% do valor global das importações.<sup>257</sup>

Portugal importa essencialmente açúcar e carvão de Cuba e exporta plástico, máquinas ligeiras e vários outros itens. Não obstante o peso reduzido que Cuba tem tido na estrutura do comércio internacional português, podemos constatar que tem havido um crescimento sustentado das exportações para este mercado nos últimos anos. “A taxa de cobertura é cada ano melhor, temos dados de Janeiro a Março de 2013, e se compararmos com o período homólogo do ano anterior as exportações portuguesas dispararam, estamos com uma taxa de cobertura das exportações sobre as importações, de 600 %”.<sup>258</sup>

---

<sup>257</sup> Cf. AICEP, “Relações Económicas Portugal-Cuba”.

<sup>258</sup> Cf. *Diário de Notícias*, “Embaixador em Havana quer visita ministerial de Portugal a Cuba”. 21/7/2013.

Tendo em conta o actual processo de abertura económica da ilha – considerado por muitos como sendo irreversível<sup>259</sup> – um dos sectores que aparecem com grande potencial para o investimento é o do turismo. Com efeito, Cuba constitui hoje um dos principais destinos turísticos das Caraíbas, inclusive por parte dos turistas portugueses. Portugal, em 2011, emergia como o 15º mercado estrangeiro emissor de turistas à ilha e o nono da Europa.<sup>260</sup> Nesse sentido, e segundo o embaixador de Portugal em Cuba, Sr. Fernando Tavares de Carvalho “é cada vez mais elevado o número de empresas portuguesas presentes em Cuba, em áreas como o turismo, onde o Grupo Pestana acaba de ganhar um concurso de gestão de um hotel na praia de Cayo Coco, e existem oportunidades para renovar unidades hoteleiras, inclusive em praias mais perto de Havana, como Varadero”<sup>261</sup>.

Entre os instrumentos jurídicos vigentes que visam regular as relações entre os dois países, encontramos o Acordo sobre a Promoção e a protecção recíproca dos investimentos, de Dezembro de 1998 (entrou em vigor em Junho de 1999), e a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o Rendimento, de Julho de 2001 (entrou em vigor em Fevereiro de 2006).

### **III.5 Actualidade das relações bilaterais entre Portugal e os países ibero-americanos: Paraguai, Panamá, República Dominicana, Equador.**

As relações políticas entre Portugal e outros países ibero-americanos como o **Paraguai** têm sido boas e cordiais. Prova disso são as recentes visitas de várias chefias políticas paraguaias a Portugal – no contexto da crise política que levou à expulsão

---

<sup>259</sup> Mariel, vila portuária, 45 Km a oeste da capital Havana, é a primeira zona económica especial criada em Cuba, através da qual este país das Caraíbas aspira tornar-se um centro regional de logística de mercadorias. O governo cubano quer para já atrair investimento e empresas estrangeiras para esta zona especial de Mariel, para a qual foram aprovados benefícios fiscais e aduaneiros, que entrarão em vigor em Novembro de 2013.

<sup>260</sup> Cf. Ministério de Relações Exteriores de Cuba, “Agradecen a Portugal su apuesta por mercado turístico cubano”.

<sup>261</sup> Cf. *Diário de Notícias*, “Embaixador em Havana quer visita ministerial de Portugal a Cuba”. 21/7/2013.

deste país do MERCOSUL – como parte dos esforços do governo paraguaio em obter apoio e solidariedade por parte de outros países fora da região. Podemos dar o exemplo da visita do ministro Salym Buzarquis Cáceres a Lisboa, em Novembro de 2012, acompanhado por membros da sua equipa ministerial (Obras Públicas e Comunicações) e reconhecidos académicos paraguaios. O ministro esteve reunido, na Assembleia da República, com os presidentes do Grupo Parlamentar de Amizade Luso Paraguai e da Comissão de Economia e Obras Públicas, respectivamente.<sup>262</sup>

“Com o Paraguai, as relações também tem sido próximas, poucas pessoas sabem que Portugal hoje em dia é um dos principais investidores estrangeiros - não Latino-Americanos - no Paraguai, sobretudo no sector agro-pecuário e dos biocombustíveis e há também um interesse crescente de parte das empresas portuguesas”<sup>263</sup>.

Não obstante as declarações políticas de amizade, do ponto de vista económico, e segundo o INE, podemos concluir que o peso do Paraguai na estrutura do comércio internacional português tem sido muito reduzido, com maior acuidade na sua posição como cliente, onde as quotas de mercado são marginais. Assim, em 2009 o Paraguai foi o 156º cliente de Portugal e o 125º fornecedor enquanto em 2007, ocupava o lugar 128º como cliente, e o 84º lugar como fornecedor. Apesar de termos verificamos nos últimos quatro anos uma ligeira melhoria, nomeadamente de Portugal como fornecedor, a balança comercial entre os dois países é tradicionalmente desfavorável a Portugal.

Dos bens portugueses preferidos pelos paraguaios dominam o azeite e o vinho, mas tem havido um aumento de outras categorias de produtos, nomeadamente máquinas e aparelhos, cimento. Verificamos também que o número de empresas portuguesas exportadoras para o Paraguai tem vindo a aumentar tendo passado de dezoito, em 2005, para vinte e sete, em 2010. Portugal importou em 2009, sobretudo (mais de 80% do total) madeira e cortiça, e produtos agrícolas como a soja. No âmbito

---

<sup>262</sup> Cf. Embaixada do Paraguai em Portugal, *Resumo de Gestão*, Julho-Dezembro de 2012.

<sup>263</sup> Intervenção de Gonçalo Teles (responsável pela pasta das Américas no MNE), no Seminário Histórico-Diplomático sobre Portugal e os países Ibero-Americanos “1811-2011 Revistar a História e Perspectivar o Futuro”, organizado pela Casa da América Latina e o Instituto de Estudos Diplomáticos, e realizado no Auditório do MUDE, em Lisboa, em 7/10/2012.

dos investimentos, podemos destacar a presença do grupo BES no Paraguai, que ali possui dez quintas (cerca de 130 mil hectares de terra) dedicadas à produção de soja e grãos e à pecuária.

Com o Paraguai, são poucos os acordos vinculantes que visam regular as relações entre os dois países. Actualmente vigoram o Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos, de Setembro de 2001 (entrou em vigor em Novembro de 2001), e o Acordo de Cooperação no domínio do Turismo, de Julho de 2008 (entrou em vigor em Setembro de 2008).

Na América Central, o **Panamá** destaca-se entre os países onde os interesses portugueses, públicos e privados têm vindo a aumentar. Nesse sentido, a conclusão do Acordo de Associação UE - América Central tem sido vivamente defendida pela parte portuguesa, num sinal claro do seu empenho em fomentar o relacionamento económico e comercial entre as duas regiões.

Segundo o INE, em 2010, o Panamá ocupava o 102º lugar (0,02%) no ranking dos clientes, e o 108º lugar como fornecedor (0,01%). Em 2009 havia sessenta e cinco empresas portuguesas exportadoras para o Panamá; e dezanove empresas importadoras. No topo das exportações portuguesas para o Panamá, encontra-se máquinas e aparelhos. Portugal importa sobretudo produtos agrícolas do Panamá.

No âmbito político, a melhoria da relação é um pouco mais evidente. Nesse sentido, a visita do presidente do Panamá, Ricardo Martinelli Berrocal a Portugal, em Julho de 2013, merece destaque. Tratando-se da primeira visita de um Chefe de Estado deste país com o propósito de “reforçar as relações económicas, os investimentos mútuos e o acordo de prioridade comercial efectuado com o Porto de Sines”, a relação Portugal- Panamá ganha conteúdo e parece-nos bastante promissória.

“A conclusão das obras de alargamento do Canal permitirá reforçar a centralidade do Panamá, mas também de Portugal, em particular do porto de Sines, nas rotas do comércio internacional. O reforço da nossa cooperação bilateral é também, por isso,



uma oportunidade e uma responsabilidade que devemos assumir e concretizar em acções de interesse comum. É tempo de passarmos das palavras às realizações concretas”<sup>264</sup>.

Com efeito, a Autoridade do Canal do Panamá (ACP) e a Administração do Porto de Sines (APS), o maior porto português, celebraram em 2012, um Acordo de Cooperação Mútua, que privilegia o porto alentejano no conjunto dos concorrentes europeus como destino do aumento de cargas que a ampliação do canal, prevista para 2014, irá proporcionar. O embaixador do Panamá em Portugal, Federico Richa Humbert justifica,

“O porto de Sines foi incorporado por Bruxelas, pela União Europeia, como parte do corredor ibérico de infra-estruturas portuárias. É um porto de águas profundas, o que lhe permite ter capacidade para receber os navios ‘pós-panamax’, que irão atravessar o Canal do Panamá depois de concluída a sua ampliação, o que deverá acontecer até ao final de 2014. E o porto de Sines é o que está mais próximo na Europa, encontrando-se quase em linha recta com o Canal do Panamá”<sup>265</sup>

Os instrumentos jurídicos que visam regular este relacionamento, ainda são escassos e muito recentes. Destaca-se a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o Rendimento, de Abril de 2012 (entrou em vigor em Junho de 2012).

Nas Caraíbas, a **República Dominicana** destaca-se pelas relações tradicionalmente boas com Portugal. Não obstante, Portugal nunca teve um embaixador residente em Santo Domingo, evidenciando que este relacionamento não tem sido muito intenso. De parte da República Dominicana parece ter havido sempre um interesse maior na relação, ou pelo menos em manter a sua presença e certa

---

<sup>264</sup> Discurso do presidente, Aníbal Cavaco Silva, por ocasião do Jantar oferecido em honra do Presidente da República do Panamá, no Palácio da Cidadela de Cascais, em 30/7/2013. Informação disponível [Em linha] no sítio da Presidência da República Portuguesa.

<sup>265</sup> Cf. *Económico*, “Canal do Panamá elege Sines para porto europeu prioritário”. 29/7/2013.

proximidade ao país lusitano. Foi em 2003, quando este país do Caribe coloca o primeiro embaixador residente em Lisboa.<sup>266</sup>

Ainda, na América do Sul, a abertura e encerramento de uma Embaixada do **Equador** em Lisboa (2012-2013), entre outras razões, por falta de reciprocidade, mostra-nos claramente uma relação pouco valorizada, por ambas as partes.

---

<sup>266</sup> Há registos sobre a permanência de uma embaixada da República Dominicana em Portugal, durante a ditadura de Trujillo, entre 1930-1961. Cf. SANEUX, Sully (2010), *La República Dominicana através de los Informes Consulares a Portugal: 1879-1930*, p. 144.

#### **CAPÍTULO IV. A Europa e a América Latina: a reaproximação do Velho Continente à Região.**

O assassinato do imperador Maximiliano – consentido por Napoleão III – pelas forças de Benito Juárez, em 1867, no México; e a guerra entre os EUA e a Espanha, de 1898, que levou à perda por parte desta última, dos territórios de Cuba, Porto Rico, Guam e as ilhas Filipinas, pode-se dizer, como notou Alfredo Valladão, “são os eventos marcantes do fim da influência política das antigas potências coloniais no hemisfério americano”<sup>267</sup>. Outras as substituíram. A partir de 1889, os EUA começam efectivamente a exercer a hegemonia política, económica e cultural na região – muito contribuindo para isso a Doutrina Monroe, de 1823, os seus respectivos corolários, a Política do *Big Stick* e a Diplomacia do Dólar, e a política da *Boa Vizinhança* – mantendo fora do continente americano qualquer pretensão de reaproximação da Europa ou intromissão dos seus interesses políticos e económicos.<sup>268</sup>

Durante a Guerra Fria, na região latino-americana – livre de armas nucleares, desde 1969, ano da entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco<sup>269</sup> – ficaram claramente delimitadas as parcelas de influência política e económica das potências nucleares ou superpotências<sup>270</sup>, os EUA e a antiga URSS. A Guerra Fria manifestara-se através do alastramento da divergência entre capitalistas e comunistas, um pouco por toda a região. Cuba ficara excluída do “sistema interamericano” até os dias de hoje.<sup>271</sup>

O golpe militar no Chile, em 1973, e o endurecimento dos governos autoritários na América Latina, na década de 1970, irão justificar um papel mais activo da Europa

---

<sup>267</sup> Alfredo Valladão, citado por GOMES, Nancy (1999), “Europa e América Latina: a cooperação inter blocos” in *Revista Portuguesa de Instituições Internacionais e Comunitárias*, p. 172.

<sup>268</sup> Para uma análise mais exaustiva da Política dos EUA para a região latino-americana, veja-se PASTOR, Robert A. (1992), *U.S. Foreign Policy toward Latin America and the Caribbean*.

<sup>269</sup> O T. Tlatelolco é o nome convencionalmente dado para o Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe. O Tratado foi assinado em 14 de Fevereiro de 1967, e ratificado pelos trinta e três estados da América Latina e do Caribe. Cuba foi o último país a ratificá-lo, em 23 de Outubro de 2002.

<sup>270</sup> Porque com capacidade militar de destruição em maciça.

<sup>271</sup> Sobre as origens e as instituições que entretanto foram criadas, no âmbito do Sistema Inter-Americano, veja-se ATKINS, G. Pope (1997), *Encyclopedia of the Inter-American System*, e ATKINS, G. Pope (1989), *Latin America in the International Political System*.

na região, através das internacionais políticas, como a Internacional Socialista, incumbidas da missão de “promover a democracia” junto daqueles países. Expressão de uma “solidariedade internacional anti monopolista”, estes movimentos políticos transnacionais também teriam o interesse em ganhar influencia na América Latina, ao mesmo tempo que em África e Ásia, tendo em vista a obtenção de mercados e o acesso às matérias-primas.

Com o fim da guerra fria, é evidente que a América Latina e as Caraíbas perderam a sua anterior relevância estratégica, sobretudo para os EUA, e os temas de segurança tradicionalmente associados a esta diluíram-se na agenda regional para ser substituídos por assuntos, considerados por alguns, de menor alcance estratégico global, como o controlo do narcotráfico, dos fluxos migratórios, assim como as ameaças ambientais.<sup>272</sup>

Por outro lado, a globalização dos processos produtivos tornara imperativo que a região – na periferia dos principais circuitos económicos e comerciais internacionais – diversifica-se as suas trocas com o resto do mundo. Neste quadro insere-se a institucionalização do Diálogo UE - Grupo do Rio (Declaração de Roma, Dezembro de 1990), e um maior activismo na Ásia e no Pacífico (especialmente no Japão e na China).<sup>273</sup>

A UE privilegiara, num primeiro momento, a negociação em blocos e dera importantes incentivos à integração da região, ao mesmo tempo que permanecem, e nalguns casos revigoram, os vínculos bilaterais estabelecidos entre alguns dos seus estados membros (caso da Espanha, Alemanha e Itália, e mais recentemente Portugal) e os países latino-americanos, em quase todos os âmbitos relevantes – incluídos, o comércio, os investimentos, a cooperação para o desenvolvimento, e as relações socioculturais. A partir do ano 2000, com o México, a negociação com os países da

---

<sup>272</sup> Cf. GOMES, Nancy (1998). “As Relações Externas da América Latina”, p. 130.

<sup>273</sup> Cf. CERVO, Amado Luiz (2001). *Relações Internacionais de América Latina. Velhos e Novos Paradigmas*, pp. 279-301.

região, de forma individual, parece avançar de forma mais rápida e eficaz, em uma “não excludente” dinâmica de interacção transatlântica.

No plano institucional, para além do papel relevante das Cimeiras UE - ALC, a Comissão Europeia tem desempenhado um papel determinante. É de facto o órgão que está no terreno e que exerce efectivamente o papel de parceiro, e de primeiro dialogante com as instituições da América Latina. Um exemplo recente disto é a **Estratégia de Cooperação da UE para o período 2007-2013**, que define uma nova modalidade de cooperação, olhando mais para os resultados, reforçando os princípios da apropriação, e criando mecanismos inclusivos, tendo em vista a participação da sociedade civil nos respectivos países.<sup>274</sup>

Mas a Comissão não é o único órgão envolvido na dinâmica das relações entre a UE e os países latino-americanos. O Parlamento Europeu, e em particular a Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana, merecem destaque<sup>275</sup> pelo papel que têm desempenhado, sobretudo, como defensores da democracia e dos direitos humanos, assim como promotores da cooperação para o desenvolvimento, naquela região.<sup>276</sup>

Actualmente a UE mantém-se como segundo socio comercial da região, primeiro investidor estrangeiro: A UE exportou em 2011, \$165.000 milhões para a América Latina, ou seja 2,3% do total das suas exportações. A sua vez, o investimento directo na região alcançou os €385.000 milhões, em 2010 (43% do total recebido). Não obstante destinar pouco mais de 10% do total da cooperação ao desenvolvimento à região, a UE é também o primeiro cooperante. Nos últimos anos, a Comissão Europeia financiou quase 500 projectos e programas, e no âmbito do Documento da Estratégia

---

<sup>274</sup> Cf. FRERES, Christian [et al.] (2006) *América Latina y La Unión Europea*, p. 142, 143.

<sup>275</sup> Actualmente, um dos vice-presidentes é (desde 2009) um português, o Sr. Luís Manuel Capoulas Santos (eurodeputado pelo Partido Socialista).

<sup>276</sup> Na última VI Sessão Plenária Ordinária, realizada, de 24 a 25 de Janeiro de 2013, em Santiago do Chile, debateram-se questões importantes como, a droga e a criminalidade organizada, a globalização, e a crise financeira, migrações, e alterações climáticas.

Regional (2007-2013), a UE prevê uma ajuda aproximada de €3.000 milhões, e está a autorizada a conceder empréstimos até €2,1 mil milhões.<sup>277</sup>

Apesar do seu ‘desinteresse benevolente’ nos últimos anos<sup>278</sup>, os EUA continuam a ser efectivamente o principal sócio comercial da região. Mas a presença da China avança rapidamente, em detrimento de norte-americanos e europeus. No ano 2000, o comércio entre a China e América Latina era de \$10 biliões, e em 2009, passou para \$100 biliões. Também em 2009, a China passou a ser o maior parceiro comercial do Brasil, superando pela primeira vez os EUA. A China torna-se também, em 2010, o maior parceiro comercial do Chile, do Peru e da Argentina, e o segundo maior destino das exportações da Argentina, da Costa Rica, da Cuba, e do Peru, terceiro destino das exportações da Venezuela.<sup>279</sup>

#### **IV.1 A reaproximação política entre a Europa e a América Latina na década perdida dos anos de 1980.**

Nos anos de 1970, o diálogo entre os governos das CE (UE) e dos países latino-americanos foi constrangido e ou dificultado pelos regimes ditatoriais que existiam naquela época, naquela região. Contudo conseguiu-se o estabelecimento de um Sistema de Preferências Generalizado / SPG<sup>280</sup>, ou seja, as CE (UE) concederam aos países da América Latina certas facilidades de acesso ou “acesso preferencial” ao seu mercado, consoante o grau de desenvolvimento. Ao nível bilateral foram assinados alguns acordos sectoriais, de ajuda financeira e técnica, de apoio aos refugiados, ajuda

---

<sup>277</sup> Paulo Sande, Director do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal (2004-2012). Comunicação apresentada na Conferência Internacional “A UE e a América Latina”, que teve lugar na sede da UAL, em Lisboa, em 11 Outubro de 2011.

<sup>278</sup> Atribui-se este desinteresse à viragem dos EUA para a região Ásia-Pacífico, ao mesmo tempo que a sua agenda internacional prioriza as questões de segurança. Benevolente porque dá uma maior margem de autonomia aos estados latino-americanos.

<sup>279</sup> Para uma análise sobre o tema das Relações entre a China e a América Latina, veja-se OROPEZA GARCÍA, Arturo (2006), *China. Entre el Reto y la Oportunidad*, pp. 235-271.

<sup>280</sup> O «Sistema de Preferências Generalizadas» (SPG) é um conjunto de regras da UE que permite que os exportadores de países em desenvolvimento paguem direitos mais baixos sobre a totalidade ou parte dos produtos que vendem à UE. Actualmente beneficiam destas regras, 176 países ou territórios em desenvolvimento.

alimentar, apoio nas catástrofes naturais da região, e de cooperação na área da energia e siderurgia.

Desde princípios dos anos de 1980, uma serie de acontecimentos ocorrem no subcontinente americano revitalizando o interesse da CE (UE) numa reaproximação, e dinamizando um pouco mais a relação inter-regional: A guerra na América Central; a crise da dívida externa que irrompe em 1981-82, com o seu impacto negativo nas relações económicas europeu - latino-americanas; e a guerra das Malvinas, que pusera em evidência a falta de comunicação entre ambas as margens.

O início do retorno da democracia nos países do cone sul, e a sua maior presença na cena internacional, atraíra também a atenção dos países europeus, que irão dar apoio às novas democracias. Muitos dos processos de transição na região serão conduzidos de facto por partidos políticos com fortes ligações aos partidos europeus, através das internacionais dos partidos políticos.<sup>281</sup> Daí a importância que as internacionais políticas europeias terão neste contexto, como facilitadoras do processo que conduziria mais tarde a uma reaproximação efectiva entre as duas regiões.

### **A guerra na América Central.**

O conflito centro-americano – no contexto da Guerra Fria – entra num processo de escalada e de ameaça de desestabilização da região que leva Europa a implicar-se directamente na procura de soluções pacíficas e negociadas, em paralelo ao recrudescimento do confronto este-oeste. Podemos dizer que pela primeira vez, os países da CE (UE) agem de forma concertada na cena internacional.

Com efeito, a guerra na América Central e a “política intervencionista” seguida pelo presidente norte-americano, Ronald Reagan, conduziram num primeiro momento a alguns países europeus, como a França socialista de François Mitterrand, no sentido de unir a sua voz ao México – no contexto mais específico da guerra do El Salvador – ,

---

<sup>281</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América*, p. 301, 302.

através de uma Declaração Conjunta apresentada ao Conselho de Segurança da ONU, em 28 de Agosto de 1981.<sup>282</sup> Nessa declaração política, tornada pública, o México e a França afirmaram que a oposição armada de El Salvador constituía uma “força política representativa” devendo, por tanto, participar na solução do conflito.<sup>283</sup>

No Conselho Europeu de Março de 1982, a CE (UE) decidiu definitivamente dar uma atenção especial à sub-região da América Central. A partir desta data, a Europa solidária e concertadamente vai apoiar abertamente as iniciativas dos países de toda a América Latina, em particular do Grupo de Contadora (México, Panamá, Colômbia e Venezuela), empenhado em encontrar uma solução política negociada para os diversos conflitos locais. No Conselho Europeu de Estugarda, de Junho de 1983, acordou-se o avanço no estabelecimento dessas relações, através da intensificação da ajuda à sub-região, a assinatura de um acordo de cooperação e a institucionalização do diálogo político e económico. Foi assim que a CE (UE) ficou associada, desde 1984, ao histórico Processo de San José, que reuniu os estados centro-americanos e os Grupos Contadora e Grupo de Apoio (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai).

O resultado do processo antes referido foi a I Conferência de San José realizada em San José de Costa Rica, de 28 a 29 de Setembro de 1984.<sup>284</sup> O objectivo do fórum era estabelecer uma nova estrutura de diálogo político e cooperação económica entre a Europa e a América Central, destinada a facilitar a conclusão de um acordo de cooperação, assim como a solução pacífica e negociada de conflitos, servindo para promover a justiça social, o desenvolvimento económico e o respeito pelos direitos humanos e a democracia na região.

---

<sup>282</sup> O conflito armado salvadorenho opunha por um lado, o Frente Democrático Revolucionário (FDR) e o Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), e do outro, as Forças Armadas Oficiais Salvadorenhas (exército e polícia).

<sup>283</sup> Cf. GOMES, Nancy (1999), “Europa e América Latina: a cooperação inter blocos”, p. 173. Ainda, para uma análise e reflexão sobre o conflito salvadorenho (1932-1985), veja-se FIGUEROA SALAZAR, Amílcar (1987), *El Salvador*, 125 p.

<sup>284</sup> Cf. GOMES, Nancy (1999), op. cit., p. 180.



## **A entrada de Portugal e Espanha e os primeiros acordos de cooperação económica.**

Em 1984, Portugal e a Espanha participam na I Conferencia de San José junto aos restantes países da Comunidades Europeias, envolvendo-se de facto na Cooperação Política Europeia. Com a entrada efectiva dos dois países ibéricos, no quadro das instituições comunitárias, em 1986, o processo de reaproximação entre a Velha Europa e o Novo Mundo ganha um novo dinamismo. Nesse sentido, Fernando Garcia Casas afirma que,

No que respeita a UE e a América Latina, até 1986, só havia o Dialogo San José com a América Central, e desde então, a maioria das iniciativas políticas e diplomáticas que permitiram a evolução deste relacionamento deve-se a Portugal e a Espanha, e muitas vezes aos dois conjuntamente. Se hoje podemos falar de parcerias estratégicas bi-regionais, em boa medida deve-se a Portugal e a Espanha”<sup>285</sup>.

Com efeito, um novo quadro conceptual para as relações entre a Europa e a América Latina é definido a partir da **Declaração Comum de Intenções**, anexa ao Tratado e Acta de Adesão. A importância deste documento radica no plano político, por quanto é reflexo da vontade comunitária de reorientar a sua política para a região. O carácter formal deste documento vai possibilitar a abertura de um processo de reflexão das instituições comunitárias na procura de novas linhas de actuação.<sup>286</sup>

Este novo quadro conceptual inclui também as **Novas Orientações da CE (UE) para as Relações com a América Latina**, do Conselho Europeu de 1987. Trata-se do primeiro documento emitido pelo Conselho, exclusivamente para a região, que estabelece ao mesmo tempo, um novo quadro jurídico, e os mecanismos através dos quais proceder ao reforço do relacionamento inter-regional. Arenal clarifica, “as Novas Orientações definem as bases de uma relação nova, igualitária e de sócios naturais, afirmam a existência de valores, objectivos e interesses comuns, supõe o

---

<sup>285</sup> Fernando García Casas, Director do Gabinete do Secretario Geral da SEGIB. Comunicação apresentada na Conferencia Internacional “A UE e a América Latina”, que teve lugar na sede da UAL, em Lisboa, em 11 Outubro de 2011.

<sup>286</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 303.

reconhecimento da necessidade de mudança e abrem um caminho de possibilidades de cara ao futuro”<sup>287</sup>.

Ainda na década perdida da América Latina, a partir de 1988, a CE (UE) procura a institucionalização de diversos mecanismos de cooperação económica e política. Temos por exemplo, o aumento das ajudas comunitárias para a região, passando a constituir 35% do total das Ajudas ao desenvolvimento; a inclusão do Haiti e da República Dominicana no IV Convénio ACP-CEE; e a abertura das delegações da CE (UE) em Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Guatemala, Lima, México, San José Costa Rica, Santo Domingo e Montevideu, somando-se às já existentes de Caracas e Santiago de Chile.<sup>288</sup>

#### **IV. 2 O fim da Guerra Fria e as respostas aos novos desafios.**

Com o fim da Guerra Fria, uma perspectiva menos ideológica e mais pragmática passa a ser utilizada na definição das novas estratégias de política externa dos vários actores internacionais de maior peso, nomeadamente, os EUA e a Rússia, mas também de outras potências europeias. Trata-se de um novo cenário internacional onde os actores, principalmente os estados, percebem o aparecimento de novas ameaças à sua segurança e bem-estar das suas populações, assumido ao mesmo tempo, os novos desafios à democracia e ao desenvolvimento.

Na América Latina, depois do retrocesso da “década perdida” reanimou-se o crescimento económico, e deu-se um novo impulso à integração regional e sub-regional, sob o signo da liberalização comercial e abertura aos investimentos estrangeiros. O ressurgimento dos agrupamentos de integração, criados nos anos de 1960 e 1970, dá-se em condições internacionais caracterizadas pelas transições negociadas dos conflitos político-militares e pela restauração da democracia na maioria dos países. São seguidas múltiplas vias de acção incluindo mecanismos formais

---

<sup>287</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 304.

<sup>288</sup> Cf. GOMES, Nancy (1999), “Europa e América Latina: a cooperação inter blocos”, p. 174.

e informais, processos multilaterais e bilaterais, esquemas regionais e sub-regionais, acções comuns e unilaterais.

Em 1991 cria-se o Sistema da Integração Centro-americana / SICA através do Protocolo de Tegucigalpa, que estabelece um vínculo expresse entre a paz, a democracia, o desenvolvimento económico e social, e a integração regional, para os países da América Central. Um ano mais tarde, em 1992, cria-se o Mercado Comum das Caraíbas / MCC com o objectivo de avançar para a criação de uma ampla zona aduaneira. O Pacto Andino evolui para a Comunidade Andina, logo após a celebração da Cimeira de Trujillo (Peru), em Março de 1996. Um novo e vigoroso Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, através do Tratado de Asunción (Paraguai), de 1991, pressupõe do ponto de vista político e comercial, num primeiro momento, um passo em frente para a superação da histórica rivalidade entre os dois gigantes, o Brasil e a Argentina. No contexto hemisférico, e em função da dinâmica de integração sub-regional que se desenvolve, a bacia do Mar das Caraíbas emerge como sub-região caracterizada também por uma agenda própria.<sup>289</sup>

### **A institucionalização da cooperação e do diálogo político inter-regional.**

Em Dezembro de 1990, o Conselho de Ministros da Europa aprova um documento intitulado **Novas Orientações para a Cooperação com América Latina e Ásia na década de 1990**. As Novas Orientações supõem, desta vez, a assinatura dos Acordos de Cooperação do Tipo Terceira Geração, com a Argentina e o Chile, em 1990, com o Uruguai e o México, em 1991, com o Paraguai e o Brasil, em 1992, e finalmente, com a América Central e os países que assinaram o Pacto Andino, em 1993. Com estes acordos, a CE (UE) completava, nos casos do Chile e Paraguai, ou renovava, segundo os casos, a sua rede de acordos de cooperação com todos os países latino-americanos, com a excepção de Cuba. Nestes novos tipos de acordos de cooperação há duas novidades significativas, a posta em andamento da «cooperação avançada» e a

---

<sup>289</sup> Cf. GOMES, Nancy (1998). “As Relações Externas da América Latina”, p. 129.

fundamentação democrática da cooperação através da inclusão da «cláusula democrática».<sup>290</sup>

Efectivamente, as relações entre a Europa e a América Latina intensificam-se.<sup>291</sup> Em 1990, em Roma, a CE (UE) e o Grupo do Rio decidem institucionalizar o dialogo formal que existia desde 1987, e que decorria em reuniões específicas e paralelamente às sessões da Assembleia Geral da ONU.

Nos âmbitos mais restritos, económico e financeiro, foram adoptadas decisões tendo em vista favorecer os investimentos privados e o estabelecimento de empresas mistas. Assim, durante a reunião do Conselho de Assuntos Gerais, de 13 e 14 Maio 1991, foi acordada uma orientação favorável à ampliação das actividades exteriores do Banco de Investimentos (BEI) à América Latina, sobre a base de autorizações, caso a caso, e relativamente a projectos determinados. Em Fevereiro de 1992, foi aprovado o regulamento 443/92 do Conselho de Ministros, relativo à ajuda financeira e técnica e a cooperação económica com os países em vias de desenvolvimento da região latino-americana e da Ásia. E ainda, na mesma data, foi aprovado o Regulamento CEE nº 319/92 do Conselho, relativo à aplicação do instrumento financeiro *EC International Investment Partner (ECIIP)*, destinado aos países da região, Ásia e aos países do Mediterrâneo.<sup>292</sup>

### **Das relações de cooperação às relações de parceria.**

Em Junho de 1994, o Conselho Europeu de Corfu consagrou oficialmente a importância da relação com a América Latina, e em Outubro do mesmo ano, a

---

<sup>290</sup> Esta cláusula expressa um compromisso comum e institucionalizado com a democracia, que supõe, em caso de violação, que a UE se reserva o direito de suspender a sua cooperação. Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de Espanha y Relaciones con América Latina*, p. 305.

<sup>291</sup> Sobre a necessidade de uma relação renovada entre a UE e América Latina, vejam-se VAN KLAVEREN, Alberto, “Las Relaciones Europeo-Latinoamericanas en el nuevo contexto internacional”, em HEINE, Jorge (1991), *Anuário de Políticas Exteriores Latinoamericanas 1990-199*, pp. 297-310. E ainda, do mesmo autor, “América Latina y La Unión Europea: La necesidad de una relación madura” em WOLLRAD, Dörte [et al.] (Edit.) (2011), *La Agenda Internacional de América Latina: entre nuevas y viejas alianzas*, pp. 62-76.

<sup>292</sup> Cf. GOMES, Nancy (1999), “Europa e América Latina: a cooperação inter blocos”, p.175.

Comissão Europeia definiu uma estratégia para toda a região através do documento de base sobre as relações entre a UE, América Latina e Caraíbas.<sup>293</sup>

Na **Estratégia para América Latina de 1994**, adoptada pelo Conselho da UE, e a posterior comunicação da Comissão de 1995, introduz-se a ideia de que é necessário construir uma relação de “parceria” com a América Latina, procurando-se ao que parece, dar um salto qualitativo nessas mesmas relações. Ambos os textos articulam efectivamente uma visão política, por parte da UE, frente aos diferentes desafios latino-americanos do momento, como são a inserção económica internacional, o impulso à integração, reformas do Estado e a atenção às necessidades sociais básicas<sup>294</sup>. Esta estratégia descansava em três linhas gerais: 1- o diálogo político bi-regional e sub-regional; 2- a cooperação regional e sub-regional, orientada principalmente a apoiar a integração, 3- assinatura de acordos de associação.<sup>295</sup>

Desta forma, o diálogo político e a cooperação ao desenvolvimento – privilegiados até então, de entre as prioridades na agenda das relações bi-regionais – perdem a sua anterior importância para os temas da democracia e os direitos humanos, juntamente com as relações económicas e a liberalização do comércio. O Conselho Europeu de Essen, em Dezembro de 1994, instara à Comissão a iniciar conversações com o MERCOSUL, México e Chile com o objectivo de assinar Acordos Quadros de Quarta Geração, que permitissem sentar as bases para a posterior assinatura de acordos de parceria com essa sub-região e com esses países.<sup>296</sup>

Em 23 Outubro de 1995, a Comissão definirá as Novas Orientações Gerais para a Cooperação com a América Latina, através de uma Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu, intitulada **UE – América Latina. Actualidade e Perspectivas do Fortalecimento da Parceria (1996-2000)**, que propunha pela primeira vez, uma política de cooperação exclusiva destinada à América Latina, separada da Ásia. O texto da

---

<sup>293</sup> Cf. GOMES, Nancy (1999), “Europa e América Latina: a cooperação inter blocos”, p. 176.

<sup>294</sup> Cf. FRERES, Christian e José A. Sanahuja (2006), “Hacia una Nueva Estrategia en las Relaciones Unión Europea-América Latina”, p. 49.

<sup>295</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2010), *Foro Euro-Latino Americano de Centros de Análisis*, p. 26.

<sup>296</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América*, p. 306.

comunicação destaca o interesse estratégico que a Europa tinha nessa região, ao mesmo tempo que é feito um balanço das relações, e se estabelecem as estratégias encarando o futuro<sup>297</sup>. Passamos a poder falar de uma “estratégia regionalista” por parte da UE, que aposta pela integração da América Latina, e propõe como objectivo, o estabelecimento de uma parceria bi-regional.

Neste quadro, a UE procedera à assinatura de Acordos do Tipo Quarta Geração sobretudo com os mercados emergentes, perseguindo o estabelecimento de zonas de livre comércio, com o MERCOSUL, em 15 Dezembro de 1995; com o Chile, em 21 Junho 1996; e com o México, em 8 Dezembro de 1997. Estes acordos incluem: 1- associação económica, concertação política e cooperação, 2- liberalização bilateral e preferencial progressiva e recíproca de bens e serviços, 3- acordos baseados na reciprocidade e o interesse comum, 4- institucionalização do diálogo político, 5- respeito pelos princípios democráticos e os direitos humanos, 6- criação de um conselho conjunto, 7- cooperação no sector industrial, de investimentos, sector financeiro, etc., 8- clausula evolutiva que amplia a cooperação permitindo acordos específicos.<sup>298</sup> Celestino del Arenal clarifica que,

“Estes acordos trazem como novidade mais importante pretender o fortalecimento das relações entre as partes tendo como base os princípios de reciprocidade e de interesse comuns, estabelecendo um novo modelo de relação, que se qualifica como de «parceria» política e económica, que no caso do MERCOSUL seria de carácter inter-regional. O seu objectivo último, através do aprofundamento do diálogo político e das relações económicas, é o estabelecimento a mediano prazo de zonas de livre comércio, incluindo uma maior cooperação política, económica, científico-técnica e cultural”<sup>299</sup>.

---

<sup>297</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América*, p. 307.

<sup>298</sup> SELA. Boletim Estratégico nº 36, de Janeiro de 1998.

<sup>299</sup> ARENAL, Celestino (2011), op cit., p. 307.

## **A União Europeia e a América Latina: Reforçando as parcerias na viragem do século.**

A comunicação da Comissão, **Uma nova Parceria UE – América Latina nos alvares do Século XXI**, de Março de 1999, insiste na necessidade de reforçar ainda mais os vínculos criados entre as duas regiões. Em Junho do mesmo ano, no Rio de Janeiro, realiza-se a I Cimeira UE – ALC, visando o estabelecimento de uma parceria estratégica bi-regional.

Entretanto na Europa, inicia-se o processo do alargamento, implicando uma maior concentração dos esforços de investimento político e económico europeu para Leste. Isto aunado ao interesse crescente, sobretudo de parte dos EUA, pela região Ásia-Pacífico, e mais tarde a securitização da agenda internacional (como resposta aos atentados terroristas de 11 Setembro). Consequentemente, as elevadas expectativas suscitadas pela dinâmica institucional das cimeiras e os acordos assinados anteriormente não se materializam completamente, debilitando-se rapidamente o interesse da UE pela América Latina. Só nos casos do México e Chile foi possível alcançar a assinatura de importantes acordos de parceria, implicando o estabelecimento de zonas de livre comércio. Com o México, assinou-se em Lisboa, em 23 de Março de 2000. Com o Chile, em 2002. Ficou claro que, “a Estratégia de 1994 não tinha sido efectivamente adaptada às novas realidades”<sup>300</sup>.

Em Dezembro de 2005, a Comissão emitiu uma Comunicação intitulada **Uma Parceria Reforçada entre a UE e América Latina**, reflectindo a necessidade de adaptação da relação às mais novas e significativas mudanças na região e no mundo. Contudo não se materializam avanços significativos naquele sentido.

A nova estratégia que a Comissão esboça na comunicação **A UE e América Latina: Uma Parceria de Actores Globais**, de Setembro de 2009, aprofunda e actualiza a estratégia de 2005. Objectivos como promover a integração regional e a negociação de acordos de parceria com os seus congéneres da região, orientar a cooperação ao desenvolvimento, reduzir a pobreza e as desigualdades sociais e melhorar os níveis de

---

<sup>300</sup> ARENAL, Celestino (2010), *Foro Euro-Latino Americano de Centros de Análisis*, p. 26.

ensino, aparecem claramente enunciadas no texto da comunicação. Não obstante supor um avanço em relação ao passado, a Estratégia de 2009 “não assume em todas as suas consequências a necessidade de perfilar um novo modelo de relações nem define com total clareza os eixos condutores do mesmo”<sup>301</sup>.

#### **IV. 3 Bilateralismo Vs. multilateralismo ou parcerias *à la carte*.**

O multilateralismo e ou a negociação inter-blocos prosseguem não obstante a existência de sérios obstáculos que impedem o aprofundamento dos vínculos e a execução dos projectos. Travas como o proteccionismo comercial, sobretudo, por parte dos países europeus, impedem a execução de projectos em áreas sensíveis como a agrícola. Claras divergências políticas e ideológicas, e sérias desigualdades ao nível de desenvolvimento económico entre as partes, e nalguns casos, o clima de insegurança jurídica e o excesso de burocracia de que padecem alguns países latino-americanos, reduz o interesse ou afasta claramente o investimento estrangeiro.

No contexto de um multilateralismo precário, o bilateralismo avança com alguns países, caso do México, o Chile, a Colômbia, e o Peru. Trata-se de economias abertas orientadas para o mercado internacional que casualmente mantêm vínculos estreitos / acordos com os EUA e também com a China. A nova doutrina europeia flexibiliza a relação com a América Latina incorporando parte das dificuldades existentes e potenciando a relação com os chamados “parceiros estratégicos”.<sup>302</sup>

#### **União Europeia - Grupo do Rio.**

A Colômbia, o México, o Panamá e a Venezuela acordaram em Janeiro de 1983 - no contexto da Guerra Fria - unificar os seus esforços para promover a paz na

---

<sup>301</sup> ARENAL, Celestino (2010), *Foro Euro-Latino Americano de Centros de Análisis*, pp. 26, 27.

<sup>302</sup> Uma abordagem clara e objectiva da mudança na relação entre europeus e latino-americanos, “do voluntarismo inicial para o realismo recente”, em MALAMUD, Andrés (2012), “La UE, del interregionalismo com América Latina a la Asociación estratégica com Brasil”, pp. 221-225.



América Central, e evitar uma intervenção armada por parte dos EUA. Este pequeno grupo de países conhecido como Grupo Contadora elaborou um Plano de Paz em Setembro de 1984. Em 1986, a Argentina, o Brasil, o Peru e o Uruguai (Grupo de Apoio), e mais tarde na década de 1990, o Chile, a Bolívia e o Equador somaram-se a esta iniciativa político-diplomática, que passou a ser conhecido como o Grupo do Rio, ampliando-se gradualmente para uma total de vinte e três países.<sup>303</sup>

O Grupo do Rio superou com sucesso o quadro das crises centro-americanas e lançou as suas bases, em Dezembro de 1996, numa Reunião que tivera lugar no Rio de Janeiro, com a criação de um Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação. Os seus objectivos principais eram, a consolidação democrática, a ampliação da cooperação política e económica, a activação dos processos de integração e o desenvolvimento do diálogo internacional.

O campo de acção do Grupo do Rio no sentido da concertação das posições dos estados membros foi delimitado então para os assuntos de natureza exclusivamente política, constituindo-se como um espaço apropriado para consultas, troca de informações e eventuais iniciativas conjuntas, decididas sempre por consenso. Ao longo de mais de duas décadas, foram realizadas vinte e uma cimeiras. Os temas incluídos nos distintos diálogos realizados incluíram temas como, os direitos do homem e o fenómeno das migrações.

Para além de ser considerado o principal esquema de concertação política da América Latina, o Grupo do Rio passou a ser visto como um mecanismo regional representativo da América Latina e do Caribe, em relação a outros países e blocos. Os contactos políticos institucionalizados do Grupo do Rio com terceiros promoveram o diálogo inter-regional entre autoridades ao mais alto nível, entre os quais destaca-se o Diálogo UE – Grupo do Rio.

Este fórum de diálogo inter-regional começa a funcionar em Setembro de 1987, quando os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países comunitários e do Grupo do

---

<sup>303</sup> Cf. BOERSNER, Demetrio (1996). *Relaciones Internacionales de América Latina*, pp. 262-271.

Rio, aproveitando a ocasião da realização da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, reuniram-se informalmente pela primeira vez. Foram sete as reuniões de carácter informal realizadas, e foram discutidos problemas específicos da América Latina, como a dívida externa, a crise centro-americana, os processos de democratização e o narcotráfico.

A institucionalização formal destas reuniões foi decidida em Roma, em 20 Dezembro de 1990, durante a realização de uma conferência extraordinária dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze e do Grupo do Rio, convocada para oficializar o fórum de encontro, através da assinatura de uma Acta Final. Em Roma foram discutidos temas como a cooperação, desenvolvimento investimentos relações comerciais, dívida externa, meio ambiente, droga, ciência e tecnologia.<sup>304</sup> A partir daí realizaram-se catorze reuniões ministeriais institucionalizadas, incluindo a de Vilamoura, no ano 2000, em Portugal. A Declaração Conjunta UE - Grupo do Rio da última reunião ministerial, realizada em Praga, em 13 de Maio de 2009, contemplou temas como, a segurança energética, as alterações climáticas e a crise financeira internacional.<sup>305</sup>

Os “ventos integracionistas” na região levaram à criação mais recentemente, em Fevereiro de 2010, da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe ou CELAC, na ocasião da Cimeira da Unidade da América Latina e do Caribe, realizada na Riviera Maya, México. Esta Cimeira da Unidade compreendia a II Cimeira CALC sobre “Integração e Desenvolvimento”, e a XXI Cimeira do Grupo do Rio. Nessa ocasião, decidiu-se que a CELAC passaria a ser um mecanismo de concertação política e integração, que incluiria os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe, assumindo o “património histórico” do Grupo do Rio. As áreas de acção que lhe foram definidas são cinco: política, energia, desenvolvimento social, ambiente e economia.<sup>306</sup>

---

<sup>304</sup> Cf. GOMES, Nancy (1999), “Europa e América Latina: a cooperação inter blocos”, p. 178.

<sup>305</sup> O texto da “Declaração Conjunta UE-Grupo de Rio” encontra-se disponível [Em linha] no sítio do SELA.

<sup>306</sup> Cf. GOMES, Nancy (2013), “A Comunidade dos Estados Latino Americanos e do Caribe”, p. 23.

## **União Europeia - América Central.**

Como vimos, o processo de reaproximação política entre a Europa e os países da América Central ganha conteúdo na década de 1980, através do processo de San José, continuado, a partir de 2003, com a assinatura de um acordo mais abrangente<sup>307</sup> entre as partes, através das Conferências Ministeriais sobre o Diálogo Político e a Cooperação Económica entre a UE e os Estados Membros do Sistema de Integração Centro-Americana / SICA.

“O Diálogo de San José constitui a pedra angular das relações entre a UE e a América Central. Este diálogo iniciado na Costa Rica em 1984, e renovado em Florença (1996) e em Madrid (2002), representa um marco histórico de grande significado, uma vez que se revelou um instrumento fundamental para a instauração da paz e o restabelecimento da democracia na região, no início da década de 1990”<sup>308</sup>.

A UE concede a todos os países centro-americanos o acesso preferencial ao seu mercado sob o Regime Geral de Preferências / SPG, e em particular o regime especial de incentivo ao desenvolvimento sustentável e a boa governação, conhecido como SPG +.<sup>309</sup> No que diz respeito à participação da UE no comércio da América Central, esta manteve-se praticamente estável durante a última década (8,1%, em 2010). As importações da UE provenientes do istmo centro-americano são dominadas por equipamentos de escritório e de telecomunicações (53,9%), e produtos agrícolas (34,8%, em 2010). As exportações mais importantes da UE para a América Central são constituídas essencialmente por máquinas e material de transporte (48,2%), e produtos químicos (12,3%).<sup>310</sup>

---

<sup>307</sup> Porque estabelece as bases de um possível acordo de parceria e livre comércio entre ambas as regiões.

<sup>308</sup> A “Proposta de decisão do Conselho relativa à assinatura de um Acordo de Diálogo Político e de Cooperação entre a CE (UE) e os seus Estados Membros, por um lado, e as Repúblicas da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá” encontra-se disponível [Em linha] no sítio EUR-Lex.

<sup>309</sup> SPG+ consiste num regime especial para promover o desenvolvimento sustentável e a boa governação, apenas para os países beneficiários que reúnem determinados critérios. A lista de países beneficiários deste regime especial inclui, para além de todos os países centro-americanos (com a excepção de Belize), o Equador, o Peru, a Bolívia e o Paraguai.

<sup>310</sup> Cf. Comissão Europeia: Comércio: Países e Regiões: América Central.

Nos últimos anos observamos, efectivamente, certas melhorias na relação entre a UE e a América Central, sobretudo no âmbito comercial, e ao nível dos investimentos, em detrimento de uma presença política europeia efectiva que ajude a consolidar a democracia na sub-região, propósito reiterado ao longo dos anos da relação de cooperação que existe e ou da parceria que se quer.

Com efeito, a sub-região centro-americana que apostara historicamente no comércio com os EUA (primeiro parceiro comercial da sub-região) e restantes países da América Latina, tem procurado de forma mais activa um aumento das suas transacções económicas e comerciais com os países europeus. Nesse sentido, em Junho de 2007, tiveram início as negociações, por um lado, da Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Nicarágua e Honduras (Panamá juntar-se-á no fim do processo), e pelo outro, dos países da UE, de um Acordo de Parceria, que fora concluído em Madrid, em 2010, por ocasião da Cimeira UE - ALC, e finalmente assinado dois anos mais tarde, em Honduras. O acordo contempla todos os aspectos da relação entre as partes (diálogo político, cooperação e área de livre comércio) e visa sobretudo promover o desenvolvimento sustentável e aprofundar o processo de integração regional no istmo.<sup>311</sup>

Os desafios que se colocam hoje à relação entre a UE e a América Central incluem, o débil crescimento económico de alguns países da sub-região, os níveis de pobreza, desigualdade e exclusão social que prevalecem em todo o istmo, assim como os baixos níveis de integração e governabilidade democrática, e as dificuldades de inserção internacional das suas respectivas economias. Para os países centro-americanos, particularmente, conseguir um acesso progressivo aos mercados europeus, em condições competitivas, evitando que o acordo de parceria aprofunde as assimetrias existentes, será quiçá o maior repto.<sup>312</sup> A influência dos EUA, o recuo político da Europa e o avanço da China assim como, por outro lado, a evolução das

---

<sup>311</sup> Em 1 de Agosto de 2013, a parte comercial do acordo – que ambiciona abrir mercados para os bens, serviços e investimentos em ambos os lados, assim como espaço de participação estrangeira em concursos públicos – entrou em vigor por um lado, na UE, e pelo outro, Honduras, Nicarágua e Panamá. Um pouco mais tarde, em 1 de Outubro do mesmo ano, entrará em vigor para a Costa Rica e El Salvador. Cf. OEA. SICE, "Centroamérica - UE".

<sup>312</sup> Cf. FRERES, Christian [et al.] (2006), *América Latina y La Unión Europea*, pp. 132 - 135.

negociações multilaterais para encerrar a ronda de Doha e os avanços no processo de integração centro-americana serão certamente factores que incidirão no futuro da relação de parceria.

### **União Europeia - Comunidade Andina.**

Actualmente, a Comunidade Andina / CAN conta com quatro países membros, a Bolívia, a Colômbia, o Equador e o Peru. A raiz da assinatura por parte de dois dos seus membros (a Colômbia e o Peru) de Tratados de Livre Comercio com os EUA, a (também andina) República Bolivariana da Venezuela decidiu sair do bloco, em 2006.

Em 1983, a CE (UE) e os países do Pacto Andino assinaram um Acordo de Cooperação Inter-regional, o primeiro desta natureza, enquadrado nos denominados Acordos de Segunda Geração entre a CE (UE) e os estados latino-americanos, e outras organizações sub-regionais.

Dez anos mais tarde, em Abril de 1993, a UE e os países da CAN subscrevem um Acordo Quadro de Cooperação, enquadrado nos Acordos de Terceira Geração, que ampliara o leque dos temas incluídos no acordo de 1983, tendo como fim o aprofundamento dos vínculos entre ambas as regiões. Tratara-se efectivamente da ratificação do Programa SPG Andino, acordado pelas partes, em 1990.

Com a Declaração de Roma de 1996 dá-se início ao diálogo político entre a UE e a CAN, institucionalizando encontros de alto nível (presidenciais e ministeriais) para discutir assuntos bilaterais e internacionais de interesse comum. Com a assinatura do Acordo de Diálogo Político e Cooperação, em 2003 (ainda não entrou em vigor) define-se um novo quadro conceptual para o relacionamento, incluindo entre os seus propósitos, a criação de uma área de libre comercio entre os dois blocos regionais.

El 19 de Abril de 2007, durante a XXI Reunião Ministerial entre a UE e a CAN, os ministros expressaram a vontade de iniciar as negociações tendo em vista um Acordo

de Parceria entre os dois blocos, contudo as negociações fracassaram. Um ano mais tarde, em 17 Maio de 2008, durante a V Cimeira U E- ALC, a CAN e a UE chegam a um acordo quadro flexível para a parceria. O acordo contempla três aspectos: comercial, político e de cooperação. Cada um dos países da CAN poderá escolher entre aderir ou não a cada um dos aspectos referidos, segundo as suas possibilidades, prazos e velocidade.

Deste modo, as negociações regionais sobre o diálogo político e a cooperação com o conjunto da CAN ficaram separadas das negociações comerciais multilaterais com os países da CAN dispostos a alcançar acordos globais e ambiciosos, compatíveis com a OMC. Em Fevereiro de 2009 tiveram início as negociações comerciais com três países da CAN, o Peru, a Colômbia e o Equador. Em relação as negociações com o Peru e a Colômbia, estas concluíram com sucesso em Março de 2010. O Equador decidiu suspender a sua participação, em Julho de 2009.

Na agenda política das reuniões entre a UE e a CAN o tema da luta contra as drogas ilegais e ou o narcotráfico tem ocupado um importante lugar. Nesse sentido, em 1995, teve início o Diálogo Especializado de Alto Nível sobre Drogas entre especialistas de ambas as partes com o fim de intercambiar ideias sobre como melhor abordar este fenómeno e coordenar esforços. A última reunião teve lugar em Quito, em Outubro de 2012. Por outro lado, através do Documento de Estratégia Regional (2007-2013), a UE reservou €50 milhões para a CAN, estabelecendo este âmbito de intervenção como prioritário, junto a outros dois, a coesão social e a integração económica regional.<sup>313</sup>

### **União Europeia - MERCOSUL.**

Não há dúvidas sobre o potencial económico e comercial de um bloco que com a entrada definitiva da Venezuela, em 2012, estende-se agora da Patagónia ao Caribe e

---

<sup>313</sup> Cf. UE. Acción Exterior, “Relaciones de la UE con la Comunidad Andina (CAN) ”.

reúne 70% da população e 80% do Produto Interno Bruto (PIB) da América do Sul, para além de contar com 20% das reservas provadas mundiais de petróleo – sem contar o pré-sal brasileiro – e recursos naturais como a extensa biodiversidade e grandes recursos hídricos.

O aparecimento do MERCOSUL, na década de 1990, gerou elevadas expectativas no continente americano e no mundo pelo dinamismo económico e comercial de um bloco dos países do Sul<sup>314</sup> que desafiara inclusive a proposta do Norte para a criação de uma área de livre comércio, que se estendesse do Canadá à Patagónia, o ALCA, considerada mais um projecto que beneficiaria a hegemonia dos EUA. Contudo, tornou-se evidente nos últimos anos, a fragmentação interna de um bloco onde os nacionalismos (proteccionismos), e as divergências que daí resultam, políticas e económicas, impedem francamente a execução plena do projecto de integração.

Um Acordo Quadro Inter-Regional UE - MERCOSUL foi assinado em Dezembro de 1995, abrangendo temas como o comércio livre, a cooperação económica, particularmente para a promoção de investimentos, a cooperação técnica, a integração regional e o reforço de contactos entre as sociedades civis, especialmente ao nível das comunidades empresariais. Quatro anos mais tarde, em 1999, deram início as negociações de um Acordo de Comércio e Cooperação, sem contudo terem conseguido avançar de forma substancial e proveitosa para ambos os lados.

A UE é hoje o primeiro parceiro comercial do MERCOSUL, representando 20% do total do comércio externo do bloco do Sul. A sua vez, o MERCOSUL é o oitavo parceiro comercial mais importante da UE, representando 3% do comércio total da UE.

---

<sup>314</sup> Para uma análise comparativa, do ponto de vista jurídico-institucional, dos sistemas de integração da UE e do MERCOSUL, respectivamente, veja-se ACCIOLY, Elizabeth (2010), *Mercosul e União Europeia*, 157 p. Ainda, sobre as expectativas geradas em torno do MERCOSUL, na década de 1990, veja-se VASCONCELOS, Álvaro (2001), “Relações entre a UE e o Mercosul: Fundamentos de um Novo Multilateralismo”, pp. 271-286.

As exportações da UE para a região têm vindo a aumentar nos últimos anos, passando de €28 biliões em 2007, para €45 biliões, em 2011.<sup>315</sup>

O grosso das exportações do MERCOSUL para a UE é constituído principalmente por produtos agrícolas (48% do total). A UE exporta principalmente produtos manufacturados, maquinaria e peças de automóveis (49% do total), e produtos químicos (21% do total) para o mercado do Sul. O investimento directo da UE na sub-região alcançou os €236 biliões em 2010, um aumento considerável quando comparado com os € 130 biliões, investidos em 2000.<sup>316</sup>

A complementaridade das economias é evidente, não obstante as negociações entre a UE e o MERCOSUL no sentido da liberalização do comércio inter-regional têm sucumbido em várias ocasiões. Após uma longa pausa, estas foram retomadas em 2010, e continuam em andamento ao mesmo tempo que permanece a principal divergência: o MERCOSUL quer amplo acesso dos produtos agrícolas ao mercado europeu. A sua vez, a UE pede o acesso livre ao mercado do bloco do Sul para os seus produtos manufacturados, e no sector dos serviços. Podemos ainda adicionar que, o contexto político no MERCOSUL tornou-se mais complexo com a entrada, em 2012, da Venezuela, um país cujas políticas mais radicais parecem difíceis de conciliar com um ambicioso acordo de livre comércio.<sup>317</sup>

O futuro do MERCOSUL passará certamente pelo sucesso ou não que alcance o projecto de integração ao nível político (através da UNASUL), económico (através das infra-estruturas que para o efeito forem criadas) e comercial (através do aperfeiçoamento da união aduaneira, ou seja da eliminação progressiva dos entraves e ou impedimentos / proteccionismos, entre os seus próprios membros). Quanto ao futuro da relação entre a UE e o MERCOSUL, parece-nos evidente que, não estando previstas alterações significativas na política agrícola comum europeia ou PAC, e estando ao mesmo tempo Doha num impasse, o caminho seguido pela CAN será a

---

<sup>315</sup> Cf. Comissão Europeia: Comercio: Países e regiões: Mercosul.

<sup>316</sup> Ibidem.

<sup>317</sup> Cf. EMERSON, Michael and Renato Flores (Ed.) (2013), *Enhancing The Brazil-EU Strategic Partnership. From the bilateral and regional to the global*, p. 34.



alternativa possível ou mais viável, ou seja, as negociações entre o bloco europeu e os países sul-americanos individualmente, aparentemente dentro de um quadro comum.<sup>318</sup>

### **União Europeia - México.**

A UE e o México assinaram um Acordo de Parceria Económica, de Concertação Política e de Cooperação (Acordo Global), em 1997, que incluía disposições comerciais que foram desenvolvidas mais tarde, através de um Tratado de Livre Comércio / TLCUEM, em vigor desde Outubro de 2000, para a parte relacionada com o comércio de mercadorias, e desde 2001, para a parte relacionada com o comércio de serviços.<sup>319</sup>

O TLCUEM é amplo e abrangente, e para além de cobrir o comércio de bens e serviços também inclui capítulos específicos sobre o acesso aos mercados, dos concursos públicos, concorrência, direitos de propriedade intelectual e investimentos. O acordo é supervisionado por uma comissão mista, comissões especiais que se reúnem uma vez por ano, e por um conselho conjunto de alto nível político que se reúne semestralmente.

O México e a UE foram pioneiros porque subscreveram o primeiro acordo integral (incluindo o comércio) transatlântico. A “parceria estratégica” de hoje contribuiu efectivamente com a consolidação da UE como segundo parceiro comercial do México, e segundo investidor estrangeiro. Com efeito, desde a entrada em vigor do TLCUEM, a troca comercial entre as partes aumentou 122%.<sup>320</sup> A UE é efectivamente o segundo maior mercado de exportação do México, depois dos EUA, e a terceira maior fonte de importações para este país latino da América do Norte, depois dos Estados Unidos e da China.

---

<sup>318</sup> Cf. EMERSON, Michael and Renato Flores (Ed.) (2013), *Enhancing The Brazil-EU Strategic Partnership. From the bilateral and regional to the global*, p. 34.

<sup>319</sup> Cf. Comissão Europeia: Comercio: Países e regiões: México.

<sup>320</sup> Cf. Secretaria de Economía, “X Aniversário del Tratado de Libre Comercio entre México y la Unión Europea: Un balance”. Julho de 2010.

Importações fundamentais da UE provenientes do México são os produtos minerais, máquinas e equipamentos eléctricos, equipamentos de transporte e instrumentos de precisão óptica de fotos. As principais exportações da UE para o México incluem máquinas e equipamentos eléctricos, equipamentos de transporte, produtos químicos e produtos minerais. Em termos de serviços, as importações da UE provenientes do México são dominados por viagens, transporte marítimo, transporte aéreo e serviços na área da construção. As exportações de serviços da UE para o México consistem principalmente em viagens, transporte marítimo, transporte aéreo e serviços na área da informática e informação.

Quanto aos investimentos, e desde a entrada em vigor do TLCUEM, o investimento acumulado (Março, 2010) superou os \$80.000 milhões (equivalente a 1/3 do total do investimento estrangeiro directo no México). O investimento mexicano na UE acumulou (Março, 2010) perto de \$16.000 milhões.<sup>321</sup>

### **A União Europeia, a Colômbia e o Peru.**

Em 19 de Maio de 2010, em Madrid, no quadro da VI Cimeira UE – ALC foram concluídas as negociações do Tratado de Livre Comércio entre a UE, a Colômbia e o Peru, individualmente. Estes acordos foram subscritos em Bruxelas, em Junho de 2012, e entraram em vigor, em Março de 2013 com o Peru, e em Agosto de 2013, com a Colômbia.

Em relação ao Peru, a UE tem-se afirmado como um dos principais destinos das suas exportações, com uma participação de 18% em 2011. O mercado europeu ocupou no mesmo ano, o primeiro lugar entre os países com investimento directo estrangeiro no Peru, com um 51,8% de participação no total recebido.<sup>322</sup>

---

<sup>321</sup> Cf. Secretaria de Economía, “X Aniversário del Tratado de Libre Comercio entre México y la Unión Europea: Un balance”. Julho de 2010.

<sup>322</sup> Cf. Ministério de Comercio Exterior y Turismo, “Acuerdos Comerciales del Perú: Acuerdo Comercial entre Perú y la UE”.

No que diz respeito à relação entre a UE e a Colômbia, o comércio entre as partes tem crescido consideravelmente nos últimos anos alcançando um volume de mais de €14.000 milhões (2012). A Colômbia importa da UE (terceiro provedor internacional,) principalmente, máquinas e equipamentos (transporte). A sua vez, a UE é o segundo maior mercado para as exportações colombianas, concentradas fundamentalmente no sector agrícola, dos combustíveis e minérios. A UE é também um dos principais investidores estrangeiros na Colômbia.<sup>323</sup>

Os Tratados de Livre Comércio entre a UE e os países andinos visam sobretudo a criação de melhores e mais estáveis condições para o comércio e o investimento mútuo, ao mesmo tempo que se espera que os segundos encontrem incentivos para a diversificação dos seus produtos de exportação e os primeiros facilitem a transferência de tecnologia.

### **União Europeia - Chile.**

Em 21 de Junho de 1996, a UE e o Chile assinam um Acordo Quadro de Cooperação, que entrou em vigor em Fevereiro de 1999. O objectivo do acordo era definir as bases de um processo destinado a estabelecer uma parceria de carácter político, económico e de criar uma área de livre comércio, do tipo bilateral.

Anos mais tarde, em 18 de Novembro de 2002 é assinado o Acordo de Parceria UE - Chile. O acordo total (incluindo as disposições comerciais, que já tinham entrado em vigor dois anos antes) entrou em vigor em Março de 2005.

Durante o ano 2012, o intercâmbio comercial do Chile com a UE alcançou os \$22.606 milhões, com uma contracção de 8,5% em relação ao ano anterior. Desta forma, a UE retrocede do segundo para o terceiro lugar, como parceiro comercial do

---

<sup>323</sup> Cf. OEA. SICE, “Países Andinos-Unión Europea”.

Chile, a seguir a China e os EUA, significando 14,3% do total do comércio exterior do Chile.<sup>324</sup>

Desde 2002 até 2012, as trocas comerciais entre as partes cresceram uma média anual de 12%. As exportações chilenas para a UE aumentaram um 11% anual durante o mesmo período, enquanto as importações aumentaram uma média anual de 13%. O saldo da balança comercial tem sido historicamente de superavit para o Chile, totalizando em 2012, \$1.903 milhões.

As exportações chilenas para a UE totalizaram \$11.970 milhões durante 2012, com uma diminuição de um 17%, em relação ao ano anterior. A participação relativa da UE nas importações chilenas foi de 15,3%, menor que a registada durante o ano 2011 (17,6%), contudo a UE mantém o segundo lugar como destino das exportações chilenas. O Chile ocupou o 34º lugar, em 2011, como mercado de origem das importações da UE, com uma participação de 0,19% (em 2002, ocupara o mesmo lugar mas com uma participação de 0,17%). Entre os principais produtos de exportação chilenos, encontramos os minérios. O Chile importa da UE, principalmente, automóveis e medicamentos.<sup>325</sup>

Em relação aos investimentos, entre 1974 e 2012, a UE investiu no Chile, cerca de \$30.454 milhões, representando um 33,7% do total do investimento estrangeiro recebido por este país do cone sul. Os sectores dos serviços, electricidade e água concentraram 29,2% do investimento. Outros sectores de investimento são o mineiro, comunicações e serviços financeiros. Os investimentos chilenos na UE ascenderam a \$9.400 milhões, em 2012, representando 12,8% do total investido por Chile no mundo. Um 67% do investimento corresponde ao sector industrial, 32,7% ao sector dos serviços.<sup>326</sup>

---

<sup>324</sup> MRE, Gobierno de Chile, “Evaluación de las Relaciones Comerciales entre Chile y UE a diez años de la entrada en vigencia del acuerdo de asociación”.

<sup>325</sup> Ibidem.

<sup>326</sup> Ibidem.

## **União Europeia - Brasil.**

Em 1992, foi assinado um Acordo de Terceira Geração (acordo quadro de cooperação) entre a CE (UE) e o Brasil. Trata-se do primeiro passo no sentido de melhorar as relações, sobretudo comerciais, entre europeus e brasileiros.

A emergência do Brasil como potência regional dos últimos anos atraiu uma maior atenção de parte dos europeus.<sup>327</sup> Nesse sentido, em 2007, as instituições comunitárias estabelecem um Acordo de Parceria Estratégica com a “América Portuguesa”, que reconhece a crescente importância regional e mundial deste país. A partir desse ano realizam-se encontros bilaterais ao mais alto nível político entre os parceiros.

A parceria estratégica UE - Brasil tem sido efectivamente muito activa a nível diplomático: Já foram realizados seis encontros, incluindo a I Cimeira realizada em Lisboa, em Julho de 2007. Em 24 de Janeiro de 2013, a reunião da VI Cimeira UE – Brasil, realizada em Brasília, teve como título “Uma relação ainda mais estreita”.

“As relações Brasil – Europa não podem mais se contentar simplesmente de celebrar velhos laços culturais, reiterar «valores comuns» ou facilitar negócios. E, ainda menos, manter o padrão paternalista da «Ajuda ao desenvolvimento». Está na hora de começar a estabelecer uma interlocução mais madura, de igual para igual, baseada na promoção de interesses e objectivos compartidos. Assuntos não faltam: mudança climática, energia, luta contra o tráfico de drogas, emigração, segurança do Atlântico Sul, Cooperações com a África, regulamentação dos fluxos económicos e financeiros, construção de instrumentos de governança global”<sup>328</sup>.

---

<sup>327</sup> Sobre os custos e benefícios de uma eventual parceria UE-Brasil, veja-se, GRABENDORFF, Wolf (2009), “Brazil – A «Secure» Partner for the European Union?”, 3 pp.

<sup>328</sup> Alfredo Valladão. Comunicação apresentada na Conferência internacional organizada pelo IPRI. Centro Cultural de Cascais, 24-06-2010.

Apesar de já não ser o primeiro parceiro comercial do Brasil (posição que ocupara até 2010, quando foi substituída pela China)<sup>329</sup>, o comércio da UE com o Brasil representa aproximadamente 37% do comércio total da UE com a região latino-americana (2011), o que mostra o dinamismo e a complementaridade da relação comercial bilateral, não obstante os constrangimentos que impõem as barreiras comerciais impostas pelo Brasil, em áreas como os automóveis e de alta tecnologia, e por parte dos europeus, os subsídios à agricultura, área privilegiada para a exportação brasileira.

As importações da UE provenientes do Brasil são dominadas por produtos primários, em especial os produtos agrícolas (41%), combustíveis, e produtos minerais (31%). Os produtos manufacturados, como máquinas e equipamento de transporte representam perto de 1/4 das exportações brasileiras para a UE. A UE exporta para o Brasil principalmente produtos manufacturados como máquinas, equipamento de transporte e produtos químicos.

Quanto aos investimentos, o Brasil afirma-se como o maior dos destinos latino-americanos dos investimentos europeus (cerca de 43% do total investido pela UE na região), ao mesmo tempo a UE afirma-se como o maior investidor estrangeiro no Brasil, com cerca de 50% dos fluxos de investimento directo estrangeiro, recebidos durante os últimos cinco anos.

Não obstante a promessa dos indicadores atrás referidos, o Brasil como membro do MERCOSUL está, assim como os restantes membros, impossibilitado de subscrever acordos de livre comércio de forma unilateral com outros países ou bloco de países, daí que a relação (nos aspectos relacionados com as tarifas aduaneiras), entre a UE e o Brasil, possa ficar refém de um impasse nas negociações entre o Mercado Europeu e o Mercado do Sul das Américas.

---

<sup>329</sup> Sobre a nova base do relacionamento entre o Brasil e a UE, veja-se GRATIUS, Susanne (2012), “Brasil y la UE ante los Poderes Emergentes y la Pujanza Asiática”, pp. 231-243.

Para além do económico e comercial, outros temas da política internacional devem ser tratados e exigem decisões e acções a um nível global. Nesse sentido, parece existir um certo consenso quanto ao papel da parceria estratégica UE – Brasil na procura de soluções globais para problemas globais ou com impacto global, criando pontes que façam a ligação entre as ainda grandes diferenças entre o «Ocidente e o resto», o Norte e o Sul, as antigas e as novas potências.

“ (a dinâmica da globalização) fez dos processos de diálogo bilateral entre os principais actores globais um pré-requisito essencial para a convergência de posições políticas entre os participantes do G20, levando a uma acção global. Em dois temas, mudanças climáticas e normas de política externa e de segurança, o Brasil e a UE já estão trabalhando juntos, para um maior entendimento global. O peso relativo na agenda da «parceria estratégica» entre o Brasil e a UE parece deslocar-se do bilateral para o global”<sup>330</sup>

#### **IV.4 A dinâmica institucional das cimeiras.**

Se formos considerar exclusivamente o peso dos elementos de natureza económica e ou comercial na relação entre a Europa e a América Latina, nomeadamente o peso da região no comércio externo europeu (menos de 3%), não obstante a complementaridade que se verifica, parece-nos evidente que a região não constitui ainda uma prioridade para a UE. Contudo uma dinâmica relação política e diplomática se desenvolve a par de numerosas conquistas em áreas onde a cooperação avança, e onde são outros os actores da relação, universidades, centros de estudo, fundações, empresas, a sociedade civil.

Desde 1999, aquando a realização da I Cimeira UE – ALC, no Rio de Janeiro, que se sucedem, a cada dois anos, este tipo de encontros inter-regionais ao mais alto nível. Seguiram-se sucessivamente, a II Cimeira em Madrid (2002), Guadalajara (2004), Viena (2006), Lima (2008), novamente em Madrid (2010), e por fim, a VII Cimeira em

---

<sup>330</sup> Cf. EMERSON, Michael and Renato Flores (Ed.) (2013), *Enhancing The Brazil-EU Strategic Partnership. From the bilateral and regional to the global*, p. 6.

Santiago de Chile, em Janeiro de 2013, no novo formato UE - CELAC. As duas regiões estabeleceram, desta forma, um diálogo político formal, intenso ao nível regional mas também sub-regional (e paralelo), principalmente com a América Central, os países andinos e MERCOSUL.

#### **A I Cimeira UE – ALC e os ventos favoráveis ao multilateralismo.**

Na I Cimeira UE – ALC, no Rio de Janeiro, em 1999, as partes decidem estabelecer a chamada “parceria estratégica” convencidas de que era esta a melhor via para a promoção e defesa dos seus interesses individuais e colectivos, facilitada pela pertença a uma mesma cultura e pela partilha de certos valores como o primado do direito, a democracia e os direitos humanos. Nesse sentido, Carlos Malamud afirma que, “ (...) em 1999, o mundo ainda vivia sob efeitos da caída do Muro de Berlim e a dissolução da URSS, os ventos do multilateralismo tinham uma boa acolhida, era um vento que impulsionava as Relações Internacionais, que hoje muitos lembram com certa nostalgia”<sup>331</sup>.

Com efeito, nos finais dos anos de 1990, a Europa procurava ampliar-se para o Leste convencida ao mesmo tempo de que aquilo que tinha sido bom para a Europa iria ser bom para o resto do mundo. Promove então a integração regional como via para o desenvolvimento de outros países, nomeadamente para os países da região latino-americana. Na América Latina viviam-se outros tempos. Os efeitos de transição e consolidação democráticas ainda estavam vigentes, e os governos existentes se caracterizavam por defender os valores democráticos. Desde a perspectiva latino-americana, a UE constituía um parceiro ideal para o seu projecto de integração regional assim como de consolidação democrática.

---

<sup>331</sup> Carlos Malamud (Investigador principal do Real Instituto Elcano). Comunicação apresentada na Conferencia Internacional “A UE e a América Latina”, que teve lugar na sede da UAL, em Lisboa, em 11 Outubro de 2011.



## **A autonomização política e económica da América Latina no século XXI.**

Os atentados terroristas de Setembro de 2001, principalmente o ataque às torres gémeas do complexo empresarial do World Trade Center, na cidade de Nova Iorque, provocaram automaticamente uma alteração na lista das prioridades na agenda internacional das grandes potências, particularmente a dos EUA, e incluindo a aliada Europa. O interesse pela região – distante dos focos potenciais de conflito na luta contra o terrorismo – rapidamente diminui. A América Latina fica assim entregue ao ‘seu próprio destino’.

Ao longo de uma boa parte da primeira década do século XXI, graças a revalorização do preço das *commodities*, a região conhece um crescimento económico sem precedente baseado na demanda dos mercados asiáticos, da China e da Índia. O crescimento económico nalguns países da região favorece câmbios políticos (e ideológicos) e económicos, que em maior ou menor medida, conduzem os latino-americanos a adoptar decisões e acções mais autónomas em relação aos centros de poder tradicionais.

A subida ao poder em 1999, do carismático Hugo Chávez, na Venezuela, marcará o início do aparecimento de alguns regimes populistas e nacionalistas, em alguns casos com um discurso fortemente anti ocidental, questionando inclusive a ordem política internacional vigente. Em alguns países latino-americanos observamos também o aparecimento de novos, ou velhos mas com protagonismo renovado, actores políticos, como os indígenas, que eram portadores de uma nova agenda e ao mesmo tempo, a consolidação de novos pólos de referência regional.

Do lado europeu, encontramos-nos com o processo de ampliação. A Europa passa de quinze para vinte e sete membros (hoje vinte e oito) aumentando a heterogeneidade dentro da própria união. “Não é a mesma coisa chegar a acordo entre quinze que entre vinte e sete. Desde a perspectiva da relação UE – América Latina temos de adicionar o facto de que boa parte dos doze novos países incorporados tinham uma percepção diferente da região, um interesse menor do que

alguns países previamente integrados na união”<sup>332</sup>. A este quadro mais complexo, podemos adicionar, o fracasso do tratado constitucional e a não implementação do Tratado de Lisboa. Evidentemente todos estes factores condicionaram a relação entre a UE e a América Latina. Não obstante o espaço para o debate de temas da agenda bi-regional e global continuará em aberto.

### **Os principais temas da agenda bi-regional.**

Temas para a discussão não faltam na agenda das cimeiras. Na Cimeira de 2002 (a seguir aos atentados terroristas em Nova Iorque), os principais temas para além do **terrorismo internacional**, foram o tema das **migrações, coesão e integração social**, e a **cooperação bi-regional** no quadro multilateral da ONU. Em 2006, insiste-se no reforço da parceria, o **desenvolvimento sustentável**, as migrações, a **crise financeira internacional**, para além de outros temas como o da **inovação e tecnologia**, a **resolução conjunta dos problemas globais**, a **solução pacífica de conflitos**, a necessidade de concluir as **negociações no quadro da OMC**.

Em Lima, em 2008, decide-se, entre outras, a adopção de medidas tendentes a facilitar o investimento em infra-estrutura nos âmbitos da energia, transporte sustentável, redes de comunicação, sector social e ambiental, e de apoio ao investimento das pequenas e medianas empresas. Em Madrid, em 2010, as partes latino-americanas, sobretudo o Brasil, expressam a sua solidariedade com os problemas da crise económica e financeira internacional na Europa, assumindo a necessidade de reforçar as relações comerciais e o investimento. Nesta ocasião, foram retomadas as negociações UE – MERCOSUL, tendo em vista a criação de uma área de livre comércio, anunciou-se a criação da Fundação Eurolat, e aprovou-se a criação de um Mecanismo de Investimento em América latina, dotado com €125 milhões até

---

<sup>332</sup> Carlos Malamud (Investigador principal do Real Instituto Elcano). Comunicação apresentada na Conferencia Internacional “A UE e a América Latina”, que teve lugar na sede da UAL, em Lisboa, em 11 Outubro de 2011.

2013.<sup>333</sup> Também em Madrid é assinado o Tratado de Parceria com a América Central, juntamente com os acordos multi-partes, com a Colômbia e o Peru.

Com a assinatura destes acordos bilaterais, a nova doutrina europeia parece que flexibiliza a relação com a América Latina incorporando parte das dificuldades existentes. Uma alteração que se complementa com uma nova aposta por parte do bloco europeu, que potencia a relação com os chamados aliados estratégicos sem contudo deixar de dar espaço ao diálogo sobre os temas da agenda inter-regional e global.

Nesse sentido, em Madrid, identificam-se três grandes eixos para o desenvolvimento de uma verdadeira parceria: 1) Resposta conjunta e coordenada aos desafios globais estando a segurança e a defesa dos **direitos humanos** na primeira linha junto às questões relativas à **segurança internacional** (sendo identificadas várias ameaças como o crime transfronteiriço, o tráfico de pessoas, a corrupção, ou o branqueamento de capitais). Assume-se a necessidade de trabalharem em conjunto, na definição de uma nova arquitectura financeira internacional, e em temas como a **cooperação para o desenvolvimento**, os **objectivos do milénio**, a defesa do **património mundial**, e sobre **questões energéticas**; 2) Promoção da inovação e tecnologia a escala bi-regional tendo em vista o **desenvolvimento sustentável** e a **inclusão social**. Para além da declaração de intenções, as partes decidem estabelecer um diálogo nesta área ao nível ministerial, entre funcionários, e implementar o espaço de conhecimento UE - ALC, prevendo mais e melhor cooperação científica e tecnológica, e por fim; 3) O reforço institucional e formal da parceria.<sup>334</sup>

---

<sup>333</sup> Isabel Leite. Comunicação apresentada na Conferencia Internacional “A UE e a América Latina”, que teve lugar na sede da UAL, em Lisboa, em 11 Outubro de 2011.

<sup>334</sup> Paulo Sande, Director do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal (2004-2012). Comunicação apresentada na Conferencia Internacional “A UE e a América Latina”, que teve lugar na sede da UAL, em Lisboa, em 11 Outubro de 2011.

## **Depois de Santiago de Chile, que tipo de relação?**

A I Cimeira UE – CELAC / VII Cimeira UE – ALC, de Janeiro de 2013 reuniu os chefes de Estado e de Governo da Europa, da América Latina e das Caraíbas em Santiago do Chile, nos dias 26 e 27 de Janeiro de 2013, com o intuito de abordar uma “Aliança para o Desenvolvimento Sustentável baseada na Promoção de Investimentos de Qualidade Social e Ambiental”. Durante a cimeira, os líderes aprovaram uma declaração política, aprovaram um acordo para impulsionar o comércio bilateral e ampliaram o plano de acção de cooperação bi-rregional, anteriormente adoptado na Cimeira de Madrid, de 2010. O presidente chileno Sebastian Piñera, anfitrião da cimeira, fez uma convocatória desde o início para criar uma nova parceria estratégica, com uma relação «menos vertical e mais horizontal», evoluindo desde a assistência para uma verdadeira cooperação.<sup>335</sup>

A declaração final de Santiago reafirma, de maneira geral, os valores comuns da democracia e do respeito pelos direitos humanos, e a necessidade de uma acção concertada perante os problemas globais num quadro multilateral, criando mecanismos efectivos de combate às ameaças à segurança dos Estados. Uma novidade, num âmbito mais específico, é o compromisso que as partes assumem no sentido de “oferecer” segurança jurídica aos investimentos estrangeiros, de qualidade social y médio-ambiental. Naquela oportunidade, os países da Aliança Bolivariana ou ALBA, opuseram-se a inclusão de um compromisso no sentido de “garantir” a segurança jurídica que os europeus reclamavam.<sup>336</sup>

Na oportunidade de Santiago, realizaram-se também uma série de eventos preparatórios antes da Cimeira, reunindo representantes de ambas as regiões, e abrangendo vários sectores da sociedade tais como: parlamentares, decisores

---

<sup>335</sup> Cf. “Cumbre Celac-UE cierra ensombrecida por tragedia en Brasil”. *Infolatam*. 28/1/2013.

<sup>336</sup> O tema da “segurança jurídica dos investimentos estrangeiros” fora um dos temas mais polémicos do encontro, uma vez que nos últimos anos, foram feitas expropriações na Venezuela, Argentina e Bolívia, que afectaram a algumas empresas europeias.

políticos, empresas, sindicatos, media, académicos<sup>337</sup>, ONGs, entre outros. O envolvimento destes importantes actores contribuiu não apenas para a reflexão sobre os temas da cimeira como também enriqueceu o debate dos chefes de Estado e de Governo.<sup>338</sup> Depois de Santiago, o consenso em torno da estratégia do relacionamento entre a UE e a América Latina parece incluir estes mesmos actores, nomeadamente, as universidades e centros de estudo, e também as empresas, cada vez mais internacionalizadas, como os agentes construtivos da parceria que se quer.

#### **IV.5 Portugal e as relações euro-latino-americanas.**

Durante a ditadura, com a excepção do Brasil, a América Latina defensora das teses *cepalinas* e da orientação política do Não Alinhamento – que desde a outra margem do Atlântico parecera ameaçar o seu projecto colonial – , parece pouco interessar aos portugueses. A Revolução dos Cravos traria, no seu discurso, uma nova proposta de estratégia em relação à Espanha e aos Estados latino-americanos. Com a entrada do país ibérico no bloco europeu, em 1986, o dinamismo das relações euro-latino-americanas envolverá naturalmente a Portugal, sem contudo assistirmos a um aprofundamento e ou consolidação do relacionamento entre as partes.

#### **Portugal como membro da Cooperação Política Europeia.**

Desde o envolvimento na Conferência de San José I, em 1984, Portugal foi membro de facto da Cooperação Política Europeia nas questões relacionadas com a América Latina. A partir daí portugueses e espanhóis, de forma coordenada, irão

---

<sup>337</sup> Cabe aqui referir, que no âmbito do programa Erasmus Mundus foi aprovada a candidatura da Universidade Nova de Lisboa, intitulada FELLOW-MUNDUS - Fostering Education and Learning mobilities for Latin-American academics Outgoing Worldwide with ERASMUS MUNDUS, para a gestão de mobilidades entre Universidades Europeias e Universidades da América Latina. O projecto, com uma duração de quarenta e oito meses, teve início em 15 de Julho de 2013.

<sup>338</sup> União Europeia. Acção Externa, “Relações da UE com a América Latina: Cimeira Santiago de Chile 2013”.

promover a ideia da América Latina como opção válida para uma política externa comum europeia.

Nesse sentido, em 1992, durante a presidência portuguesa da CE (UE), foi assinado um Acordo de Terceira Geração (acordo quadro de cooperação) entre o bloco europeu e o Brasil. Na mesma altura decorreu, em Santiago do Chile, a reunião institucionalizada entre a Comunidade e o Grupo do Rio.

No mesmo ano, no final da VIII Conferência de San José, que decorreu entre 24 e 25 de Fevereiro, em Lisboa, as duas regiões emitiram uma declaração política que expressara a relação directa entre democratização, desenvolvimento económico e justiça social. A CE (UE) compromete-se a trabalhar para a consolidação da paz e a reconstrução económica de El Salvador, com uma contribuição de 50 milhões de ecus (moeda europeia, antes do euro), e concede aos países centro-americanos um tratamento comercial preferencial para os seus produtos agrícolas (ficando fora o sector das bananas).<sup>339</sup> Portugal promoveu também em 1992, na Cimeira de Guimarães, a realização do Primeiro Encontro entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e do MERCOSUL, lançando efectivamente as bases de uma cooperação inter-regional mais forte.

Na Reunião Ministerial UE - Grupo do Rio, realizada em Vilamoura, Algarve, em 2000, foi saudada a incorporação a este último bloco, da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana, enriquecendo e fortalecendo a representatividade deste Mecanismo Permanente de Consulta y Concertação Política. Na mesma oportunidade, foram discutidos uma variedade de temas incluindo os direitos humanos, estado de direito, instituições democráticas, reforma da ONU, o problema da droga e do crime organizado, desastres naturais e assistência humanitária, alterações climáticas, desenvolvimento sustentável, negociações no quadro da OMC, sociedade civil, integração regional, pequenas e medianas empresas, etc.

---

<sup>339</sup> Cf. GOMES, Nancy (1999), “Europa e América Latina: a cooperação inter blocos”, p.181

Também em Vilamoura, em Fevereiro de 2000, teve lugar a XVI Conferência Ministerial sobre o Diálogo Político e a Cooperação Económica UE - SICA. A Colômbia, a Venezuela e o México participaram na qualidade de países cooperantes, o Belize e a República Dominicana, como países observadores. Nesta oportunidade, os ministros presentes salientaram a importância da continuidade do Diálogo de San José, que proporcionara tantas vantagens a ambas as regiões, e contribuíra para a consolidação do processo de paz e da democratização, bem como o desenvolvimento económico e social da América Central.

### **Portugal junto à Espanha como facilitadores da relação UE - América Latina.**

Se olharmos para o processo de aproximação entre a UE e a América Latina, constatamos que Portugal e a Espanha têm sido os principais actores, não os únicos, e os países europeus mais comprometidos nesta relação, conseguindo ampliar, de forma coordenada, a dimensão exterior do projecto europeu, em termos de valores e interesses, e através de duas Línguas de projecção global. Contudo, o facto de mais recentemente, onze países da região terem já assinado acordos comerciais com a UE, releva o papel da península, como ponte ou porta de entrada da região à Europa. Parece-nos mais conveniente concordar com a ideia exposta por Valladolid, de que os países ibéricos, formando parte destes dois espaços, são antes “facilitadores” da relação entre a Europa e a América Latina.

Valores e interesses muitas vezes divergem. Para Portugal e a Espanha convém acentuar as convergências e atenuar as divergências se quiserem manter e reforçar a sua posição, no quadro do relacionamento UE - ALC. Em matéria comercial, por exemplo, os dois países ibéricos posicionam-se sempre ao lado dos parceiros europeus. O desafio da relação passa, assim, por efectivar a cooperação inter-regional, cabendo-lhes aos dois países ibéricos a missão de encontrar um espaço ou “facilitar” o diálogo e a concertação necessários. Nesse sentido, e sobre a conveniência de um acordo entre a Europa e o MERCOSUL, a chanceler alemã Angela Merkel dissera durante a Cimeira de Santiago que,

“Seria bom poder contar com um acordo de livre comércio entre a UE e o MERCOSUL. Os parceiros não deviam ter medo de que um possa ser melhor do que o outro porque só juntos é que podemos melhorar (...) A América Latina, com estes laços intensos que tem com a Espanha e Portugal, é um mercado para uma indústria competitiva para os países do sul de Europa”<sup>340</sup>.

### **A investida dos investimentos portugueses no Brasil e o fortalecimento da relação entre a potência emergente e o bloco europeu.**

A partir de 1997, desde o início da investida dos investimentos portugueses no Brasil, Portugal tem vindo a empenhar-se no fortalecimento da relação entre o parceiro americano e a UE. Nesse sentido, salienta Amado Luiz Cervo que,

“Para convencer os outros europeus, (Portugal) recorria aos argumentos do benefício mútuo e do importante papel do Brasil nas relações regionais da América Latina, especialmente na condução dos processos de integração, e sobre o sistema internacional, como potência emergente. E mais, nas relações UE – Brasil, sobressaía a condição da União como segundo maior investidor no Brasil e segundo parceiro comercial”<sup>341</sup>.

Sob a presidência portuguesa da UE, em 2007, as instituições comunitárias estabeleceram um Acordo de Parceria Estratégica com o Brasil, reconhecendo a crescente importância regional e mundial deste país. Desse modo, refere Cervo “graças ao empenho da diplomacia portuguesa, o Brasil alçava-se à condição de parceiro estratégico da União”. Realiza-se a I Cimeira UE – Brasil em Lisboa. Um plano de acção daria posteriormente efectividade à cooperação, contemplando sectores como a segurança e a defesa, combate à pobreza, mudanças climáticas e novas fontes de energia, especialmente o biocombustível.

---

<sup>340</sup> Cf. “Cumbre Celac-UE cierra ensombrecida por tragedia en Brasil”. *Infolatam*. 28/1/2013.

<sup>341</sup> CERVO, Amado Luiz (2012), *A Parceria Inconclusa*, p. 28.



Em relação ao papel que efectivamente Portugal desempenhara com o estabelecimento de relações privilegiadas entre a UE e o Brasil, Paulo Sande refere ainda que, “ (...) Não tenham duvida que o país é mais relevante quando aquilo que traz para a UE é significativo para ela e para os países do continente e desta integração europeia. O Brasil é neste contexto muito relevante para Portugal e para a sua afirmação no âmbito da UE”<sup>342</sup>.

Em relação ao Brasil, o interesse da União pela “potência emergente” parece conciliar efectivamente os interesses nacionais de Portugal e os interesses da UE. Nesse sentido, Alfredo Valladão afirma que,

“O relacionamento Europa – Brasil é ainda mais indispensável hoje do que ontem. Mas tornou-se mais difícil, mesmo se finalmente criou-se a possibilidade de lhe dar um conteúdo muito mais concreto e prometedo. Estes novos desafios e oportunidades podem dar a Portugal um papel importantíssimo de «tradutor» dos interesses e expectativas de ambos os lados. Nem o Brasil, nem as grandes potências europeias precisam dos portugueses para dialogar, mas vão precisar de Portugal para se entender e pensar as vias mais adequadas para cooperar. Com a condição – claro - de que Portugal, sempre mantendo a sua âncora europeia, esteja disposto a reencontrar o seu destino atlântico”<sup>343</sup>.

### **Sobre as potencialidades para Portugal de uma parceria UE - MERCOSUL.**

Em Estoril em 2009, durante a XIX Cimeira Ibero-Americana foi discutida, em sessões paralelas, a ideia de relançar as relações UE - MERCOSUL, claramente um dos propósitos da presidência portuguesa. No texto do comunicado, divulgado no final de um encontro informal, realizado à margem da Cimeira, de ministros dos quatro países membros do MERCOSUL, e dos chefes das diplomacias de Portugal, Luís Amado, e de

---

<sup>342</sup> Paulo Sande, Director do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal (2004-2012). Comunicação apresentada na Conferencia Internacional “A UE e a América Latina”, que teve lugar na sede da UAL, em Lisboa, em 11 Outubro de 2011.

<sup>343</sup> Alfredo Valladão. Comunicação apresentada na Conferencia internacional organizada pelo IPRI. Centro Cultural de Cascais, 24-06-2010.

Espanha, Miguel Angel Moratinos, manifestou-se o alto interesse político num rápido reinício das negociações “para um Acordo de Parceria Inter-regional entre a UE e o MERCOSUL”.

Com a efectivação de uma parceria estratégica entre os dois blocos, a localização geográfica de Portugal, com o porto de Sines em linha recta com o Canal do Panamá, constitui um elemento de poder (ou potencial) a ter em conta. Nesse sentido, o embaixador Mário Vilalba afirmou que,

“No dia em que essas barreiras forem eliminadas eu não tenho duvidas nenhuma de que Sines estará amparado de empresas do MERCOSUL. Sines, não podemos esquecer, está em frente do canal do Panamá, canal que esta a ser ampliado, Sines é o primeiro ponto depois do Nordeste Brasileiro para o Atlântico, quanto tempo gasta um navio entrando no Mediterrâneo, quando ele pode parar em Sines e a partir daí por cabotagem atingir os outros portos do norte da Europa ou os portos do Mediterrâneo. Então, os benefícios para Portugal, relativamente a um acordo de livre comercio entre o MERCOSUL e a UE é muito maior do que é a sua participação de 2% no PIB europeu”<sup>344</sup>.

### **Projecção de Portugal através da cooperação triangular UE- Brasil - África.**

Na V Cimeira UE - Brasil, a Europa e o Brasil lançaram o conceito de “parceria triangular de cooperação” com os países de língua portuguesa. Com efeito, existe um Consenso Internacional alargado sobre a importância de uma Ajuda mais eficaz, o que tem obrigado doadores e parceiros a reverem as suas políticas, procedimentos e práticas de Ajuda. As Reuniões de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda em Roma (2003), Paris (2005), Acra (2008) e Busan (2011), instalaram a matéria da eficácia da Ajuda no centro do debate. É evidente a necessidade de actualizar o modelo de cooperação assente numa lógica de doação (lógica pós-colonial norte-sul) para outro assente numa

---

<sup>344</sup> Mário Vilalba, embaixador do Brasil em Portugal. Comunicação apresentada na Conferencia Internacional “A UE e a América Latina”, que teve lugar na sede da UAL, em Lisboa, em 11 Outubro de 2011.

visão estratégica conjunta de resposta aos desafios globais (de parceria política e económica entre membros iguais).

Nesse sentido, na Cimeira de Janeiro de 2013, os líderes políticos de ambas as partes decidiram seguir em frente com a Cooperação Triangular, apoiando os processos eleitorais nos países africanos que falam a língua portuguesa. Embora essa possa ser uma acção de alcance limitado, “seu simbolismo político é muito claro e positivo, e um indicador, talvez para coisas maiores no futuro”.<sup>345</sup> A longa experiência de Portugal no terreno em acções associada às boas práticas de cooperação com as suas ex-colónias africanas, em sectores específicos como, educação, saúde, educação para o desenvolvimento e segurança, constitui certamente uma mais-valia. Questões como as migrações assumiram também em Portugal dinâmicas interessantes de projecção em todo este processo.

### **Portugal e as perspectivas de um triângulo América Latina - Europa - EUA.**

Perante a emergência de problemas de governabilidade transatlântica, como a criminalidade internacional, a propagação de doenças infecciosas, ou o aquecimento global, justifica-se o fortalecimento de uma relação triangular entre a América Latina, EUA e a Europa<sup>346</sup>. A resolução destes problemas com alcance global, desde uma perspectiva transatlântica concertada, servirá igualmente para o reequilíbrio dos interesses entre o ‘ocidente hegemónico’ e o ‘mundo emergente’, do qual um dos pivôs importantes é, sem dúvidas, o Brasil<sup>347</sup>, que quer ter a sua quota de influência na

---

<sup>345</sup> EMERSON, Michael and Renato Flores (Ed.) (2013), *Enhancing The Brazil-EU Strategic Partnership. From the bilateral and regional to the global*, p. 7.

<sup>346</sup> Cf. LEGLER, Thomas, “El multilateralismo en el Triángulo Atlántico: el vínculo latino-americano”, em ORTIZ, Maria Salvadora e Susanne Gratius (Edit.) (2012), *Europa y Las América. Por fin, un triángulo atlántico?*, p. 229. Uma reflexão sobre o papel do Brasil na luta contra a criminalidade internacional, em BIATO, Marcel Fortuna, “Brasil en la Cooperación regional para la lucha contra la violencia y el crimen organizado”, pp. 17-133.

<sup>347</sup> Para compreender melhor as divergências entre o Brasil e os EUA, veja-se HAKIM, Peter, “Por que EUA y Brasil no tienen una buena relación? Una historia de territorio, ideología e intereses”, pp. 14-21. Sobre a posição especial do Brasil nas relações euro-americanas, veja-se GRATIUS, Susanne, “El triángulo atlántico: arquitecturas multilaterales y reajuste de poder entre nuevas y viejas potencias”, em ARENAL, Celestino e Mónica Hirst (Coord.) (2001), *Las relaciones triangulares Estados Unidos, Unión Europea y América Latina*, pp. 15-19.

governança do sistema internacional, na economia, e no sistema financeiro. Tudo isto pressupõe, naturalmente, uma maior cooperação e coordenação triangular.

Tendo em conta que se trata de um triângulo escaleno, em que as medidas dos três lados, e os ângulos internos são diferentes – porque inclui um estado centralizado, uma organização internacional, e uma região fragmentada – , o desafio passará certamente pela capacidade que se tenha, de conseguir congregar uma heterogeneidade de países em torno de um núcleo de valores, e descobrir os interesses vitais que partilham.

Nesse sentido, os espaços institucionais e normativos das cimeiras OEA, UE - CELALC e Ibero-Americanas, podem servir de palco para uma progressiva convergência das agendas, onde temas, como o clima, energia, os direitos humanos, a pirataria, as tecnologias de informação e comunicação, as migrações, etc., exigem um reforço da natureza do diálogo entre os Estados.

Neste contexto, Portugal, parte no concerto europeu, e na aliança atlântica, ao mesmo tempo, membro da CPLP e da Comunidade Ibero-Americana, e tendo em conta a sua relação privilegiada com o Brasil, parece-nos, poderá dar um contributo significativo para o diálogo que se quer.

“ (...) um dialogo estratégico que de alguma forma tem todo a ver com dialogo norte-sul, em sentido lato, entre o ocidente e o resto e aliás essa é a função geoestratégica que um país como Portugal pode ter, poder facilitar aproximação de pontos de vista e de perspectivas de interesse entre o ocidente e o resto do mundo ao qual esta ligado por relações históricas, culturais, linguísticas mas também por uma aliança no quadro da CPLP”.<sup>348</sup>

---

<sup>348</sup> Luís Amado (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 1997 a 1999, e de 1999 a 2002; Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2006 a 2009, e de 2009 a 2011), em entrevista concedida à autora, em 22 de Fevereiro de 2013, na sede do BANIF, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

## **CAPÍTULO V. Guadalajara, uma proposta espanhola para a Ibero-América – incluindo uma parte do mundo lusófono.**

O projecto de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações é proposto pela Espanha numa conjuntura amplamente favorável à cooperação, ao diálogo e ao intercâmbio de todo o tipo entre países que partilham, em princípio, valores e interesses comuns. Apresenta-se como sendo objectivamente necessário e proveitoso para todas as partes incluindo, como o fizera antes, para além dos hispânicos, a Lusofonia europeia e americana. O seu ponto de partida e a sua principal dinâmica será, desta forma, a solidariedade necessária<sup>349</sup>, por parte de um grupo de países com uma origem e história comum, fazendo face aos desafios e problemas que emergem num contexto internacional de pós Guerra Fria.

Esta visão do mundo ibero-americano, incluindo Portugal e a Espanha, e os países de língua castelhana e portuguesa das Américas, tem sido afirmada e reafirmada nos numerosos encontros ao mais alto nível, através do discurso, das declarações políticas, dos consensos e compromissos alcançados pelas partes: a visão de uma Ibero-América como unidade indissolúvel, um actor com identidade própria, intervindo no cenário internacional, de forma concertada. Desde uma perspectiva construtivista, a proposta de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações surge como uma proposta de organização política, com uma clara função transformadora da realidade social interna dos países que dela formam parte, e também da realidade internacional em que estão inseridos.

---

<sup>349</sup> O jesuíta francês Teillard de Chardin (1959), em “O Futuro do Homem”, enquanto observava o fenómeno da interdependência e os fenómenos planetários da fome, da guerra, da explosão demográfica, da ameaça nuclear, química e bacteriológica, de luta pelo espaço exterior, fala-nos da necessidade de criar uma “frente humana”, uma espécie de força de intervenção política, que compreendesse os fenómenos da mundialização, da complementaridade, da interdependência, superando as antigas divisões e formas políticas do “rebanho humano”. Na linha de Chardin, diz-nos Adriano Moreira, inserem-se vários projectos de perfil ideológico que apelam a solidariedade sem respeitar as divisões políticas tradicionais: o Concílio Vaticano II e a Solidariedade Norte-Sul, a Conferencia de Bandung de 1955, a Conferencia do Cairo de 1958, a Conferência de Havana de 1968, a Solidariedade Sul-Sul de todos os Povos de cor, colonizados e pobres, Mao Zedong e a Solidariedade dos 3 A (Asia, Africa e América Latina), a Solidariedade do campo contra a cidade do Norte, o fundamentalismo do Irão, a hispanidade, o luso-tropicalismo. Cf. MOREIRA, Adriano (2002), *Teoria das Relações Internacionais*, p. 156, 157. A. Toynbee (1968) em “O Desafio do Nosso Tempo” valida amplamente através da história, a ideia de que a cooperação é facilitada pela proximidade histórica e cultural dos povos.

## V.1 Um projecto espanhol para a Ibero-América?

A afirmação da existência de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações tem sido uma constante na política exterior da Espanha desde finais do século XIX, materializada através de diferentes projectos políticos, públicos e privados, com alcance e sentidos diferentes, em função dos distintos cenários internacionais em que são formulados. Lembremos o caso da União Ibero-Americana, fundada em Espanha, em 1885; e em tempos da ditadura, os projectos da Hispanidade e a Comunidade Hispânica de Nações. Ainda durante a etapa franquista, a ideia de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações afirmar-se-ia na constituição efectiva de algumas instituições – ainda hoje em funcionamento, e com sede em Madrid – , como a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura ou OEI, e a Organização Ibero-Americana da Segurança Social ou OISS, criadas em 1954.<sup>350</sup>

Com o fim da ditadura em Espanha, o projecto é renovado (ou reinventado) a partir de outros postulados e objectivos diferentes, afastando-o definitivamente do projecto de corte fascista e pretensão hegemónica ou da Hispanidade. Em 1976, a ideia da Comunidade Ibero-Americana de Nações, na base de uma nova estratégia espanhola visa de uma maneira geral, a articulação e criação de uma comunidade de interesses que beneficie as partes. Nesse sentido, o interesse comum de defender a democracia, juntamente com os direitos humanos e o desenvolvimento – valores em consolidação, com não poucas dificuldades, ao longo dos séculos XIX e XX, na península Ibérica e em toda a América Latina – , através da cooperação e a concertação, constituem o melhor incentivo e a justificação ideal para refundar um novo modelo de relacionamento, entre Portugal e a Espanha, e as suas ex-colónias.

---

<sup>350</sup> Para mais informação sobre estas duas instituições, recomenda-se a consulta [Em linha] dos sítios da OEI e da OISS, respectivamente.

## **Uma política de Estado destinada aos Povos da Ibero-América.**

Desde o primeiro momento, os distintos governos espanhóis tentam agir “com grande prudência e abertura” na execução do projecto porque as anteriores formulações em torno da ideia de uma comunidade ibero-americana, ainda recentes, estariam carregadas de paternalismo, pretensões de cariz ideológicas, e de um protagonismo espanhol que não fora aceite pelas partes, provocando receios e uma clara rejeição, sobretudo, por parte dos países latino-americanos, mas também do próprio vizinho ibérico. O projecto é concebido pois, como uma política de Estado (e não de Governo), muito para além da cor do partido no poder, destinado aos distintos Povos ibero-americanos, dando resposta as suas necessidades e anelos, abordando soluções aos seus problemas políticos, sociais, económicos e culturais.<sup>351</sup>

No que diz respeito à primeira característica do projecto, o rei tem tido um papel fundamental na definição e como impulsionador da política ibero-americana da Espanha, como política de Estado. Bastará notar a sua presença contante e interventiva nos eventos anuais, principalmente, nas cimeiras ibero-americanas já realizadas, desde Guadalajara e até Cádiz; e a diplomacia activa que instrumentaliza eficazmente, tendo em vista a aproximação das partes.<sup>352</sup>

Como política destinada aos Povos, o projecto ibero-americano foi pensado no sentido de garantir a não discriminação de nenhum dos países por razões políticas ou ideológicas, favorecendo a realização dos princípios de liberdade, justiça, desenvolvimento e paz. Trata-se assim do “primeiro ensaio geral de concertação ibero-americana sem exclusões de nenhum tipo (...)”<sup>353</sup>.

---

<sup>351</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, pp. 278, 279.

<sup>352</sup> O rei de Espanha faltou pela primeira vez, por razões de saúde, a uma cimeira, na ocasião mais recente do Panamá (2013). No seu lugar esteve presente o seu filho, o príncipe das Astúrias.

<sup>353</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *op. cit.*, p. 290. Cuba beneficiou claramente deste exercício de concertação política não excludente, permitindo-lhe participar pela primeira vez, depois que fora excluída do sistema interamericano, num espaço de cooperação multilateral, que reunia a todos os países ibero-americanos mais Espanha, Portugal e o Principado de Andorra.

## **Quinhentos anos depois do Encontro dos dois Mundos.**

Num acto considerado como de grande simbolismo, aproveita-se a oportunidade dos preparativos para a comemoração do “Quinto Centenário da Descoberta da América”, para lançar a ideia da Comunidade Ibero-Americana. Em Espanha são criados vários organismos, entre os que se destaca, a Comissão Nacional para a Comemoração do Quinto Centenário (1981), com a missão de preparar e levar avante a realização de um conjunto variado de actividades e programas nesse sentido. Em Outubro de 1983, realiza-se a I Conferência Ibero-Americana de Comissões Nacionais, em Santa Fé da Granada, Espanha, com a participação de onze países ibero-americanos. A partir daí, realizaram-se mais dez conferências para tratar questões em áreas tão diversas como a educação, a ciência e a cultura.

A partir de 1989, com o fim da Guerra Fria, a diplomacia espanhola intensifica os contactos com os países ibero-americanos, incluindo o seu vizinho ibérico, no sentido de institucionalizar os seus esforços de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações, ao mais alto nível.

Uma *troika* constituída pelo México, Espanha e o Brasil ficará logo a cargo da realização das três primeiras cimeiras, a partir de 1991. A aposta mexicana por celebrar a primeira cimeira, em Guadalajara, se explica, para além do interesse na própria dinâmica das cimeiras, pelo seu desejo de diversificar as suas relações internacionais, e de obter um certo protagonismo em todo este processo. Com este gesto, envolvido como estava nas negociações para a sua entrada no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio ou NAFTA (siglas em inglês), o México parece querer mostrar ao mundo, e principalmente aos seus “irmãos” no continente, que não esquecera a sua dimensão ibero-americana.<sup>354</sup>

Pelo seu lado, o Brasil de Collor de Melo, “ (...) não podia negligenciar o seu envolvimento num projecto em que variáveis como o histórico dos países envolvidos,

---

<sup>354</sup> Cf. ARENAL, Celestino, (2011), *Politica exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 290.



os vínculos culturais, os laços afectivos, etc., estavam presentes”<sup>355</sup>. Portugal do outro lado do Atlântico, com imensos receios em relação às pretensões espanholas reage de igual forma, seguindo os passos do Brasil.

“As Cimeiras Ibero-Americanas não se teriam institucionalizado sem a adesão do Brasil. E Portugal sem a adesão do Brasil não teria acompanhado a Espanha nesse momento. A partir do momento que o Brasil decidiu entrar, Portugal não podia deixar de o fazer, por tanto foi esse o movimento que se verificou naquela ocasião”<sup>356</sup>.

### **Os princípios inspiradores do projecto de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações.**

Celestino del Arenal refere que, o projecto da Comunidade Ibero-Americana de Nações é construído, desde a parte espanhola, a partir de “princípios inspiradores” como, o princípio da interdependência, o princípio da credibilidade, o princípio da continuidade, o princípio da não discriminação, o princípio da comunidade, e o princípio da unidade na diversidade.<sup>357</sup> Vejamos,

O princípio da **interdependência** traduz a necessidade de atender harmónica e globalmente a cooperação em todas as áreas, podendo ser interpretado à luz do seguinte enunciado ou “lei da complexidade crescente das relações internacionais”, ou seja que “a marcha para a unidade do mundo (ou mundialização) vem acompanhada de uma progressiva multiplicação quantitativa e qualitativa dos centros de decisão (divergência), e de uma multiplicação quantitativa e qualitativa das mútuas relações

---

<sup>355</sup> Amado Luiz Cervo, entrevista concedida à autora, via correio electrónico, em 30/11/2012, devidamente arquivada.

<sup>356</sup> Luís Amado (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 1997 a 1999, e de 1999 a 2002; Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2006 a 2009, e de 2009 a 2011), em entrevista concedida à autora, em 22 de Fevereiro de 2013, na sede do BANIF, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

<sup>357</sup> A partir dos discursos proferidos pelo ministro de Assuntos Exteriores, Marcelino Oreja, no Palácio de Viana, em 20/12/1976; pelo presidente do Governo, Adolfo Suárez, no México, em 25/4/1977; e pelo rei, em Caracas, em 9/9/1977. Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 280. Veja-se também, do mesmo autor (2006), *Acervo Iberoamericano. Valores, principios y objetivos de la Comunidad Iberoamericana*.

(convergência), tudo isto originando novas formas políticas (grandes espaços) e órgãos supranacionais de diálogo, cooperação e decisão (unidade) ”<sup>358</sup>.

O princípio da **credibilidade** expressa claramente a alteração de rumo, sobretudo por parte da política ibero-americana da Espanha, sujeitando a materialização do projecto ao papel que o conjunto de países, de forma concertada, poderá efectivamente desempenhar como defensor dos valores essenciais que partilham, e também na gestão partilhada e eficiente dos seus interesses, individuais e colectivos.

O princípio da **continuidade** que permita levar avante projectos comuns e a perseverança na acção, pudera ser garantido através do funcionamento permanente dos órgãos que se vão constituindo. O princípio de **não discriminação**, como corolário do princípio de não ingerência, revela o destinatário último do projecto, os Povos ibero-americanos, o que implica um compromisso das partes, no sentido de atender as suas necessidades e anelos.

O princípio da **comunidade** define o objectivo último do projecto: o máximo aproveitamento do sentimento de pertença a uma mesma comunidade, valorizando o património comum (histórico, político, cultural, linguístico, etc.), fonte da solidariedade necessária para superar as divergências entre as partes e resolver os problemas comuns. E por fim, **a unidade na diversidade**, que contempla os princípios anteriores de não discriminação e de comunidade, desmarcando-se definitivamente dos projectos espanhóis anteriores, propostos desde posições paternalistas, hegemónicas e não democráticas.<sup>359</sup>

Assim deste modo, desde a sua concepção, o projecto não parece perspectivar a criação de uma “aliança” ou de um esquema económico que pudesse entrar em coligação com outros espaços de cooperação ou de integração, já existentes. Não existe a aspiração de que seja uma estrutura formal como a Commonwealth Britânica.

---

<sup>358</sup> Moreira, Adriano (2002), *Teoria das Relações Internacionais*, p. 155.

<sup>359</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 282

O projecto é concebido sobretudo como um “mundo”<sup>360</sup> pelas múltiplas dimensões que possui, cultural, linguística, científico técnica, económica etc. e como ideia-força geradora de uma dinâmica própria capaz de articular um espaço voluntariamente integrado.<sup>361</sup>

“ (...) o que eu posso garantir daquilo que eu vi e acompanhei há vários anos (em sete cimeiras que eu acompanhei) é que nunca vi nenhuma tentativa de Espanha ter um parágrafo a assumir mais alguma coisa sobre a Hispanidade”<sup>362</sup>.

## **V.2 A dinâmica constitutiva das Cimeiras Ibero-Americanas.**

No início, também não se vislumbrara, em termos jurídicos e institucionais, o tipo de espaço que viria a ser configurado, para além das cimeiras. O projecto ficara em aberto. Arenal diz-nos que, por parte da Espanha, foram razões de prudência política e um expresso desejo de não interferir na definição comum, as que influenciaram na indefinição e imprecisão inicial do projecto.<sup>363</sup> Contudo mais tarde, será óbvia a liderança ou “protagonismo hegemónico multilateral”<sup>364</sup> do país ibérico, sobretudo na condução do processo do reforço institucional das cimeiras, através da criação da Secretaria Geral Ibero-Americana. A SEGIB, órgão permanente que garante a continuidade dos trabalhos, passa a funcionar, desde 2005, em Madrid, assumindo Espanha 60% do total do seu orçamento.

Até hoje já foram realizadas vinte e três Cimeiras Ibero-Americanas, incluídas a do Porto, que teve lugar em Outubro de 1998, e a de Estoril, realizada entre Novembro e Dezembro de 2009. A XXIV Cimeira será realizada em 2014, em Veracruz, México.

---

<sup>360</sup> Entenda-se com carácter humanista e vocação universal.

<sup>361</sup> Cf. ARENAL, Celestino (1994), *Política Exterior de España hacia Iberoamérica*, p. 166

<sup>362</sup> Manuel Correia (Vice presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa, entre 2001 e 2003, Presidente do IPAD, hoje Instituto da Cooperação e da Língua – Camões, de 2007 a 2012), em entrevista concedida a autora, em 28/9/2011, na sede do antigo IPAD, em Lisboa, registada em suporte electrónico.

<sup>363</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, pp. 282-284.

<sup>364</sup> Idem, p. 388.

O I Encontro ao mais alto nível realizou-se em **Guadalajara**, em Julho de **1991**, com a presença da Espanha e Portugal, do lado europeu, e dezanove países latino-americanos, – reunidos pela primeira vez, sem a presença do vizinho mais desenvolvido do Norte<sup>365</sup> –, dando início a uma nova etapa do seu relacionamento.

A Declaração Final que resulta deste primeiro “Encontro de Guadalajara”<sup>366</sup> institucionaliza um fórum permanente de diálogo, reflexão, cooperação e concertação sobre a Ibero-América e sobre o seu papel no mundo, através do mandato de criação de uma Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, com carácter anual, baseada nos princípios de solidariedade, democracia, e respeito pelos direitos humanos, e configurada como instrumento para o desenvolvimento e progresso político, económico, social e cultural dos respectivos povos, assim como para a actuação concertada no cenário mundial. Trata-se sem dúvida de um sucesso da diplomacia multilateral da Espanha, que desde mediados dos anos de 1970, tentara articular.

Segundo Celestino del Arenal, a principal virtude da Declaração de Guadalajara, mesmo que ambiciosa nos objectivos proclamados, é precisamente a “prudência” com que se propõe a institucionalização da Comunidade Ibero-Americana de Nações. O princípio de consenso entre os seus membros que preside a tomada de decisões, e o carácter flexível, ao menor e ao mais alto nível político, com que é concebida a sua estrutura orgânica, longe dos tradicionais e burocratizados mecanismos de concertação que têm caracterizado outras tentativas, constituirá, em princípio, uma garantia para o seu futuro desenvolvimento e operacionalidade.<sup>367</sup>

Podemos dizer que as Cimeiras de Guadalajara, de 1991, e também a de **Madrid**, um ano depois, em **1992**, tiveram um carácter constituinte pelos princípios que consagram, e o fórum de diálogo e concertação que institucionalizam.

---

<sup>365</sup> Este facto é significativo porque desde finais do século XIX, as oportunidades de encontro entre todos os países latino-americanos eram criadas unicamente no quadro político, jurídico e institucional do sistema interamericano, contando com a presença da potência hegemónica, os EUA.

<sup>366</sup> A Declaração de Guadalajara encontra-se disponível [Em linha] para consulta, no sítio da SEGIB.

<sup>367</sup> Cf. ARENAL, Celestino (1994), *Política Exterior de España hacia Iberoamérica*, p. 248

Durante a realização destes dois eventos são aprovados também, um conjunto de programas de cooperação, como o programa de Televisão Educativa, o Programa de Cooperação Universitária e de Educação Básica (MUTIS), o Programa Ibero-americano de Ciência, Tecnologia, Empresa e Sociedade (CYTED) e o Fundo Indígena de Apoio aos Processos de Desenvolvimento Sustentável nos Povos Indígenas. Todos, programas de considerável valor pelos resultados que conseguem alcançar, nomeadamente o Programa CYTED, pelas redes que cria; e o Fundo Indígena, que trás haver superado os seus objectivos enquanto programa da Cimeira, autonomizou-se, passando a constituir um organismo internacional de cooperação com as prerrogativas inerentes a este estatuto.

Um passo importante no sentido da operacionalidade das cimeiras foi dado em **San Carlos de Bariloche (1995)**, durante a realização da V Cimeira Ibero-Americana, com a assinatura do Convénio para a Cooperação que estabelece os princípios reguladores da cooperação, e institucionaliza os seus mecanismos e procedimentos. Dá-se início assim, a uma dinâmica de cooperação ibero-americana que irá multiplicar as iniciativas, replicando as boas experiencias nos âmbitos cultural, económico, e de coesão social, nos vários países, até o dia de hoje.

Na VIII Cimeira Ibero-Americana, realizada no **Porto**, em **1998**, os responsáveis pela diplomacia de vinte e um países participantes, aprovaram a criação de uma Secretaria Geral de Cooperação ou SECIB. Um ano mais tarde, em **1999**, em **Havana**, a SECIB é formalmente constituída, e ali se definem as suas funções. Com sede em Madrid, a Secretaria Permanente de Cooperação, órgão garante da continuidade das funções e permanência do fórum, ocupar-se-ia das iniciativas, programas e projectos de cooperação aprovados pelas partes.

Com a SECIB, a cooperação ibero-americana institucionaliza-se pela primeira vez, desde Guadalajara. Mas a sua criação não fora objecto de consenso durante as negociações para todas as partes. Alguns países mostraram-se reticentes. A Nicarágua, por razões de natureza interna, e o Brasil, apostando como estava, noutras opções estratégicas, nomeadamente na criação de um bloco dos países do cone sul da

América. Em Havana, a IX Cimeira foi financiada num 80% pela Espanha, ficando o novo órgão limitado nas suas funções ao campo mais restrito da cooperação.<sup>368</sup>

Em **2000**, na Cimeira do **Panamá**, o governo espanhol irá introduzir no fórum do diálogo ibero-americano, temas políticos do seu próprio interesse, procurando o consenso para condenar expressamente o terrorismo da ETA. Uma declaração nesse sentido fora aprovada por todos os países, menos Cuba, dando início a um processo de “politização” das cimeiras, em função dos interesses particulares de cada um dos participantes.<sup>369</sup> Assuntos como a PAC, a crise política de Honduras, o embargo norte-americano sobre Cuba, a questão das Malvinas, etc., irão ser discutidos na oportunidade destes encontros ao mais alto (cimeiras) e menor nível (reuniões dos coordenadores nacionais) muitas vezes, revelando sérias divergências entre as partes e naturalmente obstaculizando o processo das negociações.

Na Cimeira de **Bávaro**, em **2002**, o governo espanhol apresenta uma nova proposta de reforma das cimeiras que significava na prática, a sua refundação pelo salto qualitativo que implicava. Esta proposta contemplava conseguir uma maior coesão interna, uma maior eficácia em termos de cooperação, uma maior presença internacional e o reforço político a nível institucional, através da transformação da SECIB na Secretaria Geral Ibero-Americana ou SEGIB.<sup>370</sup> Para isso, o governo espanhol toma a iniciativa de encomendar ao presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, a constituição de um grupo de trabalho, que seria presidido pelo mesmo, com a missão de reflectir sobre as medidas e iniciativas concretas a adoptar, no sentido da reforma. As conclusões do Relatório Cardoso, como ficara conhecido, irão ser apresentadas na Cimeira de Santa Cruz de la Sierra, em Novembro de 2003.

Note-se que a proposta espanhola, com José Maria Aznar à frente do governo, foi feita de surpresa, sem antes ter sido consensualizada com outros países ibero-americanos. O que mais surpreende, seguindo a Arenal, é o facto de que o governo

---

<sup>368</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 390.

<sup>369</sup> Idem, p. 391.

<sup>370</sup> Idem, p. 393.

espanhol tomara esta iniciativa de reforma, sem antes ter consultado às partes, gerando por isso a sua volta, mais reticências sobre os verdadeiros interesses do país ibérico, no projecto ibero-americano.<sup>371</sup>

A SEGIB resultou, assim, das negociações em torno da proposta unilateral da Espanha, que decorreram nas Cimeiras de Bávaro, em 2002, de **Santa Cruz de la Sierra**, em **2003** e de **San José de Costa Rica**, em **2004**. A posta em marcha deste órgão permanente ocorre em **Salamanca**, em **2005**. Com a SEGIB em funcionamento, as cimeiras reforçam efectivamente a sua operacionalidade e visibilidade, não obstante como consequência das reticências por parte de alguns países, como observamos anteriormente, a sua dimensão e alcance político ficariam reduzidos significativamente.

Ainda na Cimeira de Costa Rica, em 2004, dedicada aos temas das migrações, a coesão social, juventude e desenvolvimento, e a inovação e o conhecimento, as partes reorientam os seus compromissos para questões no âmbito social, em detrimento de outros assuntos, nomeadamente de natureza política. O espaço ibero-americano abre-se às sociedades civis através de diversos fóruns como, os Fóruns Parlamentários Ibero-Americanos, Cívico, Empresarial e de Governos Locais, para além do Encontro de Interlocutores Sociais, que reúne a sindicatos e empresários.<sup>372</sup>

Outro grande passo, desta vez no sentido do multilateralismo efectivo, foi dado através do Programa de Acção de **San Salvador**, adoptado pela XVIII Cimeira, em Outubro de **2008**. Nesta oportunidade decide-se abrir o espaço ibero-americano a outros países interessados criando-se as categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. Em **Estoril** em **2009**, o espaço ibero-americano abre-se formalmente àqueles Estados com afinidades linguísticas e culturais, ou àqueles que possam efectuar contribuições efectivas, bem assim como aos organismos internacionais intergovernamentais.

---

<sup>371</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 393. Veja-se também do mesmo autor (2005), “De la Cumbre Iberoamericana de San José de Costa Rica (2004) a la Cumbre Iberoamericana de Salamanca (2005)”.

<sup>372</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), op cit., p. 507.

Na XX Cimeira Ibero-Americana, realizada em **Mar del Plata**, em **2010**, as partes aprovaram uma declaração especial sobre “A Defesa da Democracia e a Ordem Constitucional em Ibero-América”, como uma garantia da solidariedade ibero-americana com os governos objecto de golpe de estado, podendo esta cláusula democrática eventualmente servir para revalorizar um dos princípios fundacionais do projecto.<sup>373</sup>

Na oportunidade de Mar del Plata, ainda merece destaque, a aprovação do Programa “Metas Educativas 2012: A Educação que queremos para a Geração dos Bicentenários”, pela ambição dos seus objectivos mas também por quanto é assumido como um projecto comum. O compromisso inclui, para além dos países, as empresas, fundações, agências europeias de cooperação, organismos internacionais e outros doadores, numa área de especial interesse, sobretudo por parte de alguns países latino-americanas que apresentam grandes deficiências.

Depois das Cimeiras de Mar del Plata, em 2010, e de **Assunção**, em **2011**, com marcadas ausências por parte das chefias políticas dos países participantes<sup>374</sup>; a XXII Cimeira Ibero-Americana de **Cádiz** de **2012** foi considerada um sucesso pela elevada assistência de chefes de Estado e de Governo, pelo diálogo intenso em privado e a ausência de desencontros em público, assim como pelos acordos adoptados em questões económicas, culturais e de cooperação em torno do tema “Uma relação renovada no bicentenário da Constituição de Cádiz”<sup>375</sup>.

---

<sup>373</sup> J. Ajeandro Kawabata (assessor em políticas públicas e fortalecimento institucional na SEGIB), em entrevista concedida à autora, em 27/2/2013, na sede da SEGIB, em Madrid. “Note-se que a cláusula democrática corresponde ao texto base da UNASUL (criada dois meses antes). As diferenças passam pelas medidas previstas, tais como o bloqueio, ou seja a cláusula foi adoptada mais como uma medida para apoiar técnica e administrativamente os países que forem objecto de um golpe de estado, e sem competência política”.

<sup>374</sup> Apesar das ausências que se verificam, os bons resultados obtidos passam pela ordem e financiamento impostos aos vários projectos de cooperação, como o Fundo dos Recursos Hídricos e o Programa Iberlh (atraves dos Bancos de Leite Humana). Sobre os resultados da Cimeira de Assunção, veja-se MALAMUD, Carlos (2012), “La Cumbre de Asunción y el futuro de las Cumbres Iberoamericanas”.

<sup>375</sup> Cf. GARCÍA CASAS, Fernando (2013) “Un lugar para la Comunidad Iberoamericana”. Cabe ainda referir aqui que, em relação aos resultados obtidos em Cádiz, a iniciativa de criar um sistema de arbitragem comercial / e para os investimentos, foi considerada como amplamente positiva pelas Partes.



No sentido da renovação necessária, em Cádiz, os dirigentes decidiram encomendar um relatório ao ex-Presidente do Chile, Ricardo Lagos, conjuntamente com a ministra de Assuntos Exteriores do México, Patricia Espinosa, e o secretário geral Ibero-americano, Enrique V. Iglesias, que pudesse ser traduzido numa reflexão sobre o futuro das cimeiras ibero-americanas.

O Relatório Lagos, como ficou conhecido, foi apresentado, na última Cimeira realizada em **Panamá**, em Outubro de **2013**, contendo propostas no sentido do fortalecimento do espaço ibero-americano, em distintos âmbitos, sobre a estratégia de comunicação dos seus resultados, sobre os temas a incluir no diálogo político, sobre as principais áreas de cooperação, sobre a organização das cimeiras (periodicidade, por exemplo.), sobre as competências ou peso político da SEGIB (relativas ao financiamento deste órgão, a coordenação das suas actividades com outras entidades políticas, a presença internacional, etc.).<sup>376</sup> Não sendo possível alcançar o consenso necessário para a aprovação das principais medidas propostas, sobretudo as que dizem respeito ao fortalecimento da Secretaria Geral, a reforma ficara adiada.

### **V.3 Estrutura, membros e funcionamento da Secretaria Geral Ibero-Americana.**

A criação da SEGIB responde, como vimos, a uma proposta espanhola, fundamentada através de um relatório internacional que dava conta das alterações sofridas na ordem internacional – a raiz dos eventos de dia 11 de Setembro e as suas réplicas em outras partes do mundo –, e a necessidade urgente de reforma de um projecto como o ibero-americano, nascido num contexto de paz pós Guerra Fria. A Declaração Final do Encontro de São José de Costa Rica, de 2004, define o objectivo fundacional da SEGIB: dar “um novo impulso” e “melhor coerência e articulação” à cooperação dos vinte e dois Estados.

---

<sup>376</sup> O Relatório Lagos encontra-se disponível [Em linha] no sítio da SEGIB. Uma análise interessante sobre o momento actual das cimeiras é feita num artigo de opinião da autoria de Celestino del Arenal e Fernando García Casas, intitulado “Iberoamérica: agotamiento y cambio”, publicado no diário *El País*, em 19/10/2013.

Em Salamanca, em 2005, os chefes de Estado e de Governo dos vinte e dois países participantes, incluindo o Principado de Andorra, membro efectivo desde 2004<sup>377</sup>, ratificam o “acervo ibero-americano” integrado pelos valores, princípios e acordos aprovados nas cimeiras anteriores (Declaração de Salamanca, ponto 1). Os princípios são: 1. A Cooperação entre os Estados como instrumento fundamental das Relações Internacionais. 2. Respeito a soberania, integridade territorial e não intervenção nos assuntos internos dos Estados. 3. A Democracia e o estado de direito. 4. Defesa e plena vigência dos direitos humanos e liberdades fundamentais. 5. A justiça social e o desenvolvimento sustentável e com equidade. 6. Vigência e primado do direito internacional. 7. Multilateralismo eficaz e rol das Nações Unidas.<sup>378</sup>

Efectivamente, desde a sua criação a SEGIB tem vindo a desempenhar um papel relevante, sobretudo do ponto de vista político-institucional, e de projecção internacional, ao mesmo tempo que organiza, promove, e fiscaliza os esforços das partes em prol da cooperação ibero-americana.

### **O Relatório Cardoso e a primeira proposta de reforma do sistema ibero-americano.**

Em Bávaro, durante a XII Cimeira Ibero-Americana, em Novembro de 2002, os líderes dos países participantes decidiram, seguindo a proposta espanhola, formar um grupo de trabalho, dirigido pelo presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que identificasse as medidas necessárias para dar maior coesão interna e presença internacional à comunidade.

A dinâmica adoptada por Cardoso para a constituição e funcionamento do grupo ou comissão de trabalhos, sem contar com representantes de todos os

---

<sup>377</sup> António Martins da Cruz (Ministro dos Negócios estrangeiros de Portugal entre 2002 e 2003. Foi consultor do governo liderado por Aníbal Cavaco Silva no contexto da realização da I Cimeira Ibero-Americana), em entrevista concedida a autora, em, 11/7/2011, no seu gabinete de advogados sito no edifício Liversil, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico. “Andorra foi durante algum tempo observador e foi Portugal quem disse não, Andorra é um país da península ibérica. Andorra tem de participar nesta Cimeira Ibero-Americana. Até para diluir o peso espanhol”.

<sup>378</sup> A Declaração de Salamanca encontra-se disponível [Em linha] no sítio da SEGIB.

governos, aumentou ainda mais as reticências no sentido do reforço institucional das cimeiras.<sup>379</sup>

No dia 1 de Outubro de 2003, Cardoso apresentou em Estoril, Portugal, aos vinte e um Estados Membros, o seu projecto de reforma do sistema ibero-americano, propondo, em primeiro lugar, medidas para o reforço do diálogo político e o aperfeiçoamento da cooperação, e em segundo, medidas para o reforço institucional das cimeiras, através da criação de uma secretaria permanente de acompanhamento e aplicação das decisões. O Relatório Cardoso, como ficara conhecido, foi aprovado quatro semanas depois, na cimeira de Santa Cruz, na Bolívia.<sup>380</sup> A criação da **Secretaria Geral Ibero-Americana** foi aprovada na cimeira seguinte, em São José da Costa Rica, em 2004.

O texto do documento não fora recebido, naturalmente, com o mesmo entusiasmo por todos os governos dos Estados Membros. A principal oposição a uma aprovação rápida do relatório foi protagonizada por Cuba. A estratégia cubana, seguida por Venezuela, era vista no quadro das péssimas relações que Havana mantinha com a administração espanhola de Aznar. Do outro lado, Portugal<sup>381</sup>, Brasil e Espanha, entre outros países, encontravam-se alinhados pela aprovação das propostas da Comissão Cardoso.<sup>382</sup>

Em Santa Cruz, as reticências perante a proposta unilateral da Espanha – num contexto internacional marcado pela Guerra do Iraque, que provocara posicionamentos distintos, por parte dos países ibero-americanos – conduziu à não aprovação de algumas das propostas no sentido da efectiva reforma, limitando efectivamente a dimensão política do novo órgão.

---

<sup>379</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 393.

<sup>380</sup> O Relatório Cardoso encontra-se disponível [Em linha] no sítio das Cimeiras Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo.

<sup>381</sup> Para Freitas do Amaral – então responsável pela pasta portuguesa dos Negócios Estrangeiros –, a institucionalização da SEGIB constituiu, um dos saltos qualitativos mais importante na Cooperação Ibero-Americana, porque o espaço ibero-americano passou a ter uma organização internacional e uma estrutura permanente de apoio. Cf. ANGOP, “Ibero-Americana: Iglesias escolhido líder da secretaria-geral”, de 25 Maio de 2005.

<sup>382</sup> Cf. *Público*, “Impasse na Ibero-Americana devido a projecto de Henrique Cardoso”. 15/11/2003.

## O funcionamento das instituições ibero-americanas.

Para além da SEGIB, como órgão permanente que garante a continuidade das funções do sistema ibero-americano, encontramos o **Conselho de Organismos Ibero-Americanos**, criado em 2010, como mecanismo de coordenação e diálogo entre a SEGIB e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), a Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS), a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), e a Conferencia de Ministros de Justiça dos países Ibero-Americanos (COMJIB). Todos com sede na capital espanhola. Com a criação deste mecanismo visa-se dar uma maior operacionalidade às cimeiras, fortalecendo sinergias e difundindo os logros alcançados (quadro 2).

Na Secretaria Geral, para além do **secretário-geral**, encontramos a figura do **secretário adjunto** (responsável político), junto ao **director de planificação**, lugares ocupados “tradicionalmente” por um brasileiro e um português, respectivamente.<sup>383</sup> Existe também a figura do **secretário da cooperação** (responsável pela Cooperação), lugar ocupado “tradicionalmente” por um mexicano.

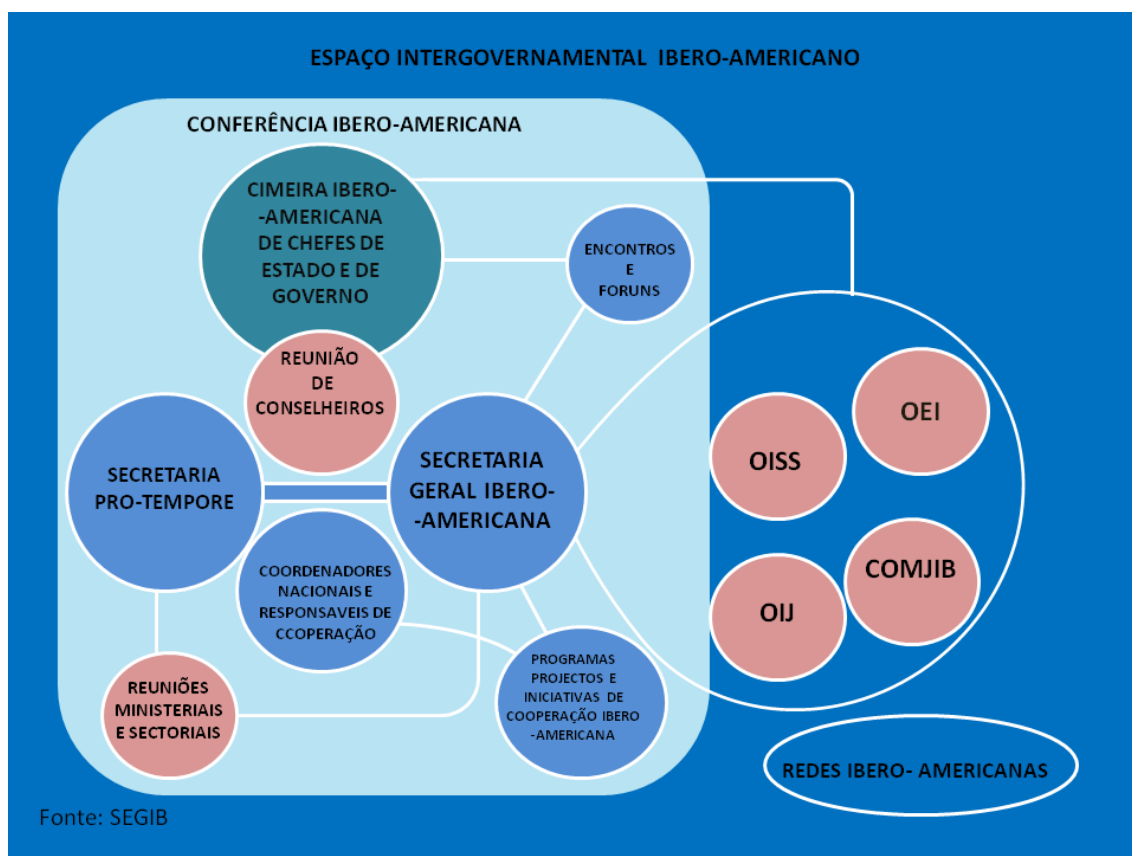
No total, o número de funcionários da SEGIB é de trinta e sete, incluindo vinte e dois profissionais e quinze administrativos ou pessoal de serviço. O orçamento actual da Secretaria Geral é de €7.065.483,55, assumido por acordo entre as partes (em 2005), da seguinte forma: **70% do lado europeu** (Espanha, 60%), e **30% do lado americano** (México, Brasil e Argentina em conjunto, 24,71%).<sup>384</sup> Alguns países, entre os quais, Portugal, o México, e o Brasil, contribuem também, para além da quota anual, através dos chamados **Fundos Voluntários**, destinados a actividades específicas, no âmbito da cooperação.

---

<sup>383</sup> Na SEGIB, existem actualmente três funcionários brasileiros, e um português.

<sup>384</sup> Fernando García Casas (Director do Gabinete do Secretário-geral Ibero-Americano / Segib). Dados disponibilizados em Setembro de 2013, via *e-mail*, devidamente arquivados. Note-se que na antiga CECIB, havia no total, dezanove funcionários.

Quadro 2. Espaço intergovernamental ibero-americano.



Tendo em vista descentralizar o seu funcionamento, foram criados **Gabinetes Regionais** da SEGIB, no Panamá, Brasília, Cidade de México e Montevideo, assim como **Gabinetes de informação** da Secretaria Geral no Haiti, Bolívia, República Dominicana, Cuba, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. A sua vez, o Conselho de Organismos Ibero-Americano, conta com vários gabinetes na América Latina, através da OEI (dezassete), a traves da OISS (seis), da OIJ (um), e da COMJIB (um).

Para além dos laços institucionais que se criam, existem as Redes Ibero-americanas: Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica, rede Ibero-Americana de Garantia, Micro, Médias e Pequenas Empresas, Rede Conselho Ibero-Americano de Doação e Transplante, Rede Ibero-Americana Ministerial e Aprendizagem e Investigação em Saúde Pública, e Rede Universitária Ibero-Americana de Incubação de Empresas. Com o fim de articular, fortalecer, estimular o seu funcionamento, potenciar a sua visibilidade e promover o aproveitamento das

capacidades existentes, recentemente foi criado um **Registo de Redes Ibero-Americanas**, colocando à disposição da sociedade civil (associações profissionais e académicas que formam parte destas redes) um mecanismo para fortalecer os espaços públicos e a sua ligação à Conferência Ibero-Americana.<sup>385</sup>

As diversas **Reuniões Ministeriais Sectoriais** realizadas ao longo do ano, previamente a cada Cimeira de chefes de Estado e de Governo, reflectem o diálogo político e a vocação de cooperação que caracterizam a Conferência Ibero-Americana. Até 2012, foram realizados um total de setenta e sete encontros deste tipo, contando com uma média de participação de dezoito países, identificando muitas vezes os interesses comuns que conduziram às propostas de iniciativas, programa e projectos, em áreas diversas como, a administração pública, agricultura, comunicações, cultura, economia, educação, emprego, juventude, justiça, juventude, segurança social, meio ambiente, turismo, inovação e conhecimento, energia, etc. Os **Fóruns permanentes**, como o Fórum Parlamentário (nove) e o Fórum de Governos Locais (oito), contribuem também com a reflexão sobre os temas centrais tratados pela Conferência Ibero-Americana, desde as diferentes perspectivas, dos distintos partidos políticos e autoridades locais que participam.

O interesse que tem suscitado a experiência ibero-americana em outras partes do mundo, levou às partes a abrirem as portas deste espaço de diálogo e concertação política a (até hoje) trinta e dois **Membros Observadores**. Com o estatuto de Observadores Associados, encontramos oito países: a Itália, Bélgica, Filipinas, Marrocos, Países Baixos, França, Haiti e o Japão; vinte e quatro Organizações Internacionais são Observadores Consultivos (pelas siglas): OCDE, FAO, SELA, LACSO, OECO, UL, CAF, PMA, BID, OIM, ALADI, OIT, CEPAL, BM, PNUD, UNODC, CLAD, OPS, CERLALC, PNUMA, FONDO INDIGENA, IILA, PARLATINO e UNICEF.

---

<sup>385</sup> A informação sobre o Registo de Redes Ibero-Americana está disponível [Em linha] no sítio da SEGIB.

## **A figura do Secretário-geral.**

No dia 28 de Maio de 2005, celebrou-se em Guimarães, Portugal, uma Reunião Extraordinária de ministros das Relações Exteriores de Ibero-América. Por indicações dos chefes de Estado e de Governo, os Chanceleres Ibero-Americanos designaram Enrique Valentín Iglesias García<sup>386</sup>, como secretário-geral ibero-americano. Enrique V. Iglesias começou a sua gestão como secretário-geral no dia 1 de Outubro de 2005, depois de ser, durante dezassete anos, presidente do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), com sede em Washington, D.C.

O secretário-geral da SEGIB tem um mandato de quatro anos, renovável por igual período, não podendo suceder-lhe uma personalidade do mesmo país. Na altura da sua eleição, o ministro das Relações Exteriores de Espanha na altura, Miguel Angel Moratinos, sublinhou a escolha unânime de Enrique Iglesias para primeiro responsável da SEGIB, definindo-o como “um líder por excelência” e “um grande ibero-americano”<sup>387</sup>. Á frente do secretariado, Enrique Iglesias tem desempenhado importantes esforços no âmbito económico, de relacionamento público com outras entidades políticas e económicas internacionais, e de projecção no âmbito internacional.

## **Âmbitos de intervenção da Secretaria Geral Ibero-Americana.**

Desde a data de início das suas actividades, em 2005, e até 2012, as cimeiras ibero-americanas designaram um total de 176 mandatos (instruções) à SEGIB, nas mais variadas áreas. Os principais âmbitos de actuação da Secretaria Geral são quatro, e

---

<sup>386</sup> Enrique Iglesias é um economista uruguaio de origem espanhol. Secretário executivo da CEPAL (1972-1985), Ministro de Relações Exteriores do Uruguai (1985-1988), Presidente do BID (1988-2005), secretário-geral ibero-americano, desde 2005. Foi também presidente do Banco Central do Uruguai e Secretário-geral da Conferência de Nações Unidas sobre Fontes de Energia Novas e Renováveis. Em 1968, presidiu à conferência interministerial de Punta del Este, que conduziu à criação da OMC.

<sup>387</sup> Cf. ANGOP, “Ibero-Americana: Iglesias escolhido líder da secretaria-geral”, de 25 de Maio de 2005.

correspondem aos âmbitos, político-institucional, económico, social e cultural, junto a Cooperação Ibero-americana e a projecção internacional da Comunidade.<sup>388</sup>

No **âmbito político-institucional**, a SEGIB tem participado nos diferentes diálogos com outras instâncias internacionais representativas, nomeadamente, a Aliança das Civilizações e o *Inter American Dialogue*, actuando de forma coordenada com outros fóruns, como as Cimeiras UE - ALC. Temas como “a reforma do Estado”, “a governabilidade democrática”, “a descentralização política”, “o governo electrónico”, e outros têm sido tratados amplamente através da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência / RIMPE, da Escola Ibero-Americana do Governo e das Políticas Públicas / Ibergop, em colaboração com a CLAD / Reforma do Estado e da Administração, e no contexto da Cimeira de Assunção, de 2011.

Ainda neste âmbito, através das várias actividades que organiza a SEGIB, tem-se alcançado certos consensos políticos sobre temas como, “a crise económica internacional”, “biodiversidade e câmbio climático”, “protecção radiológica”, “apoio aos diálogos sobre paz e segurança”. Nas reuniões da Cimeira Judicial e através do Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça, o tema da Justiça tem merecido também amplo destaque.

No **âmbito económico**, e tendo em conta o investimento espanhol e português na América Latina, e o crescente investimento das *multilatinas* na Europa, a SEGIB tem realizado numerosas actividades, que incluem encontros empresariais, diálogos entre parceiros, e entrega de prémios, relacionadas com os temas das “parcerias público-privadas”, “infra-estruturas”, “banca”, “políticas fiscais”, “investimentos estrangeiros”, “responsabilidade social corporativa”, “acesso ao crédito e outros serviços financeiros”, “energias renováveis”, “inovação e empreendedorismo”, “turismo”, e “tecnologias de informação e comunicação”.

Ainda no âmbito económico, a cooperação ibero-americana se define através de distintos programas, como o Programa de Certificação de Qualidade das Pequenas

---

<sup>388</sup> Cf. GARCÍA CASAS, Fernando (2013), “Un lugar para la Comunidad Iberoamericana”.



e Médias Empresas, o Programa sobre Propriedade Industrial e Promoção do Desenvolvimento (incluído no Programa de Acção de Lisboa, de 2009), ou o Programa de Boas Práticas em Políticas Públicas de Micro, Pequenas e Médias Empresas.

No **âmbito social**, o Convénio Ibero-Americano de Segurança Social, em vigor, que estabelece a portabilidade das pensões no fim da vida laboral, é considerado por todas as partes, o programa de maior sucesso neste âmbito. Outros temas como “A Coesão Social”, sobre os “Afrodescendentes”, “Minorias Indígenas”, e “Pessoas com deficiência” têm sido contemplados por uma diversidade de iniciativas, que passam para além das cimeiras, pela realização de vários encontros, como o realizado em Salvador de Baía, em 2011, dedicado ao Ano Internacional dos Afrodescendentes<sup>389</sup>, ou a criação de Observatórios e Centros, como o Centro da Memória Afrodescendente, e Fundos próprios, como o Fundo Indígena.

Ainda no âmbito social, o tema da “Educação” é recorrente nas reuniões da OEI, nos encontros dos responsáveis do Ensino Superior, Ciência e Inovação que se realizam periodicamente, e através dos programas de mobilidade académica, visando a construção de um espaço do conhecimento ibero-americano, de alfabetização, e da educação básica de adultos. No mesmo âmbito, o tema das “Migrações” corresponde a uma linha de trabalho que a SEGIB acompanha desde 2006. Nesse sentido, o Compromisso de Montevideu, sobre Migração e Desenvolvimento, de 2006, é um dos textos de referência mais avançados.

No **âmbito cultural**, a SEGIB tem destinado uma boa parte dos seus esforços na organização anual (cinco) dos Congressos da Cultura Ibero-Americana, abrindo mais um espaço de diálogo entre a sociedade civil e as autoridades nacionais. A Carta Cultural Ibero-Americana, e o Plano de Acção para o desenvolvimento deste instrumento, constituem também passos dados no sentido da adopção de normas de

---

<sup>389</sup> A SEGIB foi o primeiro organismo a trabalhar o tema dos afrodescendentes, conseguindo juntar colectivos sociais, autoridades nacionais, académicos e outras organizações internacionais tendo em vista objectivos e uma agenda comuns. Isto significa um avanço de articulação política sem precedentes no tratamento das pessoas afrodescendentes, que representam um 30% da população da Ibero-América.

conduta neste âmbito, entre as partes. Quanto ao seu papel como órgão que coordena, promove e fiscaliza as acções de **Cooperação**, para além do cultural, através dos Programas "Iber" de Cooperação Cultural, Ibermedia, Iberbibliotecas, Iberoquestras e Ibermusica; a SEGIB actua noutros âmbitos da cooperação, nomeadamente, no âmbito da coesão social, e sobre questões económicas.

A SEGIB tem vindo a marcar **presença no cenário internacional** através dos vínculos interinstitucionais que tem vindo a criar com outros espaços multilaterais de cooperação e ou integração, como a OEA, OMC, OCDE, FAO, Cepal, BID, CAF, Aladi, Unasul, MERCOSUL, ICA e CAN, entre outros.<sup>390</sup> Desde 2006 e até 2012, um total de 144 convénios foram assinados pela SEGIB com outras organizações internacionais, Estados não ibero-americanos, ONGs, fundações e universidades. O seu estatuto de observador perante a Assembleia EUROLAT, perante a Fundação ALC - UE, e perante a Assembleia Geral, permitem-lhe participar também no diálogo político internacional, no âmbito mais restrito, dentro da UE, e no âmbito mais amplo, no quadro da ONU.

#### **V.4 Balanço e desafios da Comunidade Ibero-Americana.**

A proposta aberta e flexível de Guadalajara tornara possível, em última instância, a aceitação do projecto de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações por parte de todos os países, hispânicos e lusos, e a posta em andamento das cimeiras, para além dos receios e desconfianças mútuas. Mas, ao mesmo tempo, adverte Celestino del Arenal, esta circunstância provocara que a dinâmica dos encontros ao mais alto nível ficasse dependente não só dos interesses, sempre em mudança, dos estados participantes, mas igualmente das alterações constantes no cenário internacional, latino-americano e espanhol (ou português), comprometendo por isso a operacionalidade, desenvolvimento e institucionalização do projecto.<sup>391</sup>

---

<sup>390</sup> A SEGIB recebeu, desde 2006 e até 2013, apoios às suas actividades, na ordem €3.573.600 provenientes de varias instituições, como a CAF, PNUD, Comissão Europeia, FLACSO, BID, etc. Fernando García Casas (Director do Gabinete do Secretário-geral Ibero-Americano / SEGIB). Dados disponibilizados em Setembro de 2013, via *e-mail*, devidamente arquivados.

<sup>391</sup> ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 294.

Num contexto internacional em que o multilateralismo não é mais o espaço privilegiado para a tomada de decisões sobre algumas das questões internacionais mais relevantes, como aquelas que dizem respeito à segurança dos Estados, ou ao controlo efectivo dos fluxos económicos, comerciais e financeiros internacionais; o principal desafio que se lhes colca aos espaços regionais multilaterais, como o ibero-americano, é dotarem-se da capacidade estruturante suficiente como para intervirem na definição das novas regras internacionais, cuidando ao mesmo tempo dos interesses das partes. Os espaços mais eficientes serão certamente os mais estruturantes.

### **Novos cenários, novos desafios.**

Novos cenários no âmbito mundial, latino-americano e europeu resultam de vários factores que se entrecruzam e determinam, reduzindo em alguns casos, a margem de manobra dos Estados na definição das suas prioridades de política externa.

No âmbito mundial: a securitização da agenda política internacional após os ataques terroristas, que em maior ou menor grau têm afectado a todos os países; a estagnação e, nalguns casos, o fracasso das negociações comerciais em âmbitos multilaterais (ex. projecto ALCA e Ronda Doha da OMC); a persistente crise no Médio Oriente, e as suas repercussões, nos âmbitos social, politico-ideológico, e económico naquela região do mundo; o crescendo do peso estratégico, político e económico da região Ásia-Pacífico, particularmente do gigante chinês.

Ainda no âmbito mundial, o novo consenso internacional em torno aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ONU), que situa aos países mais pobres da Ásia e da África, como prioridades da Ajuda Pública ao Desenvolvimento. A emergência de novas potências regionais e mundiais, algumas delas padecendo ainda de graves problemas estruturais no seu desenvolvimento. Entretanto, num cenário de crise económica e financeira internacional, que afecta sobretudo aos países mais desenvolvidos, como os EUA e a Europa, novos projectos de parcerias se processam,

como o TPP (Trans Pacific Partnership) e o TAFTA (Trans Atlantic Free Trade Agreement), podendo vir a alterar significativamente a natureza do actual intercâmbio comercial e dos investimentos, a nível internacional.

No âmbito europeu, a ampliação da UE de quinze para vinte e oito membros, e o impacto institucional, estratégico, político, económico, e sociocultural que resulta deste processo sobre a mesma estrutura da organização, e para a definição das suas prioridades externas, incluindo a sua política para a região da América Latina; a crise da dívida externa que atravessam, sobretudo os países do sul, a crise do Euro, e a crise da 'solidariedade europeia' que se vive hoje.

E por fim, no âmbito latino-americano, a emergência do Brasil como potência regional e global; a crescente heterogeneidade político-ideológica e económica dos Estados que conformam a região; diferenças em termos de desenvolvimento e renda *per capita*; a relativa bonança dos últimos anos que vivem alguns países, graças as exportações das suas matérias-primas; aumento da diversificação das relações internacionais da região, com a introdução no cenário de novos actores extra-regionais, nomeadamente da China; a emergência de potenciais zonas de conflito, sobretudo nas zonas de fronteira entre alguns países, como entre a Colômbia e a Venezuela, onde operam principalmente bandas de narcotraficantes e do crime organizado.

E ainda no âmbito latino-americano, a abertura de um novo ciclo de integração latino-americana cheio de incertezas e interrogantes que obedece, nalguns casos, a meras considerações do tipo ideológico, como a ALBA, ou mais pragmáticos, do tipo meramente económico-comercial, como a Aliança para o Pacífico. A criação da UNASUL, como prolongamento político do MERCOSUL, e ainda da CELAC, reunindo todos os trinta e três países da região, representando, ao menos simbolicamente, a aspiração de uma região mais autónoma (dos centros de decisão mundiais), e assumindo o desafio de passar da afirmação de uma identidade e articulação política para uma institucionalidade operacional, que lhes permita aos países membros tomar decisões.

Estes factores, e os novos cenários que se configuram colocam naturalmente obstáculos, e sérias dificuldades ao projecto ibero-americano, desafiando alguns dos seus princípios inspiradores, como são, o princípio da credibilidade, o princípio da continuidade, o princípio da comunidade, e o princípio da unidade na diversidade; ao mesmo tempo que potencia certos âmbitos da sua intervenção.

### **Balanço dos vinte e dois anos do ibero-americano e algumas reflexões sobre o seu futuro.**

O balanço que for feito poderá ser mais positivo se, desde uma perspectiva construtivista, olharmos para as questões meramente diplomáticas que envolve o projecto, e no âmbito mais restrito da cooperação ao desenvolvimento. Não obstante, os sinais de enfraquecimento das cimeiras, provocados por razões das mais variadas ordens, sobretudo pela falta de interesse das partes, poderão anunciar o fracasso dos esforços realizados até o dia de hoje, durante os vinte e dois anos transcorridos, desde Guadalajara. Continua em aberto o debate sobre a reforma do projecto ibero-americano.

### **Como espaço de interesse para o diálogo e a concertação política.**

No contexto ibero-americano, os interesses comuns nunca foram claramente definidos, para além do histórico e cultural, e muitos dos problemas e questões políticas e económicas que mais interessam, sobretudo aos latino-americanos, não têm sido abordados da forma mais adequada. Temas que correspondem a verdadeiros problemas da região, como o narcotráfico, a corrupção ou o respeito pelos direitos humanos, foram simplesmente negligenciados entre as prioridades da agenda do diálogo multilateral.

Por outro lado, as opções distintas de inserção internacional conduzem os diversos Estados, mais no sentido do confronto que da concertação necessária, limitando a capacidade efectiva de intervenção da organização, desprovida da autonomia necessária para agir, para além das vontades individuais. Do ponto de vista dos interesses, também individuais, dos seus membros, muitas vezes, são outros os espaços de concertação que se impõem. Neste sentido, temas como “a agricultura” e “as migrações”, podem sempre entorpecer os processos de negociação e criar dificuldades políticas e operacionais à própria dinâmica das cimeiras.

Efectivamente, as cimeiras têm-se mostrado incapazes de abordar os interesses divergentes entre, por um lado, a Espanha e Portugal, e pelo outro, os países latino-americanos, pertencendo ambas as partes, à espaços estratégicos e económicos diferentes, à UE, no caso dos primeiros, à CELAC, os segundos. A contradição existente desde o primeiro momento, entre a ibero-americanidade e a europeização da política ibero-americana da Espanha, por exemplo, muito cedo começará a revelar-se como sendo dificilmente superável provocando desinteresse, por parte dos estados latino-americanos.<sup>392</sup>

As ausências repetidas dos chefes de Estado e de Governo são vistas por muitos analistas, precisamente, como um sintoma da falta de interesse em participar nas cimeiras.<sup>393</sup> Contudo, não tendo sido concebido como um espaço central onde se tomam decisões altamente sensíveis para os interesses nacionais de alguns países, há vinte e dois anos que a Comunidade Ibero-Americana ‘sobrevive’ como um fórum político alternativo, ajudando a preparar um pouco ou a discutir temas que serão levados a outros fóruns. Trata-se ao mesmo tempo, de uma oportunidade adicional para os chefes de Estado e de Governo chamarem a atenção, sobretudo mediática, para certos assuntos nacionais, regionais e globais.

---

<sup>392</sup> Cf. ARENAL, Celestino (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 298.

<sup>393</sup> A presença activa do rei da Espanha em quase todas as vinte e três cimeiras realizadas revela um interesse permanente do Estado espanhol, no projecto ibero-americano. Portugal, ao lado da Espanha, esteve também sempre representado ao mais alto nível e nunca falhou um encontro. O mesmo não pode dizer-se dos países do outro lado do Atlântico, apesar de estarem sempre representados, os chefes de Governo de Cuba e Venezuela, por exemplo, não assistem desde 2006 e 2007, respectivamente. Na cimeira que decorreu no Paraguai, em 2011, faltaram ao encontro, onze dos vinte e dois chefes de Governo e de Estado, e na última cimeira do Panamá, faltaram dez, incluindo o rei Juan Carlos.

O futuro deste espaço de diálogo e concertação política passará certamente pelo sucesso ou não que alcancem os outros espaços de que fazem parte, os mesmos estados que nele participam; e ou a articulação que se faça das políticas (muitas vezes divergentes) entre potências velhas e potências emergentes, tendo em conta que hoje são maiores as simetrias entre estas.

#### Como espaço diplomático por excelência.

Do ponto de vista diplomático, as cimeiras e toda a dinâmica institucional ibero-americana que se vai criando a sua volta, proporcionam as melhores condições para o estabelecimento dos contactos político-diplomáticos, entre os vinte e dois Estados, junto a outros Estados e outras organizações internacionais, observadores, que nelas participam. A “diplomacia dos corredores” facilita nalguns casos, ou melhora, noutros, o relacionamento entre os vários agentes envolvidos (políticos, económicos, sociais e culturais). As cimeiras constituem pois, verdadeiras “caixas-de-ressonância internacionais baratas”, em termos de custo-eficácia, que, em época de crise, tendem a ser revalorizadas por alguns países.<sup>394</sup>

#### Como espaço de cooperação eficaz.

No âmbito mais restrito da cooperação internacional para o desenvolvimento, o espaço ibero-americano tem servido como plataforma para o desenvolvimento de inúmeros projectos de cooperação horizontal Sul – Sul, em alternativa à cooperação vertical tradicional, que deixou de considerar a alguns países da região, entre os destinatários da Ajuda internacional. Na medida em que se fortaleça este espaço de cooperação (com mais investimento, partilha equitativa de custos e benefícios, localização das ajudas, ajuda delegada, maior coordenação entre as instituições de

---

<sup>394</sup> Portugal, por exemplo tem vindo, sobre tudo nos últimos anos, a aproveitar a ocasião das cimeiras para estreitar os vínculos bilaterais, políticos, culturais e económicos, com muitos dos países participantes.

cooperação existentes, etc.), cresce a sua capacidade de replicar programas, projectos e iniciativas, neste e noutros espaços, com maior sucesso.

#### Como espaço para a promoção e defesa dos valores comuns.

A globalização tem evidenciado um certo declínio, em termos de influência política e económica, mas também cultural, do Ocidente. Valores guia normativos, como a democracia, e o respeito pelos direitos humanos – herança ocidental da Revolução Francesa – , poderão perder o carácter universal e vinculativo que lhe fora imposto ao resto.

No contexto ibero-americano, o princípio de “não discriminação”<sup>395</sup> dos Estados, independentemente do regime político que adopte, reflecte posições contraditórias e debilita o compromisso dos estados ibero-americanos – o “Extremo Ocidente”, como os chamara Alain Rouquié<sup>396</sup> – , no sentido da promoção e defesa da democracia, como valor comum, assumido pelas partes, desde Guadalajara. A cláusula democrática, adoptada em Mar del Plata não dota o seu principal órgão, a SEGIB, de competência política para a acção, não se constituindo por isso, como uma garantia clara para a sua aplicação.

#### Como espaço de poder, no âmbito cultural.

Ainda no balanço, temos que a cultura e a Língua, parte da “identidade” e o “acervo cultural ibero-americano”, são confrontados muitas vezes e sobrepostos por

---

<sup>395</sup> Este princípio encontra os seus fundamentos na Doutrina Estrada, que tradicionalmente Espanha tem vindo a aplicar nas suas relações com a Ibero-América.

<sup>396</sup> “O cientista político e diplomata Alain Rouquié lembra-nos que definir o conceito de América Latina em termos geográficos, e também do ponto de vista cultural, é impossível, pois assim teríamos que incluir nesta denominação o Canadá francês, «infinitamente mais latino que Belize e tanto quanto Porto Rico, Estado livre associado aos EUA», mas que, nem por isso, «ninguém jamais pensou em incluí-lo, mesmo ao nível da sua província francófona, no subconjunto latino-americano». Cf. Alain Rouquié, citado por FARRET, Rafael Leporace e Simone Rodrigues Pinto (2011), “América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia”, pp. 30-42.



outras identidades, como a “europeia” (dos países do Norte), “sul-americana” (dos países do cone Sul), ou “indígenas”<sup>397</sup> (de países como a Bolívia, o Equador e o Peru). A unidade na diversidade, princípio inspirador do projecto desde a sua concepção, deverá ser assumida em todas as suas consequências, valorizando uma das principais mais-valias deste espaço, isto é, a existência de uma verdadeira comunidade de tolerância. É preciso trabalhar mais a ideia de uma comunidade (cultural) e não a ideia das cimeiras (política).

Neste contexto, a Língua é um dos elementos importantes. É preciso “Ajudar a Portugal e a Espanha e aos países latino-americanos a verem as Línguas respectivas, não desde uma perspectiva de concorrência, mas em elementos que podem ser integrados, trabalhados em conjunto, como instrumento de poder”<sup>398</sup>.

O futuro do espaço cultural ibero-americano passará inevitavelmente pela promoção das indústrias culturais que se criem; e a vinculação que se faça das línguas, o Português e o Castelhana, ao espaço internacional do conhecimento, assim como à corrente principal dos fluxos económicos internacionais.

#### Sobre os esforços no sentido da institucionalização do espaço ibero-americano, e o papel da SEGIB.

O projecto ibero-americano enfrenta actualmente sérios obstáculos, entre eles, os constrangimentos financeiros que a crise soberana – do lado europeu – provoca, sendo que a Espanha e Portugal se encontram entre os principais doadores. Os países da América Latina deverão assumir as suas responsabilidades no que diz respeito à partilha equitativa de custos, sob pena de os esforços realizados até hoje por uma

---

<sup>397</sup> Cf. HIRST, Mónica e Luciana Torchiato (2009), “Las Cumbres Iberoamericanas: Balance y Perspectivas”, em ARENAL, Celestino (Coord.) (2009), *España y América Latina 200 años después de la Independencia. Valoración y Perspectivas*, p. 167. “ (...) A revalorização das culturas e dos idiomas indígenas nos últimos anos tem aumentado ainda mais a desagregação cultural entre Espanha e os países de América Latina”.

<sup>398</sup> Pedro Motta Pinto Coelho (Embaixador do Brasil, perante a CPLP), em entrevista concedida à autora, em 10/2/2011, na sede da Representação do Brasil perante a CPLP, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

multiplicidade de agentes (nos vários âmbitos, político, social, cultural, e económico, por mandato das XXIII cimeiras, já realizadas) perderem-se irremediavelmente.

No que diz respeito aos esforços de institucionalização do espaço ibero-americano, podemos concordar com a Mónica Hirst e a Luciana Torchiano, no seu balanço das cimeiras, quando afirmam que “as cimeiras continuam a ser um organismo débil, excessivamente dependente de Espanha (...)”<sup>399</sup>. Efectivamente, Madrid é a sede da SEGIB, órgão que depende desde a sua criação há já oito anos, sobretudo, do financiamento espanhol, e que continua aquém de cumprir um dos pontos contemplados no seu estatuto, manter a equidade geográfica e linguística entre os seus funcionários.<sup>400</sup>

Pensando no futuro, e tendo em vista garantir maior operacionalidade do espaço, é absolutamente necessário que as partes continuem no sentido do reforço institucional, *desespañolizando* ou “ibero-americanizando” esses mesmo esforços. Isto passará certamente pelo reforço de outras dimensões do projecto, como a lusófona<sup>401</sup>; e pela coordenação, e ao mesmo tempo descentralização funcional<sup>402</sup>, das instituições ibero-americanas que se criem (da SEGIB, na área da Educação, da Segurança Social, da Justiça, etc.).

---

<sup>399</sup> Cf. HIRST, Mónica e Luciana Torchiano (2009), “Las Cumbres Iberoamericanas: Balance y Perspectivas”, em ARENAL, Celestino (Coord.) (2009), *España y América Latina 200 años después de la Independencia. Valoración y Perspectivas*, p. 162.

<sup>400</sup> Artigo 7 do Estatuto da SEGIB: “Todo o pessoal da SEGIB deverá ser nacional de um país ibero-americano. Será seleccionado em função da sua capacidade, idoneidade e perfil profissional, garantindo para além mais, na sua escolha, a representação geográfica equitativa e o equilíbrio do idioma, assim como a perspectiva de género). O estatuto da SEGIB encontra-se disponível [Em linha] para consulta, no sítio da SEGIB.

<sup>401</sup> Isto pressupõe um envolvimento maior do Brasil e também de Portugal, nas actividades da SEGIB, por exemplo. No mesmo sentido, seria interessante que as instituições ibero-americanas criassem vínculos mais estreitos com a CPLP. Para este tema, sugerimos a leitura dos artigos publicados pelo investigador espanhol, DURÁNTEZ PRADOS, F. Alvaro, nomeadamente, (2001) “La dilatación lusófona del iberismo hispánico”, em *Análisis, estrategia y prospectiva de la Comunidad Iberoamericana*, pp. 143-184; (2003) “La ampliación de la Comunidad Iberoamericana”, em FRAERMAN, Alicia (ed.) (2003), *Inclusión social y desarrollo. Presente y futuro de la Comunidad Iberoamericana*, pp. 46-49.

<sup>402</sup> O processo de descentralização deverá permitir, por exemplo que a OIE se desloque para outros países, como o Brasil, ou a OISS, para o México, etc.; a abertura de delegações em outros pontos da região latino-americana, para além das quatro já em funcionamento, em Brasília, Cidade de México, Montevideo e Cidade de Panamá. A abertura também por exemplo, de uma representação da SEGIB em Bruxelas, podendo funcionar como um gabinete de coordenação de todas as embaixadas latino-americanas perante a UE.

### Sobre a participação da sociedade civil em um projecto destinado ao Povos.

Tendo em conta o dinamismo dos fluxos de pessoas, e envolvendo agentes económicos, para além dos poderes políticos, de uma a outra margem do Atlântico; torna-se necessário potenciar a participação da sociedade civil em todo este processo de construção do “acervo ibero-americano”.

A abertura da SEGIB às distintas comunidades académicas e empresariais, às fundações, etc., deverá prosseguir de maneira a poderem trabalhar de modo mais activo e concertado, não só na implementação das decisões tomadas pelas elites políticas dos países envolvidos, como também no processo de formulação dessas mesmas decisões. Temas como “a igualdade do género”, “direitos humanos”, “migrações”, “circulação de pessoas”, entre tantos outros, são mais fáceis de introduzir neste tipo de fóruns, que inclua efectivamente os diversos sectores da sociedade civil.



## **CAPÍTULO VI. Portugal e o projecto de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações.**

A partir de 1991, com a realização da I Cimeira Ibero-Americana pode-se dizer que se inicia, um novo período das relações entre Portugal e os países latino-americanos. Passamos a poder falar, para além das relações bilaterais e as que se processam no quadro da UE; de um âmbito regional preciso, porque ibero-americano, da política de Portugal, destinada a um conjunto de dezanove países.

Não tendo sido clara a sua política, nem obedecendo a uma estratégia definida, o ‘envolvimento progressivo’ de Portugal nas questões ibero-americanas “tem sido construído, sobretudo, através da prática”<sup>403</sup>. Os objectivos e fins da política portuguesa no âmbito ibero-americano passam, assim, a ser definidos através dos vários documentos / declarações e ou compromissos que vão resultando dos diferentes encontros, no âmbito das cimeiras. Isto parece-nos mais claro, particularmente, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento.

A partir de Guadalajara, Portugal não falhou um único encontro e esteve sempre representado ao mais alto nível, tal como a Espanha. O ‘envolvimento progressivo’ de Portugal no projecto levou, inclusive, o secretário-geral ibero-americano referir em diversas ocasiões que, “Portugal revelou-se como sendo um parceiro estratégico”<sup>404</sup>: pela presença marcada deste país ao mais alto nível, em Guadalajara (1991); a criação da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana / SECIB, no Porto (1998); mais tarde, em Estoril (2003), a apresentação do projecto de reforma do sistema ibero-americano - também conhecido como o Relatório Cardoso; a designação de Enrique V. Iglesias como secretário-geral ibero-americano, em Guimarães (2005); e por fim, em Estoril (2009), a participação pela primeira vez, dos membros observadores, evidenciando o interesse internacional por este projecto.

---

<sup>403</sup> Manuel Correia (Vice presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa, entre 2001 e 2003, Presidente do IPAD, hoje Instituto da Cooperação e da Língua – Camões, de 2007 a 2012), em entrevista concedida a autora, em 28/9/2011, na sede do antigo IPAD, em Lisboa, registada em suporte electrónico.

<sup>404</sup> Intervenção do secretário-geral ibero-americano, Enrique Iglesias, durante a Conferencia “Portugal e o Projecto da Comunidade Ibero-Americana de Nações”, realizada na sede da UAL, em 14-10-2009.

Com efeito, e sobretudo nos últimos anos, o interesse português por este tipo de ‘exercício político-diplomático’ tem vindo a aumentar na medida em que, pela natureza dos agentes que envolve (políticos, económicos, culturais, da sociedade civil), as cimeiras proporcionam um espaço adequado para a promoção de certos interesses individuais, para além dos interesses colectivos, incluindo o desenvolvimento de todo o tipo de contactos e ou parcerias.

## VI.1 A dimensão lusófona do projecto.

Para a Espanha, desde qualquer posição ideológica, refere Frigidiano-Álvaro Duránte Prados, Portugal e o Brasil aparecem durante a maior parte do século XX, como parte do espaço-conceito da Hispanidade e da Comunidade Hispânica de Nações, ou bem como uma dimensão complementar do hispânico.<sup>405</sup> A sua vez, desde a própria América ibérica não se propõe, nem se pode propor, nenhum projecto de associação regional que, assumindo um fundamento histórico e cultural, separe o Brasil do resto.<sup>406</sup>

---

<sup>405</sup> Cf. DURÁNTEZ PRADOS, F. Alvaro (2001), “La dilatación lusófona del iberismo hispánico”, p. 166. Celestino del Arenal, refere que o *Hispano-Americanismo* de princípios do século XX apresenta as seguintes características: a) é um movimento inspirado no carácter liberal do *regeneracionismo* (movimento de superação da decadência de Espanha, que propicia a sua modernização em todos os campos, político, cultural e industrial); b) representa uma inquietação, que se desenvolveu principalmente nos meios intelectuais; c) o seu desenvolvimento respondeu principalmente às iniciativas privadas, perante a indiferença dos meios oficiais; d) é contrário à retórica estimando que a mesma supõe um desprestígio para a Espanha e um obstáculo para a revitalização das relações com a América Hispânica; e) o seu ideal de ressurgimento leva implícito uma certa pretensão, com diferentes matizes, de liderança e tutela moral e espiritual, por parte da Espanha, como forma de manter a integridade do carácter hispânico, e f) intenta contrapor-se ao crescente peso do movimento pan-americanista, impulsionado pelos EUA, assim como o movimento latino-americanista, que desde mediados do século XIX, era patrocinado pela França. Cf. ARENAL, Celestino (1994), *La Política Exterior de España hacia Iberoamérica*, p. 21. Sobre o *Hispano-Americanismo*, adverte ainda o mesmo autor, sendo liberal de nascimento, foi minado pela visão mais conservadora (fascista) própria de um nacionalismo expansionista e agressivo, como aquele que se desenvolvera entretanto na Espanha.

<sup>406</sup> Em 1826, Simón Bolívar receara a participação do Brasil no Congresso de Panamá que organizara. Para o Libertador, tanto os EUA como o Brasil, apegados ao sistema da escravatura como ainda estavam, deviam ficar fora do evento. No caso do Brasil pesava ainda, a natureza monárquica do seu regime político. Não obstante os seus receios, Bolívar não podia ignorar a importância do colosso luso-americano, admitindo logo que fosse convidado. Cf. BOERSNER, Demetrio (1996), *Relaciones Internacionales de América Latina*, p. 80.

Para portugueses e brasileiros, por outro lado, as principais teorizações (circunscritas, sobretudo, ao meio intelectual) da ideia de uma Confederação Luso-Brasileira, afirmadas a partir da primeira década, também do século XX, acabam propondo a aliança de esta entidade com os países de língua castelhana, com o objectivo de criar uma «comunidade muito maior, um bloco hispano-luso-americano (...), um bloco de rara pujança» que serviria de aglutinador da inteira latinidade perante um mundo dominado por germanos e anglo-saxões.<sup>407</sup> O próprio Gilberto Freyre alargara o seu conceito de *lusotropicalismo* para o de *iberotropicalismo*, olhando para os resultados da acção conjunta dos povos peninsulares, Portugal e a Espanha, ao longo da história.<sup>408</sup>

Em relação a ideia de criar uma Comunidade Hispânica de Nações – incluindo o Brasil e Portugal, junto dos países de língua castelhana – , a proposta que a Espanha formulara, a partir de 1945<sup>409</sup>, fora sistematicamente rejeitada pelos sectores mais liberais dos países latino-americanos, e contestada também pelos sectores oficiais portugueses. “A projecção da percepção portuguesa de «dualidade confrontada» projectou-se na América ibérica de maneira constante, durante o período dos regimes salazarista e franquista”<sup>410</sup>. Em tempos de democracia, rumo ao desenvolvimento económico (e consequente internacionalização da sua economia), a Espanha deixa fora as suas pretensões hegemónicas, sem deixar de assumir, é claro, a importância permanente do seu espaço tradicional de influência, na lista das suas prioridades de política externa.

Assim, deste modo, os elementos homogeneizadores e ou comuns, históricos, culturais, civilizacionais, e linguísticos, passam a ser valorizados no meio dos

---

<sup>407</sup> Cf. António Bettencourt-Rodrigues, citado por DURÁNTEZ PRADOS, F. Alvaro (2001), “La dilatación lusófona del iberismo hispánico”, p. 165.

<sup>408</sup> Cf. MOREIRA, Adriano (1992), “O Océano Moreno”.

<sup>409</sup> O projecto da Comunidade Hispânica de Nações, que se formula a partir do fim da II Guerra Mundial, não abandonara os postulados fundamentais em relação ao projecto de Hispanidade do primeiro franquismo, do tipo fascista e hegemónico, baseada nas propostas mais conservadoras e tradicionais do hispano-americanismo dos anos de 1920 e 1930, contudo, perde a agressividade e arrogância imperialista de outros tempos. A nova mensagem da Hispanidade potencia os elementos de «fraternidade» e «comunidade» em detrimento dos elementos de «império» e «raça». Cf. ARENAL, Celestino (1994), *La Política Exterior de España hacia Iberoamérica*, pp. 38, 39.

<sup>410</sup> DURÁNTEZ PRADOS, F. Alvaro (2001), op. cit., p. 150.

fundamentos da proposta espanhola, para a criação de uma Comunidade Ibero-americana de Nações, incluindo uma parte do mundo lusófono.

“A entrada de Brasil e Portugal foi uma coisa muito inteligente de parte dos espanhóis e que beneficia a sua relação com o mundo hispânico, porque estando Portugal e o Brasil, tudo isso dilui um pouco qualquer ressentimento que exista face a Espanha, por parte dos latino-americanos”<sup>411</sup>.

### Ibero-América: uma mesma história, cultura, e civilização.

Pode-se dizer que, a Conferência de chefes de Estado e de Governo ibero-americanos é a expressão político-diplomática de base histórico-cultural e “civilizacional”<sup>412</sup>, que vincula Espanha e Portugal ao bloco de países da Ibero-América. Com efeito, existe uma história comum desde 1492, e até a independência dos estados ibero-americanos, que se baseia num intercambio continuo e poderoso entre as respectivas populações, que inclui a Língua e a cultura até as formas políticas e jurídicas, os costumes e maneiras de viver. A partir da independência das Américas, hispana e lusa, a história construir-se-á com características comuns e dinâmicas similares, pelo menos aquelas que forjaram os muitos nacionais que emigraram, de uma margem para a outra do Atlântico.

Os vínculos culturais que se estabelecem, através do contacto histórico entre as populações implicam também, todo um sistema de crenças e valores partilhados à par da enorme diversidade que caracteriza a Ibero-América, através de um processo de mestiçagem, entre brancos, índios e negros, iniciado por portugueses e espanhóis.<sup>413</sup>

---

<sup>411</sup> Rui Vinhas (Coordenador nacional da Ibero-Americana em Portugal, de 2011 a 2012), em entrevista concedida a autora, em 20/1/2012, na sede do MNE, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

<sup>412</sup> As civilizações de uma maneira geral definem-se através de elementos objectivos comuns, como a língua, a história, a religião, os costumes, instituições e pela auto-identificação subjectiva dos seus membros. Cf. HUNTINGTON, Samuel P. (1996)., *The Clash of civilizations and the remaking of world order*, pp. 47, 48.

<sup>413</sup> Uma análise rigorosamente objectiva sobre os factores, cultural e civilizacional, nas Relações Internacionais é feito por CALDUCH CERVERA, Rafael, no artigo intitulado “Cultura y Civilización en la Sociedad Internacional”.



### Duas línguas ibéricas mundiais de fácil intercompreensão.

A Língua comum, que une e aproxima os povos, gerando sentimentos, vivências e imagens e percepções comuns, é um dos sinais mais forte de identidade ibero-americana. Com efeito, a fácil intercompreensão entre o Português e o Castelhana é uma característica única e singular entre Línguas mundiais, porque faladas por mais de 600 milhões de pessoas, em todo o mundo.

O Castelhana é a terceira Língua mais falada do mundo. Calcula-se que o valor económico desta Língua possa representar, só em Espanha, de 5 a 8% do PIB. Em relação à língua portuguesa, segundo o Livro Branco sobre a *Língua Portuguesa na Era Digital*, o Português é a terceira Língua europeia com maior número de falantes no mundo: cerca de 220 milhões, em quatro continentes (representando 4,6% do PIB mundial)<sup>414</sup>.

O Português é Língua oficial de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, e desde 2010, da Guiné Equatorial. Para além disso, é Língua materna ou a segunda Língua falada pelas várias comunidades de emigrantes oriundas dos países lusófonos. Ainda, um estudo da *Internet World Stat* (2010) identifica cerca de 82,5 milhões de utilizadores do Português, ocupando assim, o quinto lugar do TOP 10 das Línguas mais usadas na internet. Nas redes sociais, o Português aparece como a segunda Língua mais usada no *twitter* e no *facebook*, graças ao aumento significativo do acesso à internet, no Brasil.<sup>415</sup>

---

<sup>414</sup> Colocando-o no quinto lugar como Língua mais falada do mundo.

<sup>415</sup> Cf. FONTOURA, Luís (Coord.) (2013) *Segurança e Defesa nacional*. Um Conceito estratégico, pp. 57, 58. O Relatório "Top Ten Languages in the Internet 2010 - in millions of users", encontra-se disponível [Em linha] para consulta no sítio da *Internet World Stat*. Para mais informação sobre o peso económico mundial do Português, veja-se, Jornal *Público*, "Escolas-portuguesas de gestão estão entre as melhores do mundo". Ainda, sobre a importância da Língua portuguesa no mundo dos negócios, a revista internacional *Monocle*, dedicou a sua edição de Outubro de 2012 à "Generation Lusophonia. Why Portuguese is the new language of power and trade".

### Uma vocação ibero-americana atlantista.

Entre os resultados da acção conjunta de portugueses e espanhóis conta-se o facto de que, independentemente da balança de poderes efectiva, ou do tipo de ordem mundial em vigor, o Atlântico Sul ou *Oceano Moreno*, como Adriano Moreira o chamara, fica dentro das fronteiras culturais do *iberotropicalismo* de Freyre.<sup>416</sup> A este mesmo oceano atribuir-se-lhe-á o desígnio, oportunamente, de funcionar como plataforma regional de organização do Ocidente, hoje em declínio.

Factores culturais, linguísticos e religiosos de homogeneidade, sobretudo entre Portugal e o Brasil, para além do posicionamento geográfico, definem uma projecção natural destes dois países para a África lusófona e Timor leste, e por conseguinte da Ibero-América para outros espaços coerentes em termos culturais e civilizacionais. A participação de Portugal e o Brasil na Comunidade Ibero-Americana de Nações, por conseguinte, seguindo a Duránte Prados, “converte o fórum político de concertação e cooperação numa sorte de fórum articulador de outros espaços, de eixo natural de outras relações, de base e pilar de outros grupos civilizacionais mais amplos (...)”<sup>417</sup>.

Com efeito, nos planos político, económico, estratégico e militar, Portugal e o Brasil têm partilhado uma certa projecção atlantista. No caso de Portugal, primeiro com a criação dos impérios coloniais na América e África, e através da histórica aliança com a Inglaterra. Durante a Guerra Fria, o Arquipélago dos Açores e a OTAN, irão reforçar o eixo atlântico, mais para Norte, da política externa portuguesa. A partir de 1988, os primeiros acordos de cooperação técnico-militar entre Portugal, e cada um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa ou PALOP, visando reconstruir uma “relação de Lusofonia” – profundamente afectada pelas guerras coloniais, dos anos de 1970 – consolidam historicamente a orientação portuguesa para a área atlântica, mais a Sul.

---

<sup>416</sup> O conceito de Oceano Moreno é apresentado como um projecto de paz, agregador das soberanias do Atlântico Sul. Cf. MOREIRA, Adriano (1992), “O Océano Moreno”.

<sup>417</sup> DURÁNTEZ PRADOS, F. Alvaro (2001), “La dilatación lusófona del iberismo hispánico”, p. 159.

No quadro mais amplo da Segurança Colectiva, Portugal e o Brasil têm participado nas missões de paz da ONU realizadas nos países lusófonos africanos, desde 1989.<sup>418</sup> E no quadro mais restrito da Lusofonia, em 1996, com a criação da CPLP, fortalece-se, desde o ponto de vista político (com certas ambições, no plano estratégico e militar), a projecção atlantista destes dois países, junto dos países lusófonos de África.

A relação natural do Brasil com o Atlântico vem dos princípios da sua existência como entidade política. Do Mar Oceano vieram os primeiros colonizadores portugueses; ao longo das suas costas foram-se gerando os seus núcleos geo-históricos de que irradiaram a fixação no litoral e a penetração no interior próximo; “o mar assegurou a comunicação entre todos, potenciou a vida e manteve o comércio das donatarias entre si e para o exterior, de pau-brasil, primeiro, e depois, do açúcar, do café e das pedras preciosas”. A política de interiorização dos últimos tempos não tem alterado, substancialmente, o facto de o grosso da população (80%), do PIB (82%) e da indústria brasileira (95%) se concentrarem, mesmo nos nossos dias, ao longo dos 7.408 Km da sua fachada marítima, de 500 Km de largura – sendo que o comércio internacional do Brasil é ainda, em 98% (130 MT), realizado através da artéria económica que é o Atlântico.<sup>419</sup>

O Atlântico representa, ainda, para o Brasil, uma extraordinária fonte de recursos económicos, além da pesca, por si já de elevado valor. Após a descoberta de impressionantes jazidas de petróleo e gás, o pré-sal no *offshore* do Brasil, cujas reservas estimadas de petróleo podem ir até 80.000 ou 90.000 milhões de barris<sup>420</sup>; o governo brasileiro definiu a *Amazónia azul*, como uma das áreas específicas de interesse estratégico, e definiu como um dos objectivos prioritários da política externa,

---

<sup>418</sup> UNAVEM (1989-1991) contou com a participação brasileira. UNAVEM II (1991-1995), UNAVEM III (1995-1997) e MONUA (1997-1998), contaram com a participação portuguesa. Portugueses e brasileiros participaram na ONUMOZ II (1993-1994), e em Timor leste, UNTAET. INTERFET, em Timor Leste, envolveu portugueses, brasileiros e moçambicanos, etc. Cf. DURÁNTEZ PRADOS, F. Alvaro (2001), “La dilatación lusófona del iberismo hispánico”, p. 151.

<sup>419</sup> Cf. FONTOURA, Luís (Coord.) (2013), *CPLP A importância do Brasil no espaço lusófono*, pp. 17, 18.

<sup>420</sup> A produção do *deep offshore* no Atlântico representa cerca de 10% da produção mundial, cabendo metade ao Brasil e a Angola. Cf. FONTOURA, Luís (Coord.) (2013) *Segurança e Defesa nacional*. Um Conceito estratégico, p. 72.

a consolidação do Atlântico Sul como Zona de Paz (Resolução 41/11 da AG ONU, de 27-10-1986), longe dos conflitos que se desenvolvem em outras partes do mundo.<sup>421</sup>

O Atlântico, um oceano aberto, de navegação extensiva pela sua dimensão – sem os estrangulamentos que condicionam os fluxos de todo o tipo, noutras espaços – emerge hoje, assim, com elevado potencial, como plataforma capital para o fluxo das matérias-primas e de energia, no mundo, sublinhando a sua importância para o equilíbrio geoestratégico mundial.<sup>422</sup>

### **A importância do Brasil na Comunidade Ibero-Americana.**

Para Durántez Prados, a inclusão do Brasil na Comunidade Ibero-Americana será um dos elementos que de forma mais determinante definirá os limites geográficos, e em termos de participação, dessa mesma comunidade. Com efeito, se por um lado, a vinculação do Brasil ao espaço hispano-americano, do ponto de vista conceptual, mas sobretudo, do ponto de vista histórico, cultural e civilizacional, impediu a conformação de uma comunidade estritamente hispânica de fala castelhana, nas Américas; por outro lado, arrastará a Portugal, que desde a Europa, mostrar-se-á permanentemente reticente a qualquer projecto de Hispanidade envolvente, ou seja que incluísse a Lusofonia, ou parte dela.<sup>423</sup>

Potência regional e mundial, o Brasil ocupa hoje o sexto lugar do ranking das maiores economias do mundo, com um PIB de €1,8 biliões<sup>424</sup>, à frente do Reino Unido e da Rússia. Membro activo do G20<sup>425</sup>, o grande país luso-americano tem estabelecido,

---

<sup>421</sup> GOMES, Nancy (2011). “BRICS: Brasil, potência emergente”.

<sup>422</sup> Sobre a importância do Atlântico, ver a Iniciativa de Marrocos para o Atlântico “Apelo de Skhirat” ou Foro “ Para una Iniciativa Tricontinental Atlántica”, realizado em 29,30/05/2009. Informação disponível [Em linha] no sítio do *Forum International sur LEspace Atlantique*.

<sup>423</sup> Cf. DURÁNTEZ PRADOS, F. Alvaro (2001), “La dilatación lusófona del iberismo hispánico”, pp. 153, 154.

<sup>424</sup> Segundo dados da OCDE. Veja-se *Dinheiro vivo*, “Brasil já é 6 maior economia do mundo, mas desafios continuam”, de 25 Outubro de 2013. Sobre o tema do crescimento económico do Brasil, veja-se também DOS SANTOS, Enestor (2012), “Estabilidad y crecimiento en Brasil”, pp. 55-66.

<sup>425</sup> O Grupo dos 20 ou G20, não tendo competência de governança ou, pelo menos, cobertura jurídica que o legitime a agir em nome dela, constitui um fórum que reúne os ministros das Finanças e dos

nos últimos anos, importantes “parcerias estratégicas”, com a UE, assim como com vários países emergentes, como a China, África do Sul, Angola e a Índia, tendo em vista, não só a diversificação dos seus mercados de exportação, mas também, e sobretudo, reforçar a sua capacidade de negociação, no sentido da reforma de várias instituições internacionais, como a ONU, tendo em conta as alterações sofridas na hierarquia dos poderes mundiais.

Ainda, a sua posição geográfica face ao oceano articula a América portuguesa directamente com cerca de cinquenta países, mas é no continente africano que se situa, do ponto de vista da sua segurança, segundo nos dissera o especialista em geopolítica, Meira Mattos, o primeiro interesse estratégico do Brasil, “a ocupação da costa atlântica africana, qualquer que seja a sua localização, por uma potencia hostil ao seu país, determinará alterações sensíveis políticas e até militares, visto que significará uma plataforma potencial de agressão ao saliente nordestino”. A defesa do seu país começaria, assim, na outra margem atlântica, nas praias africanas “um limite de nossa segurança estratégica”.<sup>426</sup>

Nesse sentido, o estreitamento das relações do Brasil com os países africanos, sobretudo nos âmbitos, político e económico, mas também da segurança, nos últimos anos, tem passado pela definição das novas parcerias Sul-Sul, com a África do Sul, por exemplo<sup>427</sup>; pelo aumento do número de embaixadas, em diversos países do continente; pelo aumento exponencial do comércio, com países como a Nigéria; pelo reforço da presença das suas maiores empresas mineiras e de construção e obras públicas, com grandes investimentos em Angola, e mais recentemente, em Moçambique; e pelo esforço que constitui hoje, os fundos destinados à cooperação ao desenvolvimento, em África. Neste último âmbito, o Brasil pode ser visto efectivamente, como um novo país doador.<sup>428</sup>

---

Bancos Centrais das dezanove maiores economias do mundo e da UE, onde se adoptam decisões cruciais no âmbito económico e financeiro mundial.

<sup>426</sup> Meira Mattos, citado por FONTOURA, Luís, “CPLP. A importância do Brasil no espaço lusófono”, p. 19.

<sup>427</sup> Sobre a estratégia da Cooperação Sul-Sul seguida pelo Brasil e os resultados alcançados, veja-se PATRÍCIO, Raquel de Caria (2011), “A nova cooperação Sul-Sul na Política externa brasileira”.

<sup>428</sup> Sobre o tema da estratégia mais recente do Brasil para África, veja-se COSTA, Darc (Coord.) (2013), *África e a Estratégia Nacional*.

## **O envolvimento estratégico de Portugal.**

Com um PIB situado em aproximadamente €165,3 milhões (2013), e um desempenho ligeiramente melhor da sua economia, quando comparado com os dois últimos anos, graças ao aumento das suas exportações, e a uma diminuição da contracção da procura interna; as perspectivas de crescimento (0,8%, em 2014, segundo a Comissão Europeia) para Portugal inserem-se num clima ainda incerto, do lado interno, pelos reflexos da forte redução da despesa pública / consolidação orçamental / medidas de austeridade, decorrentes do programa de assistência financeira acordado com a UE e o FMI (de Abril de 2011 até 2014), e, ao nível externo, pelos impactos da crise da dívida soberana na Zona Euro (evolução da procura externa por parte dos principais parceiros comerciais de Portugal), e ainda, pelas condições de acesso aos mercados de financiamento internacionais versus capacidade de financiamento da economia portuguesa.<sup>429</sup>

Apesar da situação de forte dependência económica em que actualmente se encontra, derivada sobretudo do seu endividamento externo, pode-se dizer que Portugal detém ainda, um certo potencial estratégico<sup>430</sup>, se considerarmos, por exemplo, a sua posição geográfica privilegiada de articulação intercontinental, por onde cruzam muitas das mais importantes rotas aéreas e marítimas mundiais, e o seu estatuto como, membro fundador da OTAN, membro efectivo da UE, desde 1986; e parte integrante da CPLP, sendo Lisboa, a sede da organização que reúne todos os países de Língua portuguesa. O aumento ou transformação deste potencial em poder efectivo, poderia implicar para Portugal, maiores responsabilidades, sobretudo no Atlântico, como legítimo articulador do Norte e do Sul, e por fim, a afirmação de uma maior autonomia.

No contexto atlântico que referimos, por exemplo, se conseguirem a extensão da sua plataforma continental, ao abrigo da Convenção das Nações Unidas do Direito

---

<sup>429</sup> Informação sobre as contas nacionais portuguesas, disponíveis [Em linha] no sítio do Banco de Portugal. Consultar também, em AICEP. Portugal Global, Portugal - Ficha País, Dezembro 2013.

<sup>430</sup> Sobre o poder dos estados marítimos, ver ALMEIDA, Políbio Valente (1999), *Do Poder do Pequeno Estado*, pp. 140-154.

do Mar<sup>431</sup>, os portugueses prevêem que a soberania nacional sobre o solo e subsolo marinho se alargue por uma área de mais 2.024.753 Km<sup>2</sup>, passando para um total de 3,8 milhões de Km<sup>2</sup>, ou seja quarenta vezes a dimensão do território emerso. Trata-se de um espaço cuja dimensão não tem paralelo na Europa, de elevado potencial em recursos minerais, energéticos e biogenéticos, que importará proteger, conhecer e explorar.<sup>432</sup>

### **A Comunidade Ibero-Americana e a CPLP, uma colaboração desejável?**

Para Durántez Prados, uma das potencialidades mais evidentes e de maior transcendência da Lusofonia ibero-americana, em relação com as projecções da Comunidade Ibero-Americana radica, precisamente, em que Portugal e o Brasil constituem a chave e o ponto de partida da sua projecção extra euro-americana, principalmente africana.<sup>433</sup>

Nos anos de 1940, Freyre já advertira, que a Hispanidade devia abrir-se ao entendimento de que o *lusotropicalismo* era também africanista<sup>434</sup>, atribuindo particularmente ao Brasil, uma grande responsabilidade como referência para todos os povos de expressão portuguesa, que incluía “nossos deveres de responsabilidade activa, e não apenas sentimental, para com os povos de formação lusitana e de língua portuguesa dispersos por meio do mundo e que se voltam para o Brasil como para o mais adiantado dos seus irmãos”. De acordo com a sua percepção *lusotropicalista*, competia ao Brasil desenvolver uma marinha de guerra e mercante que “juntamente com uma aviação de longo alcance, faça sentir a presença brasileira entre irmãos separados de nós por grandes distâncias, e estabeleça com esses povos fraternos, mas distantes, um completo sistema de relações culturais e económicas”<sup>435</sup>.

---

<sup>431</sup> Previsto para 2014.

<sup>432</sup> Cf. FONTOURA, Luís (Coord.) (2013) *Segurança e Defesa nacional. Um Conceito estratégico*, p. 57.

<sup>433</sup> Cf. DURÁNTEZ PRADOS, F. Alvaro, (2001), “La dilatación lusófona del iberismo hispánico”, p. 164.

<sup>434</sup> FREYRE, Gilberto, *O mundo que o português criou*, citado por MOREIRA, Adriano (1992), “O Oceano Moreno”.

<sup>435</sup> Gilberto Freyre, “Ainda sobre a importância do mar para o Brasil”, em *Diário Popular*, Lisboa, 5/8/1958, citado por Williams da Silva Gonçalves, *O Realismo da Fraternidade Brasil-Portugal*, p. 98

Actualmente parece consensual em vários sectores, a ideia de que o Brasil, a grande potencia política e económica de todo o espaço lusófono em referência, tal como foi o único articulador aceitável da fundação da CPLP<sup>436</sup> parece estar, pela sua grandeza, pelos seus méritos e por exigência iniludível dos seus próprios interesses de Estado, vocacionado para ser o garante do êxito futuro desta instituição. Esta liderança – anteviu Golbery do Couto e Silva – é o destino manifesto do Brasil.<sup>437</sup>

Membro da CPLP e da Comunidade Ibero-Americana, ao mesmo tempo, o Brasil é considerado também por alguns, como o legítimo articulador destes dois espaços.<sup>438</sup> Com efeito, as duas organizações obedecem a processos de construção histórica diferentes mas extraordinariamente paralelos, surgem no contexto do fim da Guerra Fria e da bipolaridade, e do ponto de vista conceptual (princípios comuns e fins gerais), estão muito próximas. Adivinha-se quiçá uma possível complementaridade entre ambas comunidades. Neste sentido, na Cimeira da CPLP, que decorreu em Luanda no dia 23 de Julho de 2010, a SEGIB lançou o repto de uma cooperação reforçada e reciprocamente vantajosa, entre a CPLP e a Comunidade Ibero-Americana.<sup>439</sup>

Para além do Brasil, a participação de Portugal em ambos espaços, pode também, em menor grau, facilitar o diálogo inter-comunidades, na perspectiva de acções conjuntas de interesse para ambas as organizações, sempre que se afirme a especificidade de cada um desses espaços e sem sobreposição de um pelo outro.

---

<sup>436</sup> Uma análise desde a perspectiva realista, sobre o papel do Brasil como articulador dos distintos países lusófonos, e sobre os interesses brasileiros na criação da CPLP, é feito por Shiguenoli Miyamoto, no seu artigo intitulado “O Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”.

<sup>437</sup> Golbery do Couto e Silva (1967), *Geopolítica do Brasil*, citado por FONTOURA, Luís, “CPLP A importância do Brasil no espaço lusófono”.

<sup>438</sup> No final da sua vida, atento à realidade brasileira e *lusotropical*, mas também profundamente empenhado na tentativa de compreender a identidade latina do continente americano, Freyre alargara o seu conceito de *lusotropicalismo* ao de *iberotropicalismo*, sem conseguir aprofundar, nem documentar com a minuciosa observação em que se baseou o seu trabalho. Cf. MOREIRA, Adriano (1992), “O Oceano Moreno”.

<sup>439</sup> Na ocasião, foi entregue uma carta do secretário-geral Enrique V. Iglesias, dirigida ao ministro das Relações Exteriores de Angola, Assunção dos Anjos. O Director de Planificação da SEGIB, Pedro Pessoa e Costa, manteve ainda contactos com o secretário executivo da CPLP a quem entregou carta convite do secretário-geral ibero-americano, para um encontro entre as duas organizações, com o *senior diplomatic adviser* do presidente Barroso, e com a presidente do Instituto Camões, na perspectiva de acções conjuntas de interesse para ambas as organizações. Cf. SEGIB, “Solidariedade na Diversidade no espaço CPLP”.



Nesse sentido, parece-nos elucidativas as afirmações de Rui Vinhas, quem fora coordenador nacional da Ibero-Americana (entre 2011 e 2012),

“ (...) Nós não somos donos da CPLP, nem dos países da CPLP, e os países membros assim como as organizações podem ter algum relacionamento, e estão a ter algum relacionamento. Mas Portugal nunca liderará esse processo (de aproximação entre a Ibero-Americana e a CPLP). Achemos que existe espaço para cooperar mas essa cooperação não pode levar à diluição nem ao domínio de um pelo outro (...). Acho que são identidades diferentes e que é preciso preservá-las (...). A CPLP pode ser observadora da Ibero-Americana, a Ibero-Americana pode ser observadora da CPLP, em relação a isso não temos problemas, agora não seremos proactivos nessa matéria. Há campos de cooperação; de articulação política diplomática não é fácil, mas do lado cultural, pode haver margens de articulação e cooperação” (...). A CPLP não é uma organização hispânica e não queremos que venha a ser.<sup>440</sup>

## **VI.2. A participação de Portugal na organização das Cimeiras Ibero-Americanas.**

A partir dos anos 1980 e sobretudo, a partir de 1989, sucedem-se diferentes contactos diplomáticos por parte de Espanha, com os países ibero-americanos no sentido de realizar uma reunião que servisse para afirmar a identidade e o protagonismo ibero-americano, num cenário internacional novo.

Uma particular importância teve, segundo Celestino del Arenal, a viagem que os Reis de Espanha realizaram ao México, de 9 a 14 de Janeiro de 1990. A ideia do governo espanhol de realizar primeiro em 1991, uma cimeira no México e depois, em 1992, na Espanha, teve uma acolhida bastante positiva por parte do presidente mexicano. A função coordenadora do projecto passa assim a ser partilhada, desde o início, entre a Espanha e o México<sup>441</sup>. A partir desse momento, intensificam-se os

---

<sup>440</sup> Rui Vinhas (Coordenador nacional da Ibero-Americana em Portugal, de 2011 a 2012), em entrevista concedida a autora, em 20/1/2012, na sede do MNE, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

<sup>441</sup> Cf. ARENAL, Celestino (1994), *Política Exterior de España hacia Iberoamérica*, p.242.

contactos diplomáticos com os restantes países ibero-americanos, incluindo Portugal, do lado europeu.

Podemos dizer que os primeiros contactos formais começam mesmo antes da I Cimeira, quando os portugueses Francisco Pinto Balsemão e Maria de Lourdes Pintassilgo assistem ao Encontro Ibero-Americano de Ex-Presidentes Democráticos, realizado no Mosteiro de Guadalupe, na Extremadura, Espanha. Na Declaração de Guadalupe, os ex-mandatários comprometeram-se a fortalecer uma Comunidade Ibero-Americana de Nações, impulsionar a educação, a ciência e a cultura, e apoiar e impulsionar processos de paz na América Latina.<sup>442</sup>

Em 11 de Outubro de 1990 – reunidos em Caracas no âmbito do Grupo do Rio – o presidente mexicano Salinas de Gortari, anuncia a convocatória à I Cimeira. Os presidentes aproveitam a oportunidade e aprovam a Declaração intitulada “Reunião de Chefes de Estado de Ibero-América”. Num primeiro momento, o governo português mostrou, como vimos antes, pouco interesse e algumas reticências quanto a sua participação na cimeira. Mas a partir do momento em que o Brasil é incluído no projecto, Portugal aceita participar. Nesse sentido, Rui Vinhas refere ainda que,

“Enquanto a decisão espanhola e mexicana foi pensada em termos estratégicos, do nosso lado, não foi pensada nem profunda nem estrategicamente, foi mais uma decisão reactiva, e entrar para um barco que estava a andar em movimento e onde a parte lusófona (Brasil) já estava a entrar”<sup>443</sup>.

### **Portugal em Guadalajara.**

Por parte de Portugal, era evidente um certo receio quanto às pretensões da Espanha, e eram muitas as dúvidas, do ponto de vista estratégico, quanto as vantagens acrescentadas para o país, de participar naquele espaço. Nesse sentido, António

---

<sup>442</sup> Cumbres Iberoamericanas de Jefes de Estado y de Gobierno, “Antecedentes”.

<sup>443</sup> Rui Vinhas (Coordenador nacional da Ibero-Americana em Portugal, de 2011 a 2012), em entrevista concedida a autora, em 20/1/2012, na sede do MNE, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

Martins da Cruz afirma que, “Portugal foi àquela Cimeira com a maior das desconfianças (...). Nós víamos o projecto ibero-americano como uma iniciativa espanhola, em que Portugal só era incluído por causa do Brasil, porque se não, os espanhóis o teriam feito sozinhos, sem precisar de nós”<sup>444</sup>.

Para o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, tratara-se antes de um contexto de relativa indiferença estratégica daquela região para Portugal, envolvido num espaço de influência mais directamente ligado à vocação do país, do ponto de vista histórico, a CPLP, e que acabaria por recriar cinco anos mais tarde, em 2006, em torno das relações com o Brasil e os PALOP. Simultaneamente estava no processo de integração na Europa, em rápida mudança, depois da queda do muro de Berlin e com as implicações que teve o processo do alargamento.<sup>445</sup>

Não obstante as reticências, hesitação ou indiferença portuguesa perante esta iniciativa espanhola, o presidente português, Mário Soares discursara no México que,

“A presença de Portugal e do Brasil na cimeira de Guadalajara representa no plano cultural e político, um factor de importante significado: a aceitação de que na Ibero-América há duas Línguas – o Castelhana e o Português – e uma solidariedade natural resultante das raízes comuns, da proximidade das culturas e da identidade dos laços entrecruzados pela história e a vizinhança geográfica. Portugal também é Ibero-América”<sup>446</sup>.

---

<sup>444</sup> António Martins da Cruz (Ministro dos Negócios estrangeiros de Portugal (2002-2003). Foi consultor do governo liderado por Aníbal Cavaco Silva no contexto da realização da I Cimeira Ibero-Americana), em entrevista concedida à autora, em 11 de Julho de 2011, na sede do seu gabinete de advogados, em Lisboa, registada em suporte electrónico. “Lembremos que, durante séculos onde Espanha estava, Portugal não estava. Embora já estivessem juntos na aliança europeia, esse elemento era novo, era uma dinâmica de relacionamento completamente avessa ao que foi o relacionamento histórico de Portugal com a Espanha”.

<sup>445</sup> Luís Amado (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 1997 a 1999, e de 1999 a 2002; Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2006 a 2009, e de 2009 a 2011), em entrevista concedida à autora, em 22 de Fevereiro de 2013, na sede do BANIF, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

<sup>446</sup> Mário Soares. I Cimeira Ibero-Americana, Guadalajara, 1991. Cf. Cúpulas Ibero-Americanas de chefes de Estado e de governo.

A partir de Guadalajara, Portugal, ao lado da Espanha, esteve também sempre representado ao mais alto nível e nunca falhou um encontro, assumindo inclusive a organização de duas das cimeiras, uma no Porto, em 1998, e a outra em Estoril, em 2009, consideradas ambas um sucesso<sup>447</sup>, pelo menos em termos de organização, quando comparados com outros eventos ibero-americanos, mais recentes, realizados noutros países.

### **A Cimeira do Porto e a criação da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana.**

A VIII Cimeira, realizada no Porto em 1998, teve por tema central as questões relacionadas com a globalização e a integração regional ibero-americana. A cimeira proclamara uma vez mais, “o respeito e a defesa dos princípios de soberania e não intervenção”, e “o direito de cada povo de construir livremente, em paz, estabilidade e justiça o seu sistema político”.

Nesse sentido, é de destacar a oportunidade aproveitada pelos representantes do Peru e do Equador, para progredir no processo conducente à conclusão da paz. A Declaração do Porto expressara também o apoio incondicional e a disponibilidade de cooperação das nações ibero-americanas, com vista ao processo de paz na Colômbia. O documento reitera ainda, as posições anteriores de oposição à Lei Helms-Burton, causa do endurecimento do embargo comercial contra Cuba.

Na oportunidade do Porto, os participantes fizeram também um apelo às potências mais industrializadas do mundo e aos organismos multilaterais, no sentido de enfrentar a crise financeira internacional e evitar uma recessão mundial. Do mesmo modo, concordaram na urgência de um compromisso por parte de todos, em prol da justiça social, que promova a equidade e o reforço da solidariedade perante os desafios e riscos que derivam da globalização.<sup>448</sup>

---

<sup>447</sup> Cf. *Expresso XL*, “Cavaco brinda ao sucesso da Cimeira do Estoril”. 30/11/2009.

<sup>448</sup> Cf. Gomes, Nancy (2000), “Cenários no espaço ibero-americano”.

Num outro âmbito, o desejo explícito de impulsionar a Cooperação Ibero-Americana existente e torná-la mais ágil e eficaz, decide-se criar a Secretaria de Cooperação Ibero-Americana (SECIB)<sup>449</sup>, a primeira tentativa de dar às cimeiras um pequeno apoio institucional, cuja estrutura e funcionamento seria proposta aos responsáveis de cooperação e coordenadores ibero-americanos para a sua consideração, no decorrer da IX Cimeira de Havana.

Até aquele momento, o carácter institucional das cimeiras tinha-se limitado a existência de uma secretaria *pro tempore*, sem sede fixa nem personalidade jurídica, e a organização dos encontros ocorria sob a responsabilidade do país anfitrião. No mesmo âmbito, decide a criação de um programa de Cooperação Ibero-Americana na área do cinema – o Programa IBERMEDIA – a ser financiado anualmente com cerca de \$4 milhões, um sistema de apoio às pequenas e médias empresas, o programa IBERPIME, e uma rede ibero-americana de arquivos diplomáticos.

### **A Cimeira de Estoril e os seus principais resultados.**

A XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Estoril, em 2009, foi dedicada ao tema “Inovação e Conhecimento”. Os resultados mais relevantes desta cimeira foram, entre outros,<sup>450</sup>

- 1) Uma Declaração da presidência portuguesa, sobre a situação nas Honduras – aprovada sem objecções – condenando o golpe de estado e apelando ao diálogo nacional hondurenho.
- 2) Um compromisso das partes, no sentido de promover a criação de um ambicioso programa de inovação tecnológica e aplicada, que será definido pelos Governos, e coordenado pela SEGIB.

---

<sup>449</sup> Cf. Resolução da Assembleia da República n.º 26/2002. Diário da República n.º 81 Série I-A (6/4/2002).

<sup>450</sup> Cf. SEGIB, “Resultados da Cimeira de Estoril”.

- 3) Decide-se a criação do Fórum Ibero-Americano bianual sobre Ciência, Tecnologia e Inovação.
- 4) Acorda-se entre as partes, que a Conferência de Copenhaga sobre Alterações Climáticas reflectisse o princípio de responsabilidades comuns e respectivas capacidades. O tema das alterações climáticas será um dos novos temas, incluídos na agenda de Estoril.
- 5) Decide-se o fortalecimento, com novos recursos, da Cooperação Sul-Sul, que entretanto já executara mais de 1.800 projectos.
- 6) Pela primeira vez, uma cimeira ibero-americana regista dois países na qualidade de Observadores Associados, a Itália e a Bélgica; e os seguintes Observadores Consultivos, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Sistema Económico Latino-Americano e das Caraíbas (SELA), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), a União Latina e a Organização de Estados das Caraíbas Orientais (OECS). Poucos dias antes da cimeira, em Lisboa, o secretário-geral ibero-americano diria,

“... É importante destacar que Portugal também vai contribuir agora à reforma e actualização do sistema ibero-americano, tendo em conta que a nossa Comunidade terá, pela primeira vez, observadores: Estados (Observadores Associados), e Organizações Internacionais (Observadores Consultivos). Consideramos muito positivo que outros países partilhem o nosso trabalho e, ao mesmo tempo, possam somar as suas iniciativas para o melhorar”<sup>451</sup>.

- 7) É criado um Observatório Ibero-Americano de Justiça.
- 8) A Cimeira verifica o avanço do processo de ratificação do Acordo Ibero-Americano de Segurança Social<sup>452</sup>, podendo ser aplicado em vários países, já a partir desse ano.

---

<sup>451</sup> Intervenção do secretário-geral ibero-americano, Enrique Iglesias, na Conferência “Portugal e o Projecto da Comunidade Ibero-Americana de Nações”, realizada na UAL em 14-10-2009.

<sup>452</sup> Este Acordo permite reconhecer e totalizar os tempos de descontos de qualquer trabalhador, efectuados em diferentes países ibero-americanos, de modo a que possam usufruir de uma pensão. Os benefícios do convénio aplicam-se às pensões de invalidez, viuvez, sobrevivência, acidentes de trabalho ou doença profissional, ficando excluídas as prestações médicas.

- 9) A Cimeira celebra a primeira experiência-piloto do Programa Pablo Neruda, que facilita a mobilidade de académicos no espaço ibero-americano.
- 10) Os chefes de Estado e de Governo congratulam-se pelo desenvolvimento da Campanha contra a Violência de Género.
- 11) Foi constituída em Estoril a Orquestra Juvenil Ibero-Americana (que reconhece o trabalho do maestro venezuelano José António Abreu).<sup>453</sup>
- 12) A Cimeira apoia a Aliança das Civilizações, como parte do esforço mundial realizado pelas Nações Unidas.

Na ocasião de Estoril, Enrique Iglesias afirmara que o papel da SEGIB saíra reforçado da Cimeira<sup>454</sup>. A sua vez, o presidente português, Aníbal Cavaco Silva assinalou, vários aspectos positivos do encontro, entre os quais, o debate de temas actuais, a identificação de novas vias de cooperação e coordenação, uma reflexão profunda sobre a comunidade, e o interesse crescente, ao nível internacional, que demonstra a solicitude do estatuto de observadores, por parte de alguns estados e organizações de grande prestígio.

### **VI.3 O lugar da Comunidade Ibero-Americana nas prioridades de política externa portuguesa.**

O presente histórico de Portugal introduziu mudanças substanciais entre 1974 e 1986 (num espaço de doze anos). O modelo histórico, que tinha cinco séculos, desvanece.<sup>455</sup> A descolonização, a transição democrática em Portugal e na Espanha, e a integração dos dois países ibéricos na UE, foram processos que conduziram à definição de um novo “modelo democrático” da política externa portuguesa.

---

<sup>453</sup> A data de 1/11/2009, marca a estreia do primeiro concerto para a Orquestra Juvenil Ibero-Americana. O evento teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

<sup>454</sup> Enrique Iglesias, em declarações à imprensa, no final do evento.

<sup>455</sup> Nuno Severiano Teixeira, no Colóquio “Portugal no Mundo”, realizado em 4/5/2011, na sede do IDN, em Lisboa. “As principais linhas de força deste modelo eram, 1- Uma percepção contraditória entre o Mar e a Terra; 2- Um afastamento voluntário estratégico do continente Europeu. Afirmação da sua vocação marítima (Aliança com a Inglaterra, EUA, OTAN. E no plano económico, com o seu Império na Índia, Brasil e África); 3- A grande preocupação de diversificar as suas relações com o mundo, sempre evitando a Espanha; 4- Uma Política Externa baseada em Relações Bilaterais”.

As principais características deste modelo democrático, segundo Nuno Severiano Teixeira, são: 1) Continuidade e mudança: as áreas estratégicas (Europa, Atlântico, África) permanecem. Mudam todas as características que dependiam dos factores históricos ou conjunturais, ou seja, muda a percepção histórica da divergência Terra – Mar. 2) Portugal procura rentabilizar a sua dupla pertença, ao Mar e a Terra. 3) Como resultado da democratização de Portugal e Espanha, estes dois países aproximam-se. Podemos falar, assim, da “continentalização” da política externa portuguesa. 4) A diplomacia multilateral emerge, valorizando as Organizações Internacionais. 5) Introdução dos valores da democracia e do estado de direito. Passamos assim a poder falar de uma “diplomacia dos valores”.<sup>456</sup>

Actualmente, numa conjuntura de grave crise, económica e social, a política externa de um pequeno Estado como Portugal aparece estrangida, principalmente, pela desproporção entre fins e meios próprios; estrangida também, pelo aparecimento de outros agentes, como as organizações internacionais, grupos de pressão, Média, ONGs, *rating agencies*, etc., que lhe restam protagonismo, limitando mas não impossibilitando, a definição de objectivos nacionais mais ambiciosos, em relação a outros espaços.

### **A Ibero-América e as prioridades da política externa portuguesa.**

Se olharmos para os distintos programas de governo, incluindo o actual<sup>457</sup>, verificamos que a palavra Ibero-América, não aparece incluída entre as prioridades da política externa portuguesa. Contudo, e apesar dos estrangimentos atrás referidos, a dinâmica de transformação que tem ocorrido nos últimos anos tem, de alguma maneira, favorecido a aproximação estratégica, política e económica, de Portugal aos países ibero-americanos, ou a alguns, com um interesse diferente àquele que tinha em

---

<sup>456</sup> Nuno Severiano Teixeira, no Colóquio “Portugal no Mundo”, realizado em 4/5/2011, na sede do IDN, em Lisboa.

<sup>457</sup> Veja-se Programa do actual Governo da República Portuguesa, disponível [Em linha] para consulta na página do Governo de Portugal.



Guadalajara. Actualmente, as diferentes chefias políticas fazem naturalmente menção – no discurso – a este espaço, atribuindo-lhe significativa importância.

“A América Latina é uma prioridade da nossa política externa, uma prioridade que conhece cada vez mais novos objectivos, novas ambições. Julgo aliás que o nível da delegação portuguesa aqui presente reflecte esta determinação em potenciar a parceria ibero-americana”<sup>458</sup>.

Com efeito, sobretudo na última década, Portugal procurou valorizar a sua participação no espaço ibero-americano, através do reforço da sua presença no secretariado<sup>459</sup>; um maior envolvimento nos programas sectoriais, juntamente com um aumento dos fundos destinados à Cooperação Ibero-Americana, através do IPAD (hoje integrado no Camões, I. P.), e através do investimento político e financeiro que pressupõe a organização em território nacional de duas cimeiras, e a participação ao mais alto nível, em todas as vinte e três cimeiras, e a um menor nível, nas várias reuniões ministeriais que se realizam, todos os anos. Nesse sentido, Luís Amado afirma que,

“Na altura (ocupando o cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação) apoiei pela primeira vez, a presença de um elemento português na SECIB, não tínhamos lá ninguém, foi a Maria José Nogueira Pinto quem foi, e a condição era esta, que em Madrid, nós devíamos ter um representante, a tempo inteiro no secretariado e devíamos trabalhar no sentido de valorizar a posição portuguesa e a posição da língua portuguesa, na preparação dos documentos, na definição das agendas”<sup>460</sup>.

---

<sup>458</sup> Pedro Passos Coelho, Primeiro-ministro de Portugal, no discurso proferido durante a XXI Cimeira, em Assunção. No Paraguai, participaram em representação de Portugal, para além do Primeiro-ministro, o Presidente da República, e ainda o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

<sup>459</sup> Em 2001, Maria José Nogueira Pinto (do partido de direita, CDS-PP) foi nomeada para o Secretariado das Cimeiras Ibero-Americanas, passando a viver a maior parte do tempo em Madrid, em Espanha.

<sup>460</sup> Luís Amado (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 1997 a 1999, e de 1999 a 2002; Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2006 a 2009, e de 2009 a 2011), em entrevista concedida à autora, em 22 de Fevereiro de 2013, na sede do BANIF, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal esclarece ainda que,

“Do meu ponto de vista é um erro estratégico estar numa organização, mas não ocupar o espaço que deve ser ocupado pela entidade que é Portugal nesse espaço, porque a Espanha no fundo, estrategicamente, trabalha com o conceito ibérico, e é esse conceito que do ponto de vista da afirmação dos nossos interesses estratégicos nos desfavorece se nós não formos capazes de afirmar uma identidade própria no espaço ibérico, em alternativa a Espanha (...)”<sup>461</sup>.

Desta forma, se bem que o retorno, tanto económico quanto estratégico foi visto desde o início como sendo sensivelmente reduzido, e as expectativas baixas – não se constituindo, portanto, nas verdadeiras forças motivadoras da actuação da política externa portuguesa, no âmbito regional ibero-americano, actualmente, quando a crise europeia evidencia fragilidades na dependência excessiva que a economia portuguesa – incluindo as empresas – tem no mercado europeu, o mercado ibero-americano passa a ser valorizado para as exportações e o investimento externo, internacionalizando e diversificando a economia do país ibérico para destinos como o México, a Venezuela, a Colômbia, e o Peru. A região é apontada, mais uma vez para os portugueses, como uma solução à crise.<sup>462</sup>

“ (...) tudo se conjuga no sentido de se valorizar mais essa acção de afirmação no futuro do espaço ibero-americano, precisamente porque já não é só a nível do poder político da orientação estratégica, que as iniciativas para o reforço da Ibero-Americana se desenvolvem, ela já tem uma forte expressão na dinâmica das empresas e na dinâmica social das correntes migratórias dos fluxos de bens e pessoas. Por tanto está-se progressivamente a desenvolver uma dinâmica de relacionamento muito mais

---

<sup>461</sup> Luís Amado (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 1997 a 1999, e de 1999 a 2002; Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2006 a 2009, e de 2009 a 2011), em entrevista concedida à autora, em 22 de Fevereiro de 2013, na sede do BANIF, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

<sup>462</sup> Para Portugal a América Latina, em particular o Brasil, foi a solução às várias crises ao longo da sua história, como aconteceu durante as invasões napoleónicas, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil; na época das ditaduras, com a emigração de um grande número de portugueses à procura de melhores condições de vida, para destinos como a Venezuela.

íntimo e muito mais denso do que o início das cimeiras representava, que era apenas um contacto entre os governos que se reuniam uma vez por ano”<sup>463</sup>.

A definição de uma estratégia transatlântica mais ampla à volta de uma clara parceria com a Espanha, e de um capital sobretudo histórico e cultural com novos contornos políticos, económicos e sociais importantes, com a Ibero-América, juntamente com os países lusófonos de África, poderá conduzir a abertura de um novo ciclo da política externa portuguesa. Nesse sentido, Rui Vinhas afirma que,

“Do nosso lado há um maior interesse não só passamos a apresentar isso como parte do nosso ADN geopolítico mas também percebemos hoje melhor o interesse concreto de participar naquele espaço e de projectar-nos o nosso relacionamento ao nível do continente com o conjunto dos países. Isto do ponto de vista político é hoje mais claro para Portugal e para os governos portugueses e para a máquina diplomática”<sup>464</sup>.

No plano da Segurança e da Defesa Nacional, uma visão prospectiva até 2020, apresentada pela Comissão para a Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional<sup>465</sup>, reafirma ainda a ideia de que o Atlântico Sul (Brasil e os países lusófonos africanos, associados à América Latina) constitui um activo externo (em termos de alianças e parcerias), que Portugal poderá mobilizar para aumentar o seu potencial nacional, no contexto internacional.<sup>466</sup>

---

<sup>463</sup> Luís Amado (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 1997 a 1999, e de 1999 a 2002; Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2006 a 2009, e de 2009 a 2011), em entrevista concedida à autora, em 22 de Fevereiro de 2013, na sede do BANIF, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

<sup>464</sup> Rui Vinhas (Coordenador nacional da Ibero-Americana em Portugal, de 2011 a 2012), em entrevista concedida a autora, em 20/1/2012, na sede do MNE, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

<sup>465</sup> Comissão instituída por Despacho N. 9348/2012 do Ministro da Defesa Nacional (DR, 2ª Série, N. 133, de 11 de Junho de 2012), constituída por: Luís Fontoura, Adriano Moreira, António Figueiredo Lopes, António Viegas Vasconcelos, António Costa e Silva, António Vitorino, António Lopes Tavares, Aurélio Aleixo Corbal, Eduardo Lourenço, Fernando Fonseca, Francisco Pinto Balsemão, Francisco Seixas da Costa, H. Nuno Severiano Teixeira, Jaime Gama, João Salgueiro, José Loureiro dos Santos, J. Ângelo Correia, José Canotilho, J. Manuel Félix Ribeiro, Leonardo Duarte Mathias, Luís Amado, Maria de Fátima Bonifácio, Maria Leonor Beza, Maria Regina Almeida, Nelson Lourenço e Nuno Vieira Matias.

<sup>466</sup> Cf. FONTOURA, Luís (Coord.) (2013) *Segurança e Defesa nacional. Um Conceito estratégico*, p. 83.

#### **VI.4 Balanço dos vinte e dois anos da participação portuguesa no projecto ibero-americano.**

Tendo em conta o investimento efectivo da participação portuguesa no projecto de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações, do ponto de vista político-diplomático, e financeiro, e no âmbito mais preciso da cooperação para o desenvolvimento, qual é o balanço que podemos fazer destes últimos vinte e dois anos?

##### **No âmbito político-diplomático, do relacionamento entre as partes.**

Pode-se dizer que um efeito muito importante da participação portuguesa no sistema das cimeiras ibero-americanas refere-se ao “encontro ou reencontro histórico” de Portugal e a Espanha. Como lembramos, nos capítulos anteriores, desde a independência do país lusitano da monarquia hispânica, em 1640, foram raros os momentos de aproximação, entre os dois estados peninsulares, vinculados mais às conjunturas internacionais externas favoráveis, do que propriamente a um genuíno “espírito fraternal ibérico”, que levasse em conta a proximidade física, e ou as afinidades históricas e culturais.

O processo de democratização interna que se inicia na península, na década das independências africanas, nos anos de 1970, junto ao imperativo geopolítico e económico do processo de integração europeia, a mediados da década de 1980; e finalmente, a participação conjunta de Portugal e a Espanha, do lado europeu, na I Cimeira Ibero-Americana, em 1991, numa conjuntura de pós Guerra Fria; constituem os processos, um de natureza interna, e os outros dois, de natureza externa, que efectivamente tornaram possível a aproximação definitiva, entre os dois países ibéricos.

Em relação ao relacionamento entre Portugal e os vários países ibero-americanos, as melhoras que evidenciamos, desde o ponto de vista político-

diplomático não foram, contudo, significativas. A aproximação que podemos verificar entre o país luso e alguns países como o México, a Venezuela, a Colômbia ou o Peru, parecem obedecer a orientações ditadas por determinados interesses económicos (empresas / negócios) de conjuntura, nalguns casos assumindo o peso das diásporas, e não a uma estratégia política claramente definida.

Efectivamente, a política de Portugal no âmbito ibero-americano tem-se caracterizado pelo baixo perfil político da sua participação no fórum de concertação, não obstante, o investimento financeiro realizado, bem através das quotas anuais (significativas, se considerarmos a dimensão económica de um país como Portugal), e do Fundo Voluntário, destinado à Cooperação Ibero-Americana, assim como, os custos que pressupõem a organização e participação, nos diversos encontros ibero-americanos que se realizam todos os anos. Há aqui uma “dessintonia”, nas palavras de Manuel Correia<sup>467</sup>, que ilustra a ausência de coordenadas para a acção política.

Do ponto de vista diplomático, o espaço ibero-americano na medida em que integra países, que participam ao mesmo tempo noutros fóruns de inegável importância, a nível mundial, como o G20<sup>468</sup>, funcionam como “caixas-de-ressonância internacionais” baratas, em termos de custo – eficácia. Pode-se imaginar que operando junto aos países da Comunidade Ibero-Americana, Portugal poderá a partir daí, ampliar o seu espaço de actuação obtendo, por tanto, resultados, directa ou indirectamente.

---

<sup>467</sup> Manuel Correia (Vice presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa, entre 2001 e 2003, Presidente do IPAD, hoje Instituto da Cooperação e da Língua – Camões, de 2007 a 2012), em entrevista concedida a autora, em 28/9/2011, na sede do antigo IPAD, em Lisboa, registada em suporte electrónico.

<sup>468</sup> Espanha e Portugal aproveitaram a ocasião da XXI Cimeira Ibero-Americana, em Assunção, para fazerem um chamamento aos países membros do G20, no sentido de que a Cimeira do grupo das vinte maiores economias avance para a reforma do sistema monetário internacional.

**No âmbito da promoção e defesa dos interesses individuais de Portugal, para além dos interesses colectivos.**

As declarações políticas que resultam das várias cimeiras expressam uma vontade comum ibero-americana, reunidos os consensos mínimos necessários, em torno a determinados assuntos que dizem respeito aos países que participam, de maneira individual, à região, e ao mundo, de uma maneira geral. Questões relacionadas com a Lusofonia, a CPLP e Timor-Leste, foram incluídas nos vários documentos constituindo hoje, parte do acervo político e jurídico ibero-americano.

No âmbito económico, no sentido da promoção dos seus interesses nacionais, a oportunidade das cimeiras, e das viagens que por ocasião das cimeiras, os chefes de Estado e de Governo realizam, de um ao outro lado do Atlântico, têm criado oportunidades para a assinatura de alguns acordos, entre Portugal e vários países ibero-americanos, visando sobretudo, a internacionalização das suas empresas, e diversificação das suas exportações, entre os quais podemos referir, um Acordo de Cooperação na área do Turismo e Transporte Aéreo, incluindo um Memorando de Concertação Política, entre Portugal e o México (IV Cimeira Ibero-Americana, realizada em Viña del Mar, no Chile, em 1996), e mais recentemente, um Memorandum de Entendimento em temas energéticos, entre Portugal e o Chile (XIX Cimeira Ibero-Americana de Estoril, em 2009), e um Protocolo, entre Portugal e o Peru, que visa facilitar a exportação de produtos farmacêuticos portugueses àquele país andino (à margem da XXII Cimeira Ibero-americana, realizada em Cádiz, em 2012).

Com efeito, a *diplomacia económica* portuguesa tem-se empenhado, sobretudo nos últimos anos, em dar algum significado expressivo ao relacionamento económico e comercial entre Portugal e os vários países ibero-americanos, ou com alguns, consoante as facilidades e ou os constrangimentos que lhe colocam o facto de estes países pertencerem a espaços estratégicos, económicos e de segurança, distintos.

## **No âmbito mais preciso da cooperação para o desenvolvimento.**

Na lógica de país doador, Portugal participa na Cooperação Ibero-Americana como um “observador interessado”, beneficiando-se, principalmente, da troca e partilha de informação, a partir das várias redes que se constroem, nos vários âmbitos. Os bons resultados alcançados permitem a sua vez, a réplica de certos projectos, programas ou iniciativas de cooperação, um pouco por toda a região. O conhecimento mútuo que resulta, da prática da cooperação internacional que se realiza, constitui, sem dúvida alguma, uma mais-valia no sentido do desenvolvimento e do progresso, para as partes envolvidas, incluindo Portugal.

Não obstante as potencialidades que se evidenciam, a crise económica pela que atravessa Portugal está a conduzir este país, no sentido do desinvestimento progressivo<sup>469</sup>, e ao subsequente desinteresse, e atrofiamento das capacidades adquiridas, em certos domínios. Por outro lado, no âmbito estritamente ibero-americano, o conhecimento e toda a informação relativa aos vários programas, projectos ou iniciativas nos quais Portugal participa, não têm sido divulgados o suficiente, pelas instituições competentes, de forma a chegar aos vários sectores da sociedade portuguesa. Prova disso foram os fracos resultados obtidos, em termos de participação, nas das I Jornadas Científicas da Cooperação Ibero-Americana, realizadas em Lisboa, em Maio de 2011<sup>470</sup>.

---

<sup>469</sup> Só em 2011, cortes orçamentais na ordem dos 40% nas verbas da cooperação para o desenvolvimento. Em relação às quotas anuais que Portugal paga à SEGIB, os valores foram reduzidos para quase a metade, a partir de 2012. Portugal também não voltou a participar com o Fundo Voluntário.

<sup>470</sup> As Jornadas foram consideradas um fracasso, pelo número de participantes.

### ***Desespañolizando e reforçando o eixo das relações euro-latino-americanas.***

Para Fernando Garcia Casas, o “envolvimento estratégico” de Portugal lhe cria muitas vantagens ao espaço ibero-americano<sup>471</sup> porque a participação de Portugal – do lado europeu – pode ajudar a *desespañolizar* o projecto, reforçando, junto ao Brasil, do lado americano, a sua dimensão lusófona. Esta ideia tem sido afirmada e reafirmada por vários responsáveis políticos, sobretudo oriundos do lado americano.

“A mensagem que recebíamos era de nós (portugueses) nos afirmarmos mais (...) Todos os colegas latino-americanos me diziam que Portugal tinha que reforçar a sua posição. Eles não queriam ser visto como arrastados para objectivos estratégicos da Espanha”<sup>472</sup>

Deixando de lado a ideia sobre o potencial que representa a dimensão lusófona do projecto, o que verificamos é que a presença portuguesa, e lusófona em geral, nas instituições ibero-americanas, nomeadamente na SEGIB, tem sido claramente insuficiente<sup>473</sup>, com um único funcionário português e três brasileiros a trabalharem na sua sede, em Madrid<sup>474</sup>. Ao mesmo tempo que, a participação lusófona que resulta da soma das quotas anuais pagas, por portugueses e brasileiros (no máximo, entre 17 e 18% do total) – , constitui uma quantia bastante reduzida, quando comparada, por exemplo, com a participação espanhola de 60%, no total do orçamento da Secretaria Geral.<sup>475</sup>

---

<sup>471</sup> Fernando García Casas (Director de Gabinete do Secretário-geral Ibero-americano) durante o I Seminário Hispano-Português “Las Estrategias y Desafíos de España y Portugal ante las Cumbres Iberoamericanas”, realizada em Salamanca, em 12-11-2009.

<sup>472</sup> Luís Amado (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 1997 a 1999, e de 1999 a 2002; Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2006 a 2009, e de 2009 a 2011), em entrevista concedida à autora, em 22 de Fevereiro de 2013, na sede do BANIF, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.

<sup>473</sup> Portugal mantém, desde 2001, um único representante na SEGIB. Em Portugal, actualmente a única instituição que disponibiliza informações sobre as actividades da SEGIB, é o Camões, I.P.

<sup>474</sup> Fulgencio Sánchez Pérez, entrevista realizada em 27 de Fevereiro de 2013, na sede da SEGIB, em Madrid.

<sup>475</sup> O escritório regional da SEGIB em Brasília, poderá eventualmente servir de apoio às funções da Secretaria Geral, projectando uma presença directa da SEGIB naquele país, e interagindo com o governo e a opinião pública brasileira.



No sentido de reforçar o eixo das relações euro-latino-americanas, observamos por outro lado, que a participação de Portugal tem tido alguns resultados positivos concretos. Pela ocasião das cimeiras, vários dos líderes portugueses têm manifestado o seu apoio à consolidação de relações entre a UE e a América Latina. Nesse sentido, e através dos contactos de todo o tipo, que se estabelecem entre os vários agentes envolvidos neste espaço, Portugal tem desenvolvido um importante trabalho diplomático, nomeadamente, no sentido da institucionalização de uma parceria estratégica com o Brasil, e também da promoção e do apoio entusiasta aos acordos de livre comércio, com o MERCOSUL<sup>476</sup>, e mais recentemente, de forma bilateral, com países como a Colômbia, e o Peru.

#### **VI. 5 Coordenadas para a política externa portuguesa, no âmbito ibero-americano.**

A política externa, de qualquer estado que pretenda afirmar a sua presença no mundo actual, caracterizado pela interdependência e a globalização, e a existência de graves problemas globais, ameaçando o presente e o seu futuro, não pode,

“ (...) ser simplesmente uma política realista ou pragmática que só atende os interesses em jogo, nem uma política idealista que se fixe em exclusiva nos valores. Tem que ser uma política que compagine de forma equilibrada a dimensão pragmática e a dimensão normativa, o que é difícil e exige especial cuidado e atenção na definição da mesma por parte dos responsáveis governamentais”<sup>477</sup>.

Tendo em conta o histórico registado do relacionamento entre Portugal e a Espanha, e entre Portugal e os diferentes países ibero-americanos, nos vários âmbitos bilateral, regional ibero-americano, e inter-regional euro-latino-americano; o balanço da participação portuguesa no projecto, e o potencial que pressupõe uma maior presença e participação de Portugal em cada um destes, consideramos oportuno deixar aqui um contributo teórico, identificando algumas coordenadas que podem

---

<sup>476</sup> Em Estoril em 2009, durante a XIX Cimeira Ibero-Americana foi discutida, em sessões paralelas, a ideia de relançar as relações UE-Mercosul, claramente um dos propósitos da presidência portuguesa.

<sup>477</sup> ARENAL (2011), *Política Exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 11.

eventualmente vir a servir como guia para a definição ou redefinição da política de Portugal para a Ibero-América<sup>478</sup>. Às coordenadas juntamos alguns argumentos adicionais.

As coordenadas que seguem sugerem acções e decisões específicas nos âmbitos, político-institucional, diplomático, económico, e cultural, tendo em conta objectivos centrais do Estado, e orientações, planos ou desempenhos gerais observando objectivos de maior alcance da política externa portuguesa:

### **Reforço da presença portuguesa nas instituições ibero-americanas.**

É fundamental que Portugal reforce, em termos de recursos humanos, a sua presença em toda a acção institucional da SEGIB. Isto significa aumentar a influência portuguesa no processo de tomada de decisões, equilibrando a visão ibérica, no aparelho institucional, e reforçando a dimensão lusófona do projecto. Recomenda-se nesse sentido, um aumento do número de funcionários na SEGIB e ou, a criação em Portugal, de um Gabinete Regional ou de um Gabinete de Informação, que trabalhe em sintonia com Madrid.

### **Reforçar as relações bilaterais com os países ibero-americanos, para além do Brasil.**

A proliferação de diferentes coalizões informais e grupos de países e da sociedade civil, como G8, G8+5, G20, entre outros, é sintomático da insuficiência dos espaços definidos formalmente, e de que “as regras que governam a cooperação

---

<sup>478</sup> A identificação das coordenadas foi feita a partir das reflexões e conclusões próprias da autora, mais os contributos pedagógicos e esclarecidos dos orientadores da tese, Celestino del Arenal e José Esteves Pereira, junto ao das várias pessoas, de elevado mérito, que foram entrevistadas ou com as que tivemos a oportunidade de conversar sobre este tema. Elas são: Fernando Ayala, Mário Soares, Darc Costa, Pedro Motta Pinto Coelho, Rafael Calduch Cervera, José Fernandes Fafe, Eduarda Silva, António Martins da Cruz, Augusto Manuel Correia, Rui Vinhas, Fernando Garcia Casas, Rui Ferreira, Amado Luiz Cervo, Carlos Malamud, Luís Amado, Fulgencio Sánchez Pérez, J. Alejandro Kawabata, José Frederico Ludovice e Frigidiano-Álvaro Duránte Prados.

multilateral não seguiram o ritmo das mudanças no cenário internacional”<sup>479</sup>. Assistimos ao mesmo tempo, ao reforço das relações bilaterais entre os Estados.

No âmbito económico internacional, por exemplo, surgem novos actores e novos sócios comerciais, o que muda sobremaneira a natureza do intercâmbio. A participação das economias em desenvolvimento e emergentes juntos, por exemplo, aumentou de 1/3 para metade do PIB global. E a quota-parte dos países em desenvolvimento nas exportações globais aumentou de 33% para 43% ou mais.<sup>480</sup>

Os diferentes agentes portugueses, governamentais ou não deverão, assim, trabalhar mais no sentido de consolidar ou “concluir”, nas palavras de Amado Luiz Cervo, a parceria, que iniciaram em finais dos anos de 1990, com o Brasil. Más também com outros países ibero-americanos com grandes potencialidades, como o Chile, o México, a Colômbia, e o Peru. O reforço das relações bilaterais, nos vários âmbitos, político, económico e cultural, com estes países, pode sempre conduzir a obtenção de ganhos também, no âmbito multilateral.

Acções concretas no mesmo sentido, passam pela valorização da acção diplomática portuguesa, aumentando, por exemplo, o número de missões permanentes, e ou profissionalizando o corpo diplomático português, acreditado nos distintos países da região.

### **Continuar na linha dos incentivos à troca comercial e ao investimento.**

Os bons resultados obtidos, no âmbito da internacionalização da economia portuguesa, e de diversificação dos seus mercados, para o conjunto dos vários países ibero-americanos, constituem um sinal claramente positivo, no contexto da instrumentalização da *diplomacia económica*. Portugal deverá ainda dar incentivos à

---

<sup>479</sup> LAMY, Pascal, “El multilateralismo está en una encrucijada”. *Inter Press Service*. 24/7/2012.

<sup>480</sup> Uma análise sobre o aumento espectacular dos investimentos entre os emergentes e destes para o mundo desenvolvido, em CASANOVA, Lourdes (2011), “La década dorada latino-americana: las ‘global latinas’ llegan a Occidente”, pp. 85-91.

criação de empresas “multi-ibéricas” – com participação espanhola, portuguesa e latino-americana – que aproveitem as oportunidades de internacionalização de forma conjunta, sinergias especialmente relevantes para as pequenas e médias empresas.<sup>481</sup>

É preciso, assim, continuar nessa linha dos incentivos às exportações e aos investimentos sem contudo, esquecer que estes mesmos incentivos devem acompanhar outro tipo de iniciativas, nomeadamente na área da cooperação para o desenvolvimento, evitando que a relação que se cria, entre os Estados, dependa mais dos interesses conjunturais das empresas, ou dos regimes políticos de turno.

#### **Uma presença mais interventiva no fórum político e de concertação ibero-americano.**

É fundamental que Portugal eleve o perfil político nas suas relações bilaterais, e no âmbito do mesmo fórum. A intervenção de Portugal, com competências adquiridas, em âmbitos prioritários para o espaço ibero-americano, como a coesão social, os direitos humanos, e as migrações, por exemplo, poderá contribuir no sentido de dar conteúdo ao debate político, passando da retórica para o pragmatismo necessário, e subsequente valorização deste espaço de concertação, por parte dos seus membros.

#### **Criar um sistema de informação e divulgação mais eficaz sobre as actividades da SEGIB e sobre o “acervo ibero-americano”.**

No sentido de potenciar o conhecimento que gere actualmente o Camões, I. P. recomenda-se, apoiar a criação de, pelo menos, um centro de informação / formação ibero-americano, que assuma a função de divulgar essa mesma informação, e coordene eventualmente acções de formação junto às universidades, centros de

---

<sup>481</sup> Enrique Iglesias, por ocasião da sua participação no Colóquio “Uma conversa com Enrique Iglesias”, que teve lugar em 4/02/2012, em Lisboa. Informação disponível [Em linha] no sítio da SEGIB, “Iglesias defende em Lisboa a criação de empresas multi-ibéricas”.

estudo, fundações, ONGs, empresas, e outros fóruns de cooperação, envolvendo a sociedade civil no projecto.

As relações não-governamentais que resultam do envolvimento dos diversos agentes, que não exclusivamente os Estados, podemos dizer, “permitem e facilitam a manutenção de dinâmicas de conhecimento, vinculação, cooperação e solidariedade entre as sociedades civis que dificilmente podem ser articuladas através das relações político-diplomáticas entre os estados ibero-americanos”<sup>482</sup>.

### **Incentivar o debate e a reflexão sobre o ibero-americano numa perspectiva portuguesa.**

Nos dias de hoje, são cada vez mais comuns os espaços nacionais de análise e reflexão sobre os vários assuntos, que dizem respeito aos Estados, e ao mundo, envolvendo os mesmos Estados, ONGs, fundações, universidades, centros de investigação, empresas, etc., valorizando a dimensão do conhecimento mútuo e incentivando a colaboração entre os vários agentes. Nesse sentido, torna-se necessário fomentar a realização de reuniões, encontros e conferências, reunindo um leque de pessoas, das várias áreas e de elevado mérito, que desde uma perspectiva própria, porque portuguesa, contribuam para um debate nacional construtivo, sobre o ibero-americano.

### **Desenvolver uma política de cooperação ao desenvolvimento com os países ibero-americanos mais ambiciosa.**

Perante o desinvestimento financeiro nesta área, como consequência dos ajustamentos orçamentais que estão a ser processados, convém lembrar que os recursos humanos, e as competências adquiridas em diversas áreas pela Cooperação Portuguesa constituem uma mais-valia a ser aproveitada. Nesse sentido, triangular a

---

<sup>482</sup> ARENAL (2011), *Política Exterior de España y Relaciones con América Latina*, p. 149.

cooperação, junto com outros países, como o Brasil, em África, deverá ser assumida como uma estratégia desejável.

Por outro lado, sendo Portugal um país europeu, a “cooperação delegada”, é sempre uma alternativa perante a falta de recursos nacionais. Portugal deverá trabalhar mais junto dos seus parceiros europeus, na identificação das áreas prioritárias de intervenção, tendo em vista as acções comuns em prol do desenvolvimento daquela região.

### **Trabalhar junto com os parceiros ibero-americanos no sentido de promover a ideia de comunidade antes que a ideia das cimeiras.**

Durante muito tempo, o projecto de criação de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações, foi dominada pela ideia das cimeiras, ficando todo o processo rapidamente associado à rotina dos eventos anuais, dominados pelo rei da Espanha. Nesse sentido, considera-se fundamental que as partes, incluindo Portugal, trabalhem mais no sentido de valorizar a ideia de comunidade, antes que a ideia das cimeiras.

### **Uma política ibero-americana que contemple um efectivo apoio às diásporas.**

As diásporas, como nos lembrara A. Toynbee, têm surgido ao longo dos tempos, produto do comércio, da guerra e da religião, a estas lhes designando um potencial de unificação da pátria.<sup>483</sup> As diásporas portuguesas espalhadas, um pouco por toda a região, em diferentes contextos da história que partilha com a Ibero-América, constituem efectivamente um poderoso factor de vinculação entre Portugal e estes países.

---

<sup>483</sup> TOYNBEE, Arnold (1966), *O Desafio do Nosso Tempo*, p. 90. “Como uma comunidade local, a diáspora é um fragmento da humanidade; mas ao contrário de uma comunidade local, uma diáspora não ocupa exclusivamente qualquer lugar determinado da superfície da terra como seu domínio. Localmente uma diáspora é minoritária, esteja onde estiver. Ao mesmo tempo, ao contrário de uma comunidade local, ela é omnipresente. Como um suposto Estado mundial ou uma suposta religião universal, uma diáspora é potencialmente mundial”.

Tendo em conta o peso significativo, em número, tamanho e influência, das comunidades portuguesas, por exemplo no Brasil, na Venezuela, e na Argentina, qualquer estratégia de política externa de Portugal para estes países deverá continuar a levar em conta, os interesses, preocupações e necessidades, destas mesmas comunidades.

### **Continuar a trabalhar no sentido da promoção e do ensino das línguas ibéricas.**

A cumplicidade linguística e cultural representa claramente um eixo de mais-valia no relacionamento multifacetado entre os países ibéricos e a América Latina, mas também entre estes e os países africanos de língua portuguesa e castelhana.

As propostas, recolhidas dos vários sectores, privados e públicos, vão todas no sentido do aproveitamento eficaz do potencial de ambas as Línguas, como instrumentos de comunicação e de difusão de valores entre os povos, e como agente facilitador das relações culturais, económicas e comerciais entre os Estados.

Neste sentido, recomenda-se acções mais amplas, como por exemplo, a concessão de apoios e incentivos à investigação e ao intercâmbio de professores e alunos dos três continentes, e à cooperação interuniversitária para a troca e partilha de conhecimento; e acções mais concretas, entre as quais, expandir e utilizar o Português e o Castelhana como Línguas científicas, académicas e tecnológicas, através da criação de bases de dados nessas mesmas Línguas.<sup>484</sup>

---

<sup>484</sup> Das conclusões do *Policy Paper*, redigido por Carlos Malamud, Raquel Patrício e a autora, relativo ao I Encontro Triângulo Estratégico: América Latina, Europa e África, organizado pelo IPDAL, a Fundação Luso-Espanhola, e o Grupo de Líderes Empresarias de Portugal (LIDE-Portugal), realizado em Lisboa, em 12/03/2012.

**Trabalhar mais no sentido de reforçar a dimensão lusa do projecto, junto com o Brasil.**

A complementaridade histórica, pela coincidência conjuntural da sua criação, e conceptual, do ponto de vista dos princípios e objectivos gerais, consagrados nos diferentes textos constitutivos, entre a Comunidade Ibero-Americana e a CPLP, pode ser potencializada, através de acções de cooperação conjuntas, em áreas prioritárias, para ambas as organizações, mais amplas, como a promoção das línguas castelhana e portuguesa, e mais específicas, como a segurança alimentar.

O processo de aproximação, iniciado em Maio de 2009, durante a Cimeira da CPLP, realizada em Luanda<sup>485</sup>, contudo, ainda não conduziu ao pedido, por parte da CPLP, do estatuto de Observador Consultivo da SEGIB. Perante esta ideia, o Brasil já manifestou certo entusiasmo, pelo contrário, Portugal tem-se mostrado bastante reticente.<sup>486</sup>

As reticências portuguesas obedecem certamente à necessidade de agir com certa prudência, tendo em conta o peso estrutural da Lusofonia na política externa portuguesa, não se podendo avançar com uma acção ou decisão que poderia vir a comprometer um espaço de vocação histórica para Portugal, pelo menos não até que sejam observadas condições que impeçam, definitivamente, a sobreposição de um espaço pelo outro.

**Trabalhar com maior empenho no sentido da ibero-americanização da política europeia, ao lado da Espanha.**

Portugal, ao lado da Espanha, deverá continuar na linha da promoção e fortalecimento das relações entre a UE e o conjunto dos países latino-americanos,

---

<sup>485</sup> Lembremos que a SEGIB, junto a UE, foram as únicas organizações convidadas a participar no evento. Cf. SEGIB, “Cooperación recíprocamente ventajosa entre la SEGIB y la CPLP”.

<sup>486</sup> J. Ajejandro Kawabata (assessor em políticas públicas e fortalecimento institucional na SEGIB), em entrevista concedida à autora, em 27/2/2013, na sede da SEGIB, em Madrid.



junto dos seus parceiros europeus, bem através das parcerias estratégicas com países, como o Brasil, mas também dos tratados de livre comércio inter-regionais, como por exemplo, entre a UE e o MERCOSUL.

Portugal não deixa de ser, no contexto europeu, o país que tem uma relação especial com o Brasil, nesse sentido, iniciativas individuais ou conjuntas de aproximação e consolidação das relações entre a UE e a América portuguesa, podem vir a criar melhores oportunidades para o desempenho de um papel efectivo por parte de Portugal, como facilitador dessa mesmas relações, valorizando a sua condição de país europeu e ibero-americano. Europeizar a relação de Portugal com a região, deverá servir, ao mesmo tempo, para dar cobertura e diminuir os custos que uma política autónoma em relação à América Latina poderia vir a ter.

**Por último, ajudar a criar sinergias capazes de encontrar fórmulas que permitam dar projecção à relação euro-latino-americana-africana e com os EUA.**

Portugal deverá contribuir no âmbito de uma política ibero-americana para o reforço da integração atlântica, uma coisa ambiciosa mas estruturante do ponto de vista da acção política. “Estariamos ali não apenas do ponto de vista dos interesses bilaterais, mas na perspectiva da ideia de refundação do espaço atlântico”.<sup>487</sup> Isto pressupõe o reforço do diálogo entre as partes, e a concertação de uma multiplicidade de vontades, necessária para fazer face aos problemas comuns.

Nesse sentido, o desafio para os portugueses passará certamente por saber gerir a tensão entre o mundo desenvolvido e o mundo emergente, salvaguardando sempre a sua relação especial com o Brasil e os países africanos de língua portuguesa.

---

<sup>487</sup> Luís Amado (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 1997 a 1999, e de 1999 a 2002; Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2006 a 2009, e de 2009 a 2011), em entrevista concedida à autora, em 22 de Fevereiro de 2013, na sede do BANIF, em Lisboa, arquivada em suporte electrónico.



## **CAPÍTULO VII. A Cooperação Ibero-Americana. Iniciativas, programas e projectos: A participação de Portugal.**

O debate sobre o tema da cooperação internacional, particularmente, o da cooperação internacional para o desenvolvimento, instalou-se definitivamente na agenda dos principais foros internacionais, no quadro da ONU, OCDE, OMC, e em outras instâncias regionais americanas, europeias, africanas e asiáticas.

Efectivamente, o modelo de desenvolvimento que conhecemos revelou-se insustentável quanto às vias e os meios utilizados para o atingir. Urge definirmos novas estratégias à luz do objectivo permanente de garantir uma vida digna para todos.

Ao mesmo tempo, verifica-se uma tendência no sentido da diminuição dos fluxos da Ajuda, por parte de alguns países doadores tradicionais, efeito da crise económica pela que atravessam. Os países mais pobres reclamam dos primeiros, o cumprimento dos compromissos assumidos ao mesmo tempo que recebem a Ajuda do Norte associada a certos condicionalismos económicos e políticos.

Entretanto, emergem novos doadores à procura de novas soluções de desenvolvimento e de um maior protagonismo na definição das regras da cooperação internacional, neste domínio. Estes ‘novos doadores’ – a grosso modo os países de renda média, incluindo os BRICS, mas também outros países, como a Tailândia, Indonésia e a Malásia, a Nigéria e Gana, o Chile, a Colômbia e o Peru – privilegiam uma certa modalidade da cooperação, a Cooperação Sul-Sul, perante o esgotamento da tradicional Cooperação Norte-Sul, assente numa lógica pós-colonial.

Junto aos Estados, e a procura de novas fontes de financiamento para o Desenvolvimento, vão aparecendo também novos agentes da cooperação, nas ONGs, Fundações, Empresas, etc.

Portugal, país europeu ao mesmo tempo que ibero-americano, participa a estes e outros níveis de Consensos em relação à cooperação para o desenvolvimento. Desde

uma perspectiva de doador (desde 1992), tem privilegiado as suas ex-colónias em África e Ásia.

O seu papel no contexto da **Cooperação Ibero-Americana** tem sido mais a do observador interessado, contudo, o seu ‘envolvimento progressivo’ nestas questões, tem revelado as potencialidades de uma Parceria para o Desenvolvimento com muitos dos países que integram este espaço, sem se sujeitar, é claro, a puros constrangimentos do tipo financeiro.

### **VII.1 Portugal e os Consensos Internacionais.**

Os compromissos assumidos e consequentemente as responsabilidades dos Estados, incluindo Portugal – no quadro da cidadania global – em prol da cooperação para o desenvolvimento, estão orientados no sentido da **redução da pobreza extrema, da redução da fome e outras metas de desenvolvimento social**. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) constituem assim o principal fio condutor dos esforços internacionais da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Da mesma forma, os vários Consensos adoptados na Cimeira de Joanesburgo em 2002 geraram um empenhamento considerável no reforço dos compromissos assumidos na Declaração do Rio e na Agenda 21, para a promoção do **Desenvolvimento Sustentável**. Em Monterrey, no mesmo ano, a Cimeira de Financiamento para o Desenvolvimento pautou-se pelo consenso relativamente à necessidade de uma resposta global e integrada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre outros.<sup>488</sup>

Até 1991, Portugal foi beneficiário da Ajuda Internacional, de acordo com os critérios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Só a partir de 1992, Portugal passa para a categoria de doador, e começa efectivamente a ganhar

---

<sup>488</sup> Cf. MNE (2005), “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”. Anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005.

maior visibilidade internacional, no âmbito dos vários espaços regionais e mundiais em que participa.

Portugal participa activamente nos grandes debates internacionais sobre temas de desenvolvimento que se realizam na Assembleia Geral e no Conselho Económico Social, e trabalha de perto com as várias agências das **Nações Unidas**. Entre estas, destacam-se em particular o PNUD, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Fundo das Nações Unidas para a População e o Fundo das Nações Unidas para a Infância. A Cooperação Portuguesa colabora com estas agências, não só através das contribuições para o seu financiamento central, mas também através do financiamento de projectos específicos, afectando determinadas verbas a esses projectos.

O Ministério de Negócios Estrangeiros (MNE), principalmente através do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P (Camões, I. P.), trabalha também em estreita coordenação com outros ministérios, no âmbito das iniciativas na esfera própria de agências como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).<sup>489</sup>

Existe um Consenso Internacional alargado sobre a importância de uma Ajuda mais eficaz, o que tem obrigado doadores e parceiros a reverem as suas políticas, procedimentos e práticas da Ajuda. Para o efeito contribuíram uma série de eventos de alto nível que moldaram a cooperação para o desenvolvimento dos nossos dias, nomeadamente, as Reuniões de Alto Nível sobre a **Eficácia da Ajuda** em Roma (2003), Paris (2005), Acra (2008) e Busan (2011), que instalaram também a matéria da eficácia da Ajuda no centro do debate.

---

<sup>489</sup> No âmbito deste espaço de cooperação mundial, cabe destacar, os excelentes papéis desempenhados por alguns portugueses como António Guterres, Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados. Guterres dirige esta que é considerada uma das principais agências humanitárias do mundo, desde 2005; e Jorge Sampaio, Alto Representante da Aliança das Civilizações (2007-2012), iniciativa que, desde 2005, visa promover o diálogo e a cooperação intercultural. Para mais informação sobre os quadros portugueses na ONU, veja-se *Diário de Notícias*, “Portugueses na ONU”, de 12 Outubro 2010.

Portugal participou e endossou todos os documentos que resultaram destes encontros, assumindo todos os compromissos nas dimensões da Apropriação, Alinhamento, Harmonização, Divisão de Trabalho, Prestação de Contas, Transparência, Gestão Centrada nos Resultados, Estados em Situação de Fragilidade, Igualdade do Género, Incentivos, Monitorização e Alterações Climáticas.

Portugal, como membro do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico** (CAD/OCDE), associou-se aos Consensos em torno do Relatório sobre o papel da “Cooperação Internacional no limiar do século XXI”, aprovado em 1996. Está igualmente co-responsabilizado pela prossecução dos objectivos que aí se definem, nomeadamente: - Redução para metade da população mundial que vive em estado de pobreza extrema (menos de 1 USD/dia), até 2015; - Educação primária generalizada, em 2015; - Eliminação da discriminação das mulheres na educação primária e secundária, até 2015; - Redução da mortalidade infantil (menores de cinco anos) em 2/3, e da mortalidade à nascença em 3/4, até 2015; - Acesso universal, através do sistema de cuidados primários de saúde, à saúde genética, o mais tardar até 2015.<sup>490</sup>

Na sequência da adesão às Comunidade Europeias, Portugal passou a contribuir financeiramente para o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que é o principal instrumento de financiamento das sucessivas Convenções de Lomé, em torno das quais vem-se exprimindo a reflexão e o diálogo entre os Estados Membros sobre o tema da cooperação para o desenvolvimento.

A capacidade contributiva dos Estados Membros, no que diz respeito ao FED, foi estabelecida de acordo com uma “chave de repartição” que, embora negociada, tende a assentar no peso relativo da Renda Nacional Bruta (RNB) de cada uma das partes. Assim, os compromissos assumidos pela **União Europeia** para os valores de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) são de 0,7% do RNB, até 2015. Portugal ficou sempre aquém das metas intermédias, que entretanto foram sendo definidas; assim o

---

<sup>490</sup> Cf. MNE (2002), “A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI”, p. 34.

volume da APD portuguesa foi de 0,27% em 2008; 0,23% em 2009 e 0,29% em 2010.<sup>491</sup> Ainda no quadro da UE, cabe referir que Portugal adoptou formalmente o Código de Conduta em matéria de complementaridade e divisão de tarefas na politica de Desenvolvimento (2007).

Portugal compromete-se junto aos restantes membros da **Organização Mundial do Comercio** (OMC) a acabar com as barreiras proteccionistas e com os subsídios agrícolas que afectam aos países pobres. O espírito da Doha em 2008 defende que a importância dada à APD não deve ser desproporcional ou isolada mas antes interligada com medidas dirigidas a outras dinâmicas relevantes: os fluxos de comércio, de investimento, as transferências de tecnologia ou as remessas dos emigrantes. Nas questões relacionadas com a segurança, governação e estabilidade alerta-se para a necessidade de envolvimento de longo prazo uma vez que os processos de reforma do estado e das instituições, prevenção de conflitos ou reconciliação não há soluções rápidas.<sup>492</sup>

## **VII.2 A Política de Cooperação Portuguesa.**

Desde 1991, ano em que Portugal se tornou doador no quadro da OCDE, inicia-se um processo que tem revelado as grandes potencialidades da Cooperação Portuguesa mas que, ao mesmo tempo, tem sido merecedor de constantes críticas.

Encontramos nos documentos programáticos dos vários executivos os princípios orientadores, objectivos e prioridades da Cooperação Portuguesa. Os bons resultados obtidos nalguns casos garantem de certa forma a continuidade da sua política em determinadas áreas de intervenção. Deste modo, a actual estratégia da Cooperação Portuguesa, deverá passar necessariamente, a) pela Coerência das políticas, b) pela Concentração das iniciativas, c) pelo Co-financiamento (entidades

---

<sup>491</sup> Cf. Plataforma das ONGD (2012), “Propostas para a Cooperação Portuguesa”, p. 6.

<sup>492</sup> Cf. MNE, “Estratégias da Cooperação Portuguesa 2010-2013. Novos Desafios, Novas Respostas”. 2010, pp. 3, 4.

privadas), c) pela Manutenção das áreas tradicionais: educação, capacitação científica, etc., d) pela Inclusão das áreas energia e meio ambiente, e) pela Aposta no lusófono mas numa óptica de lusofonia global aberta às parcerias que estes mesmos estados estabelecem.<sup>493</sup>

Contudo a alternância entre governos “não tem permitido assegurar nas melhores condições a conformidade das políticas de Ajuda ao desenvolvimento dos países parceiros”<sup>494</sup>. Adiciona-se a isto, os cortes orçamentais sucessivos que têm vindo a sofrer as verbas de cooperação para o desenvolvimento, por efeito da crise económica que atravessa Portugal.<sup>495</sup> É neste contexto, que passamos referir alguns aspectos que sobressaem da Cooperação Portuguesa.

Os **Princípios Gerais** da Cooperação Portuguesa definem-se a partir dos Consensos Internacionais atrás referidos: 1. Respeito pela universalidade dos direitos do Homem; 2. Responsabilidade e solidariedade internacionais; 3. Parceria com os países destinatários e concertação com os outros doadores; 4. Sustentabilidade do desenvolvimento e equidade na repartição dos seus benefícios; 5. Coerência com outras políticas que afectam os países destinatários.<sup>496</sup>

Quanto às **Orientações Gerais**, estas têm obedecido a um certo consenso manifestamente expresso no Documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005 (em vigor). Estas são: a) Empenho na prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; b) Reforço da segurança humana, em particular em “Estados frágeis” ou em situações pós-conflito; c) Apoio à Lusofonia, enquanto instrumento de escolaridade e formação; d) Apoio ao desenvolvimento económico, numa óptica de sustentabilidade

---

<sup>493</sup> Intervenção de Luís Brites Pereira (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 2011 a Abril de 2013), no plenário do Fórum da Cooperação Portuguesa, realizado em 12 de Julho de 2012, na sede do IDN, em Lisboa.

<sup>494</sup> IPAD (2011), “Cooperação Portuguesa. Uma leitura dos últimos quinze anos de Cooperação para o Desenvolvimento”, p. 24.

<sup>495</sup> Cf. Plataforma Portuguesa das ONGD. Relatório Aid Watch 2012 - Uma Leitura da Cooperação Portuguesa desde 2003. Portugal registou só em 2011, cortes orçamentais na ordem dos 40% nas verbas da Cooperação para o Desenvolvimento.

<sup>496</sup> Cf. MNE, “A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI. Documento de orientação estratégica”. Versão de 28/10/2002, pp. 33, 34.



social e ambiental; e) Envolvimento mais activo nos debates internacionais, em apoio ao princípio da convergência internacional em torno de objectivos comuns.<sup>497</sup>

As **Prioridades Sectoriais e Geográficas** da Cooperação Portuguesa parecem definir-se a partir do seguinte pressuposto,

“[...] a política de cooperação para o desenvolvimento, enquanto vector essencial da política externa, adquire um particular significado estratégico, constituindo um elemento de diferenciação e de afirmação de uma identidade própria na diversidade europeia, capaz de valorizar o património histórico e cultural do país, que o coloca como ponto de encontro de civilizações e continentes e como nó de relacionamento da UE com as Américas, a África e a Ásia, tirando partido da sua posição geográfica e da sua história, para ocupar uma posição mais central e relevante no contexto europeu”<sup>498</sup>.

Assim, encontramos que, **a formação, educação, cultura e património**, juntos, aparecem como sector prioritário. Este sector inclui, não só a criação de infra-estruturas, mas também a formação de professores e formadores e o desenvolvimento de tecnologias e materiais educativos, adaptados às situações concretas em que se desenvolvem os programas locais de educação e formação.

Na área da cultura e do património, assume-se como vantajoso explorar os laços que uma presença portuguesa, largamente disseminada pelo mundo durante séculos, necessariamente criou, em benefício da promoção cultural dos povos e da conservação do património histórico comum. Neste sector, a Cooperação Portuguesa extravasa os PALOP, estendendo-se a países do norte de África, da Ásia e ao Brasil.

Ao mesmo tempo, a circunstância de os países de concentração da Cooperação Portuguesa serem **países de língua oficial portuguesa** ou países com os quais Portugal desenvolve particulares relações culturais, designadamente pela presença de

---

<sup>497</sup> Cf. MNE, “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”. Anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005. Diário da República I Série B. N.º 244 (22/12/2005).

<sup>498</sup> Cf. MNE, “A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI. Documento de orientação estratégica”. Versão de 28/10/2002, p. 3.

importantes comunidades portuguesas ou de nacionais de países de língua oficial portuguesa, aliado ao facto de todos os países integrarem organizações regionais que usam o Português como língua de trabalho determina que se dê especial atenção aos programas e projectos dirigidos ao apoio do ensino da língua portuguesa.<sup>499</sup>

No sector **saúde**, a formação de quadros locais e a actuação de agentes portugueses no terreno, facilitada pelo factor Língua comum, e o facto de existir em Portugal um considerável desenvolvimento da investigação na área da medicina tropical, torna também esta área fundamental para a Cooperação Portuguesa.

Portugal assumiu uma posição activa, tanto no plano multilateral como na relação bilateral na gestão da dívida dos países de língua portuguesa. De igual forma, tem disponibilizado linhas de crédito a países terceiros para execução de projectos de desenvolvimento, definindo por isso a **Ajuda financeira**, como um sector prioritário da sua política de cooperação, sobretudo vocacionada para a África.

No obstante a importância deste sector, resulta preocupante o facto de se ter verificado, nos últimos anos, um aumento da “Ajuda ligada”. De acordo com dados do CAD/OCDE, a APD portuguesa registou em 2010, um aumento na ordem dos 35% face a 2009 (cerca de mais €125 milhões), em grande medida devido a linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado português a países terceiros para execução de projectos de desenvolvimento, sob a condição que sejam executados por empresas portuguesas.<sup>500</sup>

**O sector da Ajuda humanitária** tem merecido grande destaque sendo que a acção portuguesa baseia-se na afirmação e seguimento dos princípios de boas práticas internacionais consubstanciados nos “Good Humanitarian Donorship – GHD” do CAD-OCDE e subscritos por Portugal em 2006. A Cooperação Portuguesa incorpora o Conselho Europeu em matéria de Ajuda humanitária, aprovado em Novembro 2007.

---

<sup>499</sup> Cf. MNE, “A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI. Documento de orientação estratégica”. Versão de 28/10/2002, p. 43.

<sup>500</sup> Cf. Plataforma Portuguesa das ONGD, “Propostas para a Cooperação Portuguesa” (versão de 24 de Maio de 2012), p. 5.

No quadro de redução da vulnerabilidade e riscos de desastres, a actuação portuguesa desenrola-se no âmbito do mandato global para a redução do risco de catástrofes fornecido pelo Quadro de Acção de Hyogo 2005-2015 e da “Estratégia da União Europeia para Apoio da Redução de Catástrofes em Países em Desenvolvimento (2009)”<sup>501</sup>.

A Cooperação Portuguesa tem defendido também que a cooperação para o desenvolvimento é uma manifestação de responsabilidade global por um mundo mais justo e equitativo, pelo que a **educação para o desenvolvimento** assume-se como um exercício de reforço da cidadania global. Portugal tem participado nos fóruns internacionais sobre este tema, designadamente no âmbito da Comissão Europeia, do Conselho da Europa, e redes internacionais e pan-europeias. No plano interno foi aprovada uma “Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento” (ENED), em Novembro de 2009 (cinco anos), no sentido de contribuir com os objectivos da década da ONU para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).<sup>502</sup>

Outros sectores identificados como relevantes, nos vários documentos programáticos dos vários executivos, são: actividade produtiva e infra-estruturas, igualdade de género, sociedade e suas instituições, segurança<sup>503</sup>, boa governação, participação e democracia, desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza.<sup>504</sup>

Cabe aqui também assinalar que algumas questões como as **migrações** assumiram dinâmicas interessantes em todo este processo. Com efeito, em termos de enquadramento legal, Portugal registou nos últimos anos avanços importantes relativamente à integração das preocupações de desenvolvimento nos quadros legais

---

<sup>501</sup> Cf. MNE, “Estratégias da Cooperação Portuguesa 2010-2013. Novos Desafios, Novas Respostas”. 2010, p. 11.

<sup>502</sup> Ibidem.

<sup>503</sup> Portugal tem dado ‘bons exemplos’ nesta área em vários países africanos. Prova do reconhecimento da capacidade e trabalho de Portugal nesta área foi a aprovação (2009), de € 7 milhões, por parte da UE, destinados à cooperação técnico-policial entre Portugal e Moçambique. Sendo a primeira vez que o IPAD (hoje Camões, I.C.) passou a gerir directamente os fundos comunitários na modalidade de cooperação delegada.

<sup>504</sup> Cf. MNE, “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa. Anexa à Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005. Diário da República I Série B. N.º 244 (22/12/2005).

das migrações, como é o caso do “Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos 2007-2010”, das leis de Nacionalidade e da Imigração.

### **VII.3 Actores e Instrumentos da Cooperação Portuguesa.**

A Cooperação Portuguesa, nomeadamente a política de Ajuda Pública ao Desenvolvimento tem-se caracterizado por uma grande dispersão institucional, ao nível da formulação, execução e financiamento das actividades, apesar dos esforços que, desde o final dos anos 1990, se foram desenvolvendo no sentido de melhorar as formas de coordenação da Ajuda. Ao mesmo tempo os instrumentos da Cooperação Portuguesa apresentam uma grande diversidade sendo escolhidos em função da natureza do projecto e do objectivo visado.

Sendo desenvolvida na prática, por todos os ministérios (sectoriais), e pela Assembleia da República, a responsabilidade política pela definição e condução da política de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, enquanto vector da política externa portuguesa, cabe ao **Ministério dos Negócios Estrangeiros**.

Encontramos também, entre outros vários agentes oficiais e instituições encarregues de facilitar a coordenação da Ajuda, o Fundo para a Cooperação Económica (1991-1999), mais tarde substituído pela Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento ou APAD (1999-2003); o Instituto da Cooperação Portuguesa, conhecida pelas siglas ICP (1994-1999). A partir de Janeiro de 2003 e até 2012, o Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento (IPAD), passou a coordenar, supervisionar e dirigir, a política de Cooperação Portuguesa e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Actualmente – como resultado da política de contenção seguida pelo actual governo – é o **Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.**, abreviadamente designado por Camões, I. P, o organismo da Administração Pública portuguesa responsável pela supervisão, direcção e coordenação da cooperação para o

desenvolvimento, cabendo-lhe a condução dessa política pública e pela política de promoção externa da língua e da cultura portuguesas. (MNE Decreto-Lei n.º 21/2012 de 30 de Janeiro. Diário da República, 1.ª série — N.º 21).

Junto do Camões, I. P. funciona a Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), criada pelo Decreto-lei nº 175/85 de 22 de Maio, a CIC constitui um importante fórum de concertação e coordenação dos diversos ministérios e dos organismos da Administração Pública deles dependentes, promovendo a eficácia e coerência das políticas em matéria de cooperação para o desenvolvimento.

De forma paralela ao processo que levou à formação de um sistema nacional (oficial) de cooperação, e pelo facto de durante muito tempo não ter havido um conjunto de orientações claras por parte da tutela política, multiplicaram-se iniciativas de todo o tipo, quase sempre em pequena escala, e com uma grande diversidade de graus de qualidade. Assim, actualmente existe um conjunto de importantes agentes de cooperação que se vinculam aos departamentos da administração central muitas vezes por forma contactual, para prosseguirem objectivos comuns em matéria de Ajuda ao desenvolvimento. Destacam-se as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), as fundações, instituições do Ensino Superior, municípios e naturalmente, o sector das empresas privadas.

O **Movimento Não-governamental** em Portugal iniciou a sua estruturação com a adesão do país às Comunidades Europeias. Em 2002, só estavam inscritas no ICP, trinta e sete ONGD. Hoje existe um registo de aproximadamente setenta ONGD. Nos últimos quatro anos, as ONGD Portuguesas mobilizaram mais de trinta e quatro projectos e um montante global que ultrapassa os €20 milhões.<sup>505</sup>

A **Plataforma Portuguesa das ONGD**, constituída a 23 de Março de 1985, é a estrutura representativa no diálogo destas organizações com o Estado português. E apesar dos obstáculos que muitas vezes têm encontrado no terreno onde actuam, as

---

<sup>505</sup> Cf. Plataforma Portuguesa das ONGD, “Propostas para a Cooperação Portuguesa” (versão de 24 de Maio de 2012).

ONGD têm demonstrado uma grande vitalidade sendo consideradas, entre os agentes da cooperação descentralizada, os mais dinâmicos e actantes. “Algumas delas, embora uma percentagem relativamente baixa do conjunto atingiram um grau apreciável de estrutura, capacidade organizativa e técnica”.<sup>506</sup>

Merecem destaque, igualmente, as **fundações** portuguesas e as diversas actividades que desenvolvem no domínio da cooperação, com particular relevância para a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)<sup>507</sup>, cujo exemplo tem vindo a ser seguido por outras fundações como a Fundação Oriente ou a Fundação Portugal-África, ou ainda, as Fundações Bissaya Barreto, Eugénio de Almeida e Mário Soares, entre outras.

As **instituições do Ensino Superior** portuguesas têm assumido um papel de grande importância como agentes de cooperação nas suas áreas específicas de actuação com as suas congéneres dos países parceiros, com o objectivo de apoiar a criação e/ou consolidação do ensino superior nestes países. Os domínios identificados como prioritários para a formação de quadros técnicos nacionais abrangem áreas como: Medicina, Direito, Língua Portuguesa, Agronomia e Recursos Hídricos, Matemática, Electrónica, Telecomunicações, Engenharia, Ambiente, Hidráulica e Recursos Hídricos, Turismo. Destacam-se pela continuidade e importância dos projectos de cooperação nos quais participam, a Universidade de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade do Porto, Universidade Aberta, Universidade de Coimbra, entre outras.<sup>508</sup>

Os **municípios e as autarquias** também têm desenvolvido uma actuação significativa de cooperação, em alguns casos, assumindo-se como parceiros activos em vários projectos de desenvolvimento nos países prioritários da Cooperação

---

<sup>506</sup> MNE, “A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI. Documento de orientação estratégica”. Versão de 28/10/2002”, pp. 13, 14.

<sup>507</sup> No âmbito de uma iniciativa conjunta entre a Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Fundação Portugal – África (Fundações promotoras) e com o apoio do Camões, I.P., foi lançado o Mecanismo de Apoio à Elaboração de Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento para ONGD Portuguesas. Cf. FCG, “Apoio à elaboração de projectos de cooperação para o desenvolvimento. Para ONGD portuguesas”.

<sup>508</sup> Cf. IPAD, “Cooperação Portuguesa. Uma leitura dos últimos quinze anos de Cooperação para o Desenvolvimento (1996-2010)”, pp. 103-105.

Portuguesa. Não obstante, na generalidade não possuem uma estratégia de cooperação abrangente clarificada, que esteja devidamente integrada nos princípios e objectivos da Cooperação Portuguesa e que seja complementar às acções de outros intervenientes.<sup>509</sup>

Em todos os países lusófonos, as **empresas** portuguesas estão entre os maiores investidores estrangeiros, constituindo uma massa crítica importante para o desenvolvimento económico desses países. A “Visão Estratégica de 2005” salientava já a necessidade de considerar as empresas e associações respectivas como parceiros relevantes para a cooperação.<sup>510</sup>

Como resultado da necessária articulação entre a sociedade civil<sup>511</sup> e as diversas entidades públicas, institucionalizou-se o **Fórum da Cooperação Portuguesa** (Resolução do Conselho de Ministros, nº 196 /2005, de 22 de Dezembro), que desde Novembro de 2008, reúne ambos actores na discussão de questões de cooperação para o desenvolvimento. Esta iniciativa, para já predominantemente informativa, conta até hoje com seis plenários realizados<sup>512</sup>. Temas como, “Os Clusters da Cooperação” e “A Responsabilidade Social Empresarial”, têm sido submetidos à reflexão e discussão entre os participantes nos vários plenários. Ainda no âmbito do Fórum foram criados grupos de trabalho temáticos encarregues de elaborar/rever as estratégias sectoriais de cooperação.

Os **instrumentos** da Cooperação Portuguesa utilizados pelos vários agentes, atrás mencionados, têm sido principalmente: a) Assistência técnica, civil e militar,

---

<sup>509</sup> Cf. MNE, “Estratégias da Cooperação Portuguesa 2010-2013. Novos Desafios, Novas Respostas”. 2010, p. 28.

<sup>510</sup> Idem, p. 31.

<sup>511</sup> Veja-se COMISSÃO EUROPEIA, “Opinião dos europeus sobre o futuro da Ajuda ao Desenvolvimento” EUROBAROMETRO [Em linha], de Junho de 2012. A sensibilização da sociedade civil portuguesa para as questões de cooperação para o desenvolvimento é ainda incipiente, no entanto é necessário salientar o grande apoio que a população expressa relativamente à Ajuda que deve ser prestada aos países mais pobres, e o entusiasmo pessoal que se verifica nessa mesma sociedade no sentido de poderem trabalhar em actividades de cooperação (em missões curtas, mas também em missões mais prolongadas).

<sup>512</sup> No último plenário, de data 12 de Julho de 2012, foram convidadas cem entidades, entre ONGD, fundações, institutos e universidades, representantes sindicais e das camaras e municípios.

prestada por funcionários do Estado, por cooperantes ou mediante a contratação de consultores e especialistas privados; b) Donativos em espécie; c) Envio de formadores, professores, médicos e pessoal de enfermagem; d) Concessão de bolsas de estudo e estágios; e) Prestação, em Portugal, de cuidados médicos especializados; f) Empréstimos Estado a Estado, doações, perdão e bonificação de juros; g) Concessão de subsídios a ONG, autarquias e outros promotores de projectos de cooperação; h) Incentivos, créditos de ajuda e garantias de seguros de crédito ao investimento e à exportação de bens e serviços portugueses.<sup>513</sup>

#### **VII.4 Portugal e a Cooperação Ibero-Americana.**

O ‘envolvimento progressivo’ de Portugal no projecto Ibero-Americano evidencia-se sobretudo, no âmbito mais restrito da cooperação internacional para o desenvolvimento. Prova disso é a dinâmica, aos poucos construída, por inúmeras instituições públicas portuguesas, no âmbito dos projectos, iniciativas e programas ibero-americanos.

#### **A Cooperação Ibero-Americana como pilar da Comunidade.**

A cooperação constitui efectivamente um dos dois pilares do espaço ibero-americano, junto ao diálogo e a concertação política. É a SEGIB, o órgão encarregue de cuidar e ou monitorizar a execução das decisões adoptadas, assim como dos planos de acção, objecto de compromisso pelas distintas partes. Nesse sentido, para além de promover e participar activamente num conjunto de actividades das mais diversas, como fóruns de reflexão, nas distintas áreas de cooperação definidas, a Secretaria Geral trabalha arduamente na sistematização da informação (ate então dispersa) que disponibilizam, todos os anos, os distintos governos. Até hoje já foram introduzidos quatro Manuais Operativos sucessivos, apresentando certos indicadores que permitem

---

<sup>513</sup> Cf. MNE, “A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI. Documento de orientação estratégica”. Versão de 28/10/2002, p. 39.



uma leitura cada vez mais objectiva dos resultados. Visando promover uma Nova Estratégia neste âmbito, a SEGIB dedicara um 9% do seu orçamento à Cooperação Ibero-Americana, só em 2013.<sup>514</sup>

No decurso das vinte e três cimeiras ibero-americanas já realizadas, de Guadalajara a Panamá (1991-2013), foram aprovados uma série de programas de cooperação, de natureza, dimensão e organização variadas, que têm abrangido áreas como a educação, a cultura, social e económica. Durante todo este tempo, os países ibero-americanos empreenderam esforços no sentido de desenvolver um esquema de cooperação baseado mais na horizontalidade e na co-responsabilidade, tendo para o efeito configurado alguns instrumentos jurídicos. E assim que é aprovada a Convenção para a Cooperação (Argentina /1995) - também conhecida como Convénio de Bariloche – a partir da qual os assuntos de cooperação passaram a ter um tratamento autónomo, ainda que em paralelo e em coordenação com as questões políticas.

A Cooperação Ibero-Americana é desenvolvida, na prática, através dos chamados programas, iniciativas e projectos adstritos<sup>515</sup>, que visam sobretudo potenciar uma certa capacidade estruturante do sistema ibero-americano para dentro, e também do sistema internacional que se quer, nomeadamente no domínio da cooperação internacional para o desenvolvimento. Cada um dos programas e iniciativas conta com um Comité Intergovernamental formado por representantes sectoriais dos Governos que manifestaram interesse em aderir, e com uma pequena Unidade Técnica que opera e executa as acções comuns.

---

<sup>514</sup> Cf. GARCÍA CASAS, Fernando (2013), “Un lugar para la Cooperación Iberoamericana”.

<sup>515</sup> Os programas ibero-americanos, segundo o Manual Operativo, definem-se como acções de longo ou médio alcance - pelo menos três anos-, onde participem governos de pelo menos sete países, e nas quais se articulam planos, linhas de acção e actividades dos governos dos países ibero-americanos num determinado sector. A sua função é a de fortalecer as estratégias de cada país no sector, intercambiar boas práticas. 2- As iniciativas ibero-americanas definem-se como actuações limitadas por parte dos governos dos países, num sector específico de interesse para as prioridades da Cooperação Ibero-Americana, levadas a cabo pelos países ibero-americanos, no mínimo de três países. 3- Os projectos adstritos definem-se como actuações num sector de interesse para as prioridades da Cooperação Ibero-Americana, impulsionados por municípios, entidades regionais, redes-ibero-americanas, ONG, empresas, universidades, organizações sociais, sindicatos ou fundações levados a cabo pelos Governos da região ibero-americana.

Uma característica particular destes programas ibero-americanos é que sendo programas horizontais e complementares, nos quais participam vários países com um objectivo comum, existe uma apropriação por parte dos países que adaptam os mesmos às suas realidades nacionais.<sup>516</sup> Por outro lado, os países participam com recursos financeiros ou técnicos de acordo com as suas possibilidades, promovendo uma cooperação descentralizada e flexível. No caso dos projectos adstritos, a sua estrutura corresponderá à da organização impulsionadora, com adaptações necessárias para a execução do projecto.

Na sequência de Bariloche, a adopção do Manual Operativo da Cooperação Ibero-americana (Argentina 2010) e a Estratégia da Cooperação Ibero-Americana (Paraguai, 2011) irão reforçar ainda mais a aposta das cimeiras na área da cooperação. Os requisitos para a aprovação dos programas, iniciativas e projectos passarão principalmente pela sustentabilidade financeira dos mesmos.

Neste momento, a Cooperação Ibero-Americana conta com vinte e três programas, uma iniciativa e seis projectos adstritos, que incidem em três grandes áreas: cultural, social e económica. Trata-se, sobretudo, de acções de formação, convocatórias de Ajuda, intercâmbio de boas práticas e o incentivo ao fortalecimento das políticas públicas nos diferentes sectores de actuação. Todos eles contam com a aprovação e apoio da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.<sup>517</sup> O valor global dos programas supera, cada ano, os €40 milhões<sup>518</sup>, aos que haveríamos de acrescentar os recursos de planos e agendas nacionais que se integram aos mesmos.

Se bem é verdade que, em termos de participação nestes programas, iniciativas e projectos, a liderança histórica é da Espanha, actualmente verifica-se uma maior distribuição da iniciativa e protagonismo entre países da região, nomeadamente por

---

<sup>516</sup> Anthony Payne e Nicola Phillips (2010), no livro *Desarrollo*, falam-nos das várias teorias que desenvolvem a ideia de que a cooperação ao desenvolvimento será mais efectiva na medida em que melhor se adapta as realidades individuais dos países.

<sup>517</sup> Eduarda Silva (técnica responsável pela pasta Ibero-Americana no Instituto da Cooperação e da Língua – Camões), em nota enviada, via *e-mail* em 24 de Julho de 2012, devidamente arquivada.

<sup>518</sup> Cf. GARCÍA CASAS, Fernando (2013) “Un lugar para la Comunidad Iberoamericana”.

parte do México, Chile, Brasil, Portugal, Equador, Argentina, Colômbia e a Venezuela.<sup>519</sup>

### **Ibero-América como espaço para a Cooperação Sul-Sul.**

A dinâmica dos encontros ao mais alto nível, no espaço ibero-americano, passou a incluir para além dos encontros entre os chefes de Estado e de Governo, a reunião dos coordenadores nacionais, responsáveis políticos, e a dos responsáveis da cooperação. A partir daí, a cooperação teve um grande incremento, como refere Manuel Correia:

“ [...] os responsáveis da cooperação evoluíram muito mais que os coordenadores nacionais em termos de discussão sobre o que é necessário na Ibero-América. Hoje temos excelentes programas de cooperação, nomeadamente de Cooperação Sul-Sul que são modelos ao nível internacional”.<sup>520</sup>

Efectivamente, este mesmo espaço tem servido como plataforma para o desenvolvimento de inúmeros projectos de Cooperação Sul-Sul, nas modalidades Cooperação Triangular (que envolve um doador tradicional, um país de renda media e um terceiro país de menor desenvolvimento relativo), a Cooperação Sub-regional (entre sub-regiões da América Latina y Caraíbas, gerida e executada em bloco), e por último, a Cooperação bilateral Sul-Sul (tem sido a modalidade mais aplicada entre os países da região, e se desenvolve preponderantemente a través da troca de experiencias e conhecimentos).

Não sendo propriamente um fenómeno recente, esta forma de Cooperação Sul-Sul começa a ganhar um novo dinamismo a partir do momento em que os países de renda media, alguns deles ibero-americanos, vêm como a cooperação internacional

---

<sup>519</sup> Conclusões das I Jornadas Científicas da Cooperação Ibero-Americana, ISCSP, Lisboa, Maio de 2011.

<sup>520</sup> Augusto Manuel Correia (Vice presidente do ICP, entre 2001 e 2003; Presidente do IPAD, de 2007 a 2012), em entrevista concedida a autora, na sede do IPAD (hoje Camões, I.P.), em 28 Setembro 2011, devidamente arquivada.

ao desenvolvimento se retira dos seus territórios, ao mesmo tempo que receiam a ajuda proveniente do Norte, associada a maioria das vezes, aos esquemas de condicionalidade política e económica. Por outro lado, o sucesso obtido em termos de desenvolvimento, em algumas áreas, por parte de certos países do Sul, resulta altamente motivador para as outras partes.

“Muitas das soluções para o desenvolvimento vêm do mesmo Sul: não aprendemos modelos de Bancos de Leite Humano se não é no Brasil, modelos de transporte massivos na Colômbia, Curitiba, e não aprendemos de microcréditos nos EUA, temos de ir ao Bangladesh. Se queremos ver componentes culturais dos micro créditos nos países muçulmanos, temos de ir a Indonésia”.<sup>521</sup>

No quadro das cimeiras ibero-americanas, mais especificamente na XVIII Cimeira, realizada em San Salvador, de 29 a 31 de Outubro de 2008, foi criado o “Programa de Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul”, com um apoio financeiro de €400.000 anuais. Nele participam, a Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai.

Este Programa de Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul propõe-se como objectivo fortalecer e dinamizar a Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, tanto no relativo à qualidade como ao impacto das suas acções, e propiciar o intercâmbio de boas práticas. Para isso organiza três blocos de actuação que coincidem com os seus objectivos específicos: a) Identificar e divulgar projectos e práticas exitosas da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, prevendo a criação de um Banco de Boas Práticas, b) Fortalecer as capacidades dos organismos que tem ao seu cargo a gestão da cooperação nos países ibero-americanos, apoiando-se a formação de recursos humanos e de sistemas de informação consistentes, apontando também para a adopção de posições comuns regionais em temas de Cooperação Sul-Sul; c) Dar apoio aos projectos e acções de Cooperação Sul-Sul replicáveis e inovadores, e que reflectem

---

<sup>521</sup> Conclusões das I Jornadas Científicas da Cooperação Ibero-Americana, ISCSP, Lisboa, Maio de 2011.

as necessidades e prioridades regionais.<sup>522</sup> Para Carlos Malamud, valorizar a Cooperação Sul-Sul também é uma maneira de delegar parte da responsabilidade da cooperação internacional ao desenvolvimento naqueles países latino-americanos, da mais antiga ou mais recente tradição, que decidiram intervir como agentes neste âmbito, caso do Chile, do Brasil e do México, mas também de Cuba e da Venezuela.<sup>523</sup>

Contudo, e apesar do dinamismo que a Cooperação Sul-Sul tem vindo a ganhar nos últimos anos, só agora teve início o debate profundo quanto a sua essência e razões de existir. Para além dos poucos estudos ainda realizados e os problemas que se lhe colocam à análise, quando não há uma ‘medição’ exacta daquilo que se dá ou recebe, os analistas referem a pouca transparência e nalguns casos, inexistência de órgãos que controlem de maneira eficaz este tipo de Ajuda.<sup>524</sup>

Em relação à Cooperação Ibero-Americana, o Relatório de Cooperação Sul-Sul, que anualmente é disponibilizado pela SEGIB, contabiliza algumas acções e projectos, dando continuidade a uma linha de trabalho orientada a lograr estabelecer mecanismos de seguimento e standardização deste tipo de cooperação. O Relatório já vai na sua quinta edição, e é considerado uma produção de excelência que demonstra cada vez mais a necessidade de que os países da região, pelo menos os mais activos em Cooperação Sul-Sul, avancem em acordos sobre como contabilizar as suas acções e projectos.<sup>525</sup>

Os dados disponíveis, para já, só nos permitem ter uma ideia ampla (não estrita) dos fluxos de cooperação e o lugar onde se situam. Por exemplo, podemos constatar pelos dados obtidos recentemente, que há sete países com uma oferta de Cooperação Sul-Sul bastante ampla, e que são Cuba, Venezuela, México, Brasil, Argentina, Colômbia e Chile. Cabe destacar que há outros que começam (2011), deixando aos poucos de ser receptores e passando a ser ofertantes, sobretudo das

---

<sup>522</sup> Cf. AYLLÓN, Bruno e Javier Surasky. (Coords.) (2010), *La Cooperación Sur-Sur en Latinoamérica. Utopía e Realidad*, pp. 183, 184.

<sup>523</sup> Cf. MALAMUD, Carlos, “La Cumbre de Asunción y el futuro de las Cumbres Iberoamericanas”.

<sup>524</sup> Cf. AYLLÓN, Bruno e Javier Surasky (2010), op. cit., p. 177.

<sup>525</sup> Os Relatórios da Cooperação Sul-Sul estão disponíveis [Em linha] no sítio da SEGIB.

boas experiências de cooperação obtidas em diversas áreas. Os dois primeiros receptores são também Cuba e a Venezuela, devido a muito estreita colaboração que existe entre estes dois países. A seguir Guatemala, Bolívia, América Central e países andinos.

O Brasil merece-nos destaque como parceiro ibero-americano privilegiado da Cooperação Sul-Sul, apoiado como está num nível de desenvolvimento relativo, alcançado pela sua indústria e o processo de internacionalização que levam avante as empresas brasileiras e outros sectores da sua economia. Com efeito, a presença brasileira, cada vez maior noutros contextos regionais, nomeadamente, nos países de língua portuguesa de África e em Timor Leste, confere a sua política um alcance geopolítico que se projecta muito para além da região geográfica ibero-americana de pertença. Assim, a sua acção no campo da Cooperação Sul-Sul não só se apresenta como uma ferramenta útil para afiançar a sua posição como potência regional, mas também para a estender a sua influência a outros países.<sup>526</sup>

### **Triangulando a cooperação na Ibero-América.**

Não podemos deixar de referir aqui, mais uma vez, ao nível dos Consensos Internacionais que incluem a Portugal, a celebração da V Cimeira União Europeia - Brasil e o “Plano de Acção Conjunta para 2012-2014” – que substitui o anterior de 2008-2011 – e em cujo texto se considera a Cooperação Triangular como uma “das principais áreas da parceria estratégica”. Segundo o plano “ela deve respeitar princípios tais como a apropriação pelo país parceiro e adequação às suas estratégias de desenvolvimento, e levar em conta a dimensão cultural do processo de desenvolvimento”.

---

<sup>526</sup> AYLLÓN, Bruno e Javier Surasky (2010), (coord.) *La Cooperación Sur-Sur en Latinoamérica. Utopía e Realidad*, p. 180. Sobre a estratégia da Cooperação Sul-Sul seguida pelo Brasil e os resultados alcançados, veja-se PATRÍCIO, Raquel de Caria (2011), “A nova cooperação Sul-Sul na Política externa brasileira”.

Os sectores prioritários da Acção Conjunta incluem, entre outros, a) A promoção dos direitos humanos; b) A reconstrução pós-conflito no Haiti e na Guiné Bissau; d) A capacitação na luta contra as drogas e o crime relacionado; e) A erradicação da pobreza extrema e da fome, por meio da promoção do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos.<sup>527</sup>

No quadro específico da Cooperação Ibero-Americana, aquilo que se faz hoje em Cooperação Triangular ainda são acções isoladas muito pontuais. O Grupo de Tarefas de Cooperação Sul-Sul contabilizou em 2011, trinta estudos de caso, onze na América Latina, outros tantos na Ásia, e seis ou sete em África, e a maioria destas obedecem a uma espécie de co-responsabilidade no que diz respeito ao desenvolvimento e a justiça na região.

“ [...] a cooperação internacional começa a ser um instrumento visto como a Ajuda ao desenvolvimento do vizinho, Ajuda ao desenvolvimento do país integrante da mesma região [...] Efectivamente, há uma experiencia de pelo menos vinte anos de reformas do sistema de justiça, de saúde, educação, etc. nos estados Latino-Americanos que poderá servir como elemento de assistência técnica, para outros países”.<sup>528</sup>

Entre os países ibero-americanos, para além do Brasil, destaca-se o Chile pela sua longa experiencia de Cooperação Triangular. Entre os principais receptores deste tipo de cooperação, encontramos sobretudo, os países da América Central e países andinos. Os sectores prioritários são normalmente de uma grande complexidade científica. Entre os países doadores tradicionais (sobretudo de meios financeiros), podemos destacar o Japão, Alemanha e a Espanha. Destes, a Alemanha é um dos cooperantes tradicionais que mais presença tem na Cooperação Triangular da América Latina.<sup>529</sup>

---

<sup>527</sup> A nota à imprensa e o texto do plano de acção conjunto na íntegra estão disponíveis [Em linha] em Português e Inglês, no sítio do MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL.

<sup>528</sup> Conclusões das I Jornadas Científicas da Cooperação Ibero-Americana, ISCSP, Lisboa, Maio de 2011.

<sup>529</sup> A Alemanha alinha os seus compromissos internacionais com a cooperação para o desenvolvimento com a sua aposta na região, através de vários instrumentos, entre os quais, o Fundo Regional de Cooperação Triangular (CIDEAL), vigente desde 2011. Relativamente a este Fundo pode-se referir que,

## **A participação de Portugal na Cooperação Ibero-americana.**

As relações de cooperação entre Portugal e os países ibero-americanos têm-se desenvolvido no plano multilateral principalmente no quadro da UE, por um lado, e no quadro da Cimeira Ibero-Americana, pelo outro (gráficos 8 e 9). Neste último quadro, a realização das VIII e XIX Cimeiras no Porto (1998) e Estoril (2009), permitiu que “o envolvimento de Portugal no projecto ibero-americano tenha sido construído através da prática mesmo sem uma política definida / clara”.<sup>530</sup>

Portugal é ‘oficialmente’ o terceiro financiador da Secretaria Geral Ibero-Americana: segundo a SEGIB, a contribuição portuguesa, ronda aproximadamente os €636.000/ano.<sup>531</sup> Isto corresponde a cerca de 9% do orçamento total. A Espanha contribui com 60% do orçamento, segue-lhe o México.

Ainda sobre o financiamento importa referir que Portugal, através do IPAD (hoje Camões I.C), atribuiu pela primeira em 2009 e 2010, uma contribuição, no valor total de €175.000, para o Fundo Voluntário Fiduciário da SEGIB. Esta contribuição teve como intuito incentivar a participação de Portugal nas actividades enquadradas no espaço ibero-americano. Parte desta verba foi utilizada para a realização de uma

---

apesar de se tratar de um fundo financeiro (dispõe actualmente cerca de €4 milhões), a Alemanha não quer reduzir a sua participação na Cooperação Triangular ao mero financiamento: pelo contrário, e de forma prioritária, a Alemanha utiliza o fundo para fortalecer as capacidades institucionais dos organismos e instituições cooperantes do resto dos países, recorrendo para tal à “transmissão de conhecimentos sobre os métodos e processos da cooperação alemã”. Cf. SEGIB, “Relatório Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012”. Para este efeito, coloca à disposição do resto dos países especialistas nacionais, programas de formação, equipamentos e materiais, entre outros.

<sup>530</sup> Augusto Manuel Correia (Vice presidente do ICP, entre 2001 e 2003; Presidente do IPAD, de 2007 a 2012), em entrevista concedida a autora, na sede do IPAD (hoje Camões, I.P.), em 28 Setembro 2011, devidamente arquivada.

<sup>531</sup> Convém referir que no actual momento de crise, o governo português assumiu as dificuldades em conseguir pagar as contribuições voluntárias e obrigatórias para com as mais de oito dezenas de organizações internacionais as quais pertence, incluindo a SEGIB. Em relação a esta última, e segundo informação obtida junto ao assessor J. Alejandro Kawabata, Portugal não pagou a totalidade da quota em 2012, pagou mais ou menos a metade e prevê que este ano pagará menos. As justificações passam pela crise que vive o país, e o argumento de que a quota não deverá ultrapassar a quantia que destina à CPLP. Também não voltou a contribuir com o Fundo Voluntário. J. Alejandro Kawabata, Assessor em Políticas Públicas e Fortalecimento Institucional na SEGIB, em entrevista concedida a autora, realizada em 27/02/2013, na sede da SEGIB, em Madrid, devidamente arquivada.



Jornada de Cooperação Ibero-americana (no montante de €20.000), e para o Programa de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (no valor de €25.000).<sup>532</sup>

De uma forma global, o balanço português em matéria de **participação no capítulo de Cooperação Ibero-americana** é, para os responsáveis da pasta, bastante positivo. Neste momento, Portugal participa em doze Programas e dois Projectos adstritos ibero-americanos que incidem nas áreas de intervenção, cultural, social, e económica (quadro 3).

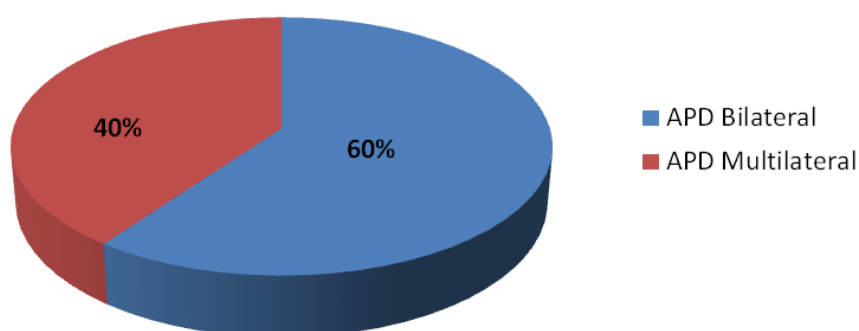
A participação de Portugal em cada um destes programas e projectos envolve uma multiplicidade e diversidade de actores e acções. Entre os actores, podemos mencionar o Ministério da Cultura, a Secretaria de Estado da Cultura, o Instituto Cinema Audiovisual, o Instituto dos Museus e da Conservação, O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, a Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas, a Direcção Geral de Arquivos, Direcção Geral do Arquivo Histórico Diplomático, Instituto Diplomático, Direcção Geral do Património Cultural, o Ministério de Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o Ministério Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, o Ministério da Justiça, o Ministério das Finanças, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, o Instituto Português de Qualidade, a Associação de Técnicos Administrativos Municipais, a Câmara Municipal de Coimbra, a Universidade Aberta.

---

<sup>532</sup> Em relação à Jornada, realizada em Maio de 2011, organizada conjuntamente pelo IPAD e pela SEGIB, é de referir que tratou-se da primeira Jornada de Cooperação Ibero-Americana em Portugal, integrada na Quarta Edição dos Dias de Desenvolvimento. Esta Jornada permitiu a divulgação do que é a Cooperação Ibero-americana, dando a conhecer às diferentes entidades governamentais e da sociedade civil portuguesa, os programas, iniciativas e projectos.

Gráfico 8. Composição da Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa.

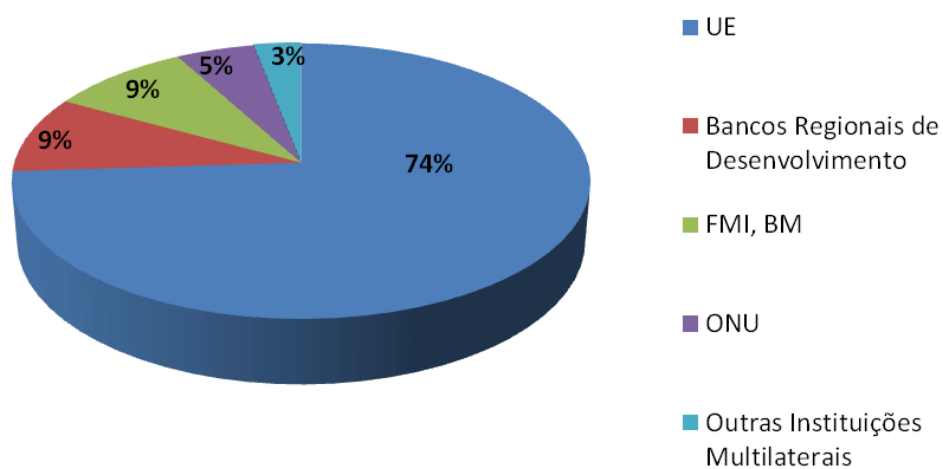
**Composição da Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Portugal (2007-2011)**



Camões I.P./DPC

Gráfico 9. Distribuição da Ajuda Pública ao Desenvolvimento Multilateral de Portugal.

**Distribuição da Ajuda Pública ao Desenvolvimento Multilateral de Portugal (2007-2011)**



Camões I.P./DPC

Quadro 3. Participação de Portugal nos programas, iniciativas e projectos ibero-americanos.

	Área Cultural	Área Social	Área Económica
<b>Programas Ibero-Americanos</b> <b>Total: 12</b>	ADAI		CYTED
	IBERMEDIA	IBERGOP	
	IBERMUSEOS	TEIB	
	RADI	INFÂNCIA	
		Pablo Neruda	
	IBERCENA		
	RILVI		
	PICBIP		
<b>Projectos Adstritos</b> <b>Total: 2</b>			CIDEU
			IBERQUALITAS

Fonte: Camões I. P.

As acções passam pela realização de intercâmbios, encontros, reuniões, acções de formação, concursos para o financiamento de projectos sob temas específicas, entre outros, sendo difícil ter uma perspectiva global e real do que efectivamente se traduz a participação nacional neste espaço. Neste sentido, Eduarda Silva refere que,

“ [...] o que tenho verificado nestes últimos anos em que trabalho com a Ibero-Americana é que há um interesse crescente dos ministérios sectoriais em aderirem aos programas, em participar nas reuniões. A Ibero-Americana é vista como um dossier bastante importante em que as pessoas se envolvem, participam, estão presentes nas reuniões, querem estabelecer parcerias e é nessa perspectiva que eu vejo que há um interesse. Dos vinte e dois programas que existem, já temos uma participação em treze programas, o que é substancial. A participação e a avaliação que se tem feito periódicas é muitíssimo positiva, pelas redes que se constroem, de troca de boas práticas, dos projectos de investigação, estabelecimento de parcerias mais substanciais. Há interesse, as avaliações são boas, os programas andam”.<sup>533</sup>

<sup>533</sup> Eduarda Silva (técnica responsável pela pasta Ibero-Americana no Instituto da Cooperação e da Língua – Camões), em entrevista concedida à autora, em 2 de Junho de 2011, na sede do IPAD, em Lisboa, devidamente arquivada.

Efectivamente, Portugal tem desempenhado um papel activo, em sectores como a justiça, de apoio aos tribunais, inovação e conhecimento, trabalho e segurança social, através das relações que se estabelecem através das ministeriais anuais, bienais, de conferências e das redes que se montam. Encontramos vários exemplos,

a) No âmbito do **Programa Ibero-americano de Acesso à Justiça**: os ministros da Justiça de Portugal, Espanha, Brasil e Argentina (conhecido por Grupo dos Quatro), assinaram em Novembro de 2010, um acordo de extradição simplificada, considerado como “um instrumento de grande importância” no combate ao crime transfronteiriço. Neste mesmo âmbito, cabe destacar o **Portal Ibero-Americano de Justiça Electrónico**: <http://www.piaje.org/PT/Paginas/defaultHome.aspx>, desenvolvido e totalmente financiado (desde 2010) pelo Ministério de Justiça de Portugal. Neste portal encontramos recursos ao nível técnico, informações diversas, legislação, jurisprudência, serviços e funcionalidades, que poderão progressivamente transformar Portugal numa plataforma de serviços ibero-americanos.

b) Portugal assinou o **Acordo Multilateral Ibero-Americano para a Segurança Social**.<sup>534</sup> Trata-se do primeiro instrumento internacional a nível ibero-americano que protege os direitos de milhões de trabalhadores migrantes e suas famílias e trabalhadores de empresas multinacionais na área de prestações económicas, através de uma coordenação das legislações nacionais em matéria de pensões, como garantia de segurança económica na velhice, incapacidade ou morte, protegidos por regimes de segurança social dos diferentes Estados ibero-americanos.

c) O **Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento** (CYTED) merece destaque pelo interesse que a experiência portuguesa nos âmbitos que abrange suscita entre as partes, nomeadamente nas áreas da agro alimentação, saúde, promoção do desenvolvimento industrial, desenvolvimento sustentável, tecnologia da informação e telecomunicações, ciência e sociedade e energia. Financiado com uma quota anual de €250.000 (para um fundo global de €6 milhões), pelo Ministério de Educação de Portugal, através da Fundação

---

<sup>534</sup> Aguarda-se pela subscrição do Acordo de Aplicação.

para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Este programa visa sobretudo contribuir para o desenvolvimento harmonioso e sustentável da região ibero-americana, através da cooperação em ciência, tecnologia e inovação. Portugal participa activamente nas redes de cooperação, de intercâmbio de informação, que se constituem.<sup>535</sup>

d) O contributo de Portugal através do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) no **Programa Ibero-americano de Propriedade Industrial e Promoção do Desenvolvimento** poderá também ser importante, na medida em que o INPI é referenciado como um exemplo de boas práticas em áreas como, *e-government*, gestão da qualidade e relacionamento com os principais *stakeholders* do sistema, podendo ajudar efectivamente ao desenvolvimento dos organismos ibero-americanos congéneres.

e) No que diz respeito ao **Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e das Caraíbas** (Fundo Indígena), para o qual Portugal também contribuiu financeiramente, foi-lhe reconhecido haver superado os seus objectivos enquanto programa da Cimeira e esta instituição autonomizou-se, passando a constituir um organismo internacional de cooperação com as prerrogativas inerentes a este estatuto. Portugal, sendo membro de pleno direito deste Fundo desde 1995, foi membro do Conselho Directivo, durante o período 2000-2012. Na última Assembleia Geral do Fundo Indígena, realizada na cidade Madrid, em Setembro de 2010, decidiu-se a renovação do seu lugar, por mais dois anos.<sup>536</sup>

No que diz respeito à **Ajuda Pública ao Desenvolvimento** propriamente dita, em 2011, e segundo dados disponibilizados pela SEGIB, Portugal destinou aos países ibero-americanos, um total de \$8,9 milhões, registando-se um ligeiro aumento de 2,3%, em relação ao ano anterior (\$8,7 milhões). Cabe referir que estes números resultam sobretudo dos compromissos com os distintos programas de cooperação, no âmbito da educação superior que Portugal manteve com o Brasil (78% dos fundos)

---

<sup>535</sup> Informação obtida através de entrevista realizada ao Engenheiro José Bonfim, delegado do programa CYTED, em 3 de maio de 2013, na sede da FCT.

<sup>536</sup> Informação sobre o Fundo Indígena [Em linha], no sítio do CAMÔES I.P.

assim como com Cuba, Argentina, Chile e o México, Uruguai, Venezuela, El Salvador, Colômbia, Peru e Nicarágua (22% restante da APD de 2011).

De facto, os registos de Portugal em relação à Ibero-América devem sempre ser contextualizados, pois a região representa uma proporção mínima (menos de 3%) do total da sua Ajuda, preferencialmente orientada para a África, Ásia e os Países da Comunidade de Língua Portuguesa<sup>537</sup> (gráfico 10).

Não obstante o valor discreto da Ajuda, o facto de esta ter vindo a diversificar-se, para além do Brasil, no que toca a Ibero-América, pode ser um bom indicador no que diz respeito aos resultados da participação de Portugal nos distintos programas, iniciativas e projectos no âmbito da Comunidade Ibero-Americana de Nações. Nesse sentido, Eduarda Silva afirma que,

“A participação do nosso país em cada um destes programas e projectos adstritos envolve uma multiplicidade e diversidade de acções que passam pela realização de intercâmbios, encontros, reuniões, acções de formação, concursos para o financiamento de projectos sob temas específicas, entre outros, sendo difícil ter uma perspectiva global e real do que efectivamente se traduz a participação nacional neste espaço, sem no entanto colocar em causa o nosso maior envolvimento e conhecimento com as realidades ibero-americanas”<sup>538</sup>.

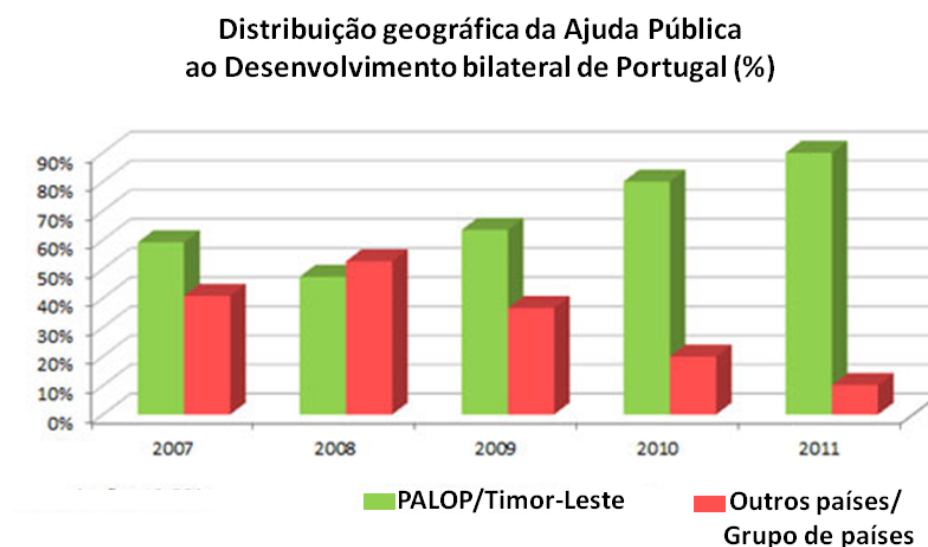
Ainda no âmbito da cooperação ao desenvolvimento, em relação à **Cooperação Triangular**, e no contexto específico das acções que por exemplo, o Brasil e Portugal desenvolvem no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, a importância crescente e as potencialidades da Cooperação Triangular como nova ferramenta para apoiar os países de menor desenvolvimento relativo, são consideradas de maneira especial pelos dois países.

---

<sup>537</sup> Cf. SEGIB “Relatório Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012”.

<sup>538</sup> Eduarda Silva, em nota enviada, via e-mail em 24 de Julho de 2012, devidamente arquivada.

Gráfico 10. Distribuição Geográfica da Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa.



Fonte: Camões I.P./DPC

A promoção de novas parcerias bem como o desejo de actuar de forma mais estratégica e sinérgica em terceiros países se concretizou por meio da proposta de Memorando de Entendimento entre o Brasil e Portugal para a Realização de Actividades em Terceiros Países, ainda em análise e negociação por ambos os governos. Este Memorando pretende estabelecer as directrizes de um “Programa Luso-Brasileiro de Cooperação Técnica Triangular” com objectivo de apoiar conjuntamente os países em desenvolvimento, favorecendo o progresso económico e social de terceiros países, por meio da utilização coordenada de recursos humanos, tecnológicos e financeiros de ambos os Governos.<sup>539</sup>

<sup>539</sup> FARANI, Marco (director da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores). Revista *Pontos de Vista*. 17/7/2012.





## CONCLUSÕES

O cumprimento do objectivo geral da tese de explorar o lugar que ocupa a Ibero-América nas prioridades da política externa portuguesa, as perspectivas do projecto da Comunidade Ibero-Americana de Nações e o papel de Portugal nesse espaço de cooperação e concertação política, subministra-nos a informação necessária para abordar as conclusões finais deste trabalho de investigação. Ditas conclusões resultam da verificação ou não das hipóteses propostas e das respostas às questões colocadas no início, que ao longo do trabalho de pesquisa foram sendo encontradas.

As perspectivas utilizadas, principalmente construtivismo e transnacionalismo, guiaram de forma adequada as nossas pesquisas nos âmbitos em que, nomeadamente a cooperação ibero-americana, os comportamentos das partes obedeceram à dinâmica da interacção entre a prática-normativa dos projectos e iniciativas e os objectivos e interesses comuns definidos e redefinidos no âmbito dos espaços configurados pelas redes de intercâmbio, aprendizagem das boas práticas e o conhecimento mútuo. Contudo, perante as limitações impostas às capacidades, nomeadamente político-normativas, de instituições como a SEGIB, o mapa teórico-conceptual das perspectivas referidas apresentaram falhas ultrapassadas pela adopção de uma certa dose de realismo.

Uma revisão da história das relações entre Portugal e os países ibero-americanos, dá-nos conta de que estas começam a partir do mesmo momento do Encontro entre os Dois Mundos. Para além do Brasil, os portugueses exploraram e estabeleceram-se noutros territórios mais a norte, e também a ocidente do mesmo continente, criando vínculos, nalguns casos duradouros, de diversa natureza. A relação entre Portugal e a Espanha condicionara a natureza desses mesmos vínculos, pressupondo, naturalmente, avanços e recuos nas fronteiras das suas respectivas colónias.

Outros agentes externos influenciaram também a relação entre Portugal e a Espanha, e a relação entre Portugal e as suas colónias, incluindo a *terra do pau-brasil*, nas Américas. Ora aproximando-os ora separando-os. Com a independência do Brasil – processo fortemente influenciado pelos interesses ingleses – , o vínculo político entre a metrópole e a colónia rompe-se. Contudo, a “relação fraterna” perdura através, principalmente, dos fluxos de pessoas que emigram da metrópole rumo à ex-colónia.

O Brasil igual que os outros Novos Estados americanos procuram novas parcerias, e com elas, novos modelos de inserção internacional. Quaisquer pretensões de reconquista por parte de Portugal ou da Espanha, ou de qualquer país europeu, ficam afastadas do “sistema interamericano” que entretanto é criado. Os vínculos entre os dois países ibéricos e as suas ex-colónias são postos à prova, e com eles, as relações que se vão estabelecendo entre Portugal, Espanha e os países ibero-americanos ficam sujeitas às consequências da crescente integração destes em espaços políticos, económicos e geoestratégicos diferentes.

No século XX, a partir de 1932, e por mais de quarenta anos, Portugal vive num regime autoritário, chamado Estado Novo, conduzido por António de Oliveira Salazar. A “antiga rivalidade” com a Espanha perdura e se projecta claramente na Ibero-América. Portugal precisa do Brasil para afirmar a sua identidade lusófona diferente da hispânica, e perante a agressiva política de hispanidade franquista. Ao mesmo tempo que na Espanha se propõe a criação de uma Comunidade Hispânica de Nações, no Rio de Janeiro é assinado o Tratado de Amizade e Consulta que consagra a existência de uma Comunidade Luso-Brasileira.

Na América Latina, o Movimento dos Não Alinhados, e qualquer projecto de integração ou iniciativa *cepalina* são considerados contrários à política colonial portuguesa. O Brasil, os EUA e a Espanha aderem ao movimento da descolonização. Portugal ficara internacionalmente isolado.

Não obstante a exclusividade do seu relacionamento com os EUA e a sua ex-colónia nas Américas, o governo salazarista manteve, e nalguns casos reforçou a sua

presença diplomática em vários pontos naquele continente, com a criação de novas Legações. Nas décadas de 1950 e 1960, várias Legações portuguesas na Ibero-América são elevadas à categoria de Embaixadas, na Argentina, Chile, Cuba, México, Venezuela, Uruguai, Colômbia e Peru. No caso da Venezuela justificava-se pelo significativo número de portugueses que emigraram para aquele destino a Norte do Sul das Américas, por razões económicas mas também de índole política.

Não obstante os vínculos históricos e culturais e as “relações fraternas”, a partir de 1961, a ‘questão colonial’ manterá Portugal e o Brasil em posições contrárias e abrirá espaço para que, desde as Caraíbas, Cuba desempenhe um papel decisivo no processo que conduzirá, na década de 1970, à independência das colónias portuguesas em África.

Com a Revolução dos Cravos, começa efectivamente um novo período da história portuguesa com um governo democrático prometendo alterações estruturais no sistema político. Não obstante a redefinição dos objectivos, no âmbito da política externa, as prioridades nas Américas permanecem as mesmas.

Com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1986, apesar das sensibilidades portuguesas geradas pela dinâmica da aproximação dos europeus à América Latina, e do capital político investido por alguns dos seus principais líderes através de internacionais políticas, como a Internacional Socialista, só se verificaram algumas alterações significativas no relacionamento entre Portugal e os países da região, a partir de mediados da década de 1990, sobretudo do ponto de vista económico, e em relação ao Brasil. Portugal destinara a maior parte dos seus esforços a sua integração plena na Europa.

A Guerra na América Central, a crise da dívida externa, a Guerra das Malvinas, foram todos eventos que, na década de 1980, revitalizaram o interesse da Europa pela América Latina. Com a entrada conjunta de Portugal e a Espanha no quadro das Comunidades Europeias, em 1986, redinamiza-se o processo de aproximação inter-

regional. Portugal e a Espanha trabalham juntos e de forma coordenada no sentido de promover a América Latina como uma opção válida da política externa europeia.

Da cooperação ao desenvolvimento e o diálogo político, na agenda bi-regional passa-se a considerar, consoante os novos desafios, os temas da democracia e dos direitos humanos juntamente com as relações económicas e a liberalização do comércio. A estratégia europeia inicial de promoção e incentivos ao regionalismo latino-americano cede perante a necessidade de se avançar com alguns estados numa sorte de parcerias *à la carte*.

Uma análise das relações entre a UE e a América Latina revela-nos o potencial de uma relação reforçada, podendo traduzir-se em amplos benefícios para os portugueses. A posição geográfica privilegiada – de articulação intercontinental – de Portugal constitui, efectivamente, uma mais-valia, de avançar-se, por exemplo, nas negociações do Tratado de Livre Comércio UE - Mercosul, ou através do reforço da parceria UE – Brasil. Nesse sentido facilitar a relação parece ser a ‘missão’ dos dois países europeus mais comprometidos com este processo, Portugal e a Espanha, porque formando parte de um e do outro espaço.

A partir de 1991, com a realização da I Cimeira Ibero-Americana pode-se dizer que teve início, um novo período das relações entre Portugal e os países latino-americanos. Passamos a poder falar, efectivamente, para além das relações bilaterais e as que se processam no quadro das relações União Europeia – América Latina e Caraíbas, de um âmbito regional preciso, porque ibero-americano, da política de Portugal, destinada a um conjunto de dezanove países.

No início, eram muitos os receios portugueses em relação às pretensões da Espanha, não obstante a dinâmica de transformação que tem ocorrido nos últimos anos (de crise) tem favorecido a aproximação estratégica, política e económica, de Portugal à Ibero-América, com um interesse diferente àquele que tinha em Guadalajara. A *diplomacia económica* portuguesa contempla, actualmente, vários países da região.

Não tendo sido clara a sua política, nem obedecendo a uma estratégia definida, o ‘envolvimento progressivo’ de Portugal nas questões ibero-americanas tem sido construído, sobretudo, através da prática. Os objectivos e fins da política portuguesa no âmbito ibero-americano passam, assim, a ser definidos a partir, e sobretudo, a partir do acervo ibero-americano. Da execução dos projectos, programas e iniciativas tem resultado um maior conhecimento entre as partes, aprendizagem das boas práticas e redefinição de objectivos e interesses. Isto parece-nos bastante claro, particularmente, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento.

Portugal procurou valorizar a sua participação no projecto ibero-americano, sobretudo na última década, através de um maior envolvimento nos programas sectoriais, juntamente com um aumento dos fundos destinados à Cooperação Ibero-Americana, e através do investimento político e financeiro que pressupõe a organização, em território nacional, de duas cimeiras, e a participação ao mais alto nível, em todas as vinte e três cimeiras, e a um menor nível, nas várias reuniões ministeriais que se realizam, todos os anos.

Em Estoril, durante a realização da XIX Cimeira Ibero-Americana, o espaço ibero-americano abre-se formalmente àqueles Estados com afinidades linguísticas e culturais, ou àqueles que possam efectuar contribuições efectivas, bem assim como aos organismos internacionais intergovernamentais interessados. Sendo Portugal e o Brasil partes constituintes deste espaço, a dimensão lusófona do projecto constitui uma mais-valia em termos de ‘potencial de projecção’ desta comunidade para outros espaços, principalmente para os países africanos e asiáticos que falam português.

Observamos contudo que até os dias de hoje, apesar das complementaridades que se verificam, nem a CPLP nem os países membros (africanos e asiáticos) solicitaram o estatuto de membro observador perante a SEGIB. Isto pode significar que existam ainda reticências sobretudo do lado de Portugal em relação às pretensões da Espanha, o que justifica a consideração e observância de determinados limites à sua política no que diz respeito aos respectivos âmbitos de projecção externa.

Não obstante o investimento realizado, e a retórica dos discursos de amizade, a participação de Portugal no fórum de concertação ibero-americano tem-se caracterizado pelo baixo perfil político, e os meios disponíveis para a acção são claramente escassos. Portugal mantém actualmente na região nove embaixadas, um Centro Cultural Português e três Centros de Língua Portuguesa, e criou muito recentemente cinco delegações da AICEP. Nalguns casos, os instrumentos jurídicos que visam regular o relacionamento ainda são poucos e muito recentes. Na Secretaria Geral Ibero-Americana, Portugal mantém um único funcionário português, e as informações disponíveis sobre os programas, projectos e iniciativas em que Portugal participa são pouco divulgados. Há aqui uma “dessintonia”, que ilustra a ausência de coordenadas para a acção política.

Um balanço destes vinte e dois anos do ibero-americano, tendo em conta os novos cenários no âmbito mundial, latino-americano e europeu, poderá ser mais positivo, desde uma perspectiva que valorize as questões identitárias, as interdependências, e certos padrões de cooperação, que envolve o projecto. Não obstante, os sinais de enfraquecimento das cimeiras (as ausências repetidas dos líderes políticos de vários países), provocados sobretudo pela falta de interesse das partes poderão estar a anunciar o fracasso de mais um espaço multilateral de base histórica e cultural, numa conjuntura em que são outros os espaços de interesses para a tomada de decisões mais importantes, por parte dos Estados, com alcance global.

Desprovida de competências políticas para agir, a SEGIB enfrenta os desafios que lhe colocam as novas realidades, internacional, europeia e latino-americana. O Relatório Lagos, como ficou conhecido, foi apresentado na última cimeira, em Outubro de 2013, contendo propostas no sentido do fortalecimento do espaço ibero-americano. Não sendo possível alcançar o consenso necessário para a aprovação das principais medidas propostas, entre as quais o fortalecimento institucional da Secretaria Geral, a reforma ficara adiada.

Pode-se dizer que, um efeito muito importante da participação portuguesa no sistema das cimeiras ibero-americanas refere-se, do ponto de vista conceptual, ao

“reencontro histórico” de Portugal e a Espanha. Em relação ao relacionamento entre Portugal e os vários países ibero-americanos, as melhoras que evidenciamos, desde o ponto de vista político-diplomático não foram, contudo, significativas. A aproximação que podemos verificar entre o país luso e alguns países como o México, a Venezuela, a Colômbia ou o Peru, parecem obedecer mais às orientações ditadas por determinados interesses conjunturais (empresas e certos regimes políticos de turno), nalguns casos assumindo o peso das diásporas, e não a uma estratégia política própria claramente definida.

Tendo em conta o histórico registado do relacionamento entre Portugal e a Espanha e entre Portugal e os diferentes países ibero-americanos, nos vários âmbitos bilateral, regional ibero-americano, e inter-regional euro-latino-americano; o balanço da participação portuguesa no projecto; e o potencial que pressupõe uma maior presença e participação de Portugal em cada um destes, consideramos oportuno, deixar aqui um contributo teórico identificando algumas das coordenadas que podem vir a servir como guia para a definição ou redefinição da política de Portugal para a Ibero-América.

As coordenadas que identificamos sugerem desde acções e decisões específicas até àquelas que, observando objectivos de longo alcance, puderam ser traduzidas em orientações, planos ou desempenhos gerais da política externa portuguesa. Estas coordenadas são as seguintes: reforçar a presença portuguesa nas instituições ibero-americanas; reforçar as relações bilaterais com os países ibero-americanos, para além do Brasil; continuar na linha dos incentivos à troca comercial e ao investimento; uma presença mais interventiva no fórum político e de concertação ibero-americano; criar um sistema de informação e divulgação mais eficaz sobre as actividades da SEGIB, e sobre o “acervo ibero-americano”; incentivar o debate e a reflexão sobre o ibero-americano numa perspectiva portuguesa; desenvolver uma política de cooperação ao desenvolvimento com os países ibero-americanos mais ambiciosa; trabalhar junto com os parceiros ibero-americanos no sentido de promover a ideia de comunidade antes que a ideia das cimeiras; definir uma política ibero-americana que contemple um efectivo apoio às diásporas; continuar a trabalhar no sentido da promoção e do ensino

das línguas ibéricas; trabalhar mais no sentido de reforçar a dimensão lusa do projecto, junto com o Brasil; trabalhar com maior empenho no sentido da ibero-americanização da política europeia, ao lado da Espanha; por último, ajudar a criar sinergias capazes de encontrar fórmulas que permitam dar projecção à relação euro-latino-americana-africana e com os EUA.



## BIBLIOGRAFIA

### Documentos Legislativos e Judiciais.

- Decreto nº 18/97. Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México (6/11/1996). Disponível em <http://bit.ly/1bCyC0s>
- Resolução da Assembleia da República n.º 26/2002. Diário da República n.º 81 Série I-A (6/4/2002). Disponível em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/SECIB/secib.htm>
- Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005. Diário da República I Série B. N.º 244 (22/12/2005) [Em linha]. Anexo “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, pp. 7180-7201. Disponível em <http://bit.ly/18UhnVc>

### Livros (suporte em papel e electrónicos).

- ACCIOLY, Elizabeth (2010), *Mercosul e União Europeia*. Curitiba: Juruá Editora. ISBN 978-85-362-3100-6.
- ALMEIDA, Palmira Morais Rocha de (2008), *Poetas Brasileiros do período colonial* (Antologia I). Lisboa: Edições Colibri. ISBN 978-972-772-834-3.
  - (2009), *Poetas Brasileiros do período colonial* (Antologia II). Lisboa: Edições Colibri. ISBN 978-972-772-954-8.
- ÁLVAREZ, Fernando Bouza (1998), (organização, introdução e notas) *Cartas para Duas Infantes Meninas: Portugal na correspondência de D. Filipe para as suas filhas, 1581-1583*. Lisboa: Publicações Bom Quixote. ISBN 972-20-1529-X.
- ANTUNES, José Freire (1991), *Kennedy e Salazar*. Lisboa: Difusão Cultural. ISBN 972-709-114-8.
- ARAUJO, Renata Malcher, (Coord.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: América do Sul (arquitectura e urbanismo)*. Direcção: José Mattoso. Vol. I. Lisboa: FCG. ISBN 978-989-95758-2-0.
- ARENAL, Celestino (1994), *Introducción a las Relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos. ISBN 84-309-1886-8.
  - (1994), *Política Exterior de España hacia Iberoamérica*. Madrid: Editorial Complutense. ISBN 84-7491-516-3.
  - (Coord.) (2005), *Las Cumbres Iberoamericanas (1991-2005). Logros y desafíos*. Madrid: Fundación Carolina/Siglo XXI.
  - (2006), *Acervo Iberoamericano. Valores, principios y objetivos de la Comunidad Iberoamericana* [Em linha]. Madrid: SEGIB. [Consult. 25/7/2012]. Disponível em <http://bit.ly/1diRDUS>.
  - (2009), *España y América Latina 200 años después de la Independencia. Valoración y Perspectivas*. Madrid: Real Instituto Elcano. ISBN 978-84-936991-0-9.

- (2011), *Política exterior de España y Relaciones con América Latina*. Madrid: Fundación Carolina, Siglo XXI. ISBN 978-84-323-1486-5.
- ATKINS, G. Pope (1989), *Latin America in the International Political System*. Boulder CO: Westview Press. ISBN 0-8133-0526-8.
- (1997), *Encyclopedia of the Inter-American System*. Library of Congress Catalog. Greenwood Press. ISBN 0-313-28600-0.
- AYLLÓN, Bruno e Javier Surasky (2010), (Coordenadores) *La Cooperación Sur-Sur en Latinoamérica. Utopía e Realidad*. Madrid: Los Libros de la Catarata. ISBN 978-84-8319-509-3.
- AZEVEDO, Ana Maria e Maria Paula Caetano N. Águas (2000), *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil*. (Estudo crítico e notas). Lisboa: Publicações Europa-América.
- BETHENCOURT, Francisco e Kirth Chaudhuri (Direcção) (1998), *História da Expansão Portuguesa*, Volume 4. Navarra: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-1798-1.
- BOERSNER, Demetrio (1996). *Relaciones Internacionales de América Latina*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad. ISBN 980-317-092-9.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2010), *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Alfragide: Texto Editores. ISBN 978-972-47-4110-9.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel (2013), *Escravos e Traficantes ni Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros. ISBN 978-989-626-478-9.
- CALDUCH CERVERA, Rafael (1991), *Relaciones Internacionales*. Madrid: Ediciones Ciencias Sociales. ISBN 84-87510-25-6.
- CASTRO, Joaquim Magalhães (2010), *No Mundo das Maravilhas*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 978-972-23-4422-7.
- CERVO, Amado Luiz (2001), *Relações Internacionais da América Latina. Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Universidade de Brasília. ISBN 85-88270-05-6.
- (2012), *A Parceria Inconclusa*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora. ISBN 978-85-8054-040-6.
- CHACON, Vamireh (2005), *A Grande Iberia*. São Paulo: Editora UNESP. ISBN 85-7139-600-0.
- CONNELL-SMITH, Gordon (1971), *El Sistema Interameicano*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica. Título original: *The Inter-American System*. ISBN 968-16-1056-3.
- COSTA, Darc (2009), *Fundamento para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. ISBN 978-85-7753-088-5.
- (Coord.) (2013), *Africa e a Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora Ltda. ISBN 978-85-98059-29-7.
- COURBAGE, Youssef e Emmanuel Todd (2009), *Encuentro de Civilizaciones*. Trad. Maria Pérez Colina. Madrid: Foca. Título original: *Le rendez-vous des civilisations*. ISBN 978-84-96797-12-3.

- DONGHI, Tulio Halperin (1993), *Historia Contemporánea de América Latina*. 14.ª edição. Madrid: Alianza Editorial. ISBN 84-206-1192-1.
- EMERSON, Michael and Renato Flores (Edit.) (2013), *Enhancing The Brazil-EU Strategic Partnership. From the bilateral and regional to the global* [Em linha]. Brussel: CEPS/Centre for European Policy Studies. [Consult. 5/11/2013]. ISBN 978-94-6138-346-4. Disponível em <http://bit.ly/19xPVAd>
- FAFE, José Fernandes (2008), *Fidel*. Rio Tinto: Círculo de Leitores e temas e Debates. ISBN 978-972-759-997-4.
  - (2010), *A Colonização Portuguesa e a Emergência do Brasil*. Lisboa: Temas e Debates. ISBN 978-989-644-124-1.
- FIGUEROA SALAZAR, Amílcar (1987), *El Salvador*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos. ISBN 980-6004-11-6.
- FONTOURA, Luís (Coord.) (2013), *Segurança e Defesa Nacional*. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-5123-9.
- Foro Euro Latino-americano de Centros de Análisis (2010), *Diálogo UE-ALC*. Debate y conclusiones. Madrid: Fundación Carolina.
- FRERES, Christian e José A. Sanahuja (2006), (Coord.). *América Latina y La Unión Europea. Estrategias para una asociación necesaria*. Barcelona: Icaria Editorial. ISBN 84-7426-866-4.
- FREYRE, Gilberto (1954), *Casa-Grande&Senzala*. 8.ª Edição. Lisboa: Edição «Livros do Brasil».
  - (1951), *Sobrados e Mucambos*. Lisboa: Edição «Livros do Brasil».
- GALEANO, Eduardo (1990), *Las venas abiertas de América Latina*. 60.ª Edição. Bogotá: Siglo XXI. ISBN 968-23-0100-9.
- GARCÍA SEGURA, Caterina e Eduardo V. Pintos (2005), (Coord.) *Comunidad Internacional y Sociedad Internacional*. Gernika: Gernika Gogoratuz e Munduan Paz y Desarrollo. ISBN 84-609-6298-9.
- GONÇALVES, Williams da Silva (2003), *O Realismo da Fraternidade Brasil – Portugal*. Lisboa: ICS. ISBN 972-671-104-5.
- GLEIJESES, Piero (2004), *Misiones en Conflicto*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales. ISBN 959-06-0699-7.
- HEINE, Jorge (1991), *Anuário de Políticas Exteriores Latinoamericanas 1990-1991*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad Prospel. ISBN 980-317-006-6.
- HOLSTI, K. J. (1995), *International Politics – A Framework for Analysis*. 7.ª Edição. New jersey Prentice-Hall.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1996), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Trad. Henrique M. Lajes Ribeiro. Lisboa: Gradiva. Título original: *The Clash of civilizations and the remaking of world order-Remaking of World Order*.
- IGLESIA, Enrique V., Rosa Conde e Gustavo Suárez Pertierra (2011), (Coord.) *El Momento Político de América Latina*. Madrid: Fundación Carolina e Siglo XXI. ISBN 978-84-323-1488-9.

- JIMÉNEZ, Juan Carlos (2009), *Espanha y Portugal en transición*. Madrid: Sílex Ediciones. ISBN 978-84-7737-225-7.
- JONES, Maldwyn A. (1996), *História de Estados Unidos 1607-1992*. Trad. Carmen Martínez Gimeno. Madrid: Ediciones Cátedra. Título original: *The Limits of Liberty. American History 1607-1992*. ISBN 84-376-1407-4.
- LOURENÇO, Eduardo (2000), *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-765-6.
- (2011), *Pequena meditação europeia*. Lisboa: Babel (Verbo). ISBN 978-972-22-3015-5.
- MAGALHÃES, José Calvet (1995), *A Diplomacia Pura*, Venda Nova: Bertrand Editora. ISBN 972-25-0943-8.
- (1997), *Portugal na Europa. O caminho certo*. Lisboa: Bertrand Editora. ISBN 972-25-0967-5.
- (2000), *Breve História Diplomática de Portugal*. Sintra: Publicações Europa-América.
- MALAVÉ MATA, Héctor (Coord.) (1992), *Perfiles de América Latina*. Caracas: Monte Avila Editores Latinoamericana. ISBN 980-01-0675-8.
- MARTINEZ, Pedro Soares (2010), *História Diplomática de Portugal*. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-3577-2.
- MATTOSO, José (Direcção) (1994), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. VII Volume. ISBN 972-42-0916-4.
- MOREIRA, Adriano (1987), *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*. 3.ª Edição. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- (2002), *Teoria das Relações Internacionais*. 4.ª Edição. Coimbra: Almedina. ISBN 972-40-1771-0.
- MOREIRA, Carlos Diogo (1996), *Identidade e Diferença. Os desafios do pluralismo cultural*. Lisboa: UTL. ISCSP.
- MUÑOZ, Heraldo (1990), (compilação) *Anuário de Políticas Exteriores Latinoamericanas 1989-1990*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad. ISBN 980-6110-83-8.
- OLIVEIRA, César (1995), *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas*. Lisboa: Edições Cosmos. ISBN 972-8081-52-9.
- OROPEZA GARCÍA, Arturo (2006), *China. Entre el Reto y la Oportunidad*. México, D. F.: UNAM. ISBN 970-94747-0-7, pp. 235-271.
- (Coord.) (2011), *BRICS. El difícil caminho entre el escepticismo y el assombro*. México, D. F.: Cámara de Diputados / Consejo Editorial. UNAM. ISBN 978-607-00-4486-1.
- ORTIZ, Maria Salvadora e Susanne Gratiús (Edit.) (2012), *Europa y Las Américas. Por fin, un triángulo atlántico?*. Fundación Academia Europea de Yuste. ISBN: 978-84-616-0098-4.
- PASTOR, Robert A. (1992), *U.S. Foreign Policy toward Latin America and the Caribbean*. Princeton: Princeton University Press. ISBN 0-691-02561-6.

- PAYNE, Anthony e Nicola Phillips (2012), *Desarrollo*. Trad. Maria Teresa Casado. Madrid: Alianza Editorial. ISBN 978-84-206-6591-7. Título original: *Development*.
- PIRES, Rui Pena (Coord.) (2010), *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: FCG. Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República e Edições tinta-da-china, Lda. ISBN 978-989-671-056-9.
- PRADO, Juan Pablo (2009), *El lado oscuro de la cooperación internacional*. México, D. F.: Instituto Panamericano de Geografía e Historia. ISBN 978-607-7842-01-9.
- RAMOS, Rui (2009), (Coord.) *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros. ISBN 978-989-626-139-9.
- RIBEIRO, Darcy (1992), *Las Americas y La Civilización*, 4.<sup>a</sup> Edição. Caracas: Biblioteca Ayacucho. ISBN 980-276-190-7.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) (1998), *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*. Sintra: Publicações Europa-América. ISBN 972-1-04529-2.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento e Tessaleno Devezas (2009), *Portugal. O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*. V. N. Famalicão: Centro Atlântico. ISBN 978-989-615-077-8.
- SANEAX, Sully (2010), *La República Dominicana através de los Informes Consulares a Portugal: 1879-1930*. Santo Domingo: Editora Taller. ISBN 978-9945-442-80-9.
- SARDICA, José Miguel (2013), *Ibéria*. Lisboa: Alêtheia Editores. ISBN 978-989-622-532-2.
- SCHAUB, Jean-Frédéric Schaub (2001), *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Trad. Isabel Cardeal. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 972-24-1146-2.
- SERRÃO, Joel [et al.] (1976), *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*. Antologia. Lisboa: Livros Horizonte (33).
- SILVA, António Martins (2005), *Portugal e Europa - Distanciamento e Reencontro*. Viseu: Palimage Edit.
- SIMÃO, José Veiga e Jaime da Costa Oliveira (2002), *Potencialidades de Cooperação para a Competitividade*. Lisboa: Instituto Portugues da Conjuntura Estratégica. Associação Industrial Portuguesa. ISBN 972-95867-5-6
- SOARES, Mário (2011), *Um político assume-se*. Lisboa: Temas e Debates. Círculo de Leitores. ISBN: 978 9896 4414 63.
- TELO, António José e Hipólito De La Torre Gómez (2003), *Portugal y España en los sistemas internacionales contemporâneos*. Mérida: Junta de Extremadura. Gabinete de Iniciativas Transfronteizas. ISBN 84-7671-712-1.
- TORO JIMÉNEZ, Fermín (2008), *História Diplomática de Venezuela, 1810-1830*. Volume I. Caracas: UCV. ISBN 978-980-00-2490-4.
- TOYNBEE, Arnold J. (1968), *O desafio de nosso tempo*. Trad. Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Título original: *Change and Habit – The Challenge of Our Time*.
- TRABULO, António (2004), *O Diário de Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira Livraria Editora, Lda. ISBN 972-8645-23-6.

- TRUYOL Y SERRA, António (1995), *História de la Filosofía del Derecho y del Estado*. 2 Livros. 4.ª Edição. Madrid: Alianza Universidad Textos. ISBN 84-206-8040-0.
- VÁRIOS AUTORES (2006), *América Latina y la Unión Europea*. Estrategias para una asociación necesaria. Barcelona: Icaria editorial, S.A. ISBN 84-7426-866-4.
- VICENTE, António Pedro (2003), *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações Peninsulares no século XX*. Lisboa: Tribuna da História. ISBN 972-8799-01-2.
- WENDT, Alexander (1999), *Social theory of international politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press. ISBN 978-0-521-46960-9.
- ZIRING, Lawrence, Jack C. Plano e Roy Olton (1995), *International Relations: A Political Dictionary*. Califórnia: ABC-CLIO. ISBN 0-87436-897-9.

### **Artigos de revistas científicas (suporte em papel e eletrónicos)**

- ALEIXO, José Carlos Brandi, "O processo de independência do Brasil e suas relações com os países vizinhos", em *Série Estudos e Ensaio / Ciências Sociais*. FLACSO (Brasil) [Em linha]. Junho 2009, 17 pp. [Consult. em 5/7/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1jin1KF>
- ARENAL, Celestino (1997), "Los acuerdos de cooperación entre la Unión Europea y América Latina (1971-1997): evolución, balance y perspectivas", em *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*. Nº 1 (Outono - Inverno 1997), pp. 111-138.
- ARENAL, Celestino e Mónica Hirst (Coord.) (2001), "Las relaciones triangulares Estados Unidos, Unión Europea y América Latina", em *Pensamiento Iberoamericano*. Nº 8. 2ª época.1 (revista bianual). Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo y Fundación Carolina.
- ARENAL, Celestino (2004), "¿Cuál debe ser el papel de España en las Cumbres?". DT [Em linha]. Nº 37/2004 (28/6/04). Madrid: Real Instituto Elcano. [Consult. Em 01/12/2013]. Disponível em [www.realinstitutoelcano.org](http://www.realinstitutoelcano.org)
- (2005), "De la Cumbre Iberoamericana de San José de Costa Rica (2004) a la Cumbre Iberoamericana de Salamanca (2005)", DT [Em linha]. 7/2005 (15/2/2005). Madrid: Real Instituto Elcano. [Consult. Em 01/12/2013]. Disponível em [www.realinstitutoelcano.org](http://www.realinstitutoelcano.org)
- (2010), "Balance de la Asociación Estratégica entre la Unión Europea y los países de América latina y el Caribe", em *Diálogo UE-ALC. Debate e conclusiones*. Madrid: Fundación Carolina, pp. 25-55.
- BARBOSA, André (2008), "Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: geopolítica, geoestratégia e importância para a Lusofonia", em PINTO, Maria do Céu (Coord.), *Europa, Segurança e Migrações* [Em linha]. Working paper [Consult. em 15/10/2009]. Disponível em <http://bit.ly/18Ro36C>
- CABRITA, Maria da Conceição Vaz Serra Pontes (2010), "Aliança-Peninsular" em *Revista Militar* [Em linha]. Lisboa. Nº 2496. [Consult. Em 7/9/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cb19x0>

- CALDUCH CERVERA, Rafael (2012), “Cultura y Civilización en la Sociedad Internacional”. [Em linha]. [Consult. em 7/6/2013]. Disponível em <http://bit.ly/18Ow9Ng>
- CASANOVA, Lourdes (2011), “La década dorada latino-americana: las ‘global latinas’ llegan a Occidente”, em *Economía Exterior*. Nº59. Madrid. Invierno 2011-2012, pp. 85-91.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa (1979), “A Internacional Socialista vai à América Latina”, em *Revista crítica de Ciências Sociais* [Em linha]. Lisboa, nº3, 11 pp. [Consult. em 7/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1fjcPKL>
- (1984), “La Internacional Socialista y América Latina”. Documento da biblioteca FLACSO-Santiago de Chile [Em linha]. N.º 26. [Consult. em 7/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1aQcuS0>
- DOS SANTOS, Enestor (2012), “Estabilidad y crecimiento en Brasil”, em *Revista CIDOB d’afers internacionals*. Nº 97-98. Abril 2012, pp. 55-66.
- DURÁNTEZ PRADOS, F. Alvaro (2001), “La dilatación lusófona del iberismo hispánico”, em *Análisis, estrategia y prospectiva de la Comunidad Iberoamericana*. Cuadernos de Estrategia. Instituto Español de Estudios Estratégicos, IEEE, nº 118, pp. 143-184.
- (2003), “La ampliación de la Comunidad Iberoamericana”, en FRAERMAN, Alicia (Edit.), *Inclusión social y desarrollo. Presente y futuro de la Comunidad Iberoamericana*, Madrid: Comunica, pp. 46-49.
- FARIA, Miguel (1999), “Portugal-Brasil: sob o manto dourado do Barroco”, em *Janus* (99-2000) [Em linha]. Lisboa. UAL&Público. [Consult. em 25/6/2013]. Disponível em <http://bit.ly/JHi929>
- FARRET, Rafael Leporace e Simone Rodrigues Pinto (2011), “América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia”, em *Topoi*, V. 12, n. 23, Julho - Dezembro, p. 30-42.
- FONSECA, Carmen Sofia (2010), “Intenções versus desempenho: o Brasil na política externa portuguesa (1976-2007)”, em *Revista Brasileira de Política Internacional* [Em linha]. Nº 53 (2), pp. 49-69. [Consult. em 23/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/JfkjVQ>
- FORTUNA BIATO, Marcel (2012), “Brasil en la Cooperación regional para la lucha contra la violencia y el crimen organizado” em *Revista CIDOB d’afers internacionals*. Nº 97-98. Abril 2012, pp. 17-133.
- GARCÍA CASAS, Fernando (2013), “Un lugar para la Cooperación Iberoamericana”, em *Política Exterior* [Em linha]. Madrid. Janeiro – Fevereiro 2013. [Consult. Em 5/6/2013]. Disponível em <http://bit.ly/JCKeYd>
- GOMES, Nancy (1998). “As Relações Externas da América Latina”, em *Janus* (2008). [Em linha]. Lisboa. UAL&Público. Disponível em <http://bit.ly/1cQDiVB>
- (1999), “Cenários no Espaço Iberoamericano”, em *Janus* (99-2000) [Em linha]. Lisboa. UAL&Público. Disponível em <http://bit.ly/18TQiEB>

- (1999), “Europa e América Latina: a cooperação inter blocos” in *Revista Portuguesa de Instituições Internacionais e Comunitárias*. Lisboa: ISCSP.
- (2009), “Os portugueses na Venezuela”, em *Relações Internacionais* (Nº 24). Lisboa: IPRI, pp. 83-92.
- (2011). "BRICS: Brasil, potência emergente". Notas e Reflexões, JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 2, N.º 2, Outono 2011. Disponível em <http://bit.ly/19ydvBvd>
- (2012), “América Latina e as Caraíbas: principais zonas de tensão”, em *Janus (2011-2012)* [Em linha]. Lisboa. UAL&Público. Disponível em <http://bit.ly/18yyvos>
- (2013), “A Comunidade dos Estados Latino Americanos e do Caribe”, em *Janus (2013)* [Em linha]. Lisboa. UAL. Disponível em <http://bit.ly/1eoe6VN>
- (2013), “Portugal and Latin America beyond historical and cultural ties” em *Megatrend Review*. UDC 327 (469:8). Original scientific paper. No.1. Belgrado, pp. 227-244. ISSN 1820-3159.
- GRABENDORFF, Wolf, Brazil, “A «Secure» Partner for the European Union? Publicações do NOREF [Em linha]. 19 Outubro 2009. [Consult. em 5/11/2012]. Disponível em <http://bit.ly/lZOhg1x>
- GRATIUS, Susanne (2012), “Brasil y la UE ante los Poderes Emergentes y la Pujanza Asiática”, em *Revista CIDOB d’afers internacionals*. Nº 97-98. Abril 2012, pp. 231-243.
- GUEDES, Armando Marques (2012), “Da desregulação ao recentramento no Atlântico Sul, e a construção da «Lusofonia»”. JANUS.NET e-journal of International Relations [Em linha]. Vol. 3, N.º 1. Primavera 2012. [Consult. em 7/6/2013]. Disponível em <http://bit.ly/18yVdwP>
- HAKIM, Peter, “Por que EUA y Brasil no tienen una buena relación? em *Foreign Affairs*. Latinoamérica. Vol. 11. Nº 1, pp. 14-21.
- JUAN-NAVARO, Santiago (2006), “Una sola Fé en una sola Lengua: La hispanidad como coartada ideológica en el pensamiento reaccionario español”, em *Hispania* 89.2 [Em linha], pp. 392-399. [Consult. em 16/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cSm3AM>
- LEITE, Isabel Costa (2012), “A crise ibérica e o recurso à América Latina”, em *Pacta*. Lisboa: NERI, ISCSP.
- MAGALHÃES, Justino (s.d.), “Nacionalismos e Iberismo na Formação dos Sistemas de Ensino Peninsulares”, em Repositório da Universidade de Lisboa [Em linha]. 12 pp. [Consult. em 5/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cg47ko>
- MAILHE, Alejandra e Emir Reitano (compilad.) (2008), “Pensar Portugal: Reflexiones sobre el legado histórico y cultural del mundo luso en Sudamérica”. Memória Académica [Em linha]. FaHCE. Universidad Nacional de la Plata. ISBN 1668-950X, 393 pp. [Consult. em 3/9/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1dmroNk>



- MALAMUD, Andrés (2012), “La UE, del interregionalismo com América Latina a la Asociación estratégica com Brasil”, Revista *CIDOB d'àfers internacionals*. Nº 97-98. Abril 2012, pp. 219-230.
- MALAMUD, Carlos (2012), “La Cumbre de Asunción y el futuro de las Cumbres Iberoamericanas”. ARI 157/2011 [Em linha]. Real Instituto Elcano, 25/11/2011. [Consult. em 27/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/18OfpWh>
- MARQUES, Guida, (2002), “O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal”, em *Penélope: revista de história e ciências sociais* [Em linha]. Nº. 27, pp. 7-36. ISSN 0871-7486. [Consult. em 23/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/16UREPL>.
- MARTÍN DE VEGA, Maria R., Cesilda Martín Montalvo, e M.T. Solano Sobrado (1985), *El hispanoamericanismo, 1880 – 1930*. Revistas Científicas Complutenses [Em linha]. Madrid. Vol. 8, pp. 149-164. [Consult. em 7/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1buQpXk>
- MIYAMOTO, Shiguenoli, “O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa”, em *Revista Brasileira de Política Internacional* [Em linha]. Nº 52 (2). 2009, pp. 22-42. [Consult. em 25/7/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1dkgYha>
- MOREIRA, Adriano (2000), “Reencontro Peninsular: Predomínio dos Factores Exógenos”, em *População e Sociedade* [Em linha]. N.º 6. CEPESE. [Consult. em 1/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1d6lDmM>
- NABAIS, João-Maria (2007), “A Arte do Retrato n'As Meninas de Velásquez”. *Ciencias e Técnicas do Património*. Revista da Faculdade de Letras. Porto. I Série. Vol. V-VI, pp. 363-389.
- NYE, Joseph S. (2011), “El futuro del Poder Estadounidense”, em *Foreign Affairs*. Latinoamérica. Vol. 11. Nº 1, pp. 97-109.
- PAJOVIC, Slobodan S. (2007), (Coord.) “Interculturalidade en los Procesos de la Formación Identitaria de América Latina: Percepciones e Interpretaciones”, em *Foro Científico de CEISAL*. Megatrend University. Belgrado. ISBN 978-86-7747-264-1.
- PEREIRA, José Esteves (1999), “Portugal na Balança da Europa - Um roteiro de mareante”, em *Camões* [Em linha]. Lisboa. Nº 4, 7 p. [Consult. em 11/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1kRubRx>
- PEREIRA CASTAÑARES, Juan Carlos (1992), “España e Iberoamérica: un siglo de relaciones (1836-1936)”, em *Persée* [Em linha]. Vol. 28, Nº 28-3, pp. 97-127. [Consult. em 25/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/18zh9CN>
- RUGGIE, John Gerard (1998), "What Makes the World Hang Together? Neo-Utitarianism and the Social Constructivist Challenge" em *International Organization* [Em linha]. Vol. 52, Nº 4. International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the Study of World Politics. Autumn 1998, pp. 855-885. [Consult. em 5/10/2010]. Disponível em <http://bit.ly/1lpqRgK>

- RUIS JIMENEZ, Laura (2004), “The Iberoamerican Community of Nations - The unused potential of a stagnant system”, em *Megatrend Review* 1/04 Belgrade, ISSN 1820-3159, ZDB-ID 2209782X. Vol. 1, p. 67-76.
- SALOMÓN, Mónica (2001) “La Teoría de las Relaciones Internacionales en los Albores del Siglo XXI: Diálogo, Disidencia, Aproximaciones” em *Revista CIDOB d’Àfers Internacionals* [Em linha]. Nº 56, pp. 7-52. [Consult. em 7/5/2009]. Disponível em <http://bit.ly/1c9EJ9s>
- SILVA, Joaquim Ramos (2012), “Laços económicos com o Brasil: um imperativo estratégico para Portugal”, em *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão* [Em linha]. Vol.11. Nº 2-3, pp. 02-20. [Consult. em 1/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1fcDHgM>
- SPENGLER, Eusébio Leal (2000), “Eça em Havana”, em *Camões* [Em linha]. Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Lisboa. Número 9-10. Abril-Setembro. [Consult. em 7/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/JIG7tO>.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1998), “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês”, em *Análise Social* [Em linha]. Lisboa. Vol XXIII, 1987-4.º, 687. ICS – UNL. [Consult. em 11/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/J0sAwG>
  - (2005), “Entre a África e a Europa: A política Externa Portuguesa, 1890-2000” in *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote.
  - (2010), “Breve ensaio sobre a política externa portuguesa”, em *Relações Internacionais* [Em linha]. Lisboa: IPRI. Nº 28. Dezembro 2010, pp. 51-60. [Consult. em 5/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1bOOgTg>
- VALLADÃO, Alfredo G.A. (1999), “Portugal e as Américas”, em *Estratégia* [Em linha]. Lisboa. Nº 12-13. IEEI. [Consult. em 01-10-2009]. Disponível em <http://bit.ly/1bZ9QsC>
- WENDT, Alexander (1992). “Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics”, em *International Organization*. Cambridge, Massachusetts. The MIT Press. Volume 46. Nº 2, pp. 391-425.
- WOLLRAD, Dörte [et al.] (Edit.) (2011), “La Agenda Internacional de América Latina: entre nuevas y viejas alianzas”, em *Nueva Sociedad*. Buenos Aires: Stiftung Wissenschaft und Politik, Friedrich-Ebert-Stiftung, Fundación Foro Nueva Sociedad. ISBN 978-987-95677-4-6.

### **Teses / dissertações e outras provas académicas.**

- ALMEIDA, Políbio Valente (1999), *Do Poder do Pequeno Estado*. Lisboa: ISCSP / UTL, 1999. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais e Políticas. ISBN 972-9229-13-9.
- CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida (2008), *Do lirismo ao pragmatismo: A dimensão multilateral das relações Luso-Brasileiras (1974 – 1976)*. Tese de mestrado [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2008. [Consult. Em 1/12/2013]. Disponível em <http://bit.ly/190K08P>

- CONTI COSTA, Laura, *La Importancia del Portugués en la Cultura Escolar*. Uruguai: FLACSO, 2012. Trabalho final para obtenção de diploma superior [Em linha]. [Consult. em 25/9/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1k7jikW>
- ELHORDOY, Laura (2012), *La Configuración de la Cultura Escolar en Escuelas de Frontera: La Presencia del Portugués del Uruguay. Debilidad o Fortaleza?*. Trabalho final para obtenção de diploma superior [Em linha]. Uruguai: FLACSO, 2012. [Consult. em 25/9/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1b9SUuX>.
- NAVARRETE, Maria Cristina, “Judeos conversos en el mundo colonial neogranadino siglos XVI y XVII” (Relatório Final) [Em linha]. Documento apresentado ao Instituto Colombiano de Antropologia e Historia – ICANH. Área de Historia Colonial. Promoção à Investigação em Historia Colonial. Bogotá, Dezembro 2009. [Consult. Em 4/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/14hinWp>.

#### **Actas / Anais de Encontros Científicos / Comunicações.**

- FONTOURA, Luís, “CPLP. A importancia do Brasil no espaço lusófono” [Em linha]. Conferência proferida na Academia Internacional da Cultura Portuguesa. [Consult. em 5/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/18wSgNh>
- GOMES, Nancy (2011), “Portugal e o Projecto da Comunidade Ibero-Americana de Nações”, em I Congresso OBSERVARE (UAL). Lisboa, 2011. Actas. Disponível em <http://bit.ly/1i1G4Yb>
- MOREIRA, Adriano (1992), “O Oceano Moreno” [Em linha]. Comunicação apresentada no Colóquio “América-Espanha-Portugal” da Universidade nacional de Educação à Distancia, a 23 de Abril [Consult. em 24/9/2013]. Disponível em <http://bit.ly/15oqprL>
- PATRÍCIO, Raquel de Caria (2011), “A nova cooperação Sul-Sul na Política externa brasileira” [Em linha]. I Congresso OBSERVARE (UAL). Lisboa, 2011. Actas. [Consult. em 5/5/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cDDhwh>
- PEREIRA, José Esteves (2000), “Coordenadas epistemológicas de Gilberto Freyre” [Em linha]. (Edição organizada por Fátima Quintas). Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos. Anais. Recife: Fundação Gilberto Freyre, pp. 159-162. [Consult. em 27/10/2012]. Disponível em <http://bit.ly/19cpiqD>

#### **Artigos de jornais e canais de notícias interactivos.**

##### **Por autor:**

- ALARCÓN, José Luis, “Chile procura diversificar fontes de energia”. *Infosurhoy* [Em linha]. Energia. 7/8/2013. [Consult. em 10/7/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1bBMcha>
- “Ibero-Americana: Iglesias escolhido líder da secretaria-geral”. *ANGOP* [Em linha]. 25/5/2005. [Consult. em 5-8-2010]. Disponível em <http://bit.ly/IS2JHD>

- ARENAL, Celestino e Fernando García Casas, “Iberoamérica: agotamiento y cambio”. *El País* [Em linha]. 19/10/2013. [Consult. em 1/12/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1kRGCGm>
- FONTES, Carlos, “Cuba-Portugal”, em *Lusotopia* [Em linha]. [Consult. em 20/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cWdGWG>
- GOMES, Adelino, “Impasse na Ibero-Americana devido a projecto de Henrique Cardoso”. *Público* [Em linha]. 15/11/2003. Governo. [Consult. em 3-08-2010]. Disponível em <http://bit.ly/1bTbnvH>
- LAMY, Pascal, “El multilateralismo está en una encrucijada”. *Inter Press Service* [Em linha]. 24/7/2012. Columnas. [Consult. em 1-3-2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cV1yly>
- MEIRELES, Luísa, "Presidente colombiano: Valorizamos os portugueses". *Expresso XL* [Em linha]. Política. 16/4/2013. [Consult. em 17/4/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1bLUwzr>
- PEREIRA, Ana Cristina, “Depois da emigração, o regresso”. *Público* [Em linha]. 15/10/2009. [Consult. em 15/10/2009]. Disponível em <http://bit.ly/1kFQzNF>
- ROBALO, Helder, "Portugal envia mais remédios para o Peru". *Diário de Notícias* [Em linha]. 18/11/2012. [Consult. em 17/1/2013]. Disponível em <http://bit.ly/JnKmLe>
- SILVA, Ana Rute, “Escolas-portuguesas de gestão estão entre as melhores do mundo”, *Público* [Em linha]. 13/5/2013. Economia. [Consult. em 7/7/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1fyUhYv>

**Por título da notícia (por ordem cronológica):**

- “Soares – Brandt – González – Craxi - Mitterrand: Internacional Socialista em força no Estoril”. *Diário de Lisboa* [Em linha]. **29/9/1978**. Nacional, p. 6. [Consult. em 30/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/12Ufc4d>
- “Conferência de Lisboa da IS. Resolução sobre a Nicarágua será tomada hoje pelos delegados”. *Diário de Lisboa* [Em linha]. **2/10/1978**. Nacional, p. 2. [Consult. em 30/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/175y4dP>
- “Ibero-Americana: Iglesias escolhido líder da secretaria-geral”. *ANGOP* [Em linha]. **25/5/2005**. [Consult. em 5-08-2010]. Disponível em <http://bit.ly/IS2JHD>
- “Cavaco brinda ao sucesso da Cimeira do Estoril”, *Expresso XL* [Em linha]. **30/11/2009**. [Consult. em 1/12/2009]. Disponível em <http://bit.ly/1bMR0Av>
- “Portugueses na ONU”. *Diário de Notícias* [Em linha]. Galerias. **12/10/2010**. [Consult. em 5/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cOwxik>
- “Colômbia quer usar Portugal como porta de entrada em África”. *Jornal i* [Em linha]. **7/11/2012**. Mundo. [Consult. em 7/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1c1x2YC>
- “Cumbre Celac-UE cierra ensombrecida por tragedia en Brasil”. *Infolatam* [Em linha]. **28/1/2013**. [Consult. em 28/1/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cMbJJb>

- “Exportações portuguesas para Colômbia caem 23,7%”. *Correio da manhã* [Em linha]. **14/4/2013**. [Consult. em 17/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1dbABba>
- “Embaixador em Havana quer visita ministerial de Portugal a Cuba”. *Diário de Notícias* [Em linha]. **21/7/2013**. [Consult. em 6/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/19MTrTZ>
- “Canal do Panamá elege Sines para porto europeu prioritário”. *Económico* [Em linha]. **29/7/2013**. [Consult. em 29/7/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1ba0B4I>
- “Visita ao México terminou nesta quinta-feira”. *Público* [Em linha]. Economia. **17/10/2013**. [Consult. em 17/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1bCxuKi>
- “Brasil já é 6 maior economia do mundo, mas desafios continuam”, *Dinheiro vivo* [Em linha]. **25/10/2013**. [Consult. em 7/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1gDLU1w>

#### **Outros documentos (suporte em papel e electrónico).**

- AICEP, “Relações económicas Portugal – Venezuela”, *Mercados Informação Global* [Em linha]. Fevereiro 2011. [Consult. em 20/12/2012]. Disponível em <http://bit.ly/19cmwxE>
  - “Inauguração da segunda fase da Indústria Canaima” (notícia publicada no sítio da Casa da América Latina, 25/10/2012). [Consult. em 26/10/2012]. Disponível em <http://bit.ly/1ai7JMT>
  - “Argentina – Síntese País e Relacionamento Bilateral”. Portugal Global [Em linha]. [Consult. em 5/08/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1b9Qj46>
  - AICEP, “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”. Portugal Global [Em linha]. [Consult. em 5/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/19Hid7V>
  - “Relações Económicas Portugal-Cuba”. Portugal Global [Em linha]. Mercados. Informação Global. Novembro de 2010. [Consult. em 7/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/19svdSx>
  - Portugal Global [Em linha]. “Portugal - Ficha País”. Dezembro 2013. [Consult. em 20/12/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1gDMrAs>
- Aid Watch 2012.
- BANCO DE PORTUGAL: Informação sobre as contas nacionais portuguesas [Em linha]. [Consult. em 20/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1bMMHFe>
- BIBLIOTECA NACIONAL, *Lusitânia transformada*. [Consult. em 20/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/13QjENo>
- CIMEIRAS IBERO-AMERICANAS DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO, “Relatório Cardoso” [Em linha]. [Consult. em 20/6/2012]. Disponível em <http://bit.ly/1bMtZgX>
- COMISSÃO EUROPEIA: Comércio: Países e regiões: América Central [Em linha]. [Consult. em 20/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/19sPAPi>
  - Comércio: Países e regiões: Mercosul [Em linha]. [Consult. em 20/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/198nBGJ>

- Comercio: Países e regiões: México [Em linha]. [Consult. em 20/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1fgMezg>
- “Opinião dos europeus sobre o futuro da Ajuda ao Desenvolvimento” [Em linha]. EUROBAROMETRO, de Junho de 2012. [Consult. em 7/7/2012]. Disponível em <http://bit.ly/1c9kZsi>.
- CUMBRES IBEROAMERICANAS DE JEFES DE ESTADO Y DE GOBIERNO, “Antecedentes” [Em linha]. [Consult. em 05-06-2010]. Disponível em <http://bit.ly/18Oz8VY>
- CÚPULAS IBERO-AMERICANAS DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO [Em linha]. [Consult. em 20-07-2010]. Disponível em <http://bit.ly/1eIW0E5>
- EMBAJADA DE CHILE EN PORTUGAL, “Relaciones Bilaterales” [Em linha]. [Consult. em 20/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/19msnyg>
- EMBAJADA DE MÉXICO EN PORTUGAL, “Relaciones Económicas Bilaterales” [Em linha]. [Consult. em 20/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1c0YZzT>
- EMBAIXADA DE PORTUGAL EM BUENOS AIRES, “Mensagem do embaixador” [Em linha]. [Consult. em 25/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1c6wAsc>
- EMBAIXADA DO PARAGUAI EM PORTUGAL, *Resumo de Gestão* (Em linha). Julho-Dezembro de 2012. [Consult. em 20/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1ZoZii>
- EUR-Lex, Proposta de Decisão do Conselho relativa à assinatura de um Acordo de Diálogo Político e de Cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados Membros, por um lado, e as Repúblicas da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá” [Em linha]. [Consult. em 1/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1bKpl16>
- FORUM INTERNATIONAL SUR L'ESPACE ATLANTIQUE. Edições I, II. [Em linha]. [Consult. em 20/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1bNF9FD>
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, “Apio à elaboração de projectos de cooperação para o desenvolvimento. Para ONGD portuguesas” [Em linha]. Bolsas e Subsídios [Consult. em 5/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/18TD9vs>.
- FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, “Relatório Relativo à Deslocação de uma Delegação da Internacional Socialista à América Latina, de 15 a 25 de Março de 1978” [Em linha]. Arquivo. Documento. [Consult. Em 1/9/2013]. Disponível em <http://bit.ly/17sYURs>
- GOBIERNO DE MÉXICO. Secretaria de Relaciones Exteriores. Dirección General de Comunicación Social, "Declaración Conjunta Cancilleres José António Meade y Paulo Portas” [Em linha]. Profundización de las Relaciones entre los Estados Unidos Mexicanos y la República Portuguesa, 25/6/2013. [Consult. Em 26/7/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1bAVKZQ>
- GOVERNO DE PORTUGAL, "Programa do XIX Governo Constitucional" [Em linha]. [Consult. Em 1/10/2011]. Disponível em <http://bit.ly/1c0UOOG>
  - Declaração Conjunta por ocasião da XI Cimeira Brasil-Portugal [Em linha]. [Consult. Em 1/7/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1l71fFh>
- INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E A LÍNGUA, CAMÕES IP. Sítio: <http://www.instituto-camoes.pt/>



- "Ensino da Língua Portuguesa cresce na Argentina e no Uruguai" [Em linha]. Encarte Camões. Lisboa. N.º 193, 24/7/2013. Suplemento do JL n.º 1117, ano XXXIII. [Consult. em 15/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1fpciMR>
- Fundo Indígena [Em linha]. [Consult. Em 1/7/2013]. Disponível em <http://bit.ly/18TG9Ij>
- INSTITUTO PORTUGUES DE AJUDA AO DESENVOLVIMENTO / IPAD, "A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI" (Versão de 28-10-02).
  - "Uma Visão estratégica para a Cooperação Portuguesa", de Fevereiro 2006. ISBN 972-8975-06-6
  - "Cooperação Portuguesa. Uma leitura dos últimos quinze anos de Cooperação para o Desenvolvimento (1996-2010)" [Em linha]. 2011. ISBN 978-972-8975-33-3. [Consult. Em 1/5/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cDdcOz>
- INTERNET WORLD STATS, "Top Ten Languages in the Internet 2010 - in millions of users" [Em linha]. [Consult. Em 1/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1hh1f5x>
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, "V Cúpula Brasil-UE - Declaração Conjunta / Bruxelas, 4 de Outubro de 2011. [Em linha]. Nota nº 364. [Consult. em 1/5/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1c9mnvc>
- MINISTÉRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR Y TURISMO, "Acuerdos Comerciales del Perú: Acuerdo Comercial entre Perú y la UE" [Em linha]. [Consult. em 1/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1bTtGFv>
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES / MRE, Gobierno de Chile, "Evaluación de las Relaciones Comerciales entre Chile y UE a diez años de la entrada en vigencia del acuerdo de asociación" [Em linha]. Junho de 2013. [Consult. em 1/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1kOLaEc>
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CUBA / MRE, "Agradecen a Portugal su apuesta por mercado turístico cubano". *CubaMinRex* [Em linha]. 4/10/2011. [Consult. em 7/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cwfHSC>
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS / MNE, Instituto Diplomático. Série A. Coleção Biblioteca Diplomática. Zília Osório de Castro, Júlio Rodrigues da Silva e Cristina Montalvão Sarmiento, eds. (2006). *Tratados do Atlântico Sul. Portugal - Brasil, 1825-2000* [Em linha]. Lisboa, Fevereiro de 2006. ISBN 972-9245-47-9, 363 pp. [Consult. Em 1/9/2013]. Disponível em <http://bit.ly/J5qGe2>
  - Instituto Diplomático, Relações Diplomáticas de A a Z [Em linha]. [Consult. Em 1/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/ITQ1bb>
  - "A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI. Documento de orientação estratégica". 57 pp. Versão de 28/10/2002.
  - "Estratégias da Cooperação Portuguesa 2010-2013. Novos Desafios, Novas Respostas" [Em linha]. 2010. [Consult. em 1/5/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1bT1wJT>
- OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, "Venezuela" [Em linha]. [Consult. Em 1/12/2013]. Disponível em <http://bit.ly/19A6gVj>

- “Brasil” [Em linha]. [Consult. Em 1/12/2013]. Disponível em <http://bit.ly/18TRfK2>
- OEI: Sítio em <http://bit.ly/18Oe6GZ>
- OISS: Sítio em <http://www.oiss.org/>
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS / ONU, Resolução 39/1946 [Em linha]. Disponível em <http://bit.ly/16RZmZe>
- ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS / OEA. SICE, “Centroamérica - Unión Europea” [Em linha]. [Consult. em 1/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cM8Vvv>
  - “Países Andinos-Unión Europea” [Em linha]. [Consult. em 1/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1k82g25>
- PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD, “Propostas para a Cooperação Portuguesa” [Em linha]. Versão de 24 de Maio de 2012. [Consult. em 1/5/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1ceneuC>
  - Sítio em <http://www.plataformaongd.pt/>
  - Relatório Aid Watch 2012 - Uma Leitura da Cooperação Portuguesa desde 2003 [Em linha]. [Consult. em 1/5/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cDeGby>
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA, “Discurso do Presidente, Aníbal Cavaco Silva” [Em linha]. Sessão de Encerramento do Seminário Económico, Hotel Swissotel, Lima, Peru, em 19/4/2013. [Consult. em 20/5/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1gvZHac>
  - “Discurso do presidente, Aníbal Cavaco Silva, por ocasião do Jantar oferecido em honra do Presidente da República do Panamá, no Palácio da Cidadela de Cascais, em 30/7/2013” [Em linha]. [Consult. em 1/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1hWqNaV>
- PRIMEIRO ENCONTRO TRIÂNGULO ESTRATÉGICO: AMÉRICA LATINA – EUROPA – ÁFRICA. PROPOSTAS DE MELHORIA NAS RELAÇÕES TRIANGULARES, realizado em Lisboa em 12 de Março de 2012: Policy paper redigido por Carlos Malamud (Instituto Real Elcano), Raquel Patrício (ISCSP) e Nancy Gomes (UAL).
- SECRETARIA DE ECONOMIA, “X Aniversário del Tratado de Libre Comércio entre México y la Unión Europea: Un balance” [Em linha]. Julho de 2010. [Consult. em 7/11/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1hWHX8k>
- SEGIB, “Declaração de Guadalajara” [Em linha]. [Consult. em 1/5/2011]. Disponível em <http://bit.ly/18OevJw>
  - “Relatório de Cooperação Sul-Sul em Ibero-América” (2004-2012) [Em linha]. Disponível em <http://segib.org/es/node/7988>
  - “Solidariedade na Diversidade no espaço CPLP” [Em linha]. [Consult. em 1/5/2011]. Disponível em <http://segib.org/pt/node/7459>
  - “Resultados da Cimeira de Estoril” [Em linha]. [Consult. em 29-08-2010]. Disponível em <http://bit.ly/1dK7vAh>
  - “Cooperación recíprocamente ventajosa entre la SEGIB y la CPLP” [Em linha]. [Consult. em 1/5/2011]. Disponível em <http://segib.org/es/node/5677>



- “Registo de Redes Ibero-Americana” [Em linha]. Disponível em <http://segib.org/pt/node/4692>
- "Estatuto de la Secretaría General Iberoamericana" [Em linha]. Documentos. [Consult. em 1/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1dk4ndX>
- “Iglesias defende em Lisboa a criação de empresas multi-ibéricas” [Em linha]. [Consult. em 1/5/2013]. Disponível em <http://segib.org/pt/node/7814>
- “Relatório Lagos” [Em linha]. [Consult. em 5/12/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1djVUaj>.
- SELA, “Declaración Conjunta UE-Grupo de Rio” [Em linha]. Praga, 13/5/2009. [Consult. em 1/5/2011]. Disponível em <http://bit.ly/18LAGQk>
- UNIÓN EUROPEA. Acción Exterior, “Relaciones de la UE con la Comunidad Andina (CAN)” [Em linha]. [Consult. em 1/9/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1fgLRoC>
- UNIÓN EUROPEA. Acção Externa, “Relações da UE com a América Latina: Cimeira Santiago de Chile 2013” [Em linha]. [Consult. em 10/10/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1cwzWj8>

#### **Entrevistas publicadas:**

- BORGES, Henrique Silveira, “El Embajador de Portugal en la Argentina dialogó con Región Diplomática”. *Región Diplomática* [Em linha]. 19/9/2013. Disponível em <http://bit.ly/1b9PZCw>
- CARINHAS, Raquel (Leitora de Português), “Ensino da Língua Portuguesa cresce na Argentina e no Uruguai”. *Encarte Camões* [Em linha]. Lisboa. N.º 193, 24/7/2013. Suplemento do JL n.º 1117, ano XXXIII. [Consult. em 15/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1fpcjMR>
- FARANI, Marco (director da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores). Revista *Pontos de Vista* [Em linha]. 17/7/2012. [Consult. em 20/7/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1kcRs2J>
- GALLO, José Miguel, “Portugal pode aumentar negócios com o México”. *Revista VidaEconómica* [Em linha]. 16/8/2013, p. 16. [Consult. em 15/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1ea5Dpf>
- GONZÁLEZ, Irma (Leitora de Português), “Ensino da Língua Portuguesa cresce na Argentina e no Uruguai”. *Encarte Camões* [Em linha]. Lisboa. N.º 193, 24/7/2013. Suplemento do JL n.º 1117, ano XXXIII. [Consult. em 15/8/2013]. Disponível em <http://bit.ly/1fpcjMR>

**Entrevistas (abertas) realizadas pela autora:**

**Amado Luiz Cervo** (Professor catedrático da Universidade de Brasília).

**António Martins da Cruz** (Ministro dos Negócios estrangeiros de Portugal (2002-2003). Foi consultor do governo liderado por Aníbal Cavaco Silva no contexto da realização da I Cimeira Ibero-Americana).

**Augusto Manuel Correia** (Vice presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa, entre 2001 e 2003, Presidente do IPAD, hoje Instituto da Cooperação e da Língua – Camões, de 2007 a 2012).

**Carlos Malamud** (Investigador principal do Real Instituto Elcano).

**Darc Costa** (Presidente da Federação das Camaras de Comércio da América do Sul).

**Eduarda Silva** (técnica responsável pela pasta Ibero-Americana no Instituto da Cooperação e da Língua – Camões).

**Fernando Ayala** (Embaixador do Chile em Portugal, de 2009 a 2012).

**Fernando Garcia Casas** (Director de Gabinete do secretário-geral ibero-americano).

**Frigidiano Álvaro Duránte Prados** (investigador espanhol).

**Fulgencio Sánches Pérez** (Subdirector do Departamento de Administração da SEGIB).

**J. Alejandro Kawabata** (Assessor em Políticas Públicas e Fortalecimento Institucional da SEGIB).

**José Bonfim** (Gabinete de Relações Internacionais da FCT, responsável pelo programa CYTED em Portugal).

**José Fernandes Fafe** (primeiro Embaixador de Portugal em Cuba, entre 1974 e 1977. Foi Embaixador também no México, Buenos Aires, e Embaixador itinerante para as questões culturais no Brasil).

**José Frederico Ludovice** (Director de Planificação da SEGIB).

**Luís Amado** (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de 1997 a 1999, e de 1999 a 2002; Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2006 a 2009, e de 2009 a 2011).

**Mário Soares** (Primeiro-ministro de Portugal entre 1976-1978 e 1983-1985, Presidente da República Portuguesa, de 1986 a 1996).

**Pedro Motta Pinto Coelho** (Embaixador do Brasil perante a CPLP).

**Rafael Calduch Cervera** (Professor catedrático da Universidade Complutense de Madrid).

**Rui Ferreira** (jornalista especialista em questões Latino-Americana, Jornal espanhol *El Mundo*).

**Rui Vinhas** (Coordenador nacional da Ibero-Americana em Portugal, de 2011 a 2012).

## ÍNDICE DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1. Comércio português extra-europeu (2005-2012) .....	86
Gráfico 2. Comércio Portugal-Brasil (1979-2012) .....	92
Gráfico 3. Comércio Internacional de Portugal (2012).....	93
Gráfico 4. Investimento directo português no Brasil (1990-2010) .....	94
Gráfico 5. Investimento directo brasileiro em Portugal (1990-2010) .....	95
Gráfico 6. Comércio Portugal-Venezuela (1979-2012) .....	100
Gráfico 7. Comércio Portugal-México (1979-2012) .....	105
Gráfico 8. Composição da APD de Portugal .....	262
Gráfico 9. Distribuição da APD Multilateral de Portugal .....	262
Gráfico 10. Distribuição Geográfica da APD de Portugal .....	267
Tabela 1. Comércio português extra-europeu (2012, 2013) .....	87
Quadro 1. Presença institucional portuguesa na Ibero-América.....	89
Quadro 2. Espaço intergovernamental ibero-americano.....	183
Quadro 3. Participação de Portugal nos programas, iniciativas e projectos ibero- Americanos .....	263